



Número: **0808387-11.2024.8.14.0051**

Classe: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA**
Órgão julgador: **Vara de Fazenda Pública e Execução Fiscal de Santarém**
Última distribuição : **10/05/2024**
Valor da causa: **R\$ 1.412,00**
Assuntos: **Gratificações Municipais Específicas**
Nível de Sigilo: **0 (Público)**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUICOES EDUCACIONAIS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE SANTAREM (REQUERENTE)	AVA BRIGIDA PIZA LISBOA (ADVOGADO) ADRIANA OSORIO PIZA (ADVOGADO) CLARICE REBELO SILVA (REPRESENTANTE DA PARTE) ISAAC VASCONCELOS LISBOA FILHO (ADVOGADO)
MUNICIPIO DE SANTAREM (REQUERIDO)	

Outros participantes	
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ (FISCAL DA LEI)	

Documentos				
Id.	Data	Movimento	Documento	Tipo
115218471	10/05/2024 11:46	Sem movimento	Petição Inicial	Petição Inicial
115218483	10/05/2024 11:46	Sem movimento	Procuração.	Instrumento de Procuração
115218486	10/05/2024 11:46	Sem movimento	CNPJ do Sindicato	Documento de Identificação
115218487	10/05/2024 11:46	Sem movimento	Ata de Posse da Diretoria SINPROSAN	Documento de Identificação
115222090	10/05/2024 11:46	Sem movimento	ESTATUTO SOCIAL DO SINPROSAN.	Documento de Identificação
115222092	10/05/2024 11:46	Sem movimento	Registro Sindical.	Documento de Identificação
115222093	10/05/2024 11:46	Sem movimento	Nota explicativa do Município de Santarém sobre os recursos do FUNDEB - 2023.	Documento de Comprovação

115222096	10/05/2024 11:46	Sem movimento	Ofício do Sinprosan - Abono do FUNDEB - Exercício de 2023.	Documento de Comprovação
115222098	10/05/2024 11:46	Sem movimento	RREO - SIOPE-FNDE - Município de Santarém..pdf -1.	Documento de Comprovação
115222100	10/05/2024 11:46	Sem movimento	RREO -Geral - Município de Santarém.	Documento de Comprovação
115222102	10/05/2024 11:46	Sem movimento	Saldo da conta corrente até 31-12-2023 - Município de Santarém.	Documento de Comprovação
115222104	10/05/2024 11:46	Sem movimento	Complementação de 2022 - janeiro de 2023.	Documento de Comprovação
115222106	10/05/2024 11:46	Sem movimento	Complementação de 2023 - janeiro de 2024.	Documento de Comprovação
115222108	10/05/2024 11:46	Sem movimento	lei-no-22103-de-08-de-marco-de-2024- 5.403.995,71.	Documento de Comprovação
115222109	10/05/2024 11:46	Sem movimento	lei-no-22105-de-18-de-marco-de-2024- - 12.866.760,97	Documento de Comprovação
115222112	10/05/2024 11:46	Sem movimento	Parecer do Controle Interno do Município de Santarém..pdf.	Documento de Comprovação
115270450	10/05/2024 20:53	Proferido despacho de mero expedienteExpedição de Outros documentos.Expedição de Outros documentos.Disponibilizado no DJ Eletrônico em 15/05/2024Publicado Despacho em 14/05/2024.	Despacho	Despacho
115759716	17/05/2024 14:27	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
115759722	17/05/2024 14:27	Sem movimento	Procuração 2023	Instrumento de Procuração
115885443	20/05/2024 15:54	Proferidas outras decisões não especificadasExpedição de Outros documentos.	Decisão	Decisão
120330779	15/07/2024 19:43	Juntada de Petição de contestação	Contestação	Contestação
120330784	15/07/2024 19:43	Sem movimento	Procuracao_2024	Instrumento de Procuração
120330785	15/07/2024 19:43	Sem movimento	Notificação nº 209-2024-5ªCONTROLADORIA-TCMPA	Documento de Comprovação
120330787	15/07/2024 19:43	Sem movimento	Manifestação TCM PA - QR CODE - Notificação nº 206-2024 - 5ªCONT-ass	Documento de Comprovação
120397863	16/07/2024 11:09	Expedição de Certidão.	tempestividade	Certidão
120397864	16/07/2024 11:09	Ato ordinatório praticado	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
123567425	20/08/2024 22:05	Juntada de Petição de petição	Petição - réplica	Petição
123677681	22/08/2024 08:14	Ato ordinatório praticado	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
127583083	23/09/2024 20:09	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
127583085	23/09/2024 20:09	Sem movimento	DECISÃO MONOCRATICA - TCM PA	Documento de Comprovação
127583086	23/09/2024 20:09	Sem movimento	Diario - ACÓRDÃO 45.428 - TCM PA	Documento de Comprovação
127583087	23/09/2024 20:09	Sem movimento	rescon-16683-2023-tcmpa-pa	Documento de Comprovação
127586601	23/09/2024 21:53	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
Expedientes				

(19802538) MUNICIPIO DE SANTAREM Sistema MICHELLE CAROLINE MILEO GONCALVES registrou ciência em 16/05/2024 23:15 Prazo 3 dias	21/05/2024 23:59 (para manifestação)
(19802539) MUNICIPIO DE SANTAREM Diário Eletrônico registrou ciência em 14/05/2024 00:00 Prazo 3 dias	17/05/2024 23:59 (para manifestação)
(19954817) SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUICOES EDUCACIONAIS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE SANTAREM Sistema ADRIANA OSORIO PIZA registrou ciência em 27/05/2024 09:39 Prazo 0	
(19954818) MUNICIPIO DE SANTAREM Sistema registrou ciência em 03/06/2024 23:59 Prazo 30 dias	15/07/2024 23:59 (para manifestação)
(20989091) SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUICOES EDUCACIONAIS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE SANTAREM Sistema registrou ciência em 26/07/2024 23:59 Prazo 15 dias	20/08/2024 23:59 (para manifestação)
(21647287) SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUICOES EDUCACIONAIS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE SANTAREM Sistema registrou ciência em 02/09/2024 23:59 Prazo 15 dias	23/09/2024 23:59 (para manifestação)
(21647288) MUNICIPIO DE SANTAREM Sistema registrou ciência em 02/09/2024 23:59 Prazo 15 dias	23/09/2024 23:59 (para manifestação)



**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
E EXECUÇÕES FISCAIS DA COMARCA DE SANTARÉM, PARÁ.**

**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM – SINPROSAN**, pessoa jurídica de direito privado, entidade sindical inscrita no CNPJ sob o nº 23.041.619/0001-40 com sede na Alameda 31, nº 181, bairro do Aeroporto Velho, CEP 68.020-410, Santarém -Pará, neste ato representado por sua representante legal, **CLARICE REBELO SILVA**, titular do CPF 311.140.672-53 e carteira de identidade n. 1845692-SSP/PA, através de seus advogados que subscrevem, vem com o devido respeito a presença de Vossa Excelência com base o art. 8º, inciso III, 129, § 1º, da Constituição Federal de 1988, art. 5º, inciso V, da Lei 7.347/1985 e art. 82, inciso IV, da Lei 8.078/1990, ajuizar

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

contra o **MUNICÍPIO DE SANTARÉM**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no 05.182.233/0005-08, com endereço na Av. Dr. Anysio Chaves, nº 853/1-B, Bairro Aeroporto Velho, município de Santarém, Estado do Pará, CEP 68030-290, pelos fundamentos jurídicos a seguir articulados:

1. DA LEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO E DO OBJETO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.

O Requerente tem legitimidade ativa para atuar na ação civil pública nos exatos termos do que prevê os artigos 8º, inciso III, 129, § 1º, da Constituição Federal de 1988, art. 5º, inciso V, da Lei 7.347/1985 e art. 82, inciso IV, da Lei 8.078/1990.

O Requerente é sindicato que representa os profissionais da rede pública de ensino do Município de Santarém desde sua fundação em 1989. Em seu estatuto social consta, como finalidade institucional, a proteção dos interesses difusos e coletivo, ao patrimônio público e social, podendo, neste caso, se valer da ação civil pública prevista no art. 1º, IV, da Lei 7.347/1985.





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

Sobre a legitimidade ativa dos sindicatos postularem direitos de suas categorias em sede de ação civil pública, o STF tem posição firme e consolidada neste sentido, senão vejamos os julgados abaixo:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS DE DECISÃO MONOCRÁTICA. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. CONSTITUCIONAL. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. SINDICATO. LEGITIMIDADE AMPLA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I - A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que os sindicatos têm legitimidade processual para atuar na defesa de todos e quaisquer direitos subjetivos individuais e coletivos dos integrantes da categoria por ele representada. Essa legitimidade extraordinária é ampla, abrangendo a liquidação e a execução dos créditos reconhecidos aos trabalhadores, independente da comprovação de filiação ao sindicato na fase de conhecimento. Precedentes. II – Agravo regimental a que se nega provimento.” (ARE 751500 ED, Relator (a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 05/08/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-157 DIVULG 14-08-2014 PUBLIC 15-08-2014)

EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Sindicato. Legitimidade. Autorização expressa. Desnecessidade. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte reconhece aos sindicatos ampla legitimidade para figurar como substitutos processuais nas ações em que atuam na defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais dos trabalhadores integrantes da categoria, sendo certo que, atuando nessa qualidade, não se faz necessária expressa autorização dos substituídos para o ajuizamento de ações em seu benefício. 2. Agravo regimental não provido. (ARE 734122 AgR, Relator (a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 21/10/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-225 DIVULG 14-11-2014 PUBLIC 17-11-2014)

O STF, em repercussão geral, tema 823, no leanding Case RE 883642, fixou a seguinte tese: “os sindicatos possuem ampla legitimidade extraordinária para





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, inclusive nas liquidações e execuções de sentença, independentemente de autorização dos substituídos.”

Infere-se, com isso, que o STF autorizou os sindicatos a ampla legitimidade. Assim, o Requerente tem legitimidade ativa em postular causa de pedir e pedido relacionado a proteção de direito e interesse da categoria que representa na qualidade de substituto processual independente de autorização, consoante previsto no art. 8º, III da CF/88 e na tese de Repercussão Geral 823 do STF.

Além da legitimidade ativa, ora destacada, ação civil pública, segundo o art. 3º da Lei 7.347/1985, diz que o objeto poderá ser a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer. Por sua vez, o art. 1º, IV, da mesma lei, diz que a ação civil pública pode ser de responsabilidade por danos que envolvem a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

Nesta ação civil pública, o Requerente visa a condenação do Requerido em pagamento de dinheiro por não ter alcançado, no exercício do ano de 2023, o percentual mínimo de 70% dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB que é destinado para o pagamento da remuneração dos profissionais da educação da rede pública municipal de ensino. O excesso de recursos recebidos do FUNDEB no ano de 2023 deve ser rateado para a categoria que o Requerente representa como medida de respeito a ordem legal e jurídica.

Portanto, o Requerente demonstrou que tem legitimidade processual para atuar em prol da categoria e o objeto desta ação visa a obrigação de fazer. Os fatos relacionados a obrigação vão ser melhor expostos e explorados a frente, em que ficará demonstrada a conduta do Requerido que se apresentou deveras desidioso na esfera administrativa que culminou na violação da ordem legal e jurídica.

2. DOS FATOS.

A diretoria do Sindicato Requerente depois de enviar ofício ao Requerido informando sobre algumas irregularidades na execução dos recursos do FUNDEB com

3





SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

respectiva complementação da União do exercício de 2023, conseguiu marcar reunião com Prefeito e Secretária de educação a fim de que fosse apresentado o resultado da análise. Na oportunidade, foram apresentados os dados de que não houve o cumprimento dos 70% do referido fundo com pagamento do profissional da educação deste município, assim como, foram destacadas algumas irregularidades nas folhas de pagamento da Secretaria de Educação do referido exercício que constam nos sites do portal da transparência da citada secretaria, TCM-PA e FNDE/SIOPE.

O Prefeito a e Secretária de educação a contragosto assistiram o resultado da análise e informaram que elaborariam uma resposta. E de fato; o contador geral do Requerido apresentou uma pseudo “nota explicativa” com justificativa e apresentação de dados contábeis e financeiros de que haviam supostamente comprometidos 85,05% dos recursos do FUNDEB com pagamento dos profissionais da educação e admitindo, todavia, possíveis irregularidades das folhas de pagamento da Secretaria Municipal de Educação que se encontrava em processo de correção, conforme documento em anexo.

Ocorre, todavia, que a pseudo “nota explicativa” tem uma série de inconsistências, senão é constituída de dados que foram adredemente confeccionados a fim de trazer uma moldura sobre a execução do FUNDEB que não condiz com a verdade.

A princípio, sobre os valores recebidos do FUNDEB do exercício de 2023, a “nota explicativa, no item 3, trouxe a seguinte informação:

3. REPASSES RECEBIDOS NO EXERCÍCIO 2023				
REPASSES CONSOLIDADOS				
UF	Município	Ano	Transferência	Valor Creditado
PA	Santarém	2023	FUNDEB - COUN VAAF	127.685.736,02
PA	Santarém	2023	FUNDEB - COUN VAAR	7.195.352,14
PA	Santarém	2023	FUNDEB - COUN VAAT	90.563.816,23
PA	Santarém	2023	FUNDEB - FPE	59.186.049,77
PA	Santarém	2023	FUNDEB - FPM	34.256.269,20
PA	Santarém	2023	FUNDEB - ICMS	124.323.717,45
PA	Santarém	2023	FUNDEB - IPI-EXP	2.808.556,84
PA	Santarém	2023	FUNDEB - IPVA	7.483.140,98
PA	Santarém	2023	FUNDEB - ITCMD	517.739,45
PA	Santarém	2023	FUNDEB - ITR	248.103,77
Total				454.268.481,85





SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

A nota ainda trouxe o seguinte fundamento como justificativa:

TOTAL

Os valores efetivamente recebidos no exercício financeiro de 2023, totalizou R\$ 454.268.481,85 (Quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, sessenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos). Acima demonstramos mês a mês cada recebimento dos Recursos.

Considerando os ajustes que o FNDE realiza a cada quatro meses, foi realizado em 2023 um débito (devolução) de recursos no total de R\$ 7.713.715,61 (Sete milhões, setecentos e treze mil, setecentos e quinze reais e sessenta e um centavos).

Conforme declarado na nota técnica, o Município de Santarém recebeu a quantia de **R\$ 454.268.481,85**. Porém, no item 8, sobre o mesmo assunto, se observa o valor de **R\$ 462.203.358,32** como efetivamente recebido, senão vejamos:

O município no exercício financeiro de 2023, teve como receita efetiva total no valor de R\$ 462.203.358,32 (Quatrocentos e sessenta e dois milhões, duzentos e três mil, trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos), conforme demonstramos na planilha acima e todos os registros contábeis e financeiro ocorridos e devidamente comprovados com extratos bancários e relatórios enviados aos órgãos de controle externos.

Em simples conta matemática entre os valores que foram recebidos a título dos recursos do FUNDEB do exercício de 2023, conforme consta na nota, tem-se uma diferença de **R\$ 7.934.876,47**.

Indaga-se: por que há diferença de valores recebidos pelo FUNDEB do exercício de 2023 na mesma “nota explicativa”? Qual motivo levou a nota apresentar os valores discrepantes? Foi mero erro na digitação ou vontade deliberada de esconder valores reais recebidos a título de recursos do FUNDEB que levaram a apresentar duas quantias diferentes?

Senão bastasse isso, o Requerido enviou ao TCM-PA a prestação de contas dos recursos do FUNDEB onde consta o parecer do 3º quadrimestre nº 2024-0102, da Controladoria Geral do Município – CGM, com a afirmação que foram transferidos até o dia 18 de janeiro de 2024 o montante de **R\$ 575.695.539,84**. Segundo a CGM, o parecer foi baseado no Balancete da despesa, Balancete da receita, Termo de verificação de





SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

saldo, Consolidação da despesa paga e Disponibilidade financeira assinado pelo contador geral, conforme se observa abaixo:

3.3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA:
O Balancete Financeiro da Prestação de Contas, que se refere ao mês de dezembro de 2023, conforme determinações estabelecidas no art. 103 da Lei 4.320/1964, demonstra todas as informações pertinentes. Foi utilizado por base de checagem de dados os relatórios: Balancete da despesa, Balancete da receita, Termo de verificação de saldo, Consolidação da despesa paga e Disponibilidade financeira. O Balancete Financeiro encontra-se assinado pelo contador Sr. Romilson Lucio Azevedo Moura - CRC 0039/PA, por Maria José Maia da Silva Secretária Municipal de Educação - SEMED e por Maria de Fátima Mendonça de Freitas Chefe responsável do Núcleo de Administração e Finanças - NAF, conforme resumo abaixo:

Relatório impresso (dados cumulativos)			
BALANCETE FINANCEIRO DE DEZEMBRO DE 2023.			
RECEITA		DESPESA	
Receitas Correntes	7.934.876,47	Orçamentária	471.644.055,47
Devedores diversos	1.746.176,65	Extra Orçamentária	237.009.174,64
Consignações	100.659.413,27	Saldo p/ mês seguinte	18.377.745,12
Trans. Financeiras	575.695.539,84		
Saldo Anterior	40.994.969,00		
Total	727.030.975,23	Total	727.030.975,23

3.4 - REPASSE DA PREFEITURA:
Através de relatórios encaminhados a essa Controladoria Interna, constatamos que o total de recursos recebidos pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, transferidos até o mês, foi o montante de R\$ 575.695.539,84.

Observa ainda no parecer da CGM, o indicativo de despesas pagas no importe de **R\$ 471.644.005,47**, vejamos:

3.5 - DESPESA:
A despesa empenhada no período foi de R\$ 471.875.691,46, sendo que a despesa realizada no valor de R\$ 471.875.691,46 e deste o pago é R\$ 471.644.055,47. Demonstrado no relatório Balancete das Despesas

supracitado, conforme demonstração abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
Despesa empenhada atual	471.875.691,46
Despesa Liquidada atual	471.875.691,46
Despesa Paga atual	471.644.055,47
Empenho a Pagar	231.635,99

Do cotejo que se faz entre o parecer da Controladoria Geral do Município -CGM e a “Nota Explicativa”, se percebe informações colidentes relativas ao valor efetivamente recebido e os pagamentos liquidados das despesas com os recursos do FUNDEB do exercício de 2023 por parte dos representantes do Requerido, senão vejamos na tabela abaixo:

Valor recebido do FUNDEB informado no item 3 da “nota Explicativa:.....	R\$ 454.268.481,85
Valor recebido do FUNDEB informado no item 8“nota Explicativa:.....	R\$ 462.203.358,32
Valor recebido do FUNDEB informado no parecer quadrimestral nº 2024-0102, CGM:.....	R\$ 575.695.539,84





SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

Valor das despesas pagas com recursos do FUNDEB informado no parecer quadrimestral nº 2024-0102, CGM:.....	R\$ 471.644,005,47
--	--------------------

Com relação ao parecer da controladoria geral do Requerido, insta evidenciar que o contador geral do município afirmou que dos valores recebidos do FUNDEB de R\$ 575.695.539,84 estavam incluídos indevidamente o recebimento da 1ª parcela do precatório do FUNDEF e que o referido parecer seria retificado a fim de expor o valor do precatório. Porém, até o protocolo desta ação civil pública não havia nenhum ato retificando o citado parecer no site do TCM-PA relativo à prestação de contas de 2023.

Ainda que o parecer da CGM venha ser retificado depois do protocolo desta petição inicial, que se argumentar por mero arroubo retórico, não é razoável alterar dados contábeis e financeiros em um simples estalar de dedos, sem, contudo, atentar para o respeito a estrita legalidade que a Administração Pública está jungida.

A bem da verdade, as informações contábeis e financeiras colidentes sobre os recursos do FUNDEB vem reforçar que o Requerido não cumpriu o percentual mínimo de 70% previsto no inciso X, do art. 212- A, da CF/88 e caput do art. 26 da Lei 14.113/2020 com pagamento da remuneração do profissional da educação da rede municipal de ensino.

A propósito, na nota explicativa, no item 9, traz o demonstrativo de aplicação dos recursos do FUNDEB com pagamento da remuneração dos profissionais, vejamos:

Os valores demonstram que foi aplicado especificamente nos Gastos com Pessoal com os recursos do FUNDEB, o total de R\$ 389.019.596,30 (trezentos e oitenta e nove milhões, dezanove mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos), este valor já computa a parcela dos custos referente ao INSS Patronal e o GILRAT Estendido.

TOTAL DAS DESPESAS DE PESSOAL COM RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	389.019.596,30
Educação Infantil	105.954.199,72
Educação Fundamental	278.441.946,71
Educação de Jovens e Adultos	4.159.123,47
Educação Especial	457.328,68

COMPOSIÇÃO DO CÁLCULO DE APLICAÇÃO	Efetiva
FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	454.993.680,19
FUNDEB - Complementação da União - VAAF	228.823.577,48
FUNDEB - Complementação da União - VAAAT	127.686.736,02
Rendimentos de Aplicação Financeira (Ajustada)	90.563.815,23
Índice Aplicado	7.920.550,48
Valor Aplicado	85,50%
	389.019.596,30

Fica claramente demonstrado que o Município aplicou dos Recursos EFETIVAMENTE recebidos (excluído os valores da compensação do VAAF), o percentual de **85,50%** na remuneração do profissional da Educação conforme determina a LEI Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020.

“Art. 26. Excluídos os recursos de que trata o inciso III do caput do art. 5º desta Lei, proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício”.





SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

Observa-se acima que no cálculo apresentado pelo Requerido, houve um suposto pagamento dos profissionais da educação com recursos do FUNDEB no importe de **R\$ 389.019.596,56**, que equivale a 85,50% do valor de R\$ 454.993.680,19 já computado a complementação do VAAF e VAAT e o recolhimento do INSS e do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho – GILRAT.

Todavia, o valor usado na “nota explicativa” como recebido dos recursos do FUNDEB de R\$ **454.993.680,19** conflita com o valor de **R\$ 471.644,005,47** dito na mesma nota relativo as despesas pagas com os recursos do FUNDEB. De igual, estes valores conflitam com a quantia de **R\$ 575.695.539,84**, que foi reconhecida pelo CGM em parecer a respeito, conforme exposto em linha pretérita.

Assim, considerando o parecer da CGM, que é detentor de fé pública, pode-se afirmar que o Requerido não atingiu os 70% destinado ao pagamento da remuneração.

Para compreensão do assunto, a seguir, apresenta-se tabela de valores recebidos do FUNDEB, conforme parecer da CGM e os valores que “nota explicativa” traz sobre o pagamento com profissional da educação, vejamos:

Composição do cálculo de aplicação dos recursos o FUNDEB, considerando o valor expresso no parecer da CGM que analisou os documentos contábeis e chegou a seguinte valor:.....	R\$ 575.695.539,84
Aplicando os 70% do §2º do art. 26 da Lei 14.113/2020:	R\$ 402.986.887,88
Valor utilizado pela municipalidade, conforme “nota explicativa:”.....	R\$ <u>389.019.596,56</u> (-)
Saldo do FUNDEB:.....	R\$ 13.967.291,32

Nota-se, com isso, que se chegou à quantia de R\$ 13.967,291,32 que representa saldo dos recursos do FUNDEB da conta feita com base nas informações financeiras fornecidas pelo Requerido nos citados documentos. Porém, o Requerido enviou para o TCM a informação do saldo financeiro até 31/12/2023 que alcançou a quantia de **R\$ 18.377.745,12**, consoante se observa abaixo:





SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40



FUNDO DE MAN. E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA -FUNDEB
TV DALIA
30.048.153/0001-70 Exercício: 2023
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA
DIA 31/12/2023

Página 1

UG	RECURSO	BANCO	CONTA	DET.	F. Idu	F. Gru	F. Cód	V. Gru	V. Cód	DESCRIÇÃO	PLANO TCE	SALDO
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	1	0	2	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	-168.143.266,01
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	2	0	2	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	-409.059,32
28	FUNDEB	C.E.F	035-9	1	0	2	33	250	540	FUNDEB CAIXA	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	-121.804.127,73
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	4	0	1	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	121.911.115,96
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	5	0	1	33	250	541	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.166.335,75
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	6	0	1	33	250	541	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	30.428.603,71
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	7	0	1	33	250	542	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	33.749.184,06
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	8	0	1	33	250	542	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	28.599.316,49
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	9	0	1	33	250	543	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	9.547.553,25
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	10	0	1	33	250	543	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	66.212.464,74
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	10	0	1	33	250	543	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	9.683.708,95
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	10	0	1	33	250	543	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.235.875,27
TOTAL GERAL												18.377.745,12

Maria Jose Maia da Silva
Secretaria Municipal de Educação - SEMED
DIRETORIA NAF/SEMED

MARIA JOSE MAIA DA SILVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SANTARÉM, 31 de DEZEMBRO de 2023

ROMILSON LUIZ DE ARAUJO MOURA
CONTADOR - CRC 0039/PA

Maria de Fátima Mendonça de Freitas
NAF/SEMED
MÁRIA DE FÁTIMA MENDONÇA DE FREITAS
CHEFE DO NAF/SEMED

Esse saldo financeiro dos recursos do FUNDEB foram objeto de projeto de lei por parte do Requerido, através do Prefeito, que solicitou abertura de crédito adicional especial e suplementar junto a Câmara de Vereadores que foram aprovadas, a fim de que fossem usados em obras e serviços da secretaria municipal de educação – SEMED, consoante documento em anexo e os destaques que se faz abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves nº 853 – Jardim Santarém - CEP 68030-360 – Santarém/PA
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone (93) 2101-5114/5127

LEI Nº 22.103, DE 08 DE MARÇO DE 2024.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (FUNDEB) NO VALOR DE R\$ 5.403.995,71 (CINCO MILHÕES, QUATROCENTOS E TRÊS MIL, NOVECIENTOS E NOVENTA CINCO REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS), SALDO REMANESCENTE DO EXERCÍCIO 2023, PARCELA DIFERIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santarém faz saber que a Câmara Municipal de Santarém, aprovou e ele faz sancionar a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 5.403.995,71 (CINCO MILHÕES, QUATROCENTOS E TRÊS MIL, NOVECIENTOS E NOVENTA CINCO REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS), nos termos do art. 167, incisos I, V, VI e parágrafo 2º da CF/88 e art. 41, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, que passará a fazer parte do Orçamento Fiscal vigente sob a seguinte classificação:

30.048.153/0001-70 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

3C93 e informe o código 45AA-1474-DE21-BC93





SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

(...)

Art. 2º O Crédito Adicional Especial no artigo anterior, será coberto com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2023, conforme disposto no art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santarém, em 08 de março de 2024.

FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA
Prefeito Municipal de Santarém

peessoa: FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA
validade das assinaturas, acesse <https://santarem.1dt>



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO
Av. Dr. Anysio Chaves nº 853 – Jardim Santarém - CEP 68030-360 – Santarém/PA
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone (93) 2101-5114/5127

LEI Nº 22.105, DE 18 DE MARÇO DE 2024.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (FUNDEB) NO VALOR DE R\$ 12.866.760,97 (DOZE MILHÕES OITOCENTOS E SESSENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E SESSENTA REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS), SALDO REMANESCENTE DO EXERCÍCIO 2023, PARCELA DIFERIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santarém faz saber que a Câmara Municipal de Santarém, aprovou e ele faz sancionar a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 12.866.760,97 (DOZE MILHÕES OITOCENTOS E SESSENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E SESSENTA REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS), nos termos do art. 167, incisos V e VI da CF/88 e art. 41, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, que passará a fazer parte do Orçamento Fiscal vigente sob a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO: 44000000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

(...)

6 e informe o código E865-5907-74CC-A056





SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

Art. 2º O Crédito Suplementar no artigo anterior, será coberto com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2023, conforme disposto no art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santarém, em 18 de março de 2024.

FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA
Prefeito Municipal de Santarém

verificacao/E865-5907-74CC-A056 e informe o código E8

Como se observa acima, o Requerido obteve abertura de créditos dos valores considerados como superávit dos recursos do FUNDEB do exercício de 2023, que foram usados indevidamente em obras e serviços; mas que deveriam ser utilizados com o pagamento da remuneração dos profissionais.

Esse superavit deve ser somado a última parcela da complementação da União aos recursos do FUNDEB que deposita a integralidade (100%) até no dia 31 de janeiro do exercício imediatamente subsequente, consoante prevê o §2º do art. 16 da Lei 14.113/2020.

Destaca-se, neste sentido, o extrato do Banco do Brasil onde consta o valor recebido a título de complementação do FUNDEB referente ao exercício de 2023 que veio a ser depositado em 31/01/2024, que representa a integralidade de 100% prevista no preceito legal exposto linha pretérita, senão vejamos:

31.01.2024	COMPL VAAF	R\$ 6.902.129,01 C
	COMPL VAAF AJ	R\$ 18.191.869,29 C
	COMPL VAAT	R\$ 21.097.650,90 C
	COMPL VAAR	R\$ 2.204.673,10 C
	TOTAL:	R\$ 48.396.322,30 C

Afora o Valor Aluno Ano Regular - VAAR, que não é computado para efeito de pagamento dos 70%, conforme prevê os artigos 5º, III, 14 e 26 da Lei 14.113/2020, tem-se no exercício de 2022, à título de complementação do FUNDEB, a quantia de **R\$ 46.191.649,20**. Essa quantia pode ser usada até o primeiro quadrimestre do exercício seguinte, conforme a dicção §3º, do art. 25 da Lei 14.113/2020.





SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

Assim, apesar de constar no RREO o suposto índice de 85,50% dos recursos do FUNDEB investidos com a remuneração dos profissionais de educação, se percebe o conflito entre o superavit; já que o referido relatório afirma que o superávit foi a quantia de **R\$ 122.106.584,60**; ao passo que nas leis municipais, que abriram os créditos adicionais, se observa um superavit de **R\$ 18.270.756,63**. De igual forma se observa no valor recebido; já que na “nota explicativa” consta o valor de **R\$ 454.993.680,19**; mas no RREO tem-se a quantia de **R\$ 584.309.942,92**.

Ressalta-se ainda, que o Requerido, no mês de abril do corrente ano, enviou o relatório resumido da execução orçamentário – RREO do último bimestre de 2023 ao SIOPE/FNDE, momento que informou a quantia de **R\$ 500.655.805,69** como total dos recursos do FUNDEB disponíveis, senão vejamos:

6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	231.478.428,00	127.685.736,02
6.2.1- Principal	231.478.428,00	127.685.736,02
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	67.327.729,00	90.563.816,23
6.3.1- Principal	67.327.729,00	90.563.816,23
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	3.112.500,00	7.195.352,14
6.4.1- Principal	3.112.500,00	7.195.352,14
6.4.2- Rendimento de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	142.713.710,70	178.868.346,22
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		38.452.447,37
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		41.928.536,78
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		-3.476.089,41
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)		500.655.805,69

Da mesma forma, apesar do RREO SIOPE/FNDE constar que foram utilizados 85,50% dos recursos do FUNDEB investidos com a remuneração dos profissionais de educação, se percebe o conflito entre o superavit; já que o referido relatório afirma que o superávit foi a quantia de **R\$ 41.928.536,78**; ao passo que nas leis municipais, que abriram os créditos adicionais, se observa um superavit de **R\$ 18.270.756,63**. Como dito anteriormente, “nota explicativa” consta o valor de **R\$ 454.993.680,19** como sendo valor





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

recebido pelo FUNDEB no exercício de 2023; mas no RREO SIOPEFNDE tem-se a quantia de **R\$ 500.655.805,69**.

Com isso, são as seguintes premissas conclusivas se podem destacar a seguir:

- i) Todos os dados financeiros apresentados nesta ação civil pública foram extraídos dos documentos expedidos pelo Requerido que foram acessados nos portais da transparência e do TCMP-PA;
- ii) Nestes documentos públicos são encontrados dados financeiros conflitantes como, por exemplo, cinco valores que foram recebidos a título dos recursos do FUNDEB pelo Requerido; sendo o primeiro de **R\$ 454.268.481,85** e o segundo **R\$ 462.203.358,32**; ambos noticiados na “nota explicativa”; o terceiro de **R\$ 575.695.539,84**, que foi consignado no parecer da Controladoria Geral do Município – CGM; o quarto de **R\$ 584.309.942,92**, que consta no relatório resumido da execução orçamentaria – RREO de 2023; e o quinto de **R\$ 500.655.805,69** que corresponde ao RREO do SIOPE/FNDE;
- iii) Estes dados financeiros conflitantes trazem indícios que os 70% dos recursos do FUNDEB do exercício de 2023, destinados para o pagamento da remuneração dos profissionais da rede pública municipal de ensino não foram cumpridos pelo Requerido;
- iv) É inequívoco que houve superávit dos recursos do FUNDEB do exercício de 2023 no valor de **R\$ 18.377.745,12**, que foram desviados pelo Requerido para obras e serviços da área da educação após aprovação pela Câmara Municipal de leis municipais que autorizaram abertura de créditos adicionais;
- v) É inequívoco que houve no dia 31/01/2024 a complementação por parte da União do exercício de 2023 dos recursos do FUNDEB que foram integralmente (100%) depositados nas contas correntes do Requerido no valor de **R\$ 46.191.649,20**, já descontado o valor do Valor Aluno Ano Regular – VAAR, que não ingressa na contagem do percentual de 70%;
- vi) É inequívoco que houve no dia 31/01/2023 a complementação por parte da União do exercício de 2022 dos recursos do FUNDEB que foram integralmente (100%) depositados nas contas correntes do Requerido no valor de **R\$ 41.471.102,29**, já





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

descontado o valor do Valor Aluno Ano Regular – VAAR, que não ingressa na contagem do percentual de 70%;

vii) Tanto o RREO geral como o RREO do SIOPE-FNDE, ambos expedidos pelo Requerido, assim como, o parecer da Controladoria Geral do Município - CGM nº 2024-0102, não trazem em nenhuma linha ou tabela a inclusão dos recursos do pagamento da 1ª parcela do precatório do FUNDEF da diferença da complementação do período de 1999 a 2006.

Portanto, considerando as premissas acima, o Requerente entende que não houve o cumprimento, no exercício de 2023, do percentual mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB destinado ao pagamento da remuneração dos profissionais da rede pública municipal de ensino, havendo, com isso, excessos de recursos correspondentes ao superávit até 31/12/2023 de **R\$ 18.377.745,12** e os valores da complementação do FUNDEB, depositada em 31/01/2024, no valor de **R\$ 46.191.649,20**, que totaliza a quantia de **R\$ 64.569.394,32**. Sobre esta quantia aplica-se o percentual mínimo de 70%, conforme prevê o inciso X, do art. 212- A, da CF/88 c/c *caput* do art. 26 da Lei 14.113/2020, para o pagamento da remuneração dos profissionais da educação, **tem-se o valor de R\$ 45.198.576,92, que o Requerido deverá ser compelido em efetuar o pagamento, na forma de abono, para todos os profissionais, respeitando-se, para isso, a peculiaridade remuneratória de cada um servidor e servidora.**

Alternativamente, na hipótese de que os recursos do FUNDEB com a complementação atendam o princípio da anuidade orçamentária e a sua utilização no mesmo exercício que foram creditados, que seja incluído, no exercício de 2023, a quantia depositada em 31/01/2023, do exercício de 2022, a quantia de **R\$ 41.471.102,29**. Soma-se essa quantia, o superávit de 2023 que se encontrava nas contas correntes do Requerido até 31/12/2023 o valor de **R\$ 18.377.745,12**, que totaliza a quantia de **R\$ 59.848.847,41**. Aplicando-se o percentual de 70%, conforme prevê o inciso X, do art. 212- A, da CF/88 c/c *caput* do art. 26 da Lei 14.113/2020, sobre o valor mencionado em linha pretérita, tem como sobra no exercício de 2023, **R\$ 41.894.193,18, que o Requerido deverá ser compelido em efetuar o pagamento, na forma de abono, para**





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

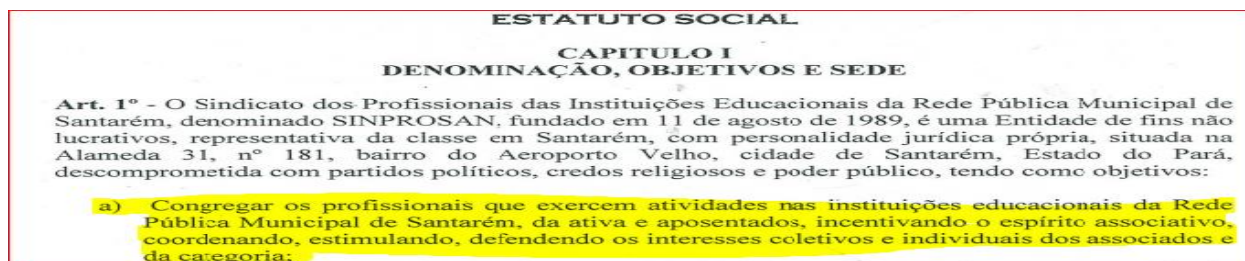
todos os profissionais, respeitando-se, para isso, a peculiaridade remuneratória de cada um servidor e servidora.

3. DO FUNDAMENTO JURÍDICO.

3.1 ATUAÇÃO SINDICAL EM PROL DO DIREITO COLETIVO – DA LEGITIMIDADE PROCESSUAL – DO CABIMENTO DA AÇÃO – DA LEGITIMIDADE PASSIVA.

O Sindicato, ora Requerente, atua como substituto processual de seus associados ativos que é formado por profissionais da rede pública municipal de ensino como os professores, pedagogos, diretores, vice-diretores, coordenadores de UMEI e CIMEI, assim como, o pessoal inativo que exerceram estas profissões na mesma rede pública municipal. Também atua como substituto processual de todos os profissionais que formam o grupo de pessoal de apoio que são os vigias, merendeiras, serviços gerais e secretárias escolares que trabalham na rede pública municipal de ensino

Esta substituição processual se visualiza no estatuto social que versa sobre o assunto, vejamos:



A legitimidade processual do Requerente encontra ressonância no que prevê o art. 5º, V, alíneas “a” e “b” da Lei 7.347/1985, que tem a seguinte dicção:

“Art. 5º **Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:**

(...)

V - **a associação que, concomitantemente:**

a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil;

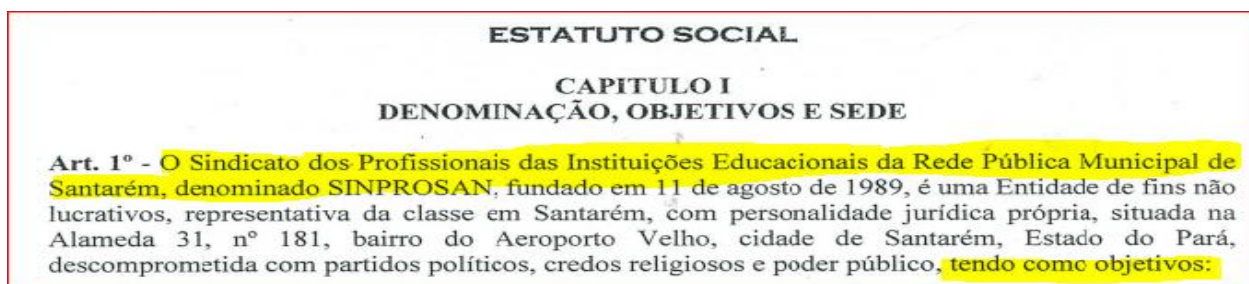




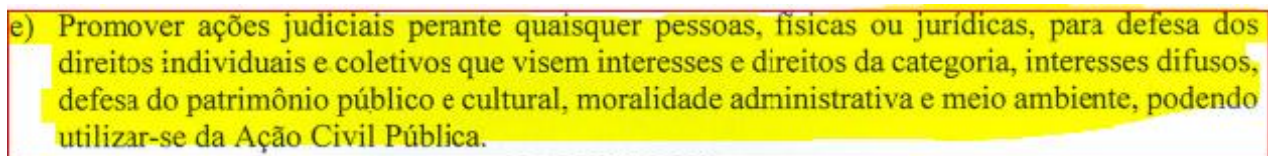
**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.”

No estatuto social consta como finalidade prevista neste preceito legal, senão vejamos:



(...)



Como se observa acima, o Requerente no seu estatuto social respeita o que prevê o art. 5º, V, alíneas “a” e “b” da Lei 7.347/1985.

Sabe-se, com efeito que “o sindicato é uma associação para defesa e coordenação dos interesses econômicos e/ou profissionais de indivíduos que exercem a mesma atividade ou atividades similares ou conexas.”¹

Maurício Godinho Delgado traz a seguinte definição sobre o sindicato

“Sindicatos são entidades associativas permanentes, que representam trabalhadores vinculados por lações profissionais e laborativas comuns, visando tratar de problemas coletivos das

¹ <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/os-sindicatos-e-a-legitimidade-para-a-propositura-da-acao-civil-publica/1640348382> - acessado no dia 16/04/2023 as 20:33hs.





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

**respetivas bases representadas, defendendo seus interesses
trabalhistas e conexos, com objetivo de lhes alcançar melhores
condições de labor e vida. ”²**

Em razão desta natureza jurídica, indene de dúvida que o Requerente tem legitimidade processual para atuar na presente ação civil pública, consoante inteligência do art. 8º, inciso III, 129, § 1º, da Constituição Federal de 1988, art. 5º, inciso V, da Lei 7.347/1985 e art. 82, inciso IV, da Lei 8.078/1990.

Ademais, segundo o art. 1º, inciso IV, da Lei 7.347/1985, cabe a ação civil pública em caso de danos morais e patrimoniais causados a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

No caso, o Requerente visa a proteção do interesse coletivo afeto aos seus associados e da categoria que engloba todos os profissionais da rede pública municipal de ensino relativo ao cumprimento no exercício de 2023 do percentual mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB destinado ao profissional da rede pública municipal de ensino com rateio dos valores em excesso recebidos pelo Requerido que não foram repassados no devido tempo e modo.

A proteção do interesse coletivo repousa na obrigação de pagar quantia certa (dinheiro), em que se pode dizer que está em perfeita consonância ao comando legal suscitado em linha pretérita.

Por fim, mas não menos importante, o Requerido sofre a presente ação civil pública porque descumpriu com o dever legal de pagar os profissionais da educação da rede pública municipal com o percentual mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB referente ao exercício de 2023. Recebeu os ditos recursos, inclusive com sobras; mas deixou de aplicá-los corretamente que impõe o controle judicial do ato ilegal.

Apesar da composição dos recursos dos FUNDEB terem a participação dos três entes da federação, a legitimidade do Requerido sobressai porque foram incorporados ao seu patrimônio jurídico os ditos recursos, atraindo-se, com isso, a responsabilidade

² Delgado, Maurício Godinho Curso de direito do trabalho.-6. Ed. = São Paulo: LTr, 2007, p. 1325.





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

única e exclusiva de fazer respeitar o referido percentual e ao mesmo tempo efetuar o pagamento das sobras que foram demonstradas alhures, consoante prevê o art. 26, caput §2º, da Lei 14.113/2020.

3.2 DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

Uma vez que os recursos do FUNDEB foram incorporados ao patrimônio do Requerido e o caso não versa sobre improbidade administrativa ou mesmo ação penal, argumento que se usa por mero arroubo retórico, a competência para processar e julgar o presente caso é da Justiça Estadual, pois, inexistente interesse processual e jurídico dos demais entes da federação, sobretudo, da União, afastando, com isso, qualquer pretensão futura que arguir eventual preliminar de incompetência em razão da matéria.

3.3 DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA – DA REMUNERAÇÃO CONDIGNA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL.

Segundo o art. 1º, inciso III, da CF/88, o país formado pelos entes da federação que se constitui em um Estado Democrático de Direito e tem como fundamento a dignidade da pessoa humana. Este fundamento obriga o Estado na máxima proteção e respeito ao ser humano em toda a sua extensão de atuação. Sob esta proteção e respeito está a remuneração do trabalhador ou trabalhadora independente de qualquer tipo de vínculo laboral, seja na esfera pública e privada.

Por conta da sistematicidade da Constituição Federal, o fundamento da dignidade da pessoa humana obrigou os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a destinarem os recursos do FUNDEB à remuneração condigna aos profissionais que fazem a educação fundamental e básica no país, consoante inteligência do art. 211-A, caput, da CF/88.

A remuneração condigna aos profissionais da educação da rede pública municipal não está sendo respeitada pelo Requerido, visto que no exercício de 2023 descumpre o percentual mínimo dos 70% dos recursos do FUNDEB; e mesmo recebendo em excesso os recursos do citado fundo, se quedou inerte em promover o rateio na forma de abono.





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

Assim, o Requerido deve ser compelido ao pagamento do rateio do excesso de recursos do FUNDEB do exercício de 2023 ante a falta do cumprimento do percentual mínimo de 70% destinado ao profissional da educação da rede pública de ensino sob pena da permanecer afronta aos artigos 1º, inciso III e caput do art. 212-A, ambos da CF/88.

3.3 DO PERCENTUAL NÃO INFERIOR DE 70% DOS RECURSOS DO FUNDEB DESTINADO A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL.

Todos os fundamentos que regulam o fundo para manutenção e desenvolvimento do ensino se encontram nos artigos 212 e 212-A, ambos da CF/88, que, aliás foram alteradas pela EC 108/2020. Nestes artigos contém desde a participação de cada ente federativo na formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), perpassando pela complementação por parte da União, os percentuais do valor anual por aluno (VAAF), o valor anual total por aluno (VAAT), Valor Aluno Ano por Resultados (VAAR) e até o percentual mínimo de 70% dos recursos do fundo destinado ao pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica.

As recentes alterações no FUNDEB trouxeram inovações das quais se podem destacar: i) o aumento do percentual de 60% para 70% de recursos destinados ao pagamento da remuneração do profissional da educação; ii) inclusão do pessoal de apoio e administrativo no rol de profissionais da educação que devem receber a sua remuneração com base no novo percentual mencionado em linha pretérita; iii) aumento de 5% para 10% dos recursos do FUNDEB que podem ser gastos até o primeiro quadrimestre do exercício subsequente; iv) o FUNDEB é composto, na quase totalidade, por recursos dos próprios Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo constituído de 20% (vinte por cento) dentre eles ITCD, ICMS, IPVA, ITR, FPE, FPM, IPIexp e Receita da dívida ativa tributária, juros e multas relativas aos impostos acima relacionados; v) complementação obrigatória por parte da União Federal no importe de 23% relativo ao VAAF-10%, VAAT-10,5% e o VAAR-2,5%; vi) exceto os recursos do VAAR, todos os





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

recursos do FUNDEB inclusive a complementação do VAAF e VAAT devem ser destinados ao pagamento mínimo de 70% a remuneração do profissional.

Ressalta-se que estes preceitos constitucionais foram regulamentados na Lei 14.113/2020.

Sobre o percentual mínimo destinado ao pagamento da remuneração condigna ao profissional da educação básica, o inciso X, do art. 212- A, da CF/88, tem a seguinte dicção:

“Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:

(...)

XI - proporção não inferior a 70% (setenta por cento) de cada fundo referido no inciso I do caput deste artigo, excluídos os recursos de que trata a alínea "c" do inciso V do caput deste artigo, será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, observado, em relação aos recursos previstos na alínea "b" do inciso V do **caput** deste artigo, o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) para despesas de capital”

Por sua vez, o art. 26, § 2º, da Lei 14.113/2020, fixa a subvinculação obrigatório dos 70% com a remuneração dos citados profissionais e os meios que podem ser utilizados para atingir o referido percentual, senão vejamos:

“Art. 26. Excluídos os recursos de que trata o inciso III do caput do art. 5º desta Lei, proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

(...)

2º Os recursos oriundos do Fundeb, para atingir o mínimo de 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos destinados ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, poderão ser aplicados para reajuste salarial sob a forma de bonificação, abono, aumento de salário, atualização ou correção salarial.”

Como se observa acima, este preceito legal é claro em obrigar, a cada ente federal responsável pela educação fundamental e infantil, a destinação de 70% dos recursos do FUNDEB para pagamento dos profissionais da educação básica. O preceito legal é claro ainda em obrigar os entes da federação, que acaso não alcance o citado índice na remuneração dos profissionais, os recursos do fundo poderão ser aplicados em reajuste salarial sob forma de bonificação, abono, aumento de salário, atualização ou correção salarial.

Nota-se, com isso, que o preceito legal acima obriga os entes da federação responsável com a educação básica em destinar percentual mínimo dos recursos do FUNDEB a remuneração dos profissionais que exercem atividade laborais neste segmento educacional e ao mesmo tempo na hipótese que o percentual não seja atingido, o recurso deve ser usado na remuneração como reajuste salarial, abono, aumento do piso salarial, atualização ou correção salarial caso esteja defasado.

Sobre o assunto, vejamos o que consta manual de orientação sobre os recursos do FUNDEB do Ministério da Educação:

Considerando que uma das finalidades primordiais do Fundeb é exatamente a valorização dos profissionais da educação, enquanto figuras centrais nas ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica nacional, a Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020 promoveu importante alteração na proporção mínima dos Fundos voltada à remuneração desses agentes. A partir da mudança, 70% dos recursos anuais totais dos Fundos, excluídos os recursos advindos da complementação-VAAR, devem ser





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

destinados ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.³

Ressoa ainda da norma infraconstitucional acima, que não é incluído no percentual de 70% a remuneração do profissional da educação a complementação do Valor Aluno Ano por Resultados (VAAR) nos recursos do FUNDEB. A rigor, a complementação do VAAR é a única hipótese de recursos que não fazem parte do citado percentual.

A luz deste preceito constitucional e infralegal expostos acima, o Requerido não atingiu o referido percentual e houve excesso dos recursos do FUNDEB do exercício de 2023, que devem ser repassados para os profissionais da rede pública municipal de ensino na forma de abono, consoante retro fundamentação.

3.4 DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB – DA COMPLEMENTAÇÃO VAAT E VAAF QUE INTEGRAM O PERCENTUAL MÍNIMO DE 70% DESTINADO A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

Como o FUNDEB é um fundo de participação solidária de cada ente da federação, a União Federal contribui com recursos na forma de complementação. O regramento com a definição e percentual da complementação é encontrado no art. 212-A, IV e V, da CF/88, verbis:

“Art. 212-A. **Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:**

II - os fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento):

(...)

3

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/ManualNovoFundeb2021.pdf> - acessado em 17/04/2024, 10:50.

23





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

IV - a União complementar os recursos dos fundos a que se refere o inciso II do caput deste artigo;

V - a complementação da União será equivalente a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do total de recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, distribuída da seguinte forma:

a) 10 (dez) pontos percentuais no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno (VAAF), nos termos do inciso III do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente;

b) no mínimo, 10,5 (dez inteiros e cinco décimos) pontos percentuais em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital, sempre que o valor anual total por aluno (VAAT), referido no inciso VI do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente;

c) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei, alcancem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica”

A Lei 14.113/2020 regulamentou este preceito constitucional, trazendo, à baila, a definição, a fórmula de cálculo, que consta anexo lei, a distribuição e data de pagamento e integralização da complementação aos recursos d FUNDEB. Sem exaurir o tema, forçoso trazer nesta ação civil pública a definição e a distribuição da complementação, vejamos:

“Art. 5º A complementação da União será equivalente a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do total de recursos a que se refere o art. 3º desta Lei, nas seguintes modalidades:

I - complementação-VAAF: 10 (dez) pontos percentuais no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

(VAAF), nos termos da alínea a do inciso I do **caput** do art. 6º desta Lei não alcançar o mínimo definido nacionalmente;

II - complementação-VAAT: no mínimo, 10,5 (dez inteiros e cinco décimos) pontos percentuais, em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital, sempre que o valor anual total por aluno (VAAT), nos termos da alínea a do inciso II do **caput** do art. 6º desta Lei não alcançar o mínimo definido nacionalmente;

III - complementação-VAAR: 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão, alcancem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica, conforme disposto no art. 14 desta Lei.

Parágrafo único. **A complementação da União, nas modalidades especificadas, a ser distribuída em determinado exercício financeiro, será calculada considerando-se as receitas totais dos Fundos do mesmo exercício.**

Art. 6º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se, na forma do seu Anexo:

I - valor anual por aluno (VAAF):

a) decorrente da distribuição de recursos que compõem os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal: a razão entre os recursos recebidos relativos às receitas definidas no art. 3º desta Lei e o número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino, nos termos do art. 8º desta Lei;

b) decorrente da distribuição de recursos de que trata a complementação-VAAF: a razão entre os recursos recebidos relativos às receitas definidas no art. 3º e no inciso I do **caput** do art. 5º desta Lei e o número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino, nos termos do art. 8º desta Lei;





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

II - valor anual total por aluno (VAAT):

a) apurado após distribuição da complementação-VAAF e antes da distribuição da complementação-VAAT: a razão entre os recursos recebidos relativos às receitas definidas no art. 3º e no inciso I do **caput** do art. 5º desta Lei, acrescidas das disponibilidades previstas no § 3º do art. 13 desta Lei e o número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino, nos termos do art. 8º desta Lei;

b) decorrente da distribuição de recursos após complementação-VAAT: a razão entre os recursos recebidos relativos às receitas definidas no art. 3º e nos incisos I e II do **caput** do art. 5º desta Lei, acrescidas das disponibilidades previstas no § 3º do art. 13 desta Lei e o número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino, nos termos do art. 8º desta Lei;

III - valor anual por aluno (VAAR) decorrente da complementação-VAAR: a razão entre os recursos recebidos relativos às receitas definidas no inciso III do **caput** do art. 5º desta Lei e o número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino, nos termos do art. 8º desta Lei.

Por sua vez, a fórmula de cálculo e o cronograma de aporte financeiro da complementação são encontrados nos artigos 12, 13, 14, 15 e 16 da Lei 14.113/2020. Sobre o cronograma com os respectivos percentuais e datas, se observa no art. 16, §2º da referida norma, senão vejamos:

“Art. 16. O Poder Executivo federal publicará, até 31 de dezembro de cada exercício, para vigência no exercício subsequente:

§2º A complementação da União observará o cronograma da programação financeira do Tesouro Nacional e contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, 5% (cinco por cento) da complementação anual, a serem realizados até o último dia útil de cada mês, assegurados os repasses de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) até 31 de julho, de 85% (oitenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de cada ano e de 100% (cem por cento) até 31 de janeiro do exercício imediatamente subsequente.”





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

De fácil vislumbre, se percebe que a complementação tem um cronograma de desembolso por parte da União, sendo que 5% a ser pago até o último dia de cada mês, assegurado o mínimo de 45% até 31 de julho, de 85% até 31/12 e os 100% até 31 de janeiro do exercício imediatamente subsequente. Registra-se que 10% desta complementação por ser usado no exercício subsequente, *verbis*:

“Art. 25. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

(...)

§ 3º Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.”

A menção do art. 70 da Lei 9.394/1996, pelo *caput* do art. 25, tem a seguinte dicção:

“Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação.”

Em exercício exegético destes preceitos legais, pode-se afirmar que parte dos recursos do FUNDEB, inclusive a complementação, devem ser utilizados com o pagamento da remuneração do profissional da educação básica por cada ente da federação. Ou seja, a norma jurídica faz revelar que a complementação que compõe

27





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

FUNDEB deve ser usada para pagamento da remuneração do profissional da educação básica. Extrai-se ainda mais que 10% da complementação da união pode ser utilizada até o primeiro quadrimestre do exercício seguinte mediante abertura de crédito adicional, em que parte destes recursos devem ser destinados ao pagamento da remuneração dos citados profissionais.

Fica evidente, com isso, que afora o VAAR, os recursos do FUNDEB e a complementação devem ser destinados 70% para a uma remuneração condigna aos profissionais que laboram na educação básica.

Portanto, os créditos adicionais que foram abertos com autorização da Câmara Municipal, cabia o percentual de 70% aos profissionais da educação que o Requerente representa; mas que foram desviados ilegalmente para obras e serviços, conforme dito alhures. De igual forma são os valores da complementação do VAAT e VAAR que o Requerido deixou de destinar o referido percentual para a remuneração.

4. DO PEDIDO.

Ante o exposto, o Requerente requer o seguinte:

a) **A total procedência da ação civil pública a fim de que reconheça que o Requerido, no exercício de 2023, não atingiu o índice mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB e complementação da União com o pagamento da remuneração dos profissionais da rede pública municipal de ensino e ao mesmo tempo reconheça que houve excesso de recursos do FUNDEB e determine que seja pago e rateado, na forma de abono, a quantia de R\$ 45.198.576,92 (quarenta e cinco milhões, cento e noventa e oito mil, quinhentos e setenta e seis reais e noventa e dois centavos), para todos os profissionais, respeitando-se, para isso, a peculiaridade remuneratória de cada servidor e servidora;**

b) **alternativamente, na hipótese de ser respeitada a anuidade orçamentária e a utilização dos recursos do FUNDEB e da complementação no mesmo exercício que foram creditados, a total procedência da ação civil pública, a fim de que reconheça que o Requerido, no exercício de 2023, não atingiu o índice mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB e complementação da União destinados ao**

28





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

pagamento da remuneração dos profissionais da rede pública municipal de ensino e ao mesmo tempo reconheça que houve excesso de recursos do FUNDEB e determine que seja pago e rateada, na forma de abono, a quantia de R\$ 41.894.193,18 para todos os profissionais, respeitando-se, para isso, a peculiaridade remuneratória de cada servidor e servidora;

- c) Que seja promovida a citação com vista ao respeito a ampla defesa, caso assim queira ser exercida pelo Requerido;
- d) A intimação do Ministério Público como fiscal da lei;
- e) Que os juros de mora e atualização dos valores devidos pelo Requerido respeitem o que o ordenamento jurídico prescreve a respeito.

5. DO NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS.

Como se trata de ação civil pública, conforme reza o art. 18 da Lei 7.347/1985, não cabe o recolhimento das custas processuais e honorários advocatícios.

6. DA PROVAS

O Requerente pretende produzir todos os meios de provas admitidas em direito, em especial, a juntada de documentos que acompanham a petição inicial, depoimento pessoal da parte contrária, oitiva da testemunha, perícia judicial e outros meios de provas admitidas no ordenamento jurídico.

7. DO VALOR DA CAUSA.

Dar-se-á a causa para efeitos meramente fiscais, o valor de R\$ 1.412,00 (um mil e quatrocentos e doze reais).

Nestes termos,

Pede deferimento,

Santarém, Pará, 17 de abril de 2024.





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN
“A FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

**ISAAC VASCONCELOS LISBOA FILHO
OAB/PA 11.125**

**ADRIANA OSÓRIO PIZA
OAB/PA 24.282**

**AVA BRIGIDA PIZA LISBOA
OAB/PA 32.581**



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM – SINPROSAN, pessoa jurídica de direito privado, entidade sindical inscrita no CNPJ sob o nº 23.041.619/0001-40, com sede na Alameda 31, nº 181, bairro do Aeroporto Velho, CEP 68.020-410, Santarém - Pará, representado pela Presidenta legitimamente eleita, CLARICE REBELO SILVA, brasileira, paraense, professora, titular CPF n.311.140.672-53 e carteira de identidade nº 1845692 SSP-PA.

OUTORGADO: ISAAC VASCONCELOS LISBOA FILHO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, inscrita na OAB/PA sob no 01661, inscrito no CNPJ no 39.425.684/0001-09 e os advogados **ISAAC VASCONCELOS LISBOA FILHO**, brasileiro, paraense, advogado, convivente, titular do CPF no 296.885.312-00, inscrito na OAB-PA sob o nº 11.125, **ADRIANA OSÓRIO PIZA**, brasileira, paraense, convivente, titular do CPF no 233.091.482-20, inscrita na OAB/PA nº 24.282 e **AVA BRIGIDA PIZA LISBOA**, brasileira, paraense, solteira, advogada, titular do CPF no 001.766.962-61, Inscrita na OAB/PA sob o no 32.581, todos estabelecidos profissionalmente na Travessa 15 de Agosto, 399, Sala – A, bairro Centro, Santarém – Pará, CEP 68.005-394 e com e-mail: santarem.lisboa@gmail.com.

PODERES: Através do presente instrumento particular de mandato, o (s) OUTORGANTE (S) nomeia(m) e constituem como seu procurador a OUTORGADA, concedendo-lhe amplos poderes inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, para o fim de propor ações judiciais, requerimentos administrativos, podendo adotar todos os procedimentos necessários para tanto, bem como os especiais de transigir, desistir, receber valores e dar quitação, firmar termos de compromisso, acordar e todos os demais que se façam necessários ao bom e completo desempenho deste mandato, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, e ainda recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso.

Santarém - Pará, 25 de abril de 2024.

Clarice Rebelo Silva
Presidenta do SINPROS.

**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE SANTARÉM – SINPROSAN
CLARICE REBELO SILVA
CPF 311.140.672-53**

Travessa 15 de Agosto, 399 – Sala - A - Bairro Centro – Santarém-Pará.
Celulares: (093) 99165 2423 – 99125-2423
E-mail: santarem.lisboa@gmail.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 23.041.619/0001-40 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/06/1992	
NOME EMPRESARIAL SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUICOES EDUCACIONAIS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE SANTAREM					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****				PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.20-1-00 - Atividades de organizações sindicais					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 313-1 - Entidade Sindical					
LOGRADOURO AL TRINTA E UM		NÚMERO 181		COMPLEMENTO *****	
CEP 68.020-410	BAIRRO/DISTRITO AEROPORTO VELHO	MUNICÍPIO SANTAREM		UF PA	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (93) 3523-2156			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/02/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 18/02/2020 às 15:17:02 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
2º Ofício
Eunice Alexandra Ferreira Viçosa
Marcelo Antônio C. Vieira
Interim
SANTARÉM - ESTADO DO PARÁ
PÁGINA 01 DE 01

**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM**

Fundado em 11 de agosto de 1989 – CNPJ (MF)23.041.619/0001-40

Ata da cerimônia de posse da Diretoria SINPROSAN eleita no dia 22 de dezembro de 2022, realizada no dia 03 de janeiro de 2023.

Às dezoito horas do dia três de janeiro de dois mil e vinte e três, na sede do SINPROSAN, situado à alameda trinta e um, número 181 (cento e oitenta e um) – Aeroporto Velho, Santarém – Pará, foram abertos os trabalhos de cerimônia de Posse da Nova Diretoria do SINPROSAN. De Início o Mestre cerimônia Luis Alípio Gomes escolhido pela Comissão Comissão Eleitoral, deu as boas vindas a todos e passou a convocar os convidados a compor a mesa, sendo as seguintes: o senhor Secretário de Esporte e Lazer do município, o senhor Ezequiel Aquino de Azevedo representando excelentíssimo Prefeito de Santarém Francisco Nêlio Aguiar da Silva; a senhora Deputada Estadual Maria do Carmo Martins Lima, representando a ALEPA; a senhora Professora Jerusa Vidal, representando a Secretária de Educação do Município de Santarém, professora Maria José Maia; o senhor Professor e vereador Josafá Gonçalves, |Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores deste ente municipalista; o senhor Professor Francisco de Assis do Nascimento Costa, representando a 5ª URE; a senhora professora Lademe Corrêa, representando a reitoria da UFOPA; o senhor Professor Jefferson Junior de Oliveira Souza, presidente cessante do SINPROSAN; o senhor Professor Andrei Alan Bento Borges, Presidente da Comissão Eleitoral. Em ato contínuo, o mestre de Cerimônia convidou a Pedagoga Patrícia Freitas para o um momento de oração e posteriormente cantou a música "aleluia, aleluia, aleluia". O mestre de cerimônia convocou a todos os presentes a cantarem o Hino Nacional. Seguiu-se o rito protocolar, foram convidados a discursar os integrantes da mesa já citados, encerrando as falas, o senhor Professor Jefferson Junior de Oliveira Souza presidente cessante do SINPROSAN, em seu discurso, convidou os demais integrantes da sua diretoria cessante e os demais funcionários do sindicato e fez agradecimentos aos serviços prestados a este sindicato, destacou o aumento de mais de 100% dos associados e enumerou uma série de desafios que superou ao longo de sua jornada na presidência desta instituição. O ato seguinte foi a convocação da nova diretoria eleita a se apresentar ao palco e se assentar nas cadeiras destinadas ao ato de posse; o presidente da Comissão Eleitoral, Professor Andrei Alan Bento Borges, os interpelou a realizar o juramento, posteriormente e com base no artigo segundo, parágrafo terceiro, Alínea "I". O presidente da Comissão Eleitoral, professor Andrei Alan Bento Borges, anunciou e declarou posse nos cargos da nova diretoria empossa neste ato para o triênio com o início do dia três de janeiro de dois mil e vinte e três à três de janeiro de dois mil e vinte e seis. O presidente cessante, Professor Jeffersom Junior de Oliveira Souza entregou a faixa de presidente para a presidente eleita e empossada, Professora Clarice Rebelo Silva, que em seguida realizou seu discurso de posse, e posteriormente repassando a fala para a professora Mariley Simone Corrêa Tavares, vice-presidente eleita. A nova diretoria tem a seguinte **COMPOSIÇÃO: PRESIDENTE CLARICE REBELO SILVA**, brasileira, casada, servidora pública, RG Nº 1845692 E CPF Nº 311.140672-53 e PIS/PASEP nº 1705791397/2 residente na Avenida Antônio Simões nº 922, CEP nº 68010-380, Bairro de Santana, Santarém – PA; **VICE-PRESIDENTE MARILEY SIMONE CORREA TAVARES**, brasileira, solteira, servidora pública, RG nº 2816398 e CPF nº 562.574.812-87 e PIS/PASEP nº 1249998980/9 residente na Alameda 05,

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
2º Ofício
Eunice Alexandra Ferreira Viçosa
Marcelo Antônio C. Vieira
Interim
SANTARÉM - ESTADO DO PARÁ
PÁGINA 01 DE 01



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
2º Ofício
Eunice Alexandra Ferreira Vieira
Marques Aurélio C. Vieira
Interino

**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS
DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM**

Fundado em 11 de agosto de 1989 – CNPJ (MF)23.041.619/0001-40

nº 07, CEP nº 65030-400 Bairro Jardim Santarém, Santarém – PA, 1º **SECRETÁRIO ANTÔNIO LEUDIVAN COSTA SOUZA**, brasileiro, casado, servidor público, RG Nº 3720390, CPF Nº 643.183.382-15 e PIS/PASEP nº 1271802015/8, residente na Rua Piracaia nº 202, Bairro Nova Vitória, CEP nº 68025 - 410 Santarém – PA; 2º **SECRETÁRIA MARIA DA CONCEIÇÃO LOURENÇO LEITE**, brasileira, casada, servidora pública, RG nº 1884262, CPF nº 323.646.522 – 00, e PIS/PASEP Nº 1901483491/0 residente na Travessa NS 01, nº 476, CEP nº 68020 – 640 Bairro do Diamantino , Santarém – PA; 1º **TESOUREIRO ELVES DE SOUSA COSTA**, RG nº 3432693 e CPF nº 194.572.942-20, e PIS/PASEP nº 1702451424/6 residente na Rua dois Lirios nº 60, CEP nº 68035 – 395, Bairro Santarenzinho, Santarém - PA e 2º **TESOUREIRO RIVELINO LACERDA CARDOSO**, RG nº 2398033, CPF nº 357.646.432 – 87, PIS/PASEP nº 1705791466/9, residente na Rua Sergio Hein nº 891, bloco 01, apto 102, CEP nº 680200 – 000, Santarém – PA;. Todos domiciliados na cidade de Santarém, Estado do Pará. Dada por encerrado às dezenove horas e trinta minutos desta presente data a Cerimônia de posse da nova diretoria do SINPROSAN , e nada mais havendo a registrar, eu JAIRO RICELLY OLIVEIRA SILVA, na condição de secretário suplente. Encerro a presente ata, que segue por mim assinada, na ausência nesta cerimônia, da secretária titular, professora Charlenira Costa Fernandes; em seguida os demais membros da comissão eleitoral;

COMISSÃO ELEITORAL

ANDREI ALAN BENTO BORGES
PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL

JAIRO RICELLY OLIVEIRA SILVA
SECRETÁRIA DA COMISSÃO ELEITORAL (SUPLENTE)

JANICE SOUSA DINIZ
MESÁRIA DA COMISSÃO ELEITORAL

TABELIONATO DE NOTAS E REGISTROS CIVIS
JOÃO DE MENDONÇA ALHO - Tabelião
R. Alameda Wilson Borja da Rocha, 348 - Centro - Santarém - 68055-569 - PA - Fone: (91) 3563.6874 - e-mail: joao@joaomendoncaalho.com.br

Reconheço por semelhança a firma indicada de:
JAIRO RICELLY OLIVEIRA SILVA
que confiro a: o padrão reg. nesta cartilha. Dada fe.
Santarém, 06 de janeiro de 2023.
Em testemunho da verdade:
Nº 1045729705 DE SEGURANÇA
5859369
5859369
Estat. 1944-80 Selo ES 045 (ata) 08.7.15

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) do:
ANDREI ALAN BENTO BORGES
DOU FE, EM TTO. DA VERDADE.
Jose Larry Salgado Amaral – Escrivente Autorizado

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) do:
JANICE SOUSA DINIZ
DOU FE, EM TTO. DA VERDADE.
Jose Larry Salgado Amaral – Escrivente Autorizado

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SELO DIGITAL RECONHECIMENTO DE FIRMA
No: 5859369 SERIE: A SELADO EM: 06/01/2023
COD. SEGURANÇA: 86395850000094920040622121

QTD.	ENOL.	FRJ	FRC
1	6.88	1.02	0.17

SELO 8.45 TOTAL 7.25
CONSULTE O SELO - [HTTPS://APPS.TJPA.JUS.BR/SELO-PORTAL](https://apps.tjpa.jus.br/selo-portal)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SELO DIGITAL RECONHECIMENTO DE FIRMA
No: 5859369 SERIE: A SELADO EM: 06/01/2023
COD. SEGURANÇA: 96395850000005920040622121

QTD.	ENOL.	FRJ	FRC
1	6.88	1.02	0.17

SELO 8.45 TOTAL 7.25
CONSULTE O SELO - [HTTPS://APPS.TJPA.JUS.BR/SELO-PORTAL](https://apps.tjpa.jus.br/selo-portal)

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
2º Ofício
Eunice Alexandra Ferreira Vieira
Marques Aurélio C. Vieira
Interino
SANTARÉM - ESTADO DO PARÁ
VALIDA SOMENTE COM O SELO DE SELADOR



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
2º Ofício
Eunice Alexandra Ferreira Vieira
Marcos Aurélio C. Vieira
Interino
SANTARÉM - ESTADO DO PARÁ
VÁLIDO SOMENTE PARA AÇÃO DE REGISTRO

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Fundado em 11 de agosto de 1989 – CNPJ (MF)23.041.619/0001-40

DIRETORIA EXECUTIVA ELEITA “CHAPA 01 – A FORÇA DA CATEGORIA”

Clarice Rebelo Silva

CLARICE REBELO SILVA
PRESIDENTE A ELEITA

Mariley Simone Corrêa Tavares

MARILEY SIMONE CORRÊA TAVARES
VICE PRESIDENTA ELEITA

Antônio Leudivan Costa Souza

ANTÔNIO LEUDIVAN COSTA SOUZA
1º SECRETÁRIO ELEITO

Maria da Conceição Lourenço Leite

MARIA DA CONCEIÇÃO LOURENÇO LEITE
2º SECRETÁRIO ELEITO

Elves de Sousa Costa

ELVES DE SOUSA COSTA
1º TESOUREIRO ELEITO

Rivelino Lacerda Cardoso

RIVELINO LACERDA CARDOSO
2º TESOUREIRO ELEITO

TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL
JOÃO DE MENDONÇA ALHO - Tabelião
R. Manoel Wilson Dias da Fonseca, 34 - Fátima - Santarém - PA - CEP: 68010-000

Reconheço por semelhança as firmas indicadas de:
CLARICE REBELO SILVA, ELVES DE SOUSA
COSTA
que conferem o poder de representação ao servidor Doule
Santarem, de 06 de janeiro de 2023.
Em testemunho da verdade
MP HELENE DA R. O. E OLIVEIRA (Escritório)
CNPJ: 10.445.726/98
DE SANTARÉM - PA
CNPJ: 00.000.000/0000-00
90602/SJPA
Enol: R\$43,60 São Paulo 10/05/24 14:50

Reconheço por semelhança as firmas de:
MARILEY SIMONE CORRÊA TAVARES
DOU FE, EM TTD.
DA VERDADE.
Jose Larry Salgado Amaral - Escrivente Autorizado

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SELO DIGITAL RECONHECIMENTO DE FIRMA
No: 5859370 SERIE: A SELADO EM: 06/01/2023
COD. SEGURANÇA: 07395850000015920040022121

QTD.	ENOL.	FRJ	FRC
1	6.80	1.02	0.17

SELO 0,45 TOTAL 7,25
CONSULTE O SELO - [HTTPS://APPS.TJPA.JUS.BR/SELO-PORTAL](https://apps.tjpa.jus.br/selo-portal)

Reconheço por semelhança as firmas de:
ANTÔNIO LEUDIVAN COSTA SOUZA
DOU FE, EM TTD.
DA VERDADE.
Jose Larry Salgado Amaral - Escrivente Autorizado

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SELO DIGITAL RECONHECIMENTO DE FIRMA
No: 5859371 SERIE: A SELADO EM: 06/01/2023
COD. SEGURANÇA: 17395850000015920040022121

QTD.	ENOL.	FRJ	FRC
1	6.80	1.02	0.17

SELO 0,45 TOTAL 7,25
CONSULTE O SELO - [HTTPS://APPS.TJPA.JUS.BR/SELO-PORTAL](https://apps.tjpa.jus.br/selo-portal)

Reconheço por semelhança as firmas de:
MARIA DA CONCEIÇÃO LOURENÇO LEITE
DOU FE, EM TTD.
DA VERDADE.
Jose Larry Salgado Amaral - Escrivente Autorizado

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SELO DIGITAL RECONHECIMENTO DE FIRMA
No: 5859372 SERIE: A SELADO EM: 06/01/2023
COD. SEGURANÇA: 27395850000025920040022121

QTD.	ENOL.	FRJ	FRC
1	6.80	1.02	0.17

SELO 0,45 TOTAL 7,25
CONSULTE O SELO - [HTTPS://APPS.TJPA.JUS.BR/SELO-PORTAL](https://apps.tjpa.jus.br/selo-portal)

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
2º Ofício
Eunice Alexandra Ferreira Vieira
Marcos Aurélio C. Vieira
Interino
SANTARÉM - ESTADO DO PARÁ
VÁLIDO SOMENTE PARA AÇÃO DE REGISTRO

**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUÇÕES EDUCACIONAIS
DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM**
SINPROSAN QUALIDADE DE VIDA: CONTINUAR COM A FORÇA DA UNIÃO
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40
ALAMEDA 31, Nº 181, AEROPORTO VELHO. CEP 68020-410
WWW.SINPROSAN.COM.BR / E-MAIL SINPROSAN@UOL.COM.BR
FONES: 99 143-2826 / 99 132-6883 / 3522-7015

ESTATUTO SOCIAL



SANTARÉM – PARÁ – 2019



ESTATUTO SOCIAL

CAPITULO I DENOMINAÇÃO, OBJETIVOS E SEDE

Art. 1º - O Sindicato dos Profissionais das Instituições Educacionais da Rede Pública Municipal de Santarém, denominado SINPROSAN, fundado em 11 de agosto de 1989, é uma Entidade de fins não lucrativos, representativa da classe em Santarém, com personalidade jurídica própria, situada na Alameda 31, nº 181, bairro do Aeroporto Velho, cidade de Santarém, Estado do Pará, descomprometida com partidos políticos, credos religiosos e poder público, tendo como objetivos:

- a) Congregar os profissionais que exercem atividades nas instituições educacionais da Rede Pública Municipal de Santarém, da ativa e aposentados, incentivando o espírito associativo, coordenando, estimulando, defendendo os interesses coletivos e individuais dos associados e da categoria;
- b) Promover o intercâmbio e colaborar com Entidades congêneres e de outras categorias de trabalhadores;
- c) Lutar contra as formas de opressão e exploração e prestar irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores em geral;
- d) Lutar pela defesa das liberdades individuais e coletivas e pelo respeito à justiça social e pelos direitos fundamentais do ser humano;
- e) Promover ações judiciais perante quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, para defesa dos direitos individuais e coletivos que visem interesses e direitos da categoria, interesses difusos, defesa do patrimônio público e cultural, moralidade administrativa e meio ambiente, podendo utilizar-se da Ação Civil Pública.

CAPITULO II DA FILIAÇÃO, DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 2º - O Sindicato é constituído de associados fundadores e efetivos.

Art. 3º - São associados fundadores os que pertenciam à associação profissional dos professores de Santarém e os que participaram da Assembleia Geral de fundação do SINPROSAN, não tendo direito a voto nem estando submetidos às penalidades previstas neste Estatuto.

Parágrafo Único – Os associados fundadores poderão se tornar efetivos, usufruindo de todos os direitos e se sujeitando a todos os deveres, se cumprido o disposto no art. 4º desse Estatuto.

Art. 4º - São associados efetivos todos os profissionais das instituições educacionais da Rede Pública Municipal de Santarém, em atividade e inativos, cuja inscrição seja efetuada pela Diretoria, e que cumpram os preceitos estabelecidos no presente estatuto.

Parágrafo Único – Para os casos em que a Comissão Eleitoral vier a substituir a Diretoria, nos moldes do art. 33, parágrafo quinto, àquela será cabível a inscrição de novos associados.

Art. 5º - A admissão do associado efetivo tem as seguintes exigências:

- a) Preencher e assinar proposta de filiação e de aceitação em pagar contribuição mensal correspondente a 1,5% do salário base ao Sindicato;
- b) Anexar à proposta 01 (uma) fotografia 3x4.

§1º - A contribuição sindical mensal poderá ser efetivada por meio de desconto diretamente sobre os vencimentos do filiado pelo Executivo Municipal, mediante expressa autorização;

§2º - A contribuição sindical mensal do filiado aposentado poderá ser efetivada por meio de desconto diretamente sobre seus proventos ou mediante carnê, no percentual equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor de um salário mínimo nacional.



Gleydson Alves Pontes
OAB/PA 12347
CPF: 457.986.992-34

Art. 6º - São direitos dos associados:

- a) Participar com voz e voto nas resoluções da Assembleia Geral, a partir da primeira contribuição sindical mensal em contracheque, ou carnê, em caso de aposentados;
- b) Votar nas eleições sindicais, respeitado o prazo de 06 (seis) meses de associação, dentro dos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao dia da eleição;
- c) Após 24 (vinte e quatro) meses consecutivos e ininterruptos de filiação imediatamente anteriores à data da eleição, ser votado para cargos de órgãos de administração da entidade;
- d) Propor admissão, suspensão ou exclusão de associados e diretores, mediante Justificativa;
- e) Ser representado e defendido em seus direitos, em toda reclamação relativa ao seu trabalho;
- f) Apresentar sugestões, proposições e críticas das atividades de dirigentes do Sindicato;
- g) Participar de todos os eventos culturais, desportivos, recreativos, cívicos e educacionais que o Sindicato promover;
- h) Requerer por escrito ao Presidente do Sindicato, ou à Diretoria, a convocação da Assembleia Geral, expondo suas razões;
- i) Desligar-se ou se licenciar do quadro social, quando lhe convier;
- j) Receber as informações requeridas, pertinentes aos organismos da entidade, bem como ter acesso a todos os livros contábeis e financeiros, relatórios, prestações de contas de qualquer natureza, nas dependências da sede da entidade, mediante requerimento com prazo de antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, inclusive podendo fazer pedido de esclarecimento(s) à Diretoria;
- k) Recorrer junto à Assembleia Geral das decisões que considerar ilegais ou anti-estatutárias da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, da Comissão de Ética e Departamentos, através de requerimento previamente enviado à Diretoria, cujo assunto deve ser publicado em edital de convocação;
- l) Ter amplo acesso às instalações e informações de decisões tomadas por qualquer instância da entidade, bem como às atividades e programas desenvolvidos por ela, podendo também examinar livros e documentos que tenham implicação com o patrimônio da entidade, nas mesmas condições estabelecidas na alínea "j" do art. 6º deste Estatuto;
- m) Assistir as reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Parágrafo Único - A qualidade de associado, inclusive os direitos sociais previstos neste Estatuto, é pessoal e intransferível, sob qualquer título ou forma.

Art. 7º - São deveres dos associados:

- a) Respeitar, cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, regimento interno e demais normas ou regulamentos que forem legitimamente criados pela Assembleia Geral ou pela Diretoria, sob pena de sofrer penalidades previstas neste Estatuto;
- b) Pagar a contribuição Sindical associativa aprovada pela Assembleia Geral no prazo estabelecido;
- c) Exercer, com empenho e denodo, os cargos para os quais forem eleitos, com regularidade e assiduidade, salvo nos casos de impedimentos justificados;
- d) Colaborar com as iniciativas da entidade;
- e) Comparecer aos atos e programações realizadas pelo Sindicato;
- f) Comparecer regularmente às Assembleias Gerais, tornando-se parte ativa em movimentos de interesse do Sindicato;
- g) Acatar e respeitar as deliberações tomadas nas Assembleias;
- h) Zelar pelo patrimônio moral e material do Sindicato e lutar pela realização de suas finalidades;
- i) Não representar, tampouco tomar decisões em nome do Sindicato, sem prévia autorização da Assembleia Geral, ressalvadas aquelas oriundas dos diretores nos casos de urgência, posteriormente justificadas na Assembleia imediatamente posterior ao ato.



Gleydson Alves Pontes
OAB/PA 12347
CPF: 457.986.992-34

Art. 8º - Caberá a Diretoria conceder ao associado licença, quando solicitada por escrito, não excedendo o prazo de dois anos.

§1º - Durante o prazo de licença o filiado licenciado estará desobrigado para com as contribuições sindicais mensais, não fazendo jus aos benefícios decorrentes da filiação.

§2º - O filiado licenciado do trabalho em auxílio-doença está desobrigado para com a contribuição sindical mensal, mantendo todos os benefícios da condição de filiado, devendo comunicar ao sindicato o retorno ao trabalho.

§3º - O associado será considerado desligado do Sindicato em caso de:

- a) Afastamento sem a solicitação por escrito;
- b) Falta de pagamento da mensalidade num prazo superior a quatro meses;

CAPÍTULO III DAS PENALIDADES

Art. 9º - Os associados estarão sujeitos a penalidades de Advertência, Suspensão e Exclusão do quadro do SINPROSAN, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

Art. 10 - A Advertência se dará ao associado que cometer infrações consideradas leves, enquanto que a penalidade de Suspensão em caso de reincidência disciplinar, dentre outras hipóteses de infrações com gravidade mediana.

Parágrafo Único – A penalidade de Suspensão poderá ser de três meses a um ano.

Art. 11 – A penalidade de exclusão será aplicada a casos considerados como de infrações graves.

§1º - Serão consideradas infrações disciplinares graves:

- I - Agir contra a realização dos objetivos da entidade;
- II - Cometimento de apropriação indébita de bens ou valores do SINPROSAN;
- III - Dilapidar dolosamente o patrimônio material da entidade;
- IV - Contrapor-se concretamente às decisões e deliberações tomadas pela Assembleia Geral;
- V – Atacar a integridade física ou moral de membros da categoria, sem prova legalmente aceita;
- VI – Em outros casos assim considerados graves pela Assembleia Geral.

§2º – O filiado excluído poderá ser reabilitado ao quadro de filiados após o período de três anos da decisão, sujeito à aprovação da Assembleia Geral, vedado tal benefício em caso de reincidência na mesma infração.

Art. 12 - As penalidades previstas serão aplicadas pela Diretoria Executiva após parecer oficial da Comissão de Ética, cabendo recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, para o Conselho de Representantes de Polos, decisão da qual caberá recurso em 15 (quinze) dias para a Assembleia Geral.

§1º - Em caso de destituição de mandato da Diretoria Executiva ou outros órgãos da entidade na forma do artigo 14, alínea “d”, a competência é originária da Assembleia Geral.

§2º - A responsabilidade por ato de infração disciplinar prescreve:

- I – em um ano, quanto às faltas sujeitas à penalidade de advertência;
- II – em dois anos, quanto às faltas sujeitas à penalidade de suspensão;
- III – em quatro anos, quanto às faltas sujeitas à penalidade de exclusão.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO DO SINDICATO

Art. 13 - O Sindicato será constituído pelas seguintes instâncias:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho de Representantes de Polos;



Gleydson Alves Pontes
OAB/PA 12347
CPF: 457.986.992-34



- c) Diretoria Executiva;
- d) Conselho Fiscal;
- e) Comissão de Ética;
- f) Departamentos.

SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 14 - Assembleia Geral é o órgão máximo do Sindicato, de caráter deliberativo, composto pelos associados em pleno gozo de seus direitos, sendo-lhe competente:

- a) Resolver os recursos das decisões da diretoria e demais instâncias do Sindicato;
- b) Decidir sobre a filiação do Sindicato em federação e demais Entidades, bem como a desfiliação do Sindicato;
- c) Avaliar, aprovar ou não o Regulamento Eleitoral;
- d) Destituir os dirigentes da categoria;
- e) Aprovar as contas;
- f) Alterar o Estatuto;
- g) Resolver os casos omissos do presente Estatuto;
- h) Eleger o Conselho Fiscal e Comissão de Ética;
- i) Decidir sobre as alienações patrimoniais de qualquer natureza do Sindicato;
- j) Deliberar pela deflagração de Greve;

§1º - As Assembleias Gerais serão abertas com o *quórum* de 15% (quinze por cento) do número de filiados, em **primeira convocação**, 10% (dez por cento) do número de filiados em **segunda convocação**, 15 minutos após a primeira convocação, ou com 5% (cinco por cento) do número de filiados em **terceira convocação**, 15 minutos após a segunda convocação, com poder de deliberação por maioria simples dos presentes.

§2º - Será exigido *quorum* especial nos casos e na forma abaixo:

- a) Para deliberação a que se refere a alínea "d": 20% (vinte por cento) do número dos associados e o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos associados presentes em Assembleia, com pauta especificada no ato convocatório;
- b) Para deliberação a que se refere a alínea "e" e "g": 10% (dez por cento) do número dos associados e o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos associados presentes em Assembleia, com pauta especificada no ato convocatório;
- c) Para deliberação a que se refere a alínea "f": 15% (quinze por cento) do número dos associados e o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos associados em Assembleia, com pauta especificada no ato convocatório;

Art. 15 - Ao presidente da Assembleia Geral compete presidir as Assembleias e emitir voto de minerva quando necessário.

Art. 16 - A Assembleia Geral reunir-se-á:

- a) Ordinariamente, três vezes por ano, em maio, setembro e dezembro, a fim de julgar as contas da Executiva, mediante o balanço e relatório financeiros, bem como parecer do Conselho Fiscal;
- b) Extraordinariamente, quando necessário, para deliberar sobre assuntos previstos no edital de convocação, bem como os temas sugeridos por filiados na abertura da Assembleia.

§1º - A pauta de análise e aprovação de contas da Diretoria Executiva será sempre o primeiro ponto de pauta das Assembleias de prestação de contas.

§2º - No ano das eleições, a Assembleia de prestação de contas deverá ser realizada até 30 (trinta) dias antes do dia marcado para as eleições.



Gleydson Alves Pontes
OAB/PA 12347
CPF: 457.986.992-34



Art. 17 - Realizar-se-ão as Assembleias Gerais Extraordinárias no mínimo cinco dias após a publicação do Edital de convocação, que poderá ser feita:

- a) Pelo presidente ou maioria simples da Diretoria;
- b) A requerimento dos associados, respeitado o mínimo de 1/5, em condição de requerê-las, os quais especificarão, pormenorizadamente os motivos da convocação, sendo obrigatório o comparecimento de 1/3 (um terço) dos solicitantes, sob per nulidade da Assembleia.

§1º – Excepcionalmente durante o processo de negociação grevista, o prazo referido no *caput* desde artigo poderá ser flexibilizado, desde que garantida ampla divulgação da convocatória da Assembleia Geral.

§2º – A divulgação do edital de convocação das Assembleias Gerais será feita por afixação nas dependências da entidade, através do envio aos diretores de escola para divulgação em mural escolar, por meio do site do SINPROSAN na internet e por perfis do sindicato em comunidades virtuais da internet, garantida a divulgação por meio de rádio para o caso das escolas de difícil acesso.

SEÇÃO II CONSELHO DE REPRESENTANTES DE POLOS

Art. 18 – O Conselho de Representantes de Polos (CRP) é órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo, composto pelos Diretores Executivos em conjunto com 12 (doze) membros Conselheiros e respectivos suplentes, os quais escolhidos livremente pela Diretoria Executiva *a partir de reunião em cada polo e apresentados à Assembleia Geral até 90 (noventa) dias após a posse da diretoria, executiva, com ampla divulgação por todos os meios.*

§1º-Compete privativamente ao CRP:

- a) Editar seu Regimento Interno e suas Resoluções;
- b) Julgar em grau de recurso as decisões emanadas da Diretoria Executiva, incluindo as demandas disciplinares;
- c) Eleger os substitutos para os cargos de Primeiro e Segundo Secretários Gerais e Primeiro e Segundo Tesoureiros, nos casos de renúncia de ambos na Secretaria Geral ou Tesouraria, mediante a indicação da Diretoria, resguardados os requisitos eleitorais para os cargos;
- d) Deliberar sobre instituição de taxas administrativas de qualquer natureza no âmbito do SINPROSAN;
- e) Apreciação o plano de trabalho anual do Sindicato;
- f) Apresentar demandas para a Diretoria Executiva;
- g) Decidir sobre alienação onerosa de patrimônio da entidade em valor não superior ao equivalente a 03 (três) salários mínimos;
- h) Decidir sobre doação ou descarte de patrimônio da entidade quando classificada como sucata ou obsoleto em alto grau por parecer técnico, quando seu valor não ultrapassar o equivalente a um salário mínimo por peça;
- i) Desempenhar outras atribuições prevista no Regimento Interno da entidade.

§2º– Para efeitos de composição do Conselho são considerados os seguintes Polos:

- a) Um representante por cada polo da Cidade; Grandes Áreas: Prainha, Santarezinho, Nova República e Aldeia)
- b) Planalto – PA Santarém/Curuá-Una;
- c) Planalto – BR Santarém/Cuiabá;
- d) Planalto – Eixo Forte;
- e) Rios – Arapiuns;
- f) Rios – Arapixuna;
- g) Rios – Lago Grande;
- h) Rios – Tapajós;



Gleydson Alves Pontes
OAB/PA 12347
CPF: 457.986.992-34

i) Rios – Várzea.

§3º- O enquadramento das unidades de ensino por Polo será aprovado por Assembleia Geral e registrada na forma de Resolução.

§4º- O CRP será presidido pelo Presidente da Diretoria Executiva e secretariado pelo Secretário Geral da entidade, reunindo-se ordinariamente a cada três meses, ou extraordinariamente por convocação do seu presidente, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, para tratar dos temas enumerados em edital de convocação, admitida sugestões de matéria na abertura da própria sessão por conselheiros, e suas deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos, garantido ao seu presidente o voto de minerva.

SEÇÃO III DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 19 - O sindicato será administrado por uma Diretoria composta de 06 (seis) membros eleitos, efetivos na forma do regulamento eleitoral, para cumprir a função executiva de decisões da categoria, com o mandato de 3 (três) anos.

§1º - É permitida uma recondução para os cargos de Presidente e Tesoureiro, podendo haver indeterminado número de recondução para os demais cargos da Diretoria.

§2º - Para efeitos de vedação eleitoral, considerando-se recondução também a candidatura ao cargo de Vice-presidente, sequencialmente, por Presidente já reconduzido.

§3º - É proibido aos diretores do sindicato exercerem cargo de livre nomeação e exoneração pela gestão pública, em qualquer de suas esferas e Poderes.

§4º - Caso o Vice-presidente assuma o mandato de presidente faltando mais de um ano para o encerramento do mandato, esse período será considerado como um mandato, para efeitos de recondução visto no §1º deste artigo.

§5º - Em caso de renúncia ou destituição do Presidente e do Vice-presidente antes de completados dois anos de mandato, deverá ocorrer nova eleição para a Diretoria Executiva no mês de dezembro subsequente, devendo ser eleita Junta Governativa provisória até a data da realização da eleição.

§6º - Na hipótese vista no §5º deste artigo, sendo o período de mandato remanescente não superior a um ano, o Secretário Geral assumirá definitivamente a presidência, e haverá recomposição dos cargos de Primeiro e Segundo Secretários, na forma do art. §1º, alínea “c” do art. 18 deste estatuto.

§7º- Fica assegurado ao Presidente e Vice-presidente um recesso de 15 (quinze) dias, independente das férias anuais, em momento a ser definido em cada caso.

Art. 20 - Os membros da Diretoria serão denominados: Presidente; Vice-presidente; 1º e 2º Secretários; 1º e 2º Tesoureiros.

§1º - Todos os membros da diretoria residirão obrigatoriamente no Município de Santarém;

§2º - O Presidente e o Vice-presidente serão necessariamente licenciados para o exercício do mandato sindical, devendo manter dedicação em tempo integral às atividades sindicais.

Art. 21 - Os diretores licenciados para o exercício de mandato classista receberão gratificação à custa das finanças do Sindicato, no percentual equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do salário



Gleydson Alves Pontes
OAB/PA 12347
CPF: 457.986.992-34



base dos seus cargos efetivos até o último mês dos seus mandatos.

Parágrafo Único – O expediente dos diretores licenciados, na forma deste artigo, será definido no regimento interno do Sindicato.

Art. 22 – São atribuições e obrigações da Diretoria:

- a) Reunir-se obrigatoriamente pelo menos uma vez a cada mês;
- b) Propor alterações no valor das contribuições mensais a ser votado pela Assembleia Geral;
- c) Propor à Assembleia Geral valores de ordenado e/ou gratificações a serem pagos a assessores contratados e a funcionários da Entidade;
- d) Elaborar proposta de regimento interno para aprovação pela assembleia;
- e) Coordenar e dirigir todas as atividades específicas do Sindicato;
- f) Elaborar e submeter à apreciação da assembleia geral o plano de trabalho anual do Sindicato;
- g) Elaborar o orçamento anual e submetê-lo à Assembleia Geral, após parecer do Conselho Fiscal;
- h) Contratar e fiscalizar funcionários administrativos, técnicos da entidade, inclusive profissionais e/ou empresa com aptidão específica para o exercício das funções necessárias para o bom funcionamento do sindicato, após prévia reunião, com ata lavrada, realizada para este fim, com presença de todos os diretores ou seus substitutos;
- i) Proceder o registro, o histórico e a guarda dos bens patrimoniais.
- j) Receber reclamações por escrito, assinadas e fundamentadas contra quaisquer de seus diretores e/ou associados.
- k) Aplicar penalidades disciplinares, na forma do artigo 12.

Art. 23 – Ao Presidente compete:

- a) Representar o Sindicato em juízo ou fora dele;
- b) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria, Assembleias Gerais e Conselho de Representes de Polos, cabendo-lhe o voto de minerva;
- c) Apresentar semestralmente nas reuniões ordinárias da Assembleia Geral um relatório das atividades da Diretoria;
- d) Dar providências nos casos urgentes;
- e) Assinar cheques e efetuar pagamentos das despesas em conjunto com o tesoureiro;
- f) Admitir, punir, demitir funcionários de acordo com as necessidades, submetendo suas decisões à apreciação da Diretoria;
- g) Assinar ata das reuniões juntamente com o Secretário ou quem as lavrou, em caso de impedimento deste, e despachar o expediente;
- h) Receber doações mediante o consentimento de todos os membros da Diretoria Executiva que representa a Entidade.

Art. 24 – Ao Vice-presidente compete:

- a) Substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos;
- b) Fomentar intercâmbio com entidades congêneres;
- c) Auxiliar o Presidente no desempenho de suas atribuições;
- d) Comparecer aos atos e programações realizadas pelo Sindicato.

Art. 25 – Compete ao Primeiro Secretário, e em sua ausência ou impedimento, ao Segundo Secretário:

- a) Substituir o Presidente nas suas ausências, caso o Vice-presidente tenha renunciado ou sido destituído;
- b) Organizar e dirigir os serviços de Secretaria da entidade, inclusive o que diz respeito aos empregados;
- c) Secretariar as reuniões da Diretoria, assembleias gerais e lavrar atas;



Gleydson Alves Pontes
OAB/PA 12347
CPF: 457.986.992-34



- d) Manter sob sua guarda os livros e documentos da entidade exceto os da tesouraria;
- e) Redigir e assinar as correspondências sociais;

Art. 26 – Compete ao Primeiro Tesoureiro, e em sua ausência ou impedimento ao Segundo Tesoureiro:

- a) Assinar cheques e efetuar pagamentos das despesas em conjunto com o Presidente;
- b) Efetuar depósitos e pagamentos autorizados pela Diretoria;
- c) Apresentar nas reuniões bimestrais da Diretoria e nas do Conselho Fiscal balancete financeiro, juntamente com documentos comprobatórios de despesas.

Art. 27 - Nos casos de renúncia ou destituição dos cargos de Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros, deverá ocorrer a recomposição dos referidos cargos, na forma do art. 18, §1º, alínea “c” deste estatuto.

Seção IV DO CONSELHO FISCAL

Art. 28 – O Conselho Fiscal do SINPROSAN se constituirá de 05 (cinco) membros efetivos e 03 (três) suplentes, a serem eleitos em Assembleia Geral, no prazo de 30 (trinta) dias após a posse da Diretoria, para o mandato de 03 (três) anos.

§1º - Os membros do Conselho Fiscal, pela maioria simples de votos, elegerão entre si, um presidente para coordenação de seus trabalhos.

§2º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente ao final de cada bimestre, e a qualquer tempo sempre que convocado pelo seu presidente, pela diretoria, ou a requerimento subscrito por no mínimo 5% (cinco por cento) dos associados do Sindicato e deliberará pela maioria de seus membros exclusivamente sobre os fatos para os quais tivera sido convocado, reservando-se ao presidente o voto de qualidade quando este se fizer necessário.

§3º - Não poderá assumir ou manter cargo de conselheiro fiscal aquele que detiver cargo ou função de confiança, ou vier a exercê-lo durante o seu mandato, bem não poderá ter relação de parentesco com membros da diretoria executiva até o quarto grau.

Art. 29 - Ao Conselho Fiscal do SINPROSAN reservam-se como exclusivas as seguintes atribuições:

- I - Fiscalizar, auditar e exarar pareceres de avaliação e mérito sobre o gerenciamento contábil-financeiro e patrimonial das atividades do SINPROSAN;
- II - Opinar previamente sobre as alienações patrimoniais de qualquer natureza;
- III - Proceder a elaboração de relatórios minuciosos e específicos em caso de ocorrência de dissolução e liquidação do SINPROSAN;
- IV - Dar parecer sobre a previsão orçamentária, balanços e retificação ou suplementação do orçamento.
- V - Propor medidas que visem à melhoria da situação financeira do Sindicato.

Seção V DA COMISSÃO DE ÉTICA

Art. 30 – A Comissão de Ética, eleita em assembleia geral, convocada para 30 (trinta) dias após a posse da diretoria, é composta de 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes, tem como finalidade apreciar as infrações em processo disciplinar, assegurando ao interessado o exame dos autos e respeitando seu direito de defesa.

§1º - O processo disciplinar será instituído pela Diretoria Executiva e deverá ser concluído dentro do



Gleydson Alves Pontes
OAB/PA 12347
CPF: 457.986.992-34



prazo de 40 (quarenta) dias úteis, podendo ser prorrogado por mais 20 (vinte) dias úteis.

§2º - A Comissão receberá a reclamação da Diretoria Executiva, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do protocolo realizado junto a esta e notificará o imputado, encaminhando-lhe cópia da representação disciplinar ou denúncia e dos documentos que porventura lhe acompanhem, para defesa prévia escrita no prazo de 10 (dez) dias úteis, a qual poderá ser acompanhada de documentos comprobatórios do alegado, ocasião em que também poderão ser arroladas testemunhas, no número máximo de 08 (oito), podendo se fazer representar por advogado.

§3º - As audiências de oitiva do representante, do representado e de eventuais testemunhas, devem ocorrer no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis, após recebimento da defesa prévia escrita.

§4º - Após oitiva de testemunhas porventura arroladas e depoimento pessoal do imputado, a Comissão produzirá o termo de indicação, onde elencará as infrações encontradas e as provas de sua ocorrência e autoria, abrindo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de alegações finais do imputado.

§5º - A Comissão apresentará um parecer conclusivo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento das alegações finais e enviará à Diretoria Executiva para decisão, onde elencará as infrações encontradas e as provas de sua ocorrência e autoria, com sugestão de penalidade a ser aplicada, ou, simplesmente acusando a inconsistência da denúncia apurada, caso em que deverá fundamentadamente sugerir a extinção do feito disciplinar.

§6º - A decisão disciplinar deverá ser exarada pela Diretoria em até 3 (três) dias úteis após o recebimento do relatório final.

Art. 31 – Caso o suposto infrator seja detentor de mandato dos órgãos da entidade poderá o mesmo ser afastado do cargo durante o processo de sindicância, por decisão da Comissão de Ética, caso entenda-se que a permanência no mandato coloque em risco o procedimento de apuração disciplinar.

Parágrafo Único – Em todo caso de investigação disciplinar, o membro da Comissão de Ética denunciado deverá ser afastado do processo disciplinar, assumindo seu suplente.

SEÇÃO VI DOS DEPARTAMENTOS

Art. 32 – Os Departamentos são órgãos administrativos do Sindicato, de caráter consultivo e de assessoramento da Diretoria Executiva, com o número de 03 (três) membros em cada departamento, todos de livre nomeação da Diretoria, em 30 (trinta) dias após a posse da diretoria, com atribuições definidas no Regimento Interno, sendo estes os seguintes:

- a) de Esporte e Lazer;
- b) de Eventos e Cerimonial;
- c) de Formação Sindical;
- d) de Arte e cultura;
- e) de Servidores de Apoio;
- f) de Aposentados.
- g) de Educação Ambiental;

Parágrafo Único – Cada Departamento será constituído por um diretor e mais dois membros, com atribuições dispostas em regulamento interno, e no caso de faltas injustificadas a duas reuniões consecutivas ou quatro alternadas a cada ano, ou mesmo se mostre omissos nas atribuições do departamento, o membro será substituído por deliberação da Diretoria.



Gleydson Alves Pontes
OAB/PA 12347
CPF: 457.986.992-34



CAPITULO V DAS ELEIÇÕES

Art. 33 - A eleição da Diretoria Executiva ocorrerá até o sexto dia antes do termo final do mandato em curso, tendo direito a voto todos os associados que estejam em dia com suas obrigações, salvo as exceções contidas neste Estatuto, com convocação por meio de Edital baixado pela Diretoria Executiva em Exercício.

§1º - Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votos dos associados votantes nas eleições.

§2º - Caso haja empate entre as chapas para escolha da Diretoria, deverão ser preservados os votos apurados, realizando-se eleição suplementar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, dela participando apenas os eleitores que não exerceram o direito ao voto no pleito.

§3º - As chapas que concorrerão à eleição da Diretoria Executiva deverão ser homologadas até 50 (cinquenta) dias de antecedência às eleições, conforme edital que será divulgado pela Comissão Eleitoral.

§4º - Os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, da Comissão de Ética e dos Departamentos que desejarem concorrer à eleição, deverão renunciar aos cargos que ocupam, com antecedência mínima de trinta dias da data marcada para a ocorrência da mesma.

§5º - Caso todos os membros dos órgãos previsto no parágrafo anterior desejem se candidatar, deverão renunciar no referido prazo, respondendo provisoriamente pela Direção do Sindicato a Comissão Eleitoral, com referendun da Assembleia Geral.

§6º - Para candidatar-se a cargos eletivos do Sindicato, o associado deverá preencher os seguintes requisitos:

I – ter no mínimo vinte e quatro meses contínuos e ininterruptos de associação imediatamente anteriores à data da eleição;

II – estar em dia com suas contribuições sindicais mensais do art. 5º deste Estatuto;

III – não ter sido condenado em processo criminal com trânsito em julgado;

§7º - Em caso de qualquer impedimento ou motivo de força maior, a eleição será feita, no máximo, sessenta dias após o prazo determinado.

§8º - Com propósito de manter a independência e autonomia do sindicato, não poderão concorrer a cargos dos órgãos da entidade os servidores ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração pelo Poder Público de qualquer de suas esferas, ou tê-lo sido num período até seis meses antes da data da eleição.

§9º - A comissão eleitoral deverá oficial ao Município em caso de renúncia de diretor licenciado para exercício de mandato classista, nos termos do parágrafo 4º deste artigo, devendo este assumir seu cargo efetivo no período eleitoral, a fim de garantir condições de igualdade entre candidatos.

§10 – Deve ser assegurado pelo menos 10 (dez) dias para inscrição de chapas, e 20 dias para campanha.

Art. 34 - As eleições serão organizadas por Comissão Eleitoral, composta por um Presidente, um mesário e um Secretário, filiados do sindicato, eleita em Assembleia Geral, realizada pelo menos 70



Gleydson Alves Pontes
OAB/PA 12347
CPF: 457.986.992-34

(setenta) dias antes da realização das eleições, não podendo estes serem membros das chapas inscritas, detentor de cargo ou função de livre nomeação e exoneração, cônjuges companheiros ou parentes consanguíneos e por afinidade até o quarto grau dos candidatos ou entre si ou, ainda, integrantes da Diretoria.

Art. 35 – Compete à comissão eleitoral seguir o regulamento eleitoral, que deve obedecer aos seguintes critérios:

- a) As chapas numeradas constando os nomes dos candidatos correspondentes a cada cargo;
- b) As eleições serão diretas e realizadas em escrutínio secreto;
- c) Terminada a apuração, a chapa vencedora será proclamada eleita pelo presidente da Comissão Eleitoral, conferindo-lhe posse no primeiro dia de mandato;
- d) Serão considerados nulos os votos identificáveis, rasurados ou que contiverem qualquer tipo de expressão que não seja aquela indicada pelo regulamento eleitoral.

Art. 36 – Considerar-se-ão vagos os cargos na Diretoria, no Conselho Fiscal e nas demais instâncias, nos casos de:

- a) Mais de três faltas consecutivas ou cinco alternadas, sem prévia justificativa;
- b) Suspensão, renúncia, transferência, afastamento injustificado e morte.

CAPITULO VI DAS FINANÇAS E DO PATRIMÔNIO

Art. 37 – Será considerado receita do Sindicato:

- a) Mensalidades pagas pelos associados;
- b) Doações, subvenções e promoções financeiras;
- c) Receitas de natureza diversa.

Art. 38 – A Contribuição mensal dos associados será de 1,5% (um vírgula cinco por cento) do salário-base de filiados na atividade e 1% (um por cento) sobre um salário-mínimo para os filiados aposentados.

Art.39 – Constitui Patrimônio do Sindicato:

- a) As doações daqueles que participam da categoria profissional representada;
- b) Doações e legados em geral e contribuições de associados e não associados;
- c) Os bens e valores adquiridos e as rendas pelos mesmos produzidos.

Parágrafo Único - Qualquer Patrimônio do Sindicato só poderá ser doado ou comercializado mediante a autorização da Assembleia Geral, com aprovação de maioria simples dos associados presentes, ressalvados os casos de competência do Conselho de Representantes de Polos.

Art. 40 - Os associados não respondem nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pelo Sindicato.

Art. 41 - Serão obrigatórios registros bancários e individuais para qualquer operação financeira de receita ordinária, bem como o pagamento das despesas por meio de emissão de cheques que deverão ser assinados conjuntamente pelo Presidente e Tesoureiro.

§1º – A despesa do SINPROSAN até o valor equivalente a 60% (sessenta por cento) de um salário-mínimo nacional poderá ser paga em espécie, com recurso acessível por meio do Fundo Rotativo.

§2º– Fica constituído o Fundo Rotativo equivalente a 10 (dez) salários-mínimos mensais, a ser utilizado em operações sem emissão de cheques específicos, na forma do art. 41, §1º, e conforme regimento interno.



Gleydson Alves Portes
OAB/PA 12347
CPF: 457.986.002.24

CAPITULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 42 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos em Assembleia Geral, na forma prevista no parágrafo segundo, alínea "c" do artigo 14.

Art. 43 - Fica reservada ao Sindicato a nomeação de representações junto às comunidades que fazem parte da circunscrição do Município.

Parágrafo único - As representações serão eleitas pelos membros associados do Sindicato residentes nas comunidades atingidas.

Art. 44 - No caso de dissolução do Sindicato, que será por deliberação expressa da Assembleia Geral, convocada para esse fim, com *quórum* mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais um do número de filiados ao Sindicato, e votos concordes de, pelo menos, dois terços dos presentes.

Art. 45 - A primeira composição de conselheiros representantes de pólos referidos no artigo 19 será efetivada de forma especial até 90 (noventa) dias após a sua instituição estatutária.

Art. 46 - Transitoriamente, com o intuito de assegurar ocasião propícia à lotação dos diretores sindicais licenciados, ao fim do mandato, no ano de 2020 a eleição da Diretoria Executiva ocorrerá no mês de dezembro, obedecido o art. 33, devendo a entidade ser dirigida por Junta Governativa no interregno transitório entre o fim do mandato em curso e a posse de nova Diretoria, sendo eleita a Junta Governativa provisória em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, e realizada no último dia do mandato, observado o *quórum* ordinário.

Parágrafo único - A Junta Governativa referida no *caput* será composta por Presidente, Vice-presidente, 1º e 2º Secretários/as e 1º e 2º Tesoureiros/as.

Art. 47 - O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação em Assembleia Geral, realizada em 20 de fevereiro de 2019.

Rec. 2º Of. 1

Josefa da Costa Gonçalves
PRESIDENTE

Gleydson Alves Pontes
Gleydson Alves Pontes
OAB/PA 12347
CPF: 457.986.992-34



VALIDO SOMENTE COM O SELO DE SEGURANÇA
TABELIONATO BENTES VIEIRA 2.º OFÍCIO
Tv. 15 de Novembro, 237
Santarem - PA
Tel. (93) 3522-2887
Fax. (93) 3524-1651
Pedro Evaldir Ferreira Vieira
Tabelião
Escritor Alexandra Ferreira Vieira
Marcus Aurelio C. Vieira
Substituto
Alfredo Williams de O.
André Pinto de Carvalho
Escritores
Reconheço por ter conferido com
outra(s) existente(s) assinatura(s)
Josefa da Costa Gonçalves
Em test. da verdade
Santarem 26 MAR. 2019
Alfredo Williams de O. Almeida
Escritor Jurementado
CPF: 194.959.602-82



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO GERAL DE REGISTRO SINDICAL
CADASTRO NACIONAL DE ENTIDADES SINDICAIS

EXTRATO DE ALTERAÇÃO DE DADOS PERENE

Solicitação

Situação: Solicitação concluída Número da Solicitação: SD143461 Protocolo:
Data do Protocolo:

Data	De	Para
23/02/2024	Inexistente	Solicitação não concluída
23/02/2024	Solicitação não concluída	Solicitação concluída

Entidade

CNPJ: 23.041.619/0001-40 Grau Entidade: Sindicato
Razão Social: SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUICOES EDUCACIONAIS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE SANTAREM
Denominação: SINPROSAN - SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE SANTAREM

Modalidade de Alteração

Dados de localização - Membros dirigentes - Filiação

Dados de Localização

Logradouro: Alameda Trinta e Um Número: 181
Complemento: Frei Vicente e Alameda 34 Bairro: Aeroporto Velho CEP: 68.020-410 Localidade/UF: Santarém/PA
E-Mail: sinprosan@uol.com.br Site: www.sinprosan.com.br
DDD 1:93 Telefone 1: 991432826 DDD 2: 93 Telefone 2: 991326883

Diretoria

Data Início Mandato: 03/01/2023 Data Fim Mandato: 03/01/2026

DIRIGENTES SINDICAIS	Função	CS	RF
CLARICE REBELO SILVA	Presidente	X	X
MARILEY SIMONE CORREA TAVARES	Vice-Presidente		
ANTONIO LEUDIVAN COSTA SOUZA	Secretário Geral		
ELVES DE SOUSA COSTA	Tesoureiro	X	
MARIA DA CONCEICAO LOURENCO LEITE	Suplente de Diretoria		
JEFFERSON JUNIOR DE OLIVEIRA SOUZA	Membro do Conselho Fiscal		
MARIA JOSE TORRES GOMES	Membro do Conselho Fiscal		
ELIANA PATROCINIO CRUZ	Membro do Conselho Fiscal		

Filiação

Federação: Não há declaração de filiação

Confederação: Não há declaração de filiação

Central Sindical: UGT - União Geral dos Trabalhadores
CNPJ: 09.067.053/0001-02





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

NOTA EXPLICATIVA N.º 001/2024/NTC/CG

ASSUNTO: OFÍCIO 022/2024 - SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM

INTERESSADOS: PREFEITO MUNICIPAL DE SANTARÉM - FRANCISCO NÉLIO DA SILVA AGUIAR E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PROFESSORA MARIA JOSÉ MAIA.

A emissão desta Nota Explicativa decorre das alegações do SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM, através do Ofício n.º 022/2024, no qual afirmam: "Recursos do FUNDEB do exercício de 2023 - Do não alcança da proporção não inferior a 70% destinado ao pagamento da remuneração do profissional da educação em efetivo exercício - Folha de pagamento da Secretaria Municipal - SEMED apresentadas no portal da secretaria, SIOPE/FNDE e TCM com valores e quantitativos de servidores destoantes um do outro".

A alegação apresentada pelo SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM, de que o Município não atingiu o percentual mínimo de 70% (setenta por cento), **NÃO REPRESENTA A VERDADE**, o ofício apresentado não passa de meras ilações elaborado certamente por indivíduos desprovidos de conhecimentos Técnicos no campo de Execução Orçamentária, processos financeiros dos Entes Públicos, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, etc.

Neste norte, esta Nota Explicativa demonstra pontualmente as infundadas alegações do SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM, conforme abaixo descrevemos:

1. FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação foi criado, inicialmente, pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, e regulamentado pela Lei nº 11.494, de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

20 de junho de 2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1998 a 2006. **Com vigência estabelecida para o período 2007-2020**, sua implantação começou em 1º de janeiro de 2007, sendo plenamente concluída em 2009. Diante do término de vigência do Fundeb, em 31 de dezembro de 2020, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020, de modo a conferir, a partir de agora, caráter permanente ao Fundo, bem como aprimorar aspectos relevantes à sua operacionalização. Na sequência, foi publicada a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 regulamentando o Fundeb. Desse modo, na atual e vigente configuração, são esses os normativos que fundamentam o funcionamento dos Fundos no âmbito de cada ente governamental. Conceitualmente, trata-se de um **fundo especial, de natureza contábil**, de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos) e tem como agente financeiro o Banco do Brasil (ou Caixa Econômica Federal). O Fundeb é formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal (CF). (Fonte: Cartilha FNDE).

2. RECURSOS

O Fundo é composto, na quase totalidade, por recursos dos próprios Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo constituído de **20% (vinte por cento) sobre:**

1. Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD);
2. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);
3. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);
4. Imposto que a União eventualmente instituir no exercício da competência (cotas-partes dos Estados, Distrito Federal e Municípios);
5. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (cota-parte dos Municípios) (ITRm);



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

6. Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE);
 7. Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
 8. Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp);
 9. Receita da dívida ativa tributária, juros e multas relativas aos impostos acima relacionados.
 10. Adicional na alíquota do ICMS de que trata o art. 82, § 1º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, recursos federais (23% do total de recursos do Fundeb, para os Estados, Distrito Federal e Municípios), nas seguintes modalidades:
1. Complementação-VAAF: 10% (dez por cento);
 2. Complementação-VAAT: 10,5% (dez e meio por cento);
 3. Complementação-VAAR: 2,5% (dois e meio por cento).

3. REPASSES RECEBIDOS NO EXERCÍCIO 2023

REPASSES CONSOLIDADOS				
UF	Município	Ano	Transferência	Valor Creditado
PA	Santarém	2023	FUNDEB - COUN VAAF	127.685.736,02
PA	Santarém	2023	FUNDEB - COUN VAAR	7.195.352,14
PA	Santarém	2023	FUNDEB - COUN VAAT	90.563.816,23
PA	Santarém	2023	FUNDEB - FPE	59.186.049,77
PA	Santarém	2023	FUNDEB - FPM	34.256.269,20
PA	Santarém	2023	FUNDEB - ICMS	124.323.717,45
PA	Santarém	2023	FUNDEB - IPI-EXP	2.808.556,84
PA	Santarém	2023	FUNDEB - IPVA	7.483.140,98
PA	Santarém	2023	FUNDEB - ITCMD	517.739,45
PA	Santarém	2023	FUNDEB - ITR	248.103,77
Total				454.268.481,85



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
		13.337,66
02.01.2023	ORIGEM ICMS EST	
		109.585,33
04.01.2023	ORIGEM IPVA	
		14.097,60
	ORIGEM ITCMD	
		918.199,50
	ORIGEM ICMS EST	
		1.041.882,43
	TOTAL:	
		31.508,45
06.01.2023	ORIGEM IPVA	
		18.299,29
	ORIGEM ITCMD	
		377.650,47
	ORIGEM ICMS EST	
		427.458,21
	TOTAL:	
		9.765,62
10.01.2023	ORIGEM ITR	
		135.714,61
	ORIGEM IPI-EXP	
		2.260.605,53
	ORIGEM FPE	
		1.305.614,77
	ORIGEM FPM	
		3.711.700,53
	TOTAL:	
		148.928,28
18.01.2023	ORIGEM IPVA	
		2.884,17
	ORIGEM ITCMD	
		7.758.892,75
	ORIGEM ICMS EST	
		7.910.705,20
	TOTAL:	
		1.085,91
20.01.2023	ORIGEM ITR	
		67.451,30
	ORIGEM IPI-EXP	
		876.688,80
	ORIGEM FPE	
		504.074,63
	ORIGEM FPM	
		1.449.300,64
	TOTAL:	
		1.074,87
30.01.2023	ORIGEM ITR	
		36.791,78
	ORIGEM IPI-EXP	
		2.048.595,74
	ORIGEM FPE	
		1.197.588,63
	ORIGEM FPM	
		3.284.051,02
	TOTAL:	
		26.728.441,81
31.01.2023	COMPL VAAF	
		14.742.660,48
	COMPL VAAT	
		421.873,54
	COMPL VAAR	
		41.892.975,83
	TOTAL:	
		11.926,40
	ORIGEM ITR	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

TOTAIS	ORIGEM IPVA	290.022,06
	ORIGEM ITCMD	35.281,06
	ORIGEM IPI-EXP	239.957,69
	ORIGEM ICMS EST	9.068.080,58
	ORIGEM FPE	5.185.890,07
	ORIGEM FPM	3.007.278,03
	COMPL VAAF	26.728.441,81
	COMPL VAAT	14.742.660,48
	COMPL VAAR	421.873,54
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	59.731.411,72

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
02.02.2023	ORIGEM ICMS EST	11.936,00
07.02.2023	ORIGEM IPVA	326.214,06
	ORIGEM ITCMD	9.577,30
	ORIGEM ICMS EST	1.650.267,89
	TOTAL:	1.986.059,25
10.02.2023	ORIGEM ITR	2.689,53
	ORIGEM IPVA	61.359,44
	ORIGEM ITCMD	9.221,42
	ORIGEM IPI-EXP	130.100,21
	ORIGEM ICMS EST	292.490,07
	ORIGEM FPE	5.271.340,73
	ORIGEM FPM	3.063.541,91
	TOTAL:	8.830.743,31
17.02.2023	ORIGEM ITR	1.145,98
	ORIGEM IPI-EXP	23.643,69
	ORIGEM ICMS EST	7.582.792,39
	ORIGEM FPE	507.917,86
	ORIGEM FPM	294.912,78
	TOTAL:	8.410.412,70
28.02.2023	ORIGEM ITR	835,15
	ORIGEM IPI-EXP	17.374,79



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

	ORIGEM FPE	1.245.290,44
	ORIGEM FPM	731.272,80
	COMPL VAAF	7.547.761,99
	COMPL VAAT	5.224.145,43
	COMPL VAAR	464.060,89
	TOTAL:	15.230.741,49
TOTAIS	ORIGEM ITR	4.670,66
	ORIGEM IPVA	387.573,50
	ORIGEM ITCMD	18.798,72
	ORIGEM IPI-EXP	171.118,69
	ORIGEM ICMS EST	9.537.486,35
	ORIGEM FPE	7.024.549,03
	ORIGEM FPM	4.089.727,49
	COMPL VAAF	7.547.761,99
	COMPL VAAT	5.224.145,43
	COMPL VAAR	464.060,89
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	34.469.892,75

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
06.03.2023	ORIGEM IPVA	366.909,47
	ORIGEM ITCMD	16.473,06
	TOTAL:	383.382,53
09.03.2023	ORIGEM IPVA	84.637,48
	ORIGEM ITCMD	2.640,62
	ORIGEM ICMS EST	415.960,72
	TOTAL:	503.238,82
10.03.2023	ORIGEM ITR	2.129,01
	ORIGEM IPI-EXP	146.742,42
	ORIGEM FPE	2.195.812,56
	ORIGEM FPM	1.282.080,06
	TOTAL:	3.626.764,05
14.03.2023	ORIGEM ICMS EST	14.297,23
20.03.2023	ORIGEM ITR	508,08



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

	ORIGEM IPI-EXP	29.496,28
	ORIGEM FPE	483.830,75
	ORIGEM FPM	282.617,89
	TOTAL:	796.452,98
21.03.2023	ORIGEM IPVA	297.605,33
	ORIGEM ITCMD	8.639,17
	ORIGEM ICMS EST	7.028.940,70
	TOTAL:	7.335.185,20
30.03.2023	ORIGEM ITR	801,87
	ORIGEM IPI-EXP	35.830,97
	ORIGEM FPE	1.601.732,07
	ORIGEM FPM	936.252,51
	TOTAL:	2.574.617,42
31.03.2023	COMPL VAAF	8.233.922,18
	COMPL VAAT	5.699.067,75
	COMPL VAAR	506.248,25
	TOTAL:	14.439.238,18
TOTAIS	ORIGEM ITR	3.438,96
	ORIGEM IPVA	749.152,28
	ORIGEM ITCMD	27.752,85
	ORIGEM IPI-EXP	212.069,65
	ORIGEM ICMS EST	7.459.198,65
	ORIGEM FPE	4.281.375,38
	ORIGEM FPM	2.500.950,46
	COMPL VAAF	8.233.922,18
	COMPL VAAT	5.699.067,75
	COMPL VAAR	506.248,25
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	29.673.176,41

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
05.04.2023	ORIGEM IPVA	397.678,83
	ORIGEM ITCMD	23.242,19
	ORIGEM ICMS EST	1.302.791,08



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

	TOTAL:	1.723.712,10
10.04.2023	ORIGEM ITR	1.962,80
	ORIGEM IPI-EXP	166.911,41
	ORIGEM FPE	2.368.323,79
	ORIGEM FPM	1.382.883,96
	TOTAL:	3.920.081,96
13.04.2023	ORIGEM ICMS EST	11.147,84
19.04.2023	ORIGEM IPVA	191.599,82
	ORIGEM ITCMD	13.390,81
	ORIGEM ICMS EST	6.063.908,15
	TOTAL:	6.268.898,78
20.04.2023	ORIGEM ITR	521,32
	ORIGEM IPI-EXP	26.312,70
	ORIGEM FPE	607.133,36
	ORIGEM FPM	355.043,07
	TOTAL:	989.010,45
24.04.2023	ORIGEM IPVA	86.474,71
	ORIGEM ICMS EST	1.758.587,37
	TOTAL:	1.845.062,08
28.04.2023	ORIGEM ITR	833,58
	ORIGEM IPI-EXP	32.857,37
	ORIGEM FPE	1.926.610,39
	ORIGEM FPM	1.121.439,82
	COMPL VAAF	8.920.082,36
	COMPL VAAF AJ	7.323.883,20
	COMPL VAAT	6.173.990,06
	COMPL VAAT AJ	131.723,78
	COMPL VAAR	548.435,60
	TOTAL:	11.268.642,20
TOTAIS	ORIGEM ITR	3.317,70
	ORIGEM IPVA	675.753,36
	ORIGEM ITCMD	36.633,00
	ORIGEM IPI-EXP	226.081,48
	ORIGEM ICMS EST	9.136.434,44



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

ORIGEM FPE	4.902.067,54
ORIGEM FPM	2.859.366,85
COMPL VAAF	8.920.082,36
COMPL VAAF AJ	7.323.883,20
COMPL VAAT	6.173.990,06
COMPL VAAR	548.435,60
COMPL VAAT AJ	131.723,78
DEBITO FUNDO	7.455.606,98
CREDITO FUNDO	33.482.162,39

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
04.05.2023	ORIGEM ICMS EST	13.776,99
08.05.2023	ORIGEM IPVA	349.106,33
	ORIGEM ITCMD	21.943,61
	ORIGEM ICMS EST	1.371.222,13
	TOTAL:	1.742.272,07
09.05.2023	ORIGEM IPVA	39.302,27
	ORIGEM ICMS EST	74.610,11
	TOTAL:	113.912,38
10.05.2023	ORIGEM ITR	1.850,60
	ORIGEM IPVA	39.302,27
	ORIGEM ITCMD	6.203,01
	ORIGEM IPI-EXP	139.164,89
	ORIGEM ICMS EST	223.830,32
	ORIGEM FPE	3.197.265,50
	ORIGEM FPM	1.872.131,25
	TOTAL:	5.479.747,84
19.05.2023	ORIGEM ITR	447,70
	ORIGEM IPI-EXP	39.366,27
	ORIGEM FPE	639.401,34
	ORIGEM FPM	369.878,64
	TOTAL:	1.049.093,95
22.05.2023	ORIGEM IPVA	274.057,78
	ORIGEM ITCMD	3.307,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

	ORIGEM ICMS EST	7.971.050,38
	TOTAL:	8.248.415,66
30.05.2023	ORIGEM ITR	451,59
	ORIGEM IPI-EXP	24.774,55
	ORIGEM FPE	1.600.207,15
	ORIGEM FPM	936.294,53
	TOTAL:	2.561.727,82
31.05.2023	COMPL VAAF AJ	9.002.988,54
	COMPL VAAT	6.666.907,21
	COMPL VAAR	593.391,54
	TOTAL:	16.263.287,29
TOTAIS	ORIGEM ITR	2.749,89
	ORIGEM IPVA	701.768,65
	ORIGEM ITCMD	31.454,12
	ORIGEM IPI-EXP	203.305,71
	ORIGEM ICMS EST	9.654.489,93
	ORIGEM FPE	5.436.873,99
	ORIGEM FPM	3.178.304,42
	COMPL VAAF AJ	9.002.988,54
	COMPL VAAT	6.666.907,21
	COMPL VAAR	593.391,54
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	35.472.234,00

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
02.06.2023	ORIGEM ICMS EST	20.983,71
06.06.2023	ORIGEM IPVA	414.566,58
	ORIGEM ITCMD	14.411,08
	ORIGEM ICMS EST	1.462.440,89
	TOTAL:	1.891.418,55
09.06.2023	ORIGEM ITR	2.021,94
	ORIGEM IPI-EXP	171.696,44
	ORIGEM FPE	2.232.002,49
	ORIGEM FPM	1.303.192,49



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

	TOTAL:	3.708.913,36
12.06.2023	ORIGEM IPVA	72.343,14
	ORIGEM ITCMD	8.460,30
	ORIGEM ICMS EST	276.714,81
	TOTAL:	357.518,25
20.06.2023	ORIGEM ITR	382,37
	ORIGEM IPI-EXP	43.121,46
	ORIGEM FPE	1.288.544,67
	ORIGEM FPM	752.766,83
	TOTAL:	2.084.815,33
21.06.2023	ORIGEM IPVA	266.361,60
	ORIGEM ITCMD	3.720,75
	ORIGEM ICMS EST	9.281.742,55
	TOTAL:	9.551.824,90
22.06.2023	ORIGEM ICMS EST	55.717,98
30.06.2023	ORIGEM ITR	820,33
	ORIGEM IPI-EXP	38.698,93
	ORIGEM FPE	1.566.488,17
	ORIGEM FPM	911.790,96
	COMPL VAAF	9.622.205,16
	COMPL VAAT	7.141.953,45
	COMPL VAAR	635.673,28
	TOTAL:	19.917.630,28
TOTAIS	ORIGEM ITR	3.224,64
	ORIGEM IPVA	753.271,32
	ORIGEM ITCMD	26.592,13
	ORIGEM IPI-EXP	253.516,83
	ORIGEM ICMS EST	11.097.599,94
	ORIGEM FPE	5.087.035,33
	ORIGEM FPM	2.967.750,28
	COMPL VAAF	9.622.205,16
	COMPL VAAT	7.141.953,45
	COMPL VAAR	635.673,28
	DEBITO FUNDO	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

	CREDITO FUNDO	37.588.822,36
--	---------------	---------------

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
06.07.2023	ORIGEM IPVA	415.121,29
	ORIGEM ITCMD	25.910,41
	ORIGEM ICMS EST	1.754.856,38
	TOTAL:	2.195.888,08
07.07.2023	ORIGEM ICMS EST	16.250,10
10.07.2023	ORIGEM ITR	2.297,42
	ORIGEM IPI-EXP	164.678,44
	ORIGEM ICMS EST	35.210,22
	ORIGEM FPE	1.627.735,18
	ORIGEM FPM	939.334,47
	TOTAL:	2.769.255,73
11.07.2023	ORIGEM IPVA	87.700,95
	ORIGEM ITCMD	2.810,73
	ORIGEM ICMS EST	328.961,53
	TOTAL:	419.473,21
18.07.2023	ORIGEM IPVA	300.533,83
	ORIGEM ITCMD	8.410,04
	ORIGEM ICMS EST	8.619.462,71
	TOTAL:	8.928.406,58
20.07.2023	ORIGEM ITR	332,91
	ORIGEM IPI-EXP	43.753,44
	ORIGEM FPE	580.384,26
	ORIGEM FPM	333.197,62
	TOTAL:	957.668,23
28.07.2023	ORIGEM ITR	884,81
	ORIGEM IPI-EXP	21.896,41
	ORIGEM FPE	1.585.020,33
	ORIGEM FPM	911.190,20
	TOTAL:	2.518.991,75
31.07.2023	COMPL VAAF	9.622.205,16
	COMPL VAAT	7.141.953,45



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

	COMPL VAAR	635.673,28
	TOTAL:	17.399.831,89
TOTAIS	ORIGEM ITR	3.515,14
	ORIGEM IPVA	803.356,07
	ORIGEM ITCMD	37.131,18
	ORIGEM IPI-EXP	230.328,29
	ORIGEM ICMS EST	10.754.740,94
	ORIGEM FPE	3.793.139,77
	ORIGEM FPM	2.183.722,29
	COMPL VAAF	9.622.205,16
	COMPL VAAT	7.141.953,45
	COMPL VAAR	635.673,28
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	35.205.765,57

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
02.08.2023	ORIGEM ICMS EST	15.125,35
07.08.2023	ORIGEM IPVA	450.794,47
	ORIGEM ITCMD	154.676,18
	ORIGEM ICMS EST	1.704.493,61
	TOTAL:	2.309.964,26
09.08.2023	ORIGEM IPVA	81.744,21
	ORIGEM ITCMD	6.173,94
	ORIGEM ICMS EST	361.311,11
	TOTAL:	449.229,26
10.08.2023	ORIGEM ITR	1.666,93
	ORIGEM IPI-EXP	148.534,23
	ORIGEM FPE	2.480.766,25
	ORIGEM FPM	1.427.820,08
	TOTAL:	4.058.787,49
18.08.2023	ORIGEM ITR	446,54
	ORIGEM IPI-EXP	35.724,96
	ORIGEM FPE	569.423,78
	ORIGEM FPM	325.165,79



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

	TOTAL:	930.761,07
22.08.2023	ORIGEM IPVA	324.113,68
	ORIGEM ITCMD	11.309,77
	ORIGEM ICMS EST	8.839.279,65
	TOTAL:	9.174.703,10
30.08.2023	ORIGEM ITR	1.135,44
	ORIGEM IPI-EXP	20.755,84
	ORIGEM FPE	1.305.624,31
	ORIGEM FPM	752.610,57
	TOTAL:	2.080.126,16
31.08.2023	COMPL VAAF	10.240.318,55
	COMPL VAAT	7.600.739,88
	COMPL VAAR	676.507,80
	TOTAL:	18.517.566,23
TOTAIS	ORIGEM ITR	3.248,91
	ORIGEM IPVA	856.652,36
	ORIGEM ITCMD	172.159,89
	ORIGEM IPI-EXP	205.015,03
	ORIGEM ICMS EST	10.920.209,72
	ORIGEM FPE	4.355.814,34
	ORIGEM FPM	2.505.596,44
	COMPL VAAF	10.240.318,55
	COMPL VAAT	7.600.739,88
	COMPL VAAR	676.507,80
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	37.536.262,92

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
05.09.2023	ORIGEM ICMS EST	15.310,62
06.09.2023	ORIGEM IPVA	367.908,65
	ORIGEM ITCMD	18.943,64
	ORIGEM ICMS EST	1.351.033,40
	TOTAL:	1.737.885,69
08.09.2023	ORIGEM ITR	3.525,84



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NUCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

		171.482,74
	ORIGEM IPI-EXP	1.600.426,53
	ORIGEM FPE	919.735,27
	ORIGEM FPM	2.695.170,38
	TOTAL:	70.045,34
12.09.2023	ORIGEM IPVA	3.176,59
	ORIGEM ITCMD	314.347,44
	ORIGEM ICMS EST	387.569,37
	TOTAL:	222.498,05
19.09.2023	ORIGEM IPVA	11.006,65
	ORIGEM ITCMD	9.644.164,33
	ORIGEM ICMS EST	9.877.669,03
	TOTAL:	1.894,10
20.09.2023	ORIGEM ITR	26.982,77
	ORIGEM IPI-EXP	406.940,65
	ORIGEM FPE	235.786,49
	ORIGEM FPM	671.604,01
	TOTAL:	11.410,97
29.09.2023	ORIGEM ITR	66.918,12
	ORIGEM IPI-EXP	1.785.297,17
	ORIGEM FPE	1.020.641,77
	ORIGEM FPM	2.071,98
	IPI-EXP AJ	35,50
	ITR AJUSTE	6.040,07
	IPVA AJUSTE	420,48
	ITCMD AJUSTE	90.805,98
	ICMS AJUSTE	47.672,26
	FPE AJUSTE	27.714,15
	FPM AJUSTE	11.293.760,42
	COMPL VAAF	83.348,21
	COMPL VAAF AJ	7.576.065,03
	COMPL VAAT	678.371,99
	COMPL VAAR	22.174.356,84
	TOTAL:	16.830,91
TOTAIS	ORIGEM ITR	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NUCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

ORIGEM IPVA	660.452,04
ORIGEM ITCMD	33.126,88
ORIGEM IPI-EXP	265.383,63
ORIGEM ICMS EST	11.324.855,79
ORIGEM FPE	3.792.664,35
ORIGEM FPM	2.176.163,53
IPI-EXP AJ	2.071,98
ITR AJUSTE	35,50
IPVA AJUSTE	6.040,07
ITCMD AJUSTE	420,48
ICMS AJUSTE	90.805,98
FPE AJUSTE	47.672,26
FPM AJUSTE	27.714,15
COMPL VAAF	11.293.760,42
COMPL VAAF AJ	83.348,21
COMPL VAAT	7.576.065,03
COMPL VAAR	678.371,99
DEBITO FUNDO	258.108,63
CREDITO FUNDO	37.817.674,57

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
05.10.2023	ORIGEM IPVA	366.006,71
	ORIGEM ITCMD	19.084,68
	ORIGEM ICMS EST	1.638.648,61
	TOTAL:	2.023.740,00
06.10.2023	ORIGEM ICMS EST	15.174,60
10.10.2023	ORIGEM ITR	143.679,65
	ORIGEM IPVA	60.545,35
	ORIGEM ITCMD	1.432,21
	ORIGEM IPI-EXP	171.314,56
	ORIGEM ICMS EST	339.757,20
	ORIGEM FPE	1.790.055,62
	ORIGEM FPM	1.031.644,57
	TOTAL:	3.538.429,16



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

20.10.2023	ORIGEM ITR	3.840,19
	ORIGEM IPVA	226.027,44
	ORIGEM ITCMD	9.098,18
	ORIGEM IPI-EXP	78.224,61
	ORIGEM ICMS EST	9.255.513,29
	ORIGEM FPE	696.804,80
	ORIGEM FPM	399.564,69
	TOTAL:	10.669.073,20
30.10.2023	ORIGEM ITR	1.991,13
	ORIGEM IPI-EXP	46.929,62
	ORIGEM FPE	1.632.402,18
	ORIGEM FPM	935.256,58
	TOTAL:	2.616.579,51
31.10.2023	COMPL VAAF	11.293.760,42
	COMPL VAAT	7.576.019,09
	COMPL VAAR	678.371,99
	TOTAL:	19.548.151,50
TOTAIS	ORIGEM ITR	149.510,97
	ORIGEM IPVA	652.579,50
	ORIGEM ITCMD	29.615,07
	ORIGEM IPI-EXP	296.468,79
	ORIGEM ICMS EST	11.249.093,70
	ORIGEM FPE	4.119.262,60
	ORIGEM FPM	2.366.465,84
	COMPL VAAF	11.293.760,42
	COMPL VAAT	7.576.019,09
	COMPL VAAR	678.371,99
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	38.411.147,97

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
07.11.2023	ORIGEM IPVA	300.468,78
	ORIGEM ITCMD	20.256,86
	ORIGEM ICMS EST	1.381.868,19



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

	TOTAL:	1.702.593,83
08.11.2023	ORIGEM ICMS EST	14.577,62
10.11.2023	ORIGEM ITR	19.775,05
	ORIGEM IPVA	59.543,27
	ORIGEM ITCMD	27.222,75
	ORIGEM IPI-EXP	143.342,84
	ORIGEM ICMS EST	352.805,87
	ORIGEM FPE	3.193.938,34
	ORIGEM FPM	1.828.997,32
	TOTAL:	5.625.625,44
13.11.2023	ORIGEM ICMS EST	27.427,12
20.11.2023	ORIGEM ITR	4.074,08
	ORIGEM IPI-EXP	50.590,37
	ORIGEM FPE	696.429,78
	ORIGEM FPM	396.768,40
	TOTAL:	1.147.862,63
21.11.2023	ORIGEM IPVA	179.802,78
	ORIGEM ITCMD	22.135,42
	ORIGEM ICMS EST	9.752.963,87
	TOTAL:	9.954.902,07
30.11.2023	ORIGEM ITR	1.373,48
	ORIGEM IPI-EXP	48.985,96
	ORIGEM FPE	1.470.553,23
	ORIGEM FPM	844.639,58
	COMPL VAAF	11.293.760,42
	COMPL VAAT	7.576.019,09
	COMPL VAAR	678.371,99
	TOTAL:	21.913.703,75
TOTAIS	ORIGEM ITR	25.222,61
	ORIGEM IPVA	539.814,83
	ORIGEM ITCMD	69.615,03
	ORIGEM IPI-EXP	242.919,17
	ORIGEM ICMS EST	11.529.642,57
	ORIGEM FPE	5.360.921,35



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

	ORIGEM FPM	3.070.405,30
	COMPL VAAF	11.293.760,42
	COMPL VAAT	7.576.019,09
	COMPL VAAR	678.371,99
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	40.386.692,36

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
08.12.2023	ORIGEM ITR	15.753,16
	ORIGEM IPI-EXP	140.186,88
	ORIGEM FPE	2.308.378,01
	ORIGEM FPM	1.320.418,02
	TOTAL:	3.784.736,07
11.12.2023	ORIGEM IPVA	293.755,63
	ORIGEM ICMS EST	1.734.864,06
	TOTAL:	2.028.619,69
15.12.2023	ORIGEM ICMS EST	14.258,26
19.12.2023	ORIGEM IPVA	125.029,45
	ORIGEM ICMS EST	9.599.915,36
	TOTAL:	9.724.944,81
20.12.2023	ORIGEM ITR	1.605,36
	ORIGEM IPI-EXP	66.357,38
	ORIGEM FPE	1.579.104,41
	ORIGEM FPM	908.899,84
	COMPL VAAF	11.293.760,42
	TOTAL:	13.849.727,41
22.12.2023	ORIGEM ICMS EST	1.296.896,77
26.12.2023	ORIGEM ICMS EST	36.756,37
28.12.2023	ORIGEM ITR	3.123,96
	ORIGEM IPI-EXP	57.919,60
	ORIGEM FPE	2.006.645,86
	ORIGEM FPM	1.148.934,56
	TOTAL:	3.216.623,98
20.12.2023	COMPL VAAT	7.576.019,09
	COMPL VAAR	678.371,99



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

TOTAIS	TOTAL:	8.254.391,08
	ORIGEM ITR	20.482,48
	ORIGEM IPVA	418.785,08
	ORIGEM IPI-EXP	264.463,86
	ORIGEM ICMS EST	12.682.690,82
	ORIGEM FPE	5.894.128,28
	ORIGEM FPM	3.378.252,42
	COMPL VAAF	11.293.760,42
	COMPL VAAT	7.576.019,09
	COMPL VAAR	678.371,99
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	42.206.954,44

CRÉDITOS	
PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
ORIGEM ITR	248.103,77
ORIGEM IPVA	7.483.140,98
ORIGEM ITCMD	517.739,45
ORIGEM IPI-EXP	2.808.556,84
ORIGEM ICMS EST	124.323.717,45
ORIGEM FPE	59.186.049,77
ORIGEM FPM	34.256.269,20
COMPL VAAF	127.685.736,02
COMPL VAAT	90.563.816,23
COMPL VAAR	7.195.352,14
TOTAL	454.268.481,85
DÉBITOS	
PARCELA	VALOR DEBITADO
COMPL VAAF AJ	7.407.231,41
COMPL VAAT AJ	131.723,78
IPI-EXP AJ	2.071,98



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

ITR AJUSTE	35,50
IPVA AJUSTE	6.040,07
ITCMD AJUSTE	420,48
ICMS AJUSTE	90.805,98
FPE AJUSTE	47.672,26
FPM AJUSTE	27.714,15
TOTAL	7.713.715,61

Os valores efetivamente recebidos no exercício financeiro de 2023, totalizou R\$ 454.268.481,85 (Quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, sessenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos). Acima demonstramos mês a mês cada recebimento dos Recursos.

Considerando os ajustes que o FNDE realiza a cada quatro meses, foi realizado em 2023 um débito (devolução) de recursos no total de R\$ 7.713.715,61 (Sete milhões, setecentos e treze mil, setecentos e quinze reais e sessenta e um centavos).

4. SIOPE

O Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) é uma ferramenta eletrônica instituída para coleta, processamento, disseminação e acesso público às informações referentes aos orçamentos de educação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sem prejuízo das atribuições próprias dos Poderes Legislativos e dos Tribunais de Contas.

O Ofício apresentado SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM, que os valores apresentados apresentavam inconsistências. Neste caso, especificamente, os valores informados foram importados através de arquivos eletrônicos fornecidos pelo Sistema de Gestão de Pessoal, que inseriu arquivos com valores e lotações distorcidos. Considerando que o fato foi detectado antes do envio do 6º Semestre, a transmissão deste foi abordada, para que as retificações necessárias quanto a informação das Remunerações fosse



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NUCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

devidamente ajustada. Entretanto, para fins de informação, os valores apresentados no SIOPE, não vai coincidir em exatidão por razões como abaixo descrevemos, retiradas do próprio Sistema de geração:

a) SALÁRIO OU VENCIMENTO BASICO:

É o componente da remuneração que corresponde ao valor financeiro inerente ao nível, classe e referência em que o servidor se encontra posicionado na escala ou tabela que compõe a estrutura de cargos do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do respectivo Ente Governamental.

b) VALOR BRUTO DA REMUNERAÇÃO:

Conforme inciso I do parágrafo único do art.26 da Lei nº 14.113/2020 (Lei do FUNDEB), REMUNERAÇÃO é: "o total de pagamentos devidos aos profissionais da educação básica, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes".

Compreende o total de pagamentos devidos aos profissionais da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes, de responsabilidade do empregador. De modo geral, os itens que compõem a remuneração, incluem:

- * salário ou vencimento básico
- * 13 salário, inclusive 13 salário proporcional
- * 1/3 de adicional de férias
- * férias vencidas, proporcionais ou antecipadas
- * gratificações inerentes ao exercício de atividades ou funções, inclusive gratificações ou retribuições pelo exercício de cargos ou funções de direção ou chefia
- * horas extras, aviso prévio, abono
- * salário-família, quando as despesas correspondentes recaírem sobre o empregador



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NUCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

ATENÇÃO: As Obrigações patronais NÃO devem ser incluídas na remuneração bruta

Vejamos que a orientação do FNDE é clara que o as Obrigações Patronais não compõem as informações salariais informada no SIOPE, parasse ter uma ideia de quanto esta situação representa em termos percentuais sobre as remunerações tributadas, corresponde a 22% (20% de INSS Patronal e 2% de GILRAT Estendido).

Os valores a serem analisados estão inseridos nos demonstrativos internos do SIOPE, que é extraído dos registros contábeis, portanto os valores que compõem o quadro INFORMATIVO, de remuneração, estão importados para os demonstrativos de execução do Orçamento da Educação sem a composição dos devidos encargos sociais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

UF: Para Município: Santarém

Janeiro de 2023



Remunerações dos Profissionais de Educação

Matrícula	Local de Exercício	Cargo Horário Semanal	Tipo Categoria	Categoria Profissional	Situação Profissional	Segmento Atuação	Salário ou Vencimento Básico (R\$)	Valor Bruto da Remuneração (R\$), exceto as obrigações patronais			Total (a + b + c)
								Com parcela mínima de 70% do FUNDEB (a)	Com parcela máxima de 30% do FUNDEB (b)	Outras Receitas (c)	
							0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

5. PORTAL DE INFORMAÇÃO DO TCM

O Município de Santarém, em conformidade com as normas legais instituídas pela Corte Externa (Resolução n.º 9.065/2008, Instrução Normativa 02/2019), vem ao longo dos exercícios cumprindo o envio das informações da Folha de Pagamento via Arquivo Eletrônico, de todas as suas Unidades Gestoras.

Os arquivos são enviados eletronicamente e a publicação é responsabilidade do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA. Esta municipalidade não tem nenhuma ingerência neste aspecto.

Considerando a demanda do SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM, realizamos consulta ao Tribunal sobre as razões de as informações estejam repetidas em até quatro vezes.

Entretanto, realizamos análise, dos valores publicados de uma servidora e chegamos à seguinte conclusão:

CPF	NOME	SEXO	CARGO
44234***.***.##	JOELMA SER*****	FEMININO	PROFESSOR(A)-EFETIVO
44234***.***.##	JOELMA SER*****	FEMININO	PROFESSOR(A)-EFETIVO
44234***.***.##	JOELMA SER*****	FEMININO	PROFESSOR(A)-EFETIVO
44234***.***.##	JOELMA SER*****	FEMININO	PROFESSOR(A)-EFETIVO
44234***.***.##	JOELMA SER*****	FEMININO	PROFESSOR(A)-EFETIVO
44234***.***.##	JOELMA SER*****	FEMININO	PROFESSOR(A)-EFETIVO
44234***.***.##	JOELMA SER*****	FEMININO	PROFESSOR(A)-EFETIVO
44234***.***.##	JOELMA SER*****	FEMININO	PROFESSOR(A)-EFETIVO

TIPO DE CARGO	VERBAS	ADMISSÃO	BRUTO	PREV.	IRRF	TOT DES	LÍQUIDO
EFETIVO CONCURSADO	Salário Dezembro/23	15/01/1998	12.235,74	876,95	4.477,42	5.988,50	6.247,24
EFETIVO CONCURSADO	13 Salário 2023	15/01/1998	12.235,74	876,95	4.477,42	8.009,96	4.225,78
EFETIVO CONCURSADO	13 Salário 2023	15/01/1998	12.235,74	876,95	4.477,42	8.009,96	4.225,78
EFETIVO CONCURSADO	13 Salário 2023	15/01/1998	12.235,74	876,95	4.477,42	8.009,96	4.225,78
EFETIVO CONCURSADO	13 Salário 2023	15/01/1998	12.235,74	876,95	4.477,42	8.009,96	4.225,78
EFETIVO CONCURSADO	Salário Dezembro/23	15/01/1998	12.235,74	876,95	4.477,42	5.988,50	6.247,24
EFETIVO CONCURSADO	Salário Dezembro/23	15/01/1998	12.235,74	876,95	4.477,42	5.988,50	6.247,24
EFETIVO CONCURSADO	Salário Dezembro/23	15/01/1998	12.235,74	876,95	4.477,42	5.988,50	6.247,24



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

Folha de Pagamento

Divisão igual a 001128; Nome Divisão igual a FUNDO DESENV MANUT ENSI BASICO - FUNDEB

Data Pagamento: 15/12/2023
Fechamento 13º Salário

Unidade: 000050 - PROF FUND. EFETIVO - URBANA

Matrícula	Nome do Trabalhador	Local de Trabalho	Cargo	Admissão
1657-1		STM-E.M.HAROLDO VELOSO	8148 - PROFESSORIA - EFETIVO	15/01/1998
P 911	13o. SALARIO	12/12	12.235,74	
	Base FGTS	0,00		
	Valor FGTS	0,00		
	Base Prev.	12.235,74		
	Base IRRF	12.235,74		
	Proventos	12.235,74		
	Descontos	8.009,98		
	Líquido	4.225,78		

D 922	PREVIDENCIA 13º SALARIO - INSS	11.68	876,95
D 923	IRRF - DEC. TERC.	27.50	2.238,71
D 924	13o. SALÁRIO-ADIANTAMENTO(1a parc)	12/12	4.894,30

Folha de Pagamento

Divisão igual a 001128; Nome Divisão igual a FUNDO DESENV MANUT ENSI BASICO - FUNDEB

Data Pagamento: 22/12/2023 -
Folha Mensal

Matrícula	Nome do Trabalhador	Local de Trabalho	Cargo	Admissão
1657-1		EFETIVOS E.M.HAROLDO VELOSO	8148 - PROFESSORIA - EFETIVO	15/01/1998
P 002	HORA-AULA	200.00	7.728,00	
P 029	QUINQUENIO	5.00	1.932,00	
P 058	HORA ATIVIDADE EFETIVOS	33.33	2.575,74	
	Base FGTS	0,00		
	Valor FGTS	0,00		
	Base Prev.	12.235,74		
	Base IRRF	12.235,74		
	Proventos	12.235,74		
	Descontos	5.988,50		
	Líquido	6.247,24		

D 229	SINDICATO DOS TRAB.PUBLICOS MUN.	1.00	69,55
D 240	SINPROSAN	1.50	115,92
D 297	CONTRIBUICAO-ICPET	1.00	5,00
D 377	SICREDI - CONSIGNACAO	1	2.682,37
D 919	PREVIDENCIA - INSS	11.68	876,95
D 920	IRRF - SALARIO	27.50	2.238,71

Observa-se claramente que excedendo-se a quaduplicidade dos registros efetuado pelo TCM-PA, os valores são exatamente os constantes nas Folhas de Pagamento, portanto não existe a pratica de nenhum ato ilícito que venha a prejudicar os servidores da Educação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NUCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

Outro fator a levar em consideração diz respeito aos valores publicados, eles referem-se única e exclusivamente dos valores remuneratórios e seus descontos, não estão ineridos os valores correspondentes ao INSS Patronal e o GILRAT Estendido.

6. PORTAL DA TRANSPARENCIA DO MUNICIPIO

O Município de Santarém conforme determina a Lei n.º 12.527/2011 e demais normas emitidas por órgãos de controle externo, vem ao longo dos últimos anos, realizando as publicações em consonância com as normas.

No caso específico alegado pelo SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM, de que as informações publicadas estão distorcidas. Neste sentido, esclarecemos:

1. Os arquivos que sobem para publicação são extraídos do Sistema de Gestão de Folha de Pagamento após o encerramento do mês, portanto, os valores publicados são os mesmos que constam nos contracheques dos Servidores;
2. A publicação analítica dos servidores é feita com a base global, neste sentido para se obter relatórios de uma determinada Unidade Gestora, necessariamente o interessado terá que realizar filtros para se obter as informações almejadas. Mas ocorre também a publicação sintética que demonstra as Unidade Gestora como um todo. Vejamos no caso da Unidade Gestora específica.

RESUMO DA FOLHA PUBLICADA NO PORTAL DA PMS	
jan/23	
FUNDO DESENV MANUT ENSI BASICO - FUNDEB	17.633.530,22
fev/23	
FUNDO DESENV MANUT ENSI BASICO - FUNDEB	24.510.210,64
mar/23	
FUNDO DESENV MANUT ENSI BASICO - FUNDEB	26.153.770,16
abr/23	
FUNDO DESENV MANUT ENSI BASICO - FUNDEB	26.323.822,96
mai/23	
FUNDO DESENV MANUT ENSI BASICO - FUNDEB	26.105.450,22



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

jun/23	38.226.422,70
FUNDO DESENV MANUT ENSI BASICO - FUNDEB	
jul/23	26.052.008,80
FUNDO DESENV MANUT ENSI BASICO - FUNDEB	
ago/23	26.178.891,52
FUNDO DESENV MANUT ENSI BASICO - FUNDEB	
set/23	26.689.750,27
FUNDO DESENV MANUT ENSI BASICO - FUNDEB	
out/23	26.555.335,74
FUNDO DESENV MANUT ENSI BASICO - FUNDEB	
nov/23	26.445.145,05
FUNDO DESENV MANUT ENSI BASICO - FUNDEB	
dez/23	26.591.361,63
FUNDO DESENV MANUT ENSI BASICO - FUNDEB	
13 Salario/23	17.096.302,87
FUNDO DESENV MANUT ENSI BASICO - FUNDEB	
Total Geral	334.562.002,78

Ressaltamos que estes valores estão compostos pelos valores brutos das remunerações, ou seja, não consideram a exclusão de faltas, salários maternidades, salários família, auxílio transporte, ect., que são valores que possuem processos específicos de registros quando do empenho das despesas. Vejamos o exemplo abaixo:

Divisão igual a 001128; Nome Divisão igual a FUNDO DESENV MANUT ENSI BASICO - FUNDEB

Unidade: 000056 - PROF TEMP-VARZEA

Data Pagamento: 22/12/2023 -
Folha Mensal

Matrícula	Nome do Trabalhador	Local de Trabalho	Carga Horária	Profissão	Admissão	14/03/2023
99701-1		VZA - DIVINO ESPÍRITO SANTO - AGUA				
P 002	HORA-AULA	140.00	3.094,00	D 260	FALTAS	1.00 121,70
P 056	AUXILIO TRANSP."LOM"	10.00	132,00	D 919	PREVIDENCIA - INSS	9.34 341,16
P 059	HORA ATIVIDADE TEMPORARIO	18.00	556,92	D 920	IRRF - SALARIO	15.00 126,08
Base FGTS		Valor FGTS	Base Prev.	Base IRRF	Proventos	Descontos
0,00		0,00	3.650,92	3.650,92	3.782,92	588,92
Dezembro de 2023	99701	*****	***.636.542-**	3.782,92	588,92	3.194,00
VZA - DIVINO ESPÍRITO SANTO - AGUA PRETA						PROFESSOR(A)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NUCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

O primeiro demonstrativo refere-se a folha de pagamento do servidor, e o segundo foi extraído do Portal da Transparência da competência dezembro/23, que comprova nossa afirmativa acima mencionada.

Os valores publicados não estão compostos com os encargos do INSS Patronal e GILRAT Estendido.

7. CALCULOS APRESENTADOS PELO SINDICATO

No ofício apresentado consta uma informação de valores um tanto quanto estranho, vejamos:

HISTÓRICO	VALOR
Arrecadação de Impostos e Tributos	504.904.341,00
Recursos do FUNDEB	456.863.637,99
Dotação Orçamentária - Já com 13 Salário	353.433.038,70
70% Destinados a Remuneração	399.731.932,31
Valor Final Consolidado	576.616.834,96
Valor Elevado 70%	403.631.784,48

O valor de **R\$ 504.904.341,00 (Quinhentos e quatro milhões, novecentos e quatro mil, trezentos e quarenta e um reais)**, corresponde a Estimativa das Despesas do FUNDEB, constante no Orçamento Fiscal para o exercício 2023 conforme a Lei Orçamentária n.º 21.869 de 27 de dezembro de 2022. Dentro desse Orçamento foi estimado com despesas com pessoal o valor de **R\$ 361.782.110,00 (Trezentos e sessenta e um milhões, setecentos e oitenta e dois mil, cento e dez reais)**. Este valor, considerando o prescrito no artigo 5º da Lei Orçamentaria Anual n.º 21.869 de 27 de dezembro de 2022, sofreu ajustes necessários, desta forma, o valor estimado das despesas com



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

peçoal passou para **R\$ 404.944.071,07** (Quatrocentos e quatro milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, setenta e um reais e sete centavos).

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		VALOR PREVISTO	VALOR AJUSTADO
12.361.0006.2204 - REM. DE PESSOAL DOC. ENSINO FUNDAMENTAL		256.781.820,00	305.643.147,00
12.365.0006.2207 - REM. DE PESSOAL DOC. ENSINO INFANTIL - PRÉ		61.462.504,00	58.038.824,25
12.365.0006.2219 - REM. DE PESSOAL DOC. ENSINO INFANTIL CRECHE		16.040.100,00	32.009.068,65
12.366.0006.2220 - REM. DE PESSOAL DOC. ENSINO INFANTIL EJA		5.748.843,00	6.248.843,00
12.367.0006.2218 - REM. DE PESSOAL DOC. ENSINO INFANTIL AEE		6.000.000,00	1.255.345,17
12.367.0006.2221 - REM. DE PESSOAL DOC. ENSINO INFANTIL AEE		5.748.843,00	1.748.843,00
TOTAL		351.782.110,00	404.944.071,07
VARIACÃO			-53.161.961,07
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		VALOR PREVISTO	VALOR AJUSTADO
12.361.0006.1016 - CONST. AMPL. REF. UNID. ENS. FUNDAMENTAL		20.225.000,00	38.298.498,70
12.361.0006.2132 - MANUT. DESEN. DO ENSINO FUNDAMENTAL		35.880.050,00	24.410.245,23
12.361.0006.2225 - CAPACITAÇÃO DE PESSOAL DOC. ENS. FUNDAM.		175.000,00	175.000,00
12.365.0006.1017 - CONST. AMPL. REF. UNID. ENS. INFANTIL		18.150.000,00	18.150.000,00
12.365.0006.2215 - MANUT. DESEN. DO ENSINO INFANTIL PRÉ		28.723.500,00	5.983.073,19
12.365.0006.2216 - MANUT. DESEN. DO ENSINO INFANTIL CRECHE		24.369.522,00	2.239.172,88
12.365.0006.1018 - CONST. AMPL. REF. UNID. ENS. INF CRECHE		17.099.159,00	24.109.773,89
12.366.0006.2217 - MANUT. DESEN. DO ENSINO INFANTIL EJA		8.500.000,00	1.146.000,00
TOTAL		153.122.231,00	114.511.763,89
VARIACÃO			38.610.467,11
TOTAL GERAL		504.904.341,00	519.455.834,96
VARIACÃO			-14.551.493,96

Com os ajustes necessários no processo de execução orçamentaria a estimativa das Despesas para o Orçamento do FUNDEB exercício 2023 passou a ser de **R\$ 519.455.834,96** (Quinhentos e dezenove milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos). Que resultou em um remanejamento de outra Unidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NUCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

Orçamentaria no valor de **R\$ 14.551.493,96** (Quatorze milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos).

No Ofício apresentado pelo SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM, é perceptível que os atores que elaboraram tal documento, desconhecem totalmente os processos que permeiam o Orçamento Público, assim sendo, se faz necessário apresentarmos certos conceitos, senão vejamos:

1. ORÇAMENTO PÚBLICO

É um instrumento de planejamento e execução das finanças públicas. Seu conceito está intimamente ligado à previsão das Receitas e à fixação das Despesas públicas. No Brasil, sua natureza jurídica é considerada como sendo de lei em sentido formal, apenas. Isso guarda relação com o caráter meramente autorizativo das despesas públicas ali previstas. O orçamento contém estimativa das receitas e autorização para realização de despesas da administração pública direta e indireta em um determinado exercício, (um ano civil).

2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

É o valor disponibilizado no Orçamento Público, ou seja, trata-se de um crédito previamente aprovado pelo Poder Legislativo, que se destina a suprir demandas públicas, como cobrir despesas específicas relacionadas a utilização do erário. Como trata-se de uma previsão, o valor não é sinônimo de recurso financeiro específico, poderá ou não ocorrer.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NUCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

3. ESTÁGIOS DOS GASTOS PÚBLICOS

Conforme previsto pela Constituição Federal, os estágios das despesas públicas são: Empenho, Liquidação e Pagamento. Confira, a seguir, mais detalhes sobre cada um deles.

A) EMPENHO

O Empenho é a primeira parte do processo que assegura ao contratado um valor específico assegurado pela dotação orçamentária, é um valor que foi destinado a determinado serviço ou material.

B) LIQUIDAÇÃO

Nesta etapa é feita a análise dos documentos comprobatórios de que determinada empresa ou pessoa física, fez o serviço ou entregou o material solicitado. Todos os documentos comprobatórios são analisados para que seja feito o pagamento, que é o último estágio do processo.

C) PAGAMENTO

O pagamento se dá por meio da emissão da Ordem Bancária, com os devidos valores relativos a impostos a serem recolhidos. Este processo é feito pela Unidade Gestora Executora.

8. VALORES NÃO IDENTIFICADOS

No ofício do SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM, contem uma informação de que ocorreu alteração na dotação orçamentária ocorrida no dia 30 de dezembro de 2023, por **ATO ADMINISTRATIVO**, consolidando em um valor de R\$ 576.616.834,96



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NUCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

(Quinhentos e setenta e seis milhões, seiscentos e dezesseis mil, oitocentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos).

Primeiramente esclarecemos e informamos, que o Poder Executivo Municipal, não tem poderes para Alterar a Lei Orçamentária deliberadamente, se faz necessário a aprovação pelo poder Legislativo Municipal. Neste norte, o Executivo não encaminhou nenhum projeto de lei para o Legislativo no sentido de alterar dotação orçamentária de nenhuma Unidade Gestora.

No Ofício encaminhado para a Secretaria de Educação, apresentam a tabela abaixo:

DEMONSTRATIVO DE INTEGRALIDADE DO FUNDEB		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNDEB	VALOR	PERCENTUAL DE 70%
INICIAL (JAN/2023)	504.904.341,00	353.433.038,70
FINAL (DEZ/202)	576.616.834,96	403.631.784,48

Como já mencionamos anteriormente, o valor de R\$ 504.904.341,00 (Quinhentos e quatro milhões, novecentos e quatro reais, trezentos e quarenta e um reais), refere-se a previsão orçamentária dos recursos e despesas do FUNDEB, para o exercício financeiro de 2023. O valor de R\$ 576.616.834,96 (Quinhentos e setenta e seis milhões, seiscentos e dezesseis mil, oitocentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos), não conseguimos entender sua origem e composição. Os demais valores correspondem ao cálculo de 70% sobre os valores originais compostos.

TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	Previsão	Efetiva
	504.904.341,00	462.203.358,32
FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	199.220.001,00	228.823.577,46
FUNDEB - Complementação da União - VAAF	231.478.428,00	127.685.736,02
FUNDEB - Complementação da União - VAAT	67.327.729,00	90.563.816,23
FUNDEB - Complementação da União - VAAR	3.112.500,00	7.195.352,14
Rendimentos de Aplicação Financeira	3.765.683,00	7.934.876,47



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

Os valores apresentados pelo SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM, são frágeis sem embasamento técnico algum.

O município no exercício financeiro de 2023, teve como receita efetiva total no valor de R\$ 462.203.358,32 (Quatrocentos e sessenta e dois milhões, duzentos e três mil, trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos), conforme demonstramos na planilha acima e todos os registros contábeis e financeiro ocorridos e devidamente comprovados com extratos bancários e relatórios enviados aos órgãos de controle externos.

9. VALORES APLICADOS NA REMUNERAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO

RESUMO GERAL DAS FOLHAS FUNDEB - 2023								
jan/23			fev/23			mar/23		
DADOS	VALOR	QTD	DADOS	VALOR	QTD	DADOS	VALOR	QTD
Total Bruto da Folha	17.707.525,06	3.034	Total Bruto da Folha	24.972.053,57	5.742	Total Bruto da Folha	26.067.141,35	5.819
Salário Maternidade	150.287,16		Salário Maternidade	126.125,21		Salário Maternidade	150.739,21	
Auxílio Transporte	66.011,40		Auxílio Transporte	190.482,60		Auxílio Transporte	192.565,80	
Salário Família	478,56		Salário Família	14.596,08		Salário Família	19.860,24	
Faltas	6.342,66		Faltas	0,00		Faltas	0,00	
Desconto Indevido	1.113,66		Desconto Indevido	0,00		Desconto Indevido	0,00	
Total Liquidado	17.483.291,62		Total Liquidado	24.640.849,68		Total Liquidado	25.703.976,10	
abr/23			mai/23			jun/23		
DADOS	VALOR	QTD	DADOS	VALOR	QTD	DADOS	VALOR	QTD
Total Bruto da Folha	26.236.459,02	5.848	Total Bruto da Folha	26.021.037,22	5.527	Total Bruto da Folha	38.207.776,90	5.617
Salário Maternidade	122.020,64		Salário Maternidade	119.487,88		Salário Maternidade	150.278,18	
Auxílio Transporte	192.565,80		Auxílio Transporte	178.860,00		Auxílio Transporte	178.860,00	
Salário Família	22.253,04		Salário Família	22.791,42		Salário Família	23.192,21	
Faltas	0,00		Faltas	0,00		Faltas	0,00	
Desconto Indevido	0,00		Desconto Indevido	0,00		Desconto Indevido	0,00	
Total Liquidado	25.899.619,54		Total Liquidado	25.699.897,92		Total Liquidado	37.855.446,51	
jul/23			ago/23			set/23		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

DADOS	VALOR	QTD	DADOS	VALOR	QTD	DADOS	VALOR	QTD
Total Bruto da Folha	25.929.000,42	5.740	Total Bruto da Folha	26.182.059,50	5.775	Total Bruto da Folha	26.432.840,77	5.790
Salário Maternidade	95.028,13		Salário Maternidade	121.406,98		Salário Maternidade	124.817,95	
Auxílio Transporte	191.004,00		Auxílio Transporte	189.420,00		Auxílio Transporte	192.060,00	
Salário Família	23.848,24		Salário Família	23.928,00		Salário Família	23.688,72	
Faltas	0,00		Faltas	0,00		Faltas	0,00	
Desconto Indevido	0,00		Desconto Indevido	0,00		Desconto Indevido	0,00	
Total Liquidado	25.619.120,05		Total Liquidado	25.847.304,52		Total Liquidado	26.092.274,10	
out/23			nov/23			dez/23		
DADOS	VALOR	QTD	DADOS	VALOR	QTD	DADOS	VALOR	QTD
Total Bruto da Folha	26.571.121,82	5.800	Total Bruto da Folha	26.478.321,44	5.784	Total Bruto da Folha	43.171.538,40	5.773
Salário Maternidade	100.246,18		Salário Maternidade	84.669,78		Salário Maternidade	163.725,47	
Auxílio Transporte	191.928,00		Auxílio Transporte	191.268,00		Auxílio Transporte	193.380,00	
Salário Família	23.509,26		Salário Família	23.509,26		Salário Família	23.150,34	
Faltas	0,00		Faltas	0,00		Faltas	0,00	
Desconto Indevido	0,00		Desconto Indevido	0,00		Desconto Indevido	0,00	
Total Liquidado	26.255.438,38		Total Liquidado	26.178.574,40		Total Liquidado	42.791.282,59	

Demonstramos nas planilhas acima os resumos das folhas do FUNDEB mensalmente que foram devidamente empenhadas, liquidadas e pagas.

Observa-se que os valores demonstrados não estão compostos com os encargos do INSS Patronal e do GILRAT Estendido.

Ocorre também a separação de valores que por sua Natureza não compõem nos somatórios do computo dos 70%, como Salário Família, Salário Maternidade e Auxílio Transporte.

Abaixo demonstramos os valores liquidados da remuneração dos profissionais da educação mês a mês Por Natureza de Despesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

DESPESAS TOTAIS LIQUIDADAS - FUNDEB													
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
NATUREZA													
3.1.90.04.01	2.930.660,36	11.686.524,34	13.098.826,24	13.201.628,99	12.707.780,51	10.121.461,53	10.251.883,58	10.584.987,78	10.690.814,44	10.857.207,10	10.717.746,58	19.899.769,08	138.749.270,51
3.1.90.04.10	123.932,46	1.406.952,61	871.952,77	895.581,16	946.959,23	239.385,94	268.792,84	248.305,59	305.122,93	328.419,95	345.124,47	373.884,56	6.351.913,51
3.1.90.04.13	407,86	4.682,80	12.643,26	7.736,75	245.907,33	2.078.315,93	26.259,28	27.825,20	13.253,21	23.879,80	13.073,26	8.086.758,87	10.550.857,28
3.1.90.04.14	10.075,19	1.779,40	19.959,03	20.211,22	37.890,50	420.848,18	103.018,53	53.933,76	56.999,48	52.730,92	13.757,17	0,00	791.194,38
3.1.90.04.15	0,00	103.292,00	123.466,80	123.256,00	125.228,40	126.081,07	129.474,40	128.309,64	132.078,88	129.545,05	132.789,72	130.904,40	1.395.880,86
3.1.90.04.51	168.715,16	1.145.872,89	1.240.292,85	1.238.038,53	1.165.068,43	498.149,21	555.193,70	516.266,24	680.442,62	494.693,14	649.895,83	673.058,25	8.006.578,65
3.1.90.04.59	0,00	2.804,00	1.148,25	19.023,92	24.781,00	264,00	1.320,00	0,00	0,00	46.215,00	515,67	20.559,00	118.405,84
3.1.90.11.01	11.892.981,72	7.355.959,03	7.378.226,88	7.439.732,94	7.371.509,53	7.774.156,95	7.760.074,05	7.281.627,86	7.443.316,30	7.471.584,00	7.339.516,35	51.751,51	88.550.439,22
3.1.90.11.04	12.528,18	12.260,74	12.307,29	13.503,33	13.568,38	13.752,73	12.952,88	12.115,73	12.561,75	12.108,28	16.380,10	17.074,90	161.124,11
3.1.90.11.13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	632,76	0,00	0,00	0,00	332,75
3.1.90.11.31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.11.33	309.691,30	239.678,34	239.678,34	241.928,06	235.448,63	3.319.778,55	3.258.706,65	3.082.358,87	3.123.243,65	3.138.466,75	3.089.472,03	3.288.371,52	23.566.823,69
3.1.90.11.37	1.699.876,77	1.201.293,12	1.207.554,11	1.215.613,58	1.207.394,61	1.736.657,13	1.729.981,37	1.812.182,86	1.684.300,10	1.671.550,47	1.631.953,96	772,80	18.584.240,93
3.1.90.11.42	8.006,34	4.926,37	6.886,04	17.126,58	37.886,86	4.387.628,67	86.932,57	80.519,95	58.145,21	30.119,64	13.150,53	0,00	4.708.926,76
3.1.90.11.43	1.215,22	1.187,89	1.437,88	0,00	2.852,28	5.708.003,57	6.996,84	5.440,79	11.818,84	10.823,30	0,00	8.718.134,06	13.482.409,46
3.1.90.11.45	0,00	9.503,18	2.636,11	0,00	2.131,38	6.525,83	0,00	0,00	183,57	0,00	0,00	0,00	20.980,07
3.1.90.11.47	284.150,31	59.845,01	70.111,15	47.637,23	157.335,27	2.128,78	17.252,32	931.908,83	588.476,48	618.079,19	888.402,76	124.528,22	3.788.855,55
3.1.90.11.50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.353,94	25.489,22	29.948,38	31.735,26	91.535,80
3.1.90.11.51	40.049,65	1.403.983,08	1.415.647,89	1.418.587,25	1.417.575,84	1.419.688,04	1.420.306,22	1.287.431,70	1.321.253,70	1.344.087,76	1.296.564,64	1.366.428,04	15.171.713,91
3.1.90.11.52	0,00	1.495,08	1.501,31	0,00	841,64	4.628,40	0,00	0,00	7.768,65	0,00	532,88	699,29	17.466,30
3.1.90.11.99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87,86	57,86
3.1.90.13.02	3.828.682,95	4.772.099,84	5.091.607,61	0,00	10.698.134,51	5.509.237,83	5.528.045,48	4.586.049,33	5.404.219,92	7.262.316,64	5.420.990,46	849.838,64	58.952.221,15
3.3.90.30.01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.933,00	190.841,88	232.396,71	359.740,58	846.102,07



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

3.3.90.30.04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	532.463,40	1.808.584,51
3.3.90.30.99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.782,00	1.779.850,32
3.3.90.39.32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	384.883,24
3.3.90.39.99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.038,52
3.3.90.39.57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.767.538,75
3.3.90.39.99	2.470,13	240.193,55	260.870,80	15.455,55	378.834,42	438.045,08	473.932,34	388.052,07	408.200,83	587.191,23	191.928,00	191.928,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.820,08	193.380,00
3.3.90.48.00	66.011,40	190.482,60	192.565,80	192.565,80	178.860,00	178.860,00	191.004,00	189.420,00	191.928,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.243,49
3.3.90.48.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.474.770,60
3.3.90.92.99	5.800,24	335,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.924.731,84
4.4.90.51.91	0,00	0,00	7.002.483,81	16.140.649,95	0,00	0,00	0,00	700.741,47	283.056,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.059.953,56
4.4.90.51.99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.085.736,98	4.689.802,59	8.145.057,32	6.208,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.99	0,00	0,00	805.263,00	6.707.553,32	119.333,32	334.070,12	0,00	0,00	86.524,62	42.718.191,63	38.987.703,95	90.247.373,08	471.875.891,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	21.387.056,34	29.843.961,15	39.166.885,75	51.884.838,67	37.224.088,36	44.885.344,79	32.103.354,44	36.148.837,71	37.278.255,60	42.718.191,63	38.987.703,95	90.247.373,08	471.875.891,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Os valores Geral Liquidado em 2023 com recursos do FUNDEB, totalizou R\$ 471.875.691,46 (Quatrocentos e setenta e um milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e noventa e um reais e quarenta e seis centavos).

DESPESAS TOTAIS LIQUIDADAS - FUNDEB - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO													TOTAL	
NATUREZA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL	
3.1.90.04.01	2.930.860,36	11.888.524,34	13.088.826,24	13.201.628,99	12.707.780,51	10.121.481,53	10.281.883,58	10.584.987,76	10.890.814,44	10.857.207,10	10.717.740,38	19.888.789,05	136.749.270,61	6.361.913,51
3.1.90.04.10	123.932,46	1.406.952,61	871.652,77	885.591,16	946.958,23	239.305,94	268.792,84	246.305,59	305.122,93	328.418,95	345.124,47	373.684,56	10.650.857,25	791.194,38
3.1.90.04.13	407,96	4.892,60	12.643,26	7.739,75	245.907,33	2.076.316,93	26.263,29	27.828,20	13.253,21	23.879,90	19.073,25	8.088.759,87	10.650.857,25	791.194,38
3.1.90.04.14	10.075,19	1.779,40	19.959,03	20.211,22	37.880,50	420.848,18	103.019,53	53.933,76	56.959,48	52.730,92	13.757,17	0,00	130.904,40	1.385.850,36
3.1.90.04.15	0,00	103.282,00	123.565,80	123.258,00	125.226,40	126.081,07	129.474,40	129.308,34	132.075,68	129.946,05	132.798,72	130.904,40	1.385.850,36	1.385.850,36



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

3.1.90.04.51	169.715,16	1.145.872,89	1.240.292,85	1.238.038,53	1.165.088,43	498.149,21	555.193,70	516.256,24	660.442,82	494.893,14	649.865,63	673.058,25	9.009.876,65
3.1.90.04.89	0,00	2.804,00	1.149,25	19.023,92	24.781,00	284,00	1.320,00	0,00	0,00	46.215,00	515,67	20.553,00	116.408,84
3.1.90.11.01	11.892.981,72	7.355.959,03	7.378.226,98	7.439.732,94	7.371.509,53	7.774.158,95	7.750.074,05	7.281.627,86	7.443.316,30	7.471.594,00	7.339.516,35	51.751,51	86.550.438,22
3.1.90.11.04	12.528,18	12.260,74	12.307,29	13.503,33	13.586,38	13.762,78	12.952,69	12.115,73	12.561,75	12.108,28	16.380,10	17.074,90	161.124,11
3.1.90.11.13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	632,75	0,00	0,00	0,00	632,75
3.1.90.11.31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.11.33	309.691,30	239.676,34	239.676,34	241.928,06	235.448,63	3.319.778,55	3.258.708,65	3.092.358,87	3.123.243,85	3.138.466,75	3.089.472,03	3.268.371,52	23.558.823,69
3.1.90.11.37	1.699.876,77	1.201.283,12	1.207.854,11	1.215.613,58	1.207.384,61	1.736.857,13	1.728.861,37	1.617.182,88	1.664.300,10	1.671.890,47	1.631.953,98	772,80	18.184.240,83
3.1.90.11.42	8.006,34	4.926,37	6.686,04	17.126,58	37.556,86	4.387.628,67	86.932,57	60.519,95	56.145,21	30.119,84	13.150,53	0,00	4.708.928,76
3.1.90.11.43	1.216,22	1.187,89	1.437,88	0,00	2.852,28	5.708.003,57	6.966,34	5.440,79	11.315,84	10.823,30	0,00	0,00	14.462.408,49
3.1.90.11.45	0,00	9.503,18	2.636,11	0,00	2.131,38	6.525,83	0,00	0,00	183,57	0,00	0,00	124.528,22	20.980,07
3.1.90.11.47	284.150,31	58.845,01	70.111,15	47.637,23	157.335,27	2.128,78	17.252,72	631.908,83	688.476,48	618.079,19	888.402,76	31.735,26	3.768.855,55
3.1.90.11.50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.363,94	25.488,22	28.948,38	1.386.428,04	81.535,80
3.1.90.11.51	40.049,65	1.403.963,08	1.416.647,69	1.418.597,25	1.417.575,94	1.419.688,04	1.420.306,22	1.287.431,76	1.321.253,70	1.344.067,76	1.286.684,34	689,29	15.171.713,91
3.1.90.11.52	0,00	1.485,08	1.501,31	0,00	0,00	841,64	0,00	0,00	7.766,65	0,00	532,83	57,86	17.466,30
3.1.90.11.99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57,86	57,86
3.1.90.13.02	3.829.852,95	4.772.099,84	5.091.607,81	0,00	10.698.134,51	5.509.237,83	5.528.045,48	4.586.049,33	5.404.219,92	7.262.316,64	5.420.980,40	43.641.119,23	389.919.596,58
TOTAL	21.312.974,57	29.412.849,52	30.795.583,71	25.898.619,54	36.388.032,43	43.384.684,34	31.147.165,53	30.433.353,85	31.496.484,02	33.517.755,02	31.589.864,88	42.791.282,59	330.967.375,41
TOT S/INSS	17.483.291,62	24.840.849,88	25.703.976,10	25.898.619,54	25.689.897,82	37.855.446,51	26.618.120,06	26.847.304,52	26.082.274,10	26.255.438,38	26.178.874,40	26.255.438,38	330.967.375,41

semanal
o racional



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

Os valores demonstram que foi aplicado especificamente nos Gastos com Pessoal com os recursos do FUNDEB, o total de R\$ 389.019.596,56 (Trezentos e oitenta e nove milhões, dezenove mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos), este valor já computa a parcela dos custos referente ao INSS Patronal e o GILRAT Estendido.

TOTAL DAS DESPESAS DE PESSOAL COM RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	389.019.596,56
Educação Infantil	105.964.198,72
Ensino Fundamental	278.441.945,71
Educação de Jovens e Adultos	4.156.123,47
Educação Especial	457.328,66

COMPOSIÇÃO DO CÁLCULO DE APLICAÇÃO	Efetiva
	454.993.680,19
FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	228.823.577,46
FUNDEB - Complementação da União - VAAF	127.685.736,02
FUNDEB - Complementação da União - VAAT	90.563.816,23
Rendimentos de Aplicação Financeira (Ajustada)	7.920.550,48
Índice Aplicado	85,50%
Valor Aplicado	389.019.596,56

Fica claramente demonstrado que o Município aplicou dos Recursos EFETIVAMENTE recebidos (excluído os valores da compensação do VAAR), o percentual de **85,50%** na remuneração do profissional da Educação conforme determina a LEI Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Art. 26. Excluídos os recursos de que trata o inciso III do caput do art. 5º desta Lei, proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício".



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

“III - complementação-VAAR: 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica, conforme disposto no art. 14 desta Lei”.

10. APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO COM RECURSOS DE IMPOSTOS

A regra básica do financiamento da Educação, o art. 212 do Texto Constitucional, abrange os 12 meses do ano como período de aplicação. E, nem poderia ser diferente, já que o **ORÇAMENTO PÚBLICO** obedece ao princípio da anualidade.

Desta forma ao que conseguimos entender no Ofício encaminhado pelo SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM, existe um entendimento equivocado no que diz respeito a aplicação da arrecadação própria na Educação, desta forma, ressaltamos que a Dedução de 20% que ocorre nos tributos recebidos via repasse constitucional, para formação dos recursos do FUNDEB, são legalmente considerado como parte da aplicação que compõem os 25%, conforme demostramos abaixo:

RECEITA DE RECEITAS PRÓPRIA - BASE DE APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO	TOTAL
	414.969.595,54
	8.206.759,59
IPTU	77.454.005,06
ISS	5.241.099,32
ITBI	50.509.693,96
IRRF	712.132,82
Outros Impostos	619.264,13
Multas e Juros	135.361.228,94
Cota Parte do FPM	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

	93.677.039,98
Cota Parte do ICMS	32.877.618,75
Cota Parte do IPVA	114.616,44
Cota Parte do ITR	2.109.388,36
Transferências da LC 61/1989	6.560.239,83
Dívida Ativa	1.526.508,36
Outras Receitas Correntes	105.734.252,83
APLICAÇÃO EM MDE S/ A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	55.779.060,39
TOTAL DAS DESP. DE MDE CUSTEADAS COM REC. DE IMPOSTOS	49.955.231,24
DEDUÇÃO DE RECEITAS PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	25,48%
ÍNDICE DE APLICAÇÃO	103.742.398,89
VALOR EXIGIDO	

Considerando a Receita de Imposto própria, o Município teria que aplicar R\$ 103.742.398,89 (Cento e três milhões, setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e oito reais e oitenta e nove centavos), entretanto aplicou o total de R\$ 105.734.252,83 (Cento e cinco milhões, setecentos e trinta e quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos), correspondendo a **25,48%**.

11. INTEGRALIZAÇÃO DOS 15% DOS RECURSOS DO FUNDEB

LEI Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020 - Art. 16. O Poder Executivo federal publicará, até 31 de dezembro de cada exercício, para vigência no exercício subsequente:

§ 2º A complementação da União observará o cronograma da programação financeira do Tesouro Nacional e contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, 5% (cinco por cento) da complementação anual, a serem realizados até o último dia útil de cada mês, assegurados os repasses de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) até 31 de julho, de 85% (oitenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de cada ano e de 100% (cem por cento) até 31 de janeiro do exercício imediatamente subsequente.

§ 3º O valor da complementação da União, nos termos do art. 5º desta Lei, em função da diferença, a maior ou a menor, entre a receita estimada para o cálculo e a receita realizada do exercício de referência, será ajustado, no primeiro quadrimestre, em parcela única, do exercício



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NUCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

imediatamente subsequente e debitada ou creditada à conta específica dos Fundos, conforme o caso.

Conforme a Lei estabelece no mês de janeiro/23 o município recebeu sob forma de integralização referente aos ajustes de 2022, os valores abaixo descritos:

INTEGRALIZAÇÃO 2023				
Complementação	janeiro-23	Integraliz. 15%	Devolução	Líquido
VAAF	6.853.438,00	19.875.003,81	7.323.883,20	12.551.120,61
VAAT	4.749.223,12	9.993.437,36	131.723,78	9.861.713,58
Total	11.602.661,12	29.868.441,17	7.455.606,98	22.412.834,19

No mês de Abril/23 foi realizado ajuste pelo FNDE, cuja devolução totalizou em R\$ 7.455.606,98 (Sete milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e seis reais e noventa e oito centavos), restando R\$ 22.412.834,19 (Vinte e dois milhões, quatrocentos e doze mil, oitocentos e trinta e quatro reais e dezenove centavos). Considerando que o valor foi creditado no exercício financeiro de 2023, esta receita logicamente que foi considerada neste exercício, e foi utilizada para pagamentos principalmente dos profissionais da educação.

No mês de janeiro/24 foi creditado nos termos da legislação os valores abaixo descritos:

INTEGRALIZAÇÃO 2024			
Complementação	janeiro-24	Integralização 15%	Líquido
VAAF	6.902.129,01	18.191.869,29	18.191.869,29
VAAT	5.597.702,98	15.499.947,92	15.499.947,92
VAAR	808.704,58	1.204.673,10	1.204.673,10
Total	13.308.536,57	34.896.490,31	34.896.490,31

O valor referente ao mês de janeiro/24 das complementações totalizou R\$ 13.308.536,57 (Treze milhões, trezentos e oito mil, quinhentos e trinta e seis centavos). O valor referente aos ajustes da integralização conforme portaria ministerial n.º 7/2023, totalizou R\$ 34.896.490,31 (Trinta e quatro milhões, oitocentos e noventa e seis mil,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NUCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

quatrocentos e noventa reais e trinta e um centavos), incluindo a parcela do VAAR que não se utiliza para pagamento de remuneração com computo no índice de 70%.

No Ofício encaminhado pelo SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM, apresentam um valor de R\$ 41.191.649,20 (Quarenta e um milhões, cento e noventa e um mil, seiscentos e quarenta e nove reais e vinte centavos), cuja metodologia de cálculo não conseguimos identificar.

Em janeiro/2024 os recursos totais creditado na conta do FUNDEB correspondeu em R\$ 70.481.904,78 (Setenta milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, novecentos e quatro reais e setenta e oito centavos), conforme abaixo demonstramos.

ORIGEM	VALOR
ITR	15.990,78
IPVA	375.659,75
ITCMD	50.478,15
IPI-EXP	207.870,64
ICMS EST	11.981.211,26
FPE	6.002.027,82
FPM	3.435.578,26
VAAF	6.902.129,01
VAAF AJ	18.191.869,29
VAAT	21.097.650,90
VAAR	2.204.673,10
LC 198/23	16.765,82
TOTAL	70.481.904,78

12. SIMULAÇÃO PARA ESCLARECIMENTO

Se em uma possibilitação da computação das Receitas de Ajustes da Integralização dos 15%, fossem consideradas como base de calculo do Índice de 70%,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

mesmo assim o Município estaria em cumprimento da Legislação, pois o índice atingiria **79,61%**, como abaixo descrevemos:

COMPOSIÇÃO DO CÁLCULO DE APLICAÇÃO	Efetiva
	488.685.497,40
FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	228.823.577,46
FUNDEB - Complementação da União - VAAF	127.685.736,02
FUNDEB - Complementação da União - VAAT	90.563.816,23
AJUSTES - Complementações 2023	33.691.817,21
Rendimentos de Aplicação Financeira (Ajustada)	7.920.550,48
Índice Aplicado	79,61%
Valor Aplicado	389.019.596,56

13. COMPARATIVO DE FOLHA DE PAGAMENTO

Consta no Ofício do SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM, um relato sobre comparativo de Folha de Pagamento tendo como base dezembro/21, dezembro/22 e dezembro/23. Afirmam da existência de inconsistência referente a valores de reajustes classificando como exorbitantes.

A metodologia de cálculo aplicada pelo pessoal do SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM, é inconsistente, senão vejamos:

- Aplicaram cálculos igualitariamente a todos os servidores incluindo apoio e administrativos. Incoerência total. Tem servidores que não são atingidos pelos índices de reajuste do Piso Nacional e sim ao reajuste aplicado ao Salário-Mínimo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NÚCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

- b) Não levaram em consideração a variação quantitativas de servidores, pois trata-se temporariedade diferentes;
- c) Não separaram verbas que não estão sujeitas a tributação do INSS Patronal, situação está que implica na valorização total das folhas de pagamento de servidores.
- d) Esclarecendo também, que o Índice de reajuste de 2022 foi na ordem de 33,24% e não 32,34%.

"Álgebra é o ramo da Matemática que generaliza a aritmética. Isso significa que os conceitos e operações provenientes da aritmética (adição, subtração, multiplicação, divisão etc.) serão testados e sua eficácia será comprovada para todos os números pertencentes a determinados conjuntos numéricos".

As folhas dos períodos informados estavam compostas da forma abaixo:

c/ Patronal

MÊS/ANO	QTD	VALOR BRUTO	INSS	TOTAL	VARIAÇÃO
dez/21	5.365	16.192.142,43	3.563.534,32	19.755.676,75	0,00
dez/22	5.814	22.289.745,48	4.905.482,61	27.195.228,09	37,66%
dez/23	5.773	26.509.764,70	5.436.412,23	31.946.176,93	18,93%

A variação apresentada logicamente que vai ser diferente, pois a quantidade é diferente, os índices de reajustes são diferentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NUCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

QTD DE SERVIDORES

5.400

5.300

5.200

5.100

5.000

4.900

4.800

4.700

4.600

VALORES

35.000.000,00

30.000.000,00

25.000.000,00

20.000.000,00

15.000.000,00

10.000.000,00

5.000.000,00

14. CONCLUSÃO

Com base nas informações e dados técnicos acima dispostos, afirmamos que os questionamentos constantes no Ofício estão eivados de inconsistências técnicas na exposição dos dados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SEFIN - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NUCLEO TÉCNICO DE CONTABILIDADE - NTC

Repisamos que as informações que foram publicadas pelo FNDE/SIOPE, continham algumas inconformidades, que já foram devidamente corrigidas, aguardando apenas o processo de homologação das retificadoras.

No que diz respeito as publicações efetuadas pelo TCM-PA, estamos aguardando retorno de nossa consulta realizada sobre a razão dos lançamentos estarem da forma como estão.

As informações constantes na presente Nota Explicativa, é subsidiada em vasta documentação contábil, financeira, recursos humanos, etc.

Santarém-Pa., 10 de março de 2024

ROMILSON LUCIO
AZEVEDO

MOURA:20555717291

Romilson Lucio Azevedo Moura
Contador Geral

Autorizado de forma digital por
ROMILSON LUCIO AZEVEDO
MOURA:20555717291
Cadastrado: 2024.03.11 09:29:49 - 43107



SECRETARIA-SEVED
RECEBIDO
Em 09/02/24 Hora 10
[Assinatura]

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM
"FORÇA DA CATEGORIA"
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

Ofício 022/2024

Santarém, Pará, 08 de fevereiro de 2024.

Ao

Município de Santarém, Pará.

Sr. Prefeito Francisco Nélio Aguiar

Gabinete do Prefeito.

Santarém, Pará.

C/C a Secretaria Municipal de Educação

A Secretária de Educação

Maria José Maia.

Referência: Recursos do FUNDEB do exercício de 2023 –Do não alcance da proporção não inferior a 70% destinado ao pagamento da remuneração do profissional da educação em efetivo exercício – Folhas de pagamento da Secretaria Municipal de Educação – SEMED apresentadas no portal da secretaria, SIOPE/FNDE e TCM com valores e quantitativos de servidores destoantes um do outro.

Excelentíssimo Prefeito,

Com os cordiais cumprimentos iniciais, o SINPROSAN atendendo ao acordo estabelecido na reunião realizada com Vossa Excelência e sua equipe no dia 07/02/2024, a seguir, apresentará informação e ao mesmo tempo fará requerimento acerca da execução dos recursos do FUNDEB do exercício de 2023.

É do conhecimento de Vossa Excelência que as recentes alterações no FUNDEB trouxeram inovações das quais se podem destacar: i) o aumento do percentual de 60% para 70% de recursos destinados ao pagamento da







**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM
“FORÇA DA CATEGORIA”**

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

remuneração do profissional da educação; ii) inclusão do pessoal de apoio e administrativo no rol de profissionais da educação que devem receber a sua remuneração com base no novo percentual mencionado em linha pretérita; iii) aumento de 5% para 10% dos recursos do FUNDEB que podem ser gastos até o primeiro quadrimestre do exercício subsequente; iv) o FUNDEB é composto, na quase totalidade, por recursos dos próprios Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo constituído de 20% (vinte por cento) dentre eles ITCD, ICMS, IPVA, ITR, FPE, FPM, IPlexp e Receita da dívida ativa tributária, juros e multas relativas aos impostos acima relacionados; v) complementação obrigatória por parte da União Federal no importe de 23% relativo ao VAAF-10%, VAAT-10,5% e o VAAR-2,5%; vi) exceto os recursos do VAAR, todos os recursos do FUNDEB inclusive a complementação do VAAF e VAAT devem ser destinados ao pagamento mínimo de 70% a remuneração do profissional.

Todas estas inovações advieram com a Emenda Constitucional nº 108/2020 e na regulamentação prevista na Lei 14.113/2020. No lapso de tempo entre o nascimento desta emenda e da referida lei houve algumas alterações, sem, contudo, afetar as inovações elencadas em linhas pretéritas.

Com base nestas premissas constitucional e infralegal, este Sindicato constituiu uma comissão de acompanhamento permanente da execução dos recursos do FUNDEB, a fim de verificar o cumprimento da destinação mínima de 70% para o pagamento da remuneração do profissional da educação e os gastos dos 30% com a manutenção e valorização do ensino.

No que diz respeito a destinação mínima de 70% para o pagamento da remuneração, ressalta-se, informalmente, este Sindicato soube que não haveria sobras dos recursos do FUNDEB do exercício de 2023 para o rateio com os profissionais da educação, uma vez que, supostamente os gastos com a remuneração haviam sido comprometidos 89% dos recursos.







**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM
"FORÇA DA CATEGORIA"
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

Todavia, a comissão deste Sindicato não apurou o comprometimento dos recursos do FUNDEB a remuneração no percentual citado em linhas pretéritas; pelo contrário; o Município de Santarém não atingiu o mínimo de 70% dos FUNDEB com a remuneração do profissional da educação.

Cumprir destacar que o não atingimento dos 70% advieram das análises e estudos dos dados fornecidos e disponibilizados pelo próprio Município de Santarém concernentes as folhas de pagamentos da SEMED, SIOPE/FNDE e TCM/PA.

Com relação a folha de pagamento da SEMED, a informação preliminar constava que o total dos recursos do FUNDEB seria na ordem de R\$ 456.863.637,99, acrescido de 20% da participação do município na arrecadação de tributos e impostos que totaliza R\$ 504.904.341,00 conforme a dotação orçamentária inicial para o município de Santarém – PA, já incluídos incluindo 13º salário de 2023, alcançando o valor de R\$ 353.433.038,70 referente ao mínimo da alíquota de 70% da estimativa já mencionada. Porém, estes valores já haviam superados o mínimo de 70% destinado a remuneração o equivalente a R\$ 399.731.932,31 conforme resumo contábil fornecido pela SEMED.

Contudo, se obteve novas informações sobre os repasses, e constatou, que a estimativa prevista na Portaria nº 03/2023-MEC, também foi superada e o montante final FUNDEB/2023, informado com base no portal da transparência da municipalidade e ainda na portaria interministerial MF/MEC nº 07 do dia 27 de dezembro de 2023, com as correções do VAAT E VAAF, já adicionando a complementação da União em janeiro de 2024, além do excedente de arrecadação municipal, ultrapassou aquantia de R\$ 504.904.341,00 e se consolidou no valor final de R\$ 576.616.834,96 conforme alteração da dotação orçamentária realizada no dia 30 de dezembro de 2023,







**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM
“FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40**

por ato administrativo e informada pelo portal da transparência do município, elevando o índice de 70% de R\$ 353.433.038,70 para 403.631.784,48. Diante desta constatação, a municipalidade não atinge o percentual mínimo de 70% destinado a remuneração relativo ao exercício de 2023. Para melhor compreensão se destaca tabela abaixo:

DEMONSTRATIVO DE INTEGRALIDADE DO FUNDEB 2023 – (EM R\$)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNDEB	VALOR	PERCENTUAL DE 70%
INICIAL (JAN/2023)	504.904.341,00	353.433.038,70
FINAL(DEZ/2023)	576.616.834,96	403.631.784,48

Fonte:PORTAL DA TRANSPARENCIA SANTARÉM / PORTAL SIOPE/FNDE / PORTAL DO TCM/PA

Estes valores de dotação decorrem da somatória dos valores de arrecadação dos repasses federais e estaduais e dos 25% do total dos tributos e impostos municipal, referentes ao conjunto de impostos que constituem o FUNDEB 2023, conforme exposto acima.

A comissão deste Sindicato fez o estudo sobre a evolução da folha de pagamento da SEMED. Neste caso, aplicou os mesmos percentuais de reajuste do piso que em 2022 foi na ordem de (32,34%) e em 2023 de (14,95%) incluindo pessoal de apoio e administrativo, nestes percentuais. Assim, a folha de pagamento não ultrapassa a ordem 30 milhões, senão vejamos na tabela abaixo:

COMPARATIVO DE FOLHAS DE PAGAMENTOS (DEZEMBRO DE 2021/2022/2023)

VALOR DE REFERÊNCIA + ENCARGOS	DEZEMBRO DE 2021	DEZEMBRO DE 2022	DEZEMBRO DE 2023
	19.991.371,48	R\$ 27.481.521,46	31.843.650,13

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED/PMS

Pelas informações acima observa se um padrão de evolução da folha de um ano para outro superior aquilo previsto nas alterações do reajuste do piso nacional do magistério. Aplicando a cálculo de piso igualitariamente para todos os servidores, incluindo apoio e administrativo: O cálculo de evolução de folha de pagamento aplicando piso nacional do magistério:

DEZEMBRO DE 2021	DEZEMBRO DE 2022	DEZEMBRO DE 2023
------------------	------------------	------------------







SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM
“FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

19.991.371,48	19.991.371,48 + 32,34%	26.456.581,02 + 14,95%
	Total: 26.456.581,02	Total: 30.411.839,89

Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED/PMS

Estas visíveis distorções geram dúvidas se de fato o Município de Santarém alcançou o mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB com a remuneração do profissional.

Estas dúvidas saltam aos olhos quando se depara com análise e estudo da folha de pagamento que a municipalidade disponibilizou no SIOPE/FNDE. Neste caso, incursionando nos dados da folha de pagamento de 2023 até o 5º bimestre, observa-se a soma de R\$ 277.725.988,44 no período de janeiro a outubro de 2023, incluindo 1º parcela do 13º salário.

Desta forma, subtraindo a margem da alíquota de 70% a municipalidade tem margem de R\$ 125.905.796,48 para serem aplicados nas folhas de pagamento de NOVEMBRO e DEZEMBRO, além da 2ª parcela do 13º salário. Nesta análise relacionada a folha de pagamentos declaradas ao FNDE, ainda está sem conclusão, visto que a plataforma ainda não foi alimentada com as informações pela municipalidade sobre as folhas de pagamento do período supracitado. Porém, com a estimativa em cima da média aritmética de folha, na ordem 27 milhões, nos meses de novembro e dezembro, baseado nesta análise, a unidade orçamentaria (SEMED/PMS) não atingiu o índice mínimo de 70% com pagamento de pessoal da educação.

Avulta ainda mais as dúvidas as informações prestadas pela municipalidade sobre a folha de pagamento no TCM/PA. A comissão deste Sindicato acessou as folhas de pagamento e resumos contábeis do período (JANEIRO a NOVEMBRO), em que a somatória das folhas até o mês de novembro de 2023, está na ordem de R\$ 290.528.528,14. Obviamente, com a média aritmética de folha estimada para o mês de dezembro de aproximadamente 27 milhões, já incluído o percentual de 60% sobre a folha do







SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM
“FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

13º salário, se pode afirmar que não foi atingido o percentual de 70% do total do deste FUNDEB destinado a remuneração.

A comissão deste Sindicato elaborou uma tabela de comparativo das três folhas de pagamentos relativos a SEMED, SIOPE/FNDE e TCM/PA, senão vejamos:

2023 MÊS	SEMED/STM		SIOPE/FNDE		TCM/PA	
	Nº DE SERVIDORES	FOLHA DE PAGAMENTO	Nº DE SERVIDORES	FOLHA DE PAGAMENTO	Nº DE SERVIDORES	FOLHA DE PAGAMENTO
JANEIRO	3.034	21.378.986,03	3.170	18.426.134,26	2.933	17.707.525,06
FEVEREIRO	5.742	29.087.839,68	5.409	31.559.062,05	5.659	24.460.736,70
MARÇO	5.819	30.988.149,51	5.960	26.854.398,02	5.742	26.107.335,92
ABRIL	5.848	31.220.561,83	5.985	28.821.965,93	5.766	26.277.388,03
MAIO	5.876	31.448.515,94	5.741	26.456.433,18	5.791	26.059.462,75
JUNHO	5.590	43.364.553,65	5.727	31.235.944,52	5.541	38.060.811,66
JULHO	6.005	31.338.169,53	5.979	32.424.492,29	5.651	25.996.266,65
AGOSTO	5.739	31.639.990,69	5.970	27.356.122,19	5.690	26.235.848,20
SETEMBRO	5.767	31.688.422,02	5.940	27.242.117,24	5.699	26.503.331,90
OUTUBRO	5776	31.816.993,07	5.976	27.349.318,85	5.696	26.609.939,26
NOVEMBRO	5771	31.772.523,14			5.684	26.509.881,98
DEZEMBRO		53.996.647,22				
TOTAL		399.731.932,31	TOTAL	277.725.988,44	TOTAL	290.528.528,14

Fonte:PORTAL DA TRANSPARENCIA SANTARÉM / PORTAL SIOPE/FNDE / PORTAL DO TCM/PA

Sem nenhum esforço intelectual de análise destas folhas de pagamento disponibilizada pelo próprio Município de Santarém, de fácil vislumbre, se percebe disparidade entre o quantitativo de servidores e o total de recursos gastos com a folha de pagamento do FUNDEB. Estas disparidades de forma alguma poderiam ocorrer, já que quem elabora e paga a folha de pagamento da SEMED vem da única fonte que é a municipalidade, logo, impossível admitir números de servidores e valores díspares.

Assim, o Sindicato entende que houve sobra dos recursos do FUNDEB porque o mínimo de 70% não foi atingido com o pagamento da remuneração dos profissionais da educação, que se destaca os seguintes valores:

FONTE/ORIGEM	VALOR
COMPLMENTAÇÃO DEZ-2023/JAN-2024	R\$ 41.191,649,20







SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM
“FORÇA DA CATEGORIA”
FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

– VAAF + VAAT:.....	
SALDO EM 31/12/2023 DO FUNDEB:	R\$ 18.377.745,12
TOTAL DA SOBRA DO FUNDEB-2023:.....	<u>R\$ 59.569.394,32</u>

A quantia mencionada acima não é exauriente, já que a municipalidade ainda não disponibilizou dados financeiros sobre o fechamento do exercício de 2023. De igual forma diz respeito as folhas de pagamento do TCM em que se percebem nomes duplicados de servidores com as respectivas remunerações que alteram os valores totais das folhas. Havendo a correção destas folhas de pagamento se poderá ter a realidade dos recursos do FUNDEB destinados a remuneração. Assim, o possível valor acima a ser objeto de rateio com o profissional da educação poderá ser alterado substancialmente, o qual será objeto de informação a Vossa Excelência.

Por fim, mas não menos importante, se apresenta a seguir algumas distorções que foram encontradas nas folhas de pagamento analisadas pela comissão deste Sindicato: presença de nomes repetidos de 03 a 08 vezes, nas folhas de pagamentos obtidas no portal do TCM/PA. Em todos os meses, em praticamente todas folhas de A a Z; distorções nos valores de pagamento de remuneração, do mesmo servidor, na plataforma do SIOPE/FNDE, em meses de diferentes, mesmo o servidor tendo a mesma lotação; apresentação de lotações diferentes da real lotação do servidor, inclusive de mês a mês onde as lotações apresentadas no portal SIOPE/FNDE destoam das lotações apresentadas no portal transparência; salários de um servidor no mês a mês diferentes entre Portal Transparência e SIOPE/FNDE; servidores que aparecem na folha de pagamentos do SIOPE/FNDE e que sequer aparecem histórico de tempo de serviço no portal transparência e no TCM; e outros; no portal SIOPE/FNDE aparecem distorções de salário para profissionais de apoio na ordem de até 09 a 10 salários mínimos; professor efetivo com 200h com





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM**

"FORÇA DA CATEGORIA"

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

apenas 01 salário mínimo, inclusive membros da comissão no portal SIOPE/FNDE; número de servidores que oscilam de quadro comparativo da folha de uma fonte pra outra no mesmo mês de exercício; funcionários com valores de salário na folha na ordem de R\$ 6,00 a R\$ 800,00; informações de valores de folhas de pagamentos informados nos órgãos de controle e fiscalização muitos diferentes nos comparativos; dotações orçamentarias que aumentam como a de 30/12/2023 sem uma devida explicação; valores de aplicação de folha diferentes dos apresentados nos RREO do SIOPE, diferentes dos resumos de folha apresentados pela SEMED ao Sinprosan.

Ante as informações expostas acima, o Sindicato requer que sejam tomadas as providências que o caso requer, sem prejuízo do Município de Santarém adotar medidas urgentes a fim de que seja implementado o pagamento do rateio dos valores do FUNDEB do exercício de 2023 que não foram destinados a remuneração do pessoal da educação.

Registra-se, na oportunidade, que diante destas distorções, o Sindicato não descarta a possibilidade de ter ocorrido excesso dos recursos do FUNDEB do exercício de 2022. Com isso, o Sindicato está analisando o exercício de 2022 e informará a municipalidade sobre o assunto, sem olvidar a possibilidade de diálogo sobre o assunto, que desde se fica à disposição.

Atenciosamente.


Clarice Rebelo Silva
Presidente do SINPROSAN





Tabela 8.2 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

SANTARÉM - PA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: 6º Bimestre/2023

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	251.078.813,04	150.753.317,60
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	36.562.852,00	14.549.086,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	5.650.369,00	5.241.099,32
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	171.236.729,04	80.453.246,92
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	37.628.863,00	50.509.885,36
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	282.531.451,50	264.139.892,47
2.1- Cota-Parte FPE	149.196.440,00	135.361.228,94
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	149.196.440,00	134.007.616,64
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	0,00	1.353.612,30
2.2- Cota-Parte ICMS	102.925.226,50	93.677.039,98
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	3.441.831,00	2.109.388,36
2.4- Cota-Parte ITR	33.793,00	114.616,44
2.5- Cota-Parte IPVA	26.934.161,00	32.877.618,75
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	533.610.264,54	414.893.210,07
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	56.506.290,30	49.955.231,24
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (1.5) + (1.6) + (1.7) + (1.8) + (1.9) + (2.0) + (2.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.6) + (2.7))	76.896.475,84	51.166.046,48
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	501.138.658,00	462.203.358,32
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	199.220.001,00	236.758.453,93
6.1.1- Principal	199.220.001,00	228.823.577,46
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	7.934.876,47
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	231.478.428,00	127.685.736,02

6.2.1- Principal				231.478.428,00	127.685.736,02
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira				0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb				0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT				67.327.729,00	90.563.816,23
6.3.1- Principal				67.327.729,00	90.563.816,23
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira				0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb				0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR				3.112.500,00	7.195.352,14
6.4.1- Principal				3.112.500,00	7.195.352,14
6.4.2- Rendimento de Aplicação Financeira				0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb				0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)				142.713.710,70	178.868.346,22
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)				VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT				38.452.447,37	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR				41.928.536,78	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS				-3.476.089,41	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)				500.655.805,69	
DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	482.904.498,82	471.875.691,46	471.875.691,46	471.644.055,47	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	381.256.591,25	389.019.596,56	389.019.596,56	388.934.636,68	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	113.324.517,95	137.106.865,18	137.106.865,18	137.021.905,30	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	261.351.110,90	246.301.758,91	246.301.758,91	246.301.758,91	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	6.580.962,40	5.610.972,47	5.610.972,47	5.610.972,47	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	101.647.907,57	82.856.094,90	82.856.094,90	82.709.418,79	0,00
10.2.1- Educação Infantil	44.277.963,64	39.247.478,86	39.247.478,86	39.101.420,75	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	57.369.943,93	43.608.616,04	43.608.616,04	43.607.998,04	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) ⁷ (h)	DESPESAS EMPENHADAS/ LIQUIDADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO ⁵ e ⁹ (i)
11- TOTAL DAS						



DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	471.875.691,46	471.875.691,46	471.644.055,47	0,00	0,00	9.672.333,14
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	185.358.380,40	185.358.380,40	185.272.802,52	0,00	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	196.909.589,10	196.909.589,10	196.909.589,10	0,00	0,00	69.223.853,08
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	89.514.988,16	89.514.988,16	89.368.930,05	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	92.733,80	92.733,80	92.733,80	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	389.019.596,56	389.019.596,56	388.934.636,68	0,00	0,00	
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	48.889.460,39	48.889.460,39	48.743.402,28	0,00	0,00	
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	13.870.942,60	13.870.942,60	13.870.942,60	0,00	0,00	
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal ²			VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO ¹⁰ (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA			318.505.604,33	389.019.596,56	389.019.596,56	85,50
16 - PROPORÇÃO DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)			50.905.921,10	48.889.460,39	48.889.460,39	53,98
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL			13.584.572,43	13.870.942,60	13.870.942,60	15,32



INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) ³	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	46.220.335,83	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior) ³	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	41.928.536,79	41.928.536,78	0,00	0,00	41.928.536,78	
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	24.866.654,36	41.928.536,78	0,00	0,00	41.928.536,78	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	17.061.882,43	0,00	0,00	0,00	0,00	

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	72.219.903,96	56.127.713,58	55.978.892,62	47.535.832,94	148.820,96
20.1- Educação Infantil	4.760.401,36	3.996.723,00	3.996.723,00	3.996.723,00	0,00
20.2- Ensino Fundamental	10.392.390,79	10.386.088,07	10.386.088,07	10.386.088,07	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	630.798,55	630.798,55	630.798,55	630.798,55	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	52.436.313,26	37.728.135,73	37.579.314,77	29.136.255,09	148.820,96
20.6- Transporte (Escolar)	4.000.000,00	3.385.968,23	3.385.968,23	3.385.968,23	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
--	------------------------	--	--	-----------------------------------	---



21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	555.124.402,78	528.003.405,04	527.854.584,08	519.179.888,41	148.820,96
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	162.362.882,95	180.351.067,04	180.351.067,04	180.120.049,05	0,00
21.1.1- Creche	54.150.322,27	51.065.850,87	51.065.850,87	50.980.890,99	0,00
21.1.2- Pré-escola	108.212.560,68	129.285.216,17	129.285.216,17	129.139.158,06	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	392.761.519,83	347.652.338,00	347.503.517,04	339.059.839,36	148.820,96
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL				VALOR	
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)				56.127.713,58	
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)				49.955.231,24	
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)				0,00	
25- (+) VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.1(x)				0,00	
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS ⁴				0,00	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))				0,00	
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 + 25) - (24 + 26 + 27)				106.082.944,82	
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL ^{2 e 5}	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)		% APLICADO (ab)	
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS	103.723.302,52	106.082.944,82		25,57	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE ⁸	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	22.311.175,77	0,00	22.311.175,77	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	12.915.828,94	0,00	12.915.828,94	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	9.354.984,73	0,00	9.354.984,73	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	40.362,10	0,00	40.362,10	0,00	0,00
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			155.600.509,41	166.313.750,04	
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)			28.197.182,00	31.325.690,85	
31.1.1- Salário-Educação			8.573.500,00	6.146.568,57	
31.1.2- PDDE			103.000,00	50.100,00	
31.1.3- PNAE			16.225.000,00	9.882.093,00	
31.1.4- PNATE			3.003.000,00	2.269.696,99	



31.1.5- Outras Transferências do FNDE				292.682,00	12.977.232,29
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS				17.352.000,00	13.573.497,44
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO				0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO				0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				110.051.327,41	121.414.561,75
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	39.329.236,27	30.522.032,54	30.522.032,54	30.385.020,16	0,00
32.1 EDUCAÇÃO INFANTIL	4.064.125,00	2.218.233,75	2.218.233,75	2.218.233,75	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	13.673.565,86	8.969.329,16	8.969.329,16	8.935.341,33	0,00
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	497.798,00	310.900,39	310.900,39	310.900,39	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	21.093.747,41	19.023.569,24	19.023.569,24	18.920.544,69	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA Até o Bimestre (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	594.453.639,05	558.525.437,58	558.376.616,62	549.564.908,57	148.820,96
33.1- Despesas Correntes	490.612.978,61	473.441.393,97	473.292.573,01	464.480.864,96	148.820,96
33.1.1- Pessoal Ativo	404.444.291,25	405.777.407,64	405.628.586,68	400.183.522,52	148.820,96
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	86.168.687,36	67.663.986,33	67.663.986,33	64.297.342,44	0,00
33.2- Despesas de Capital	103.840.660,44	85.084.043,61	85.084.043,61	85.084.043,61	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas Capital	103.840.660,44	85.084.043,61	85.084.043,61	85.084.043,61	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA		FUNDEB (ah)		SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)	
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		47.847.794,20		6.964.897,33	
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)		462.203.358,32		6.146.568,57	
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)		481.039.402,30		8.567.985,40	
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		29.011.750,22		4.543.480,50	
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		0,00		0,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 de 4

PERIODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)							RS 1
RECEITAS	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
	INICIAL	ATUALIZADA	BIMESTRE	%	JAN A DEZ	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
							(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.640.507.987,94	1.640.507.987,94	243.262.533,51	14,83	1.297.862.822,65	79,11	342.645.165,29
RECEITAS CORRENTES	1.561.425.241,27	1.561.425.241,27	238.781.112,04	15,29	1.249.204.121,78	80,00	312.221.119,49
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	263.047.272,04	263.047.272,04	30.820.608,58	11,72	167.856.584,20	63,81	95.190.687,84
Impostos	251.056.985,04	251.056.985,04	29.739.770,50	11,85	150.753.317,60	60,05	100.303.667,44
Taxas	11.990.287,00	11.990.287,00	1.080.838,08	9,01	17.103.266,60	142,64	-5.112.979,60
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	35.479.795,00	35.479.795,00	9.476.999,86	26,71	46.198.559,00	130,21	-10.718.764,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	35.479.795,00	35.479.795,00	9.476.999,86	26,71	46.198.559,00	130,21	-10.718.764,00
RECEITA PATRIMONIAL	13.208.163,00	13.208.163,00	3.183.801,54	24,10	21.093.003,64	159,70	-7.884.840,64
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	937.163,00	937.163,00	138.297,18	14,76	1.186.065,64	126,56	-248.902,60
Valores Mobiliários	12.271.000,00	12.271.000,00	3.045.504,36	24,82	19.906.938,00	162,23	-7.635.938,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	31.518,00	31.518,00	2.412.980,00	655,88	2.625.345,00	329,67	-2.593.827,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	2.412.980,00	0,00	2.625.345,00	0,00	-2.625.345,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	31.518,00	31.518,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.518,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.249.658.493,23	1.249.658.493,23	190.258.531,84	15,22	1.007.101.793,28	80,59	242.556.699,95
Transferências da União e de suas Entidades	824.085.704,67	824.085.704,67	120.130.162,63	14,58	650.390.248,17	78,92	173.695.456,50
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	226.352.787,56	226.352.787,56	26.331.025,41	11,63	127.279.430,91	56,23	99.073.356,65
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	-300.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	199.220.001,00	199.220.001,00	43.797.343,80	21,98	229.132.114,20	115,01	-29.912.113,20
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	2.628.190,22	0,00	4.328.836,66	0,00	-4.328.836,66
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	129.588,96	0,00	1.142.906,17	0,00	-1.142.906,17
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	37.874,10	0,00	302.139,77	0,00	-302.139,77
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	2.460.727,16	0,00	2.883.790,72	0,00	-2.883.790,72
RECEITAS DE CAPITAL	79.082.746,67	79.082.746,67	4.481.421,47	5,67	48.658.700,87	61,53	30.424.045,80
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	32.892.652,29	32.892.652,29	0,00	0,00	15.199.047,46	46,21	17.693.604,83
Operações de Crédito - Mercado Interno	32.892.652,29	32.892.652,29	0,00	0,00	15.199.047,46	46,21	17.693.604,83
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	66.439,82	66,44	1.051.010,10	051,01	-951.010,10
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	616.400,00	0,00	-616.400,00
Alienação de Bens Imóveis	100.000,00	100.000,00	66.439,82	66,44	434.610,10	434,61	-334.610,10
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	464,11	0,44	104.535,89
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	45.985.094,38	45.985.094,38	4.414.981,65	9,60	32.408.179,20	70,48	13.576.915,18
Transferências da União e de suas Entidades	43.609.094,38	43.609.094,38	1.937.361,93	4,44	11.733.104,95	26,91	31.875.989,43
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.376.000,00	2.376.000,00	2.477.619,72	104,28	20.675.074,25	870,16	-18.299.074,25
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.640.507.987,94	1.640.507.987,94	243.262.533,51	14,83	1.297.862.822,65	79,11	342.645.165,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 de 4

PERIODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RS 1

RECEITAS	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	INICIAL	ATUALIZADA	BIMESTRE	%	JAN A DEZ	%	A REALIZAR
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	1.640.507.987,94	1.640.507.987,94	243.262.533,51	14,83	1.297.862.822,65	79,11	342.645.165,29
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	1.640.507.987,94	1.640.507.987,94	243.262.533,51	14,83	1.297.862.822,65	79,11	342.645.165,29
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	33.616.609,21			33.616.609,21		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais (CC 5.2.2.1.3.01.00)		33.616.609,21			33.616.609,21		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

3 de 4

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RS 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			BIMESTRE	JAN A DEZ		BIMESTRE	JAN A DEZ			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.640.507.987,94	1.701.898.908,54	169.786.169,13	1.245.140.951,77	456.757.956,77	262.596.872,52	1.242.601.699,60	459.297.208,94	1.202.015.140,01	2.539.252,17
DESPESAS CORRENTES	1.209.508.299,48	1.388.562.508,06	166.186.520,03	1.067.071.876,41	321.490.631,65	225.180.719,47	1.065.720.698,48	322.841.809,58	1.032.361.734,03	1.351.177,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	693.090.151,32	845.934.808,95	129.128.305,53	703.747.135,21	142.187.673,74	132.307.066,42	703.590.480,32	142.344.328,63	695.094.989,40	156.654,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	829.993,75	20.806.320,99	176.405,24	20.262.914,10	543.406,89	3.181.080,42	20.262.914,10	543.406,89	20.262.914,10	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	515.588.154,41	521.821.378,12	36.881.809,26	343.061.827,10	178.759.551,02	89.692.572,63	341.867.304,06	179.954.074,06	317.003.830,53	1.194.523,04
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	515.588.154,41	521.821.378,12	36.881.809,26	343.061.827,10	178.759.551,02	89.692.572,63	341.867.304,06	179.954.074,06	317.003.830,53	1.194.523,04
DESPESAS DE CAPITAL	428.898.438,46	311.235.150,48	3.599.649,10	178.069.075,36	133.166.075,12	37.416.153,05	176.881.001,12	134.354.149,36	169.653.405,98	1.188.074,24
INVESTIMENTOS	419.642.047,83	286.032.448,15	1.776.120,46	155.686.022,16	130.346.425,99	33.217.017,81	154.497.947,92	131.534.500,23	147.270.352,78	1.188.074,24
INVERSÕES FINANCEIRAS	956.453,13	656.453,13	0,00	38.341,48	618.111,65	0,00	38.341,48	618.111,65	38.341,48	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	8.299.937,50	24.546.249,20	1.823.528,64	22.344.711,72	2.201.537,48	4.199.135,24	22.344.711,72	2.201.537,48	22.344.711,72	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.101.250,00	2.101.250,00	0,00	0,00	2.101.250,00	0,00	0,00	2.101.250,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	1.759.977,73	0,00	0,00	1.759.977,73	0,00	0,00	1.759.977,73	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.640.507.987,94	1.703.658.886,27	169.786.169,13	1.245.140.951,77	458.517.934,50	262.596.872,52	1.242.601.699,60	461.057.186,67	1.202.015.140,01	2.539.252,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	1.640.507.987,94	1.703.658.886,27	169.786.169,13	1.245.140.951,77	458.517.934,50	262.596.872,52	1.242.601.699,60	461.057.186,67	1.202.015.140,01	2.539.252,17
SUPERÁVIT (XIII)				52.721.870,88			55.261.123,05		95.847.682,64	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	1.640.507.987,94	1.703.658.886,27	169.786.169,13	1.297.862.822,65		262.596.872,52	1.297.862.822,65		1.297.862.822,65	2.539.252,17
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

4 de 4

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

R\$ Milhares

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			BIMESTRE	JAN A DEZ (f)		BIMESTRE	JAN A DEZ (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	1.759.977,73	0,00	0,00	1.759.977,73	0,00	0,00	1.759.977,73	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	1.759.977,73	0,00	0,00	1.759.977,73	0,00	0,00	1.759.977,73	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	1.759.977,73	0,00	0,00	1.759.977,73	0,00	0,00	1.759.977,73	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A DEZ	%		BIMESTRE	JAN A DEZ	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.640.507.987,94	1.701.898.908,54	169.786.169,13	1.245.140.951,77	100,00	456.757.956,77	262.596.872,52	1.242.601.699,60	100,00	459.297.208,94	2.539.252,17
Legislativa	16.574.046,04	21.534.028,32	870.294,54	19.479.897,67	1,56	2.054.130,65	4.605.292,59	18.975.957,11	1,53	2.558.071,21	503.940,56
Ação Legislativa	16.574.046,04	21.534.028,32	870.294,54	19.479.897,67	1,56	2.054.130,65	4.605.292,59	18.975.957,11	1,53	2.558.071,21	503.940,56
Administração	100.583.772,89	115.847.905,37	15.315.918,92	83.238.981,58	6,69	32.608.923,79	20.671.449,21	83.194.504,84	6,70	32.653.400,53	44.476,74
Administração Financeira	15.618.051,50	28.785.109,69	3.026.219,70	20.832.082,15	1,67	7.953.027,54	5.167.234,93	20.832.082,15	1,68	7.953.027,54	0,00
Controle Interno	56.906,08	63.006,08	2.745,00	22.768,00	0,00	40.238,08	2.745,00	22.768,00	0,00	40.238,08	0,00
Normatização e Fiscalização	107.163,80	462.305,20	-26.095,12	259.294,00	0,02	203.011,20	69.820,83	259.294,00	0,02	203.011,20	0,00
Ordenamento Territorial	861.256,25	861.346,25	0,00	50.749,48	0,00	810.596,77	0,00	50.749,48	0,00	810.596,77	0,00
Formação de Recursos Humanos	9.455,66	9.455,66	0,00	0,00	0,00	9.455,66	0,00	0,00	0,00	9.455,66	0,00
Comunicação Social	3.427.541,26	5.494.023,26	235.060,71	5.388.073,67	0,43	105.949,59	1.569.795,14	5.388.073,67	0,43	105.949,59	0,00
Administração Geral	69.413.733,03	67.584.624,02	11.675.738,23	52.873.602,28	4,25	14.711.021,74	13.156.543,51	52.834.049,39	4,25	14.750.574,63	39.552,89
Demais Subfunções	11.089.665,31	12.588.035,21	402.250,40	3.812.412,00	0,31	8.775.623,21	705.309,80	3.807.488,15	0,31	8.780.547,06	4.923,85
Assistência Social	41.661.000,00	42.888.666,53	2.540.227,63	20.317.963,39	1,63	22.570.703,14	5.144.321,35	20.317.963,39	1,64	22.570.703,14	0,00
Assistência ao Idoso	86.000,00	86.000,00	0,00	0,00	0,00	86.000,00	0,00	0,00	0,00	86.000,00	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	862.000,00	943.750,00	25.062,65	161.771,48	0,01	781.978,52	110.354,00	161.771,48	0,01	781.978,52	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	639.000,00	851.890,00	-16.291,59	202.042,46	0,02	649.847,54	94.019,72	202.042,46	0,02	649.847,54	0,00
Assistência Comunitária	18.906.000,00	22.001.758,30	665.107,00	8.291.221,36	0,67	13.710.536,94	2.424.506,06	8.291.221,36	0,67	13.710.536,94	0,00
Administração Geral	20.188.000,00	18.025.268,23	1.931.249,57	11.166.858,09	0,90	6.858.410,14	2.408.341,57	11.166.858,09	0,90	6.858.410,14	0,00
Demais Subfunções	980.000,00	980.000,00	-64.900,00	496.070,00	0,04	483.930,00	107.100,00	496.070,00	0,04	483.930,00	0,00
Previdência Social	3.125.052,50	5.272.005,50	1.095.712,61	5.047.799,42	0,41	224.206,08	1.095.712,61	5.047.799,42	0,41	224.206,08	0,00
Previdência Básica	3.125.052,50	5.272.005,50	1.095.712,61	5.047.799,42	0,41	224.206,08	1.095.712,61	5.047.799,42	0,41	224.206,08	0,00
Saúde	311.547.266,80	430.264.483,13	56.827.621,90	262.398.867,34	21,07	167.865.615,79	64.100.546,22	260.561.616,28	20,97	169.702.866,85	1.837.251,06
Atenção Básica	122.856.271,18	171.488.429,23	19.215.866,09	89.559.779,07	7,19	81.928.650,16	19.812.520,15	89.442.873,46	7,20	82.045.555,77	116.905,61
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	130.278.231,79	189.186.068,99	30.338.056,66	126.047.375,98	10,12	63.138.693,01	36.124.982,01	124.483.898,71	10,02	64.702.170,28	1.563.477,27
Suporte Profilático e Terapêutico	4.143.391,40	7.512.045,83	337.551,30	7.271.707,90	0,58	240.337,93	838.182,71	7.271.707,90	0,59	240.337,93	0,00
Vigilância Sanitária	8.078.530,48	9.674.067,93	647.826,31	3.262.689,49	0,26	6.411.378,44	751.380,83	3.257.630,26	0,26	6.416.437,67	5.059,23
Vigilância Epidemiológica	11.608.864,43	16.135.447,43	2.283.592,00	11.129.760,91	0,89	5.005.686,52	2.366.714,21	11.125.630,91	0,90	5.009.816,52	4.130,00
Administração Geral	31.097.927,51	32.784.373,71	3.638.193,21	23.246.409,63	1,87	9.537.964,08	3.840.229,98	23.098.730,68	1,86	9.685.643,03	147.678,95
Demais Subfunções	3.484.050,01	3.484.050,01	366.536,33	1.881.144,36	0,15	1.602.905,65	366.536,33	1.881.144,36	0,15	1.602.905,65	0,00
Trabalho	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00	0,00
Demais Subfunções	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [19592], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM - PMS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A DEZ (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A DEZ (d)	% (d/total d)		
Educação	764.319.768,41	753.589.112,81	98.466.935,68	633.286.406,93	50,86	120.302.705,88	129.170.475,98	633.137.585,97	50,95	120.451.526,84	148.820,96
Ensino Fundamental	418.831.280,66	435.010.122,06	32.790.784,88	378.212.071,83	30,38	56.798.050,23	45.405.068,56	378.212.071,83	30,44	56.798.050,23	0,00
Educação Infantil	184.844.785,00	167.378.447,82	49.761.639,93	150.220.042,85	12,06	17.158.404,97	55.249.346,32	150.220.042,85	12,09	17.158.404,97	0,00
Educação de Jovens e Adultos	14.248.843,00	7.394.843,00	-178.967,09	4.156.123,47	0,33	3.238.719,53	-178.967,09	4.156.123,47	0,33	3.238.719,53	0,00
Educação Especial	11.748.843,00	3.004.188,17	0,00	457.328,66	0,04	2.546.859,51	0,00	457.328,66	0,04	2.546.859,51	0,00
Educação Básica	63.424.016,75	57.296.625,61	4.917.748,07	44.081.121,75	3,54	13.215.503,86	8.883.931,85	44.081.121,75	3,55	13.215.503,86	0,00
Administração Geral	44.601.000,00	53.803.282,04	7.216.261,57	37.728.135,73	3,03	16.075.146,31	14.443.697,95	37.579.314,77	3,02	16.223.967,27	148.820,96
Demais Subfunções	26.621.000,00	29.701.604,11	3.959.468,32	18.431.582,64	1,48	11.270.021,47	5.367.398,39	18.431.582,64	1,48	11.270.021,47	0,00
Cultura	11.393.987,27	14.682.185,18	1.343.708,33	6.926.548,18	0,56	7.755.637,00	1.350.692,33	6.921.785,33	0,56	7.760.399,85	4.762,85
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.170.880,66	1.366.289,66	158.400,00	631.718,00	0,05	734.571,66	158.400,00	631.718,00	0,05	734.571,66	0,00
Difusão Cultural	5.928.676,90	8.501.539,17	584.881,68	3.745.585,66	0,30	4.755.953,51	586.081,68	3.745.585,66	0,30	4.755.953,51	0,00
Administração Geral	4.294.429,71	4.814.356,35	600.426,65	2.549.244,52	0,20	2.265.111,83	606.210,65	2.544.481,67	0,20	2.269.874,68	4.762,85
Direitos da Cidadania	0,00	3.494.932,39	0,00	3.486.651,79	0,28	8.280,60	0,00	3.486.651,79	0,28	8.280,60	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	3.494.932,39	0,00	3.486.651,79	0,28	8.280,60	0,00	3.486.651,79	0,28	8.280,60	0,00
Urbanismo	141.746.712,53	98.292.244,87	3.265.183,66	75.331.029,41	6,05	22.961.215,46	11.598.943,21	75.331.029,41	6,06	22.961.215,46	0,00
Infra-Estrutura Urbana	111.812.764,39	59.974.751,52	5.327.046,18	47.745.330,59	3,83	12.229.420,93	7.063.789,47	47.745.330,59	3,84	12.229.420,93	0,00
Serviços Urbanos	27.419.000,00	35.258.504,00	-1.908.384,67	26.898.999,03	2,16	8.359.504,97	4.410.338,63	26.898.999,03	2,16	8.359.504,97	0,00
Administração Geral	2.514.948,14	3.058.989,35	-153.477,85	686.699,79	0,06	2.372.289,56	124.815,11	686.699,79	0,06	2.372.289,56	0,00
Habitação	18.487.708,35	888.712,32	0,00	210,00	0,00	888.502,32	0,00	210,00	0,00	888.502,32	0,00
Habitação Urbana	18.249.571,58	650.575,55	0,00	0,00	0,00	650.575,55	0,00	0,00	0,00	650.575,55	0,00
Administração Geral	238.136,77	238.136,77	0,00	210,00	0,00	237.926,77	0,00	210,00	0,00	237.926,77	0,00
Saneamento	14.310.825,88	8.714.787,49	824.358,64	2.900.576,90	0,23	5.814.210,59	1.502.716,29	2.900.576,90	0,23	5.814.210,59	0,00
Saneamento Básico Rural	4.024.944,38	6.428.905,99	824.358,64	2.831.361,90	0,23	3.597.544,09	1.445.500,29	2.831.361,90	0,23	3.597.544,09	0,00
Saneamento Básico Urbano	3.655.881,50	1.655.881,50	0,00	0,00	0,00	1.655.881,50	0,00	0,00	0,00	1.655.881,50	0,00
Demais Subfunções	6.630.000,00	630.000,00	0,00	69.215,00	0,01	560.785,00	57.216,00	69.215,00	0,01	560.785,00	0,00
Gestão Ambiental	10.648.505,08	11.860.424,39	989.598,77	5.809.385,96	0,47	6.051.038,43	1.034.808,66	5.809.385,96	0,47	6.051.038,43	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	383.819,63	383.819,63	0,00	0,00	0,00	383.819,63	0,00	0,00	0,00	383.819,63	0,00
Controle Ambiental	2.465.817,10	2.519.200,13	0,00	157.618,69	0,01	2.361.581,44	4.928,25	157.618,69	0,01	2.361.581,44	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	299.822,17	350.488,17	0,00	0,00	0,00	350.488,17	0,00	0,00	0,00	350.488,17	0,00
Administração Geral	7.273.555,75	8.381.426,03	989.598,77	5.651.767,27	0,45	2.729.658,76	1.029.880,41	5.651.767,27	0,45	2.729.658,76	0,00
Demais Subfunções	225.490,43	225.490,43	0,00	0,00	0,00	225.490,43	0,00	0,00	0,00	225.490,43	0,00
Agricultura	27.328.857,91	38.852.159,55	-7.093.817,52	16.275.159,59	1,31	22.576.999,96	4.716.961,95	16.275.159,59	1,31	22.576.999,96	0,00
Abastecimento	14.275.892,66	25.472.643,93	-8.092.218,10	8.966.294,68	0,72	16.506.349,25	3.179.420,95	8.966.294,68	0,72	16.506.349,25	0,00
Extensão Rural	752.247,57	282.092,82	0,00	0,00	0,00	282.092,82	0,00	0,00	0,00	282.092,82	0,00
Administração Geral	12.174.642,61	13.089.017,79	998.400,58	7.308.864,91	0,59	5.780.152,88	1.537.541,00	7.308.864,91	0,59	5.780.152,88	0,00
Demais Subfunções	126.075,07	8.405,01	0,00	0,00	0,00	8.405,01	0,00	0,00	0,00	8.405,01	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [19592], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM - PMS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	JAN A DEZ (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	JAN A DEZ (d)	% (d/total d)		
Comércio e Serviços	723.867,96	723.867,96	0,00	99.000,00	0,01	624.867,96	0,00	99.000,00	0,01	624.867,96	0,00
Turismo	301.910,64	301.910,64	0,00	99.000,00	0,01	202.910,64	0,00	99.000,00	0,01	202.910,64	0,00
Demais Subfunções	421.957,32	421.957,32	0,00	0,00	0,00	421.957,32	0,00	0,00	0,00	421.957,32	0,00
Transporte	158.009.112,59	101.149.200,06	-6.784.938,88	63.582.357,45	5,11	37.566.842,61	9.863.103,11	63.582.357,45	5,12	37.566.842,61	0,00
Administração Geral	8.905.371,33	11.817.510,87	1.110.126,94	6.514.627,48	0,52	5.302.883,39	1.225.104,63	6.514.627,48	0,52	5.302.883,39	0,00
Demais Subfunções	149.103.741,26	89.331.689,19	-7.895.065,82	57.067.729,97	4,58	32.263.959,22	8.637.998,48	57.067.729,97	4,59	32.263.959,22	0,00
Desporto e Lazer	7.018.803,73	4.592.853,73	33.012,30	2.740.071,67	0,22	1.852.782,06	33.012,30	2.740.071,67	0,22	1.852.782,06	0,00
Desporto Comunitário	1.118.803,73	1.118.803,73	33.012,30	92.386,82	0,01	1.026.416,91	33.012,30	92.386,82	0,01	1.026.416,91	0,00
Demais Subfunções	5.900.000,00	3.474.050,00	0,00	2.647.684,85	0,21	826.365,15	0,00	2.647.684,85	0,21	826.365,15	0,00
Encargos Especiais	10.842.450,00	47.065.088,94	2.092.352,55	44.220.044,49	3,55	2.845.044,45	7.708.836,71	44.220.044,49	3,56	2.845.044,45	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	9.129.931,25	45.352.570,19	1.999.933,88	42.607.625,82	3,42	2.744.944,37	7.380.215,66	42.607.625,82	3,43	2.744.944,37	0,00
Outros Encargos Especiais	1.712.518,75	1.712.518,75	92.418,67	1.612.418,67	0,13	100.100,08	328.621,05	1.612.418,67	0,13	100.100,08	0,00
Reserva de Contingência	2.101.250,00	2.101.250,00	0,00	0,00	0,00	2.101.250,00	0,00	0,00	0,00	2.101.250,00	0,00
Demais Subfunções	2.101.250,00	2.101.250,00	0,00	0,00	0,00	2.101.250,00	0,00	0,00	0,00	2.101.250,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	1.759.977,73	0,00	0,00	0,00	1.759.977,73	0,00	0,00	0,00	1.759.977,73	0,00
Saúde	0,00	1.759.977,73	0,00	0,00	0,00	1.759.977,73	0,00	0,00	0,00	1.759.977,73	0,00
Atenção Básica	0,00	764.962,11	0,00	0,00	0,00	764.962,11	0,00	0,00	0,00	764.962,11	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	956.648,82	0,00	0,00	0,00	956.648,82	0,00	0,00	0,00	956.648,82	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	38.366,80	0,00	0,00	0,00	38.366,80	0,00	0,00	0,00	38.366,80	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.640.507.987,94	1.703.658.886,27	169.786.169,13	1.245.140.951,77	100,00	458.517.934,50	262.596.872,52	1.242.601.699,60	100,00	461.057.186,67	2.539.252,17

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [19592], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM - PMS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2023 A DEZ/2023

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	JAN/2023	FEV/2023	MAR/2023	ABR/2023	MAI/2023	JUN/2023	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OUT/2023	NOV/2023	DEZ/2023		
RECEITAS CORRENTES (I)	108.106.060,87	86.778.707,11	86.808.237,48	80.647.001,81	88.750.570,71	214.667.424,15	93.067.233,99	96.177.633,22	93.609.790,59	103.018.137,37	111.743.831,87	135.784.723,85	1.299.159.353,02	1.615.654.008,37
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.451.992,87	13.941.217,33	15.871.542,77	14.339.398,65	12.509.187,29	13.240.186,59	12.899.467,95	12.576.488,14	12.743.597,98	15.462.896,05	12.832.241,77	17.988.366,81	167.856.584,20	263.047.272,04
IPTU	898.208,09	1.315.960,93	3.634.246,82	2.485.524,97	914.712,90	723.607,47	947.167,49	983.325,09	666.105,98	778.017,74	758.161,18	444.047,34	14.549.086,00	36.562.852,00
ISS	6.631.488,25	4.799.984,77	5.572.263,41	5.909.179,20	6.268.367,53	7.172.688,01	6.796.760,93	6.482.462,71	7.404.144,20	7.274.568,26	8.160.335,81	7.981.003,84	80.453.246,92	171.214.901,04
ITBI	292.731,75	319.850,73	320.259,08	935.200,93	531.034,32	379.117,84	463.410,82	413.624,15	505.846,88	447.548,10	313.198,94	319.275,78	5.241.099,32	5.650.369,00
IRRF	2.727.340,20	3.478.631,00	3.869.962,27	3.615.891,66	3.749.650,37	4.191.772,06	3.797.519,07	3.700.580,11	3.433.920,33	6.180.870,68	2.983.431,60	8.780.316,01	50.509.885,36	37.628.863,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.902.224,58	4.026.789,90	2.474.811,19	1.393.601,89	1.045.422,17	773.001,21	894.609,64	996.496,08	733.580,59	781.891,27	617.114,24	463.723,84	17.103.266,60	11.990.287,00
Contribuições	3.885.915,14	3.670.929,04	3.290.304,34	3.444.844,39	3.179.465,05	4.016.030,54	3.264.759,19	3.933.973,68	3.996.485,63	4.038.852,14	4.927.668,81	4.549.331,05	46.198.559,00	35.479.795,00
Receita Patrimonial	1.432.418,66	1.496.251,43	1.841.331,45	1.281.637,79	1.431.620,26	1.431.863,64	4.448.662,64	978.366,47	1.886.012,94	1.681.036,82	1.494.690,07	1.689.111,47	21.093.003,64	13.208.163,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.345.058,50	1.389.925,96	1.772.691,65	1.229.577,05	1.385.474,64	1.335.518,09	4.376.768,41	686.523,49	1.731.021,93	1.608.873,92	1.427.327,08	1.618.177,28	19.906.938,00	10.341.528,00
Outras Receitas Patrimoniais	87.360,16	106.325,47	68.639,80	52.060,74	46.145,62	96.345,55	71.894,23	291.842,98	154.991,01	72.162,90	67.362,99	70.934,19	1.186.065,64	2.866.635,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	212.360,00	5,00	322.600,00	2.090.380,00	2.625.345,00	31.518,00
Transferências Correntes	89.297.321,76	67.571.682,72	65.615.200,61	61.401.506,90	71.483.270,61	195.763.923,77	72.278.091,31	78.474.135,16	74.574.477,24	81.591.438,92	89.871.918,02	109.134.057,50	1.057.057.024,52	1.303.887.260,33
Cota Parte do FPM	10.758.739,34	14.815.749,27	9.037.595,60	10.332.792,12	11.477.003,22	10.698.075,07	13.338.581,25	8.933.955,58	9.107.262,50	8.458.484,44	10.974.582,84	17.428.407,71	135.361.228,94	149.196.440,00
Cota Parte do ICMS	7.275.222,92	5.869.627,60	6.434.976,12	6.825.965,01	7.224.360,08	8.374.303,77	7.859.156,83	7.784.819,34	8.594.637,89	8.108.260,43	8.564.949,42	10.760.760,57	93.677.039,98	102.925.226,50
Cota Parte do IPVA	2.130.481,27	1.833.228,35	3.514.395,64	2.780.941,62	3.417.926,60	3.469.151,58	3.664.702,88	3.638.242,29	3.117.158,47	2.200.158,47	1.806.370,99	1.304.860,59	32.877.618,75	26.934.161,00
Cota Parte do ITR	2.608,55	3.665,50	2.007,26	3.977,17	2.884,00	2.245,73	15.331,24	4.702,63	17.115,77	52.097,71	4.562,62	3.418,26	114.616,44	33.793,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	224.629,73	112.665,77	168.140,23	141.597,44	173.063,74	185.780,83	168.787,90	150.237,99	194.708,66	217.515,46	178.226,77	194.033,84	2.109.388,36	3.441.831,00
Transferências do FUNDEB	59.731.411,72	34.469.892,75	29.673.176,41	26.026.555,41	35.472.234,00	37.588.822,36	35.205.765,57	37.536.262,92	37.559.565,94	38.411.147,97	40.386.692,36	42.206.954,44	454.268.481,85	501.138.658,00
Outras Transferências Correntes	9.174.228,23	10.466.853,48	16.784.909,35	15.289.678,13	13.715.798,97	135.445.544,43	12.025.765,64	20.425.914,41	15.984.028,01	24.143.774,44	27.956.533,02	37.235.622,09	338.648.650,20	520.217.150,83
Outras Receitas Correntes	38.412,44	98.626,59	189.858,31	179.614,08	147.027,50	215.419,61	176.252,90	214.669,77	196.856,80	243.908,44	2.294.713,20	333.477,02	4.328.836,66	0,00
DEDUÇÕES (II)	4.078.336,33	4.526.987,26	3.831.422,96	4.017.054,62	4.459.047,55	4.545.911,39	3.898.951,53	4.102.391,55	3.940.381,10	3.807.303,27	4.305.738,48	4.441.705,20	49.955.231,24	54.228.767,10
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	4.078.336,33	4.526.987,26	3.831.422,96	4.017.054,62	4.459.047,55	4.545.911,39	3.898.951,53	4.102.391,55	3.940.381,10	3.807.303,27	4.305.738,48	4.441.705,20	49.955.231,24	54.228.767,10
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	104.027.724,54	82.251.719,85	82.976.814,52	76.629.947,19	84.291.523,16	210.121.512,76	89.168.282,46	92.075.241,67	89.669.409,49	99.210.834,10	107.438.093,39	131.343.018,65	1.249.204.121,78	1.561.425.241,27
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	3.035.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.459.451,91	0,00	4.649.999,63	0,00	100.000,00	12.244.451,54	18.937.449,80
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	104.027.724,54	82.251.719,85	79.941.814,52	76.629.947,19	84.291.523,16	210.121.512,76	89.168.282,46	87.615.789,76	89.669.409,49	94.560.834,47	107.438.093,39	131.243.018,65	1.236.959.670,24	1.542.487.791,47
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VI)	1.650.936,00	1.387.932,00	1.880.088,00	1.632.708,00	1.652.640,00	1.652.640,00	1.655.280,00	1.655.280,00	1.657.920,00	1.657.920,00	1.657.920,00	3.315.840,00	21.457.104,00	35.539.042,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	102.376.788,54	80.863.787,85	78.061.726,52	74.997.239,19	82.638.883,16	208.468.872,76	87.513.002,46	85.960.509,76	88.011.489,49	92.902.914,47	105.780.173,39	127.927.178,65	1.215.502.566,24	1.506.948.749,47



Este documento foi gerado pelo usuário 296.***.***-00 em 10/12/2024 17:01:00

Número do documento: 24051011441251600000108038000

<https://pje.tjpa.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24051011441251600000108038000>

Assinado eletronicamente por: ISAAC VASCONCELOS LISBOA FILHO - 10/05/2024 11:44:13

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

1 de 4

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)

RS 1

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [19592], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM - PMS



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

2 de 4

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)				RS 1
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)				0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				0,00
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				0,00
VALOR				0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				0,00
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				0,00
VALOR				0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS				0,00
APORTES REALIZADOS				0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar				0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos				0,00
Outros Aportes para o RPPS				0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)				0,00
SALDO ATUAL				0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa				0,00
Investimentos e Aplicações				0,00
Outros Bens e Direitos				0,00
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)		
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00		
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00		
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00		
Receita Patrimonial	0,00	0,00		
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00		
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00		
Receita de Serviços	0,00	0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00		
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00		
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [19592], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM - PMS



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

3 de 4

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)		RS 1
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Correntes	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [19592], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM - PMS



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

4 de 4

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)

R\$ 1

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII) + (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII-XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIO MANTIDOS PELO TESOIRO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO) (XVII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [19592], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM - PMS



Este documento foi gerado pelo usuário 296.***.***-00 em 10/12/2024 17:01:00

Número do documento: 24051011441251600000108038000

<https://pje.tjpa.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24051011441251600000108038000>

Assinado eletronicamente por: ISAAC VASCONCELOS LISBOA FILHO - 10/05/2024 11:44:13

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a dez/2023
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	1.561.425.241,27	1.249.204.121,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	263.047.272,04	167.856.584,20
IPTU	36.562.852,00	14.549.086,00
ISS	171.214.901,04	80.453.246,92
ITBI	5.650.369,00	5.241.099,32
IRRF	37.628.863,00	50.509.885,36
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.990.287,00	17.103.266,60
Contribuições	35.479.795,00	46.198.559,00
Receita Patrimonial	13.208.163,00	21.093.003,64
Aplicações Financeiras (II)	12.271.000,00	19.906.938,00
Outras Receitas Patrimoniais	937.163,00	1.186.065,64
Transferências Correntes	1.249.658.493,23	1.007.101.793,28
Cota Parte do FPM	121.634.675,20	110.735.836,49
Cota Parte do ICMS	82.340.181,20	75.327.445,64
Cota Parte do IPVA	21.547.328,80	26.342.175,16
Cota Parte do ITR	27.034,40	91.693,30
Transferências da LC 61/1989	2.753.464,80	1.687.510,64
Transferências do FUNDEB	501.138.658,00	454.268.481,85
Outras Transferências Correntes	520.217.150,83	338.648.650,20
Demais Receitas Correntes	31.518,00	6.954.181,66
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	31.518,00	6.954.181,66
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	1.549.154.241,27	1.229.297.183,78
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	79.082.746,67	48.658.700,87
Operações de Crédito (VIII)	32.892.652,29	15.199.047,46
Amortização de Empréstimos (IX)	105.000,00	464,11
Alienação de Bens	100.000,00	1.051.010,10
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	100.000,00	1.051.010,10
Transferências de Capital	45.985.094,38	32.408.179,20
Convênios	2.376.000,00	30.573.062,20
Outras Transferências de Capital	43.609.094,38	1.835.117,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	46.085.094,38	33.459.189,30
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	1.595.239.335,65	1.262.756.373,08
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	1.595.239.335,65	1.262.756.373,08



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	1.390.322.485,79	1.067.071.876,41	1.065.720.698,48	1.032.361.734,03	26.505.470,43	4.546.717,16	4.312.027,66
Pessoal e Encargos Sociais	845.934.808,95	703.747.135,21	703.590.480,32	695.094.989,40	7.129.391,96	24.062,61	24.062,61
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	20.806.320,99	20.262.914,10	20.262.914,10	20.262.914,10	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	523.581.355,85	343.061.827,10	341.867.304,06	317.003.830,53	19.376.078,47	4.522.654,55	4.287.965,05
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	523.581.355,85	343.061.827,10	341.867.304,06	317.003.830,53	19.376.078,47	4.522.654,55	4.287.965,05
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	1.369.516.164,80	1.046.808.962,31	1.045.457.784,38	1.012.098.819,93	26.505.470,43	4.546.717,16	4.312.027,66
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	311.235.150,48	178.069.075,36	176.881.001,12	169.653.405,98	7.387.776,53	9.305.256,15	9.305.256,15
Investimentos	286.032.448,15	155.686.022,16	154.497.947,92	147.270.352,78	7.387.776,53	9.305.256,15	9.305.256,15
Inversões Financeiras	656.453,13	38.341,48	38.341,48	38.341,48	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	30.946,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	625.506,25	38.341,48	38.341,48	38.341,48	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	24.546.249,20	22.344.711,72	22.344.711,72	22.344.711,72	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI +	286.657.954,40	155.724.363,64	154.536.289,40	147.308.694,26	7.387.776,53	9.305.256,15	9.305.256,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	2.101.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	1.658.275.369,20	1.202.533.325,95	1.199.994.073,78	1.159.407.514,19	33.893.246,96	13.851.973,31	13.617.283,81
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	1.658.275.369,20	1.202.533.325,95	1.199.994.073,78	1.159.407.514,19	33.893.246,96	13.851.973,31	13.617.283,81
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							55.838.328,12
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							55.838.328,12

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
---------------------------------------	----------------

Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
---	------

JUROS NOMINAIS	Jan a dez/2023
	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (Exceto RPPS) (XXXVI)	19.931.417,46
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (Exceto RPPS) (XXXVII)	11.468.371,04
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	64.301.374,54

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
--------------------------------------	----------------

Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
---	------



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2022 (a)	Jan a dez/2023 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	206.269.901,76	191.305.723,59
DEDUÇÕES (XL)	117.916.646,30	117.310.082,65
Disponibilidade de Caixa	96.046.702,16	95.440.138,51
Disponibilidade de Caixa Bruta	141.931.271,73	189.559.636,49
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	45.068.697,97	92.553.389,91
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	815.871,60	1.566.108,07
Demais Haveres Financeiros	21.869.944,14	21.869.944,14
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	88.353.255,46	73.995.640,94
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		14.357.614,52
AJUSTE METODOLÓGICO		Jan a dez/2023
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIIb - XLIIa)		47.484.691,94
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)		0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)		0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]		61.842.306,46
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)		53.379.260,04
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		33.616.609,21
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		33.616.609,21
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

1 de 1

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							Saldo Total
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo		
		Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2022 (b)				Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2022 (g)					k = (f+g) - (i+j)	
		(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	(h)	(i)	(j)	L = (e + k)						
11	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	9.252.791,21	35.815.906,76	33.893.246,96	29.869,78	11.145.581,23	1.194.162,09	14.208.725,30	13.851.973,31	13.617.283,81	250.374,78	1.535.228,80	12.680.810,03	
	PODER EXECUTIVO	9.252.210,59	35.710.960,00	33.788.300,21	29.869,78	11.145.000,60	1.194.162,09	14.189.918,40	13.833.166,41	13.598.476,91	250.374,78	1.535.228,80	12.680.229,40	
	1102 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMG	0,00	575.543,39	575.543,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	1103 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEFIN	1.654.505,09	673.516,80	649.776,27	28.500,56	1.649.745,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.649.745,06	
	1104 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO — SEMED	0,00	559.762,49	559.762,49	0,00	0,00	79.209,91	0,00	0,00	0,00	79.209,91	0,00	0,00	
	1105 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEMAP	526.008,10	4.399.564,10	4.399.564,10	0,00	526.008,10	0,00	0,50	0,00	0,00	0,50	0,00	526.008,10	
	1106 SECRETARIA MUN.DE DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL -	18.799,35	413.819,31	388.302,11	0,00	44.316,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.316,55	
	1107 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEMINFRA	618.234,69	7.309.893,77	6.788.268,73	0,00	1.139.859,73	0,00	9.137.632,74	8.925.154,34	8.690.464,84	0,00	447.167,90	1.587.027,63	
	1108 SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO - SMT	305.500,15	430.744,68	442.744,68	0,00	293.500,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	293.500,15	
	1109 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	5.967.627,32	10.465.200,22	10.087.621,43	0,00	6.345.206,11	959.946,94	1.657.917,76	1.561.836,85	1.561.836,85	20.721,00	1.035.306,85	7.380.512,96	
	1112 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	881,97	631.018,15	628.245,35	0,00	3.654,77	2.465,82	0,00	0,00	0,00	0,00	2.465,82	6.120,59	
	1118 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA	0,00	98.150,32	96.283,65	0,00	1.866,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.866,67	
	1119 SECRETARIA MUNICIPAL DE DE CULTURA - SEMC	3.705,00	320.874,46	318.336,31	0,00	6.243,15	0,00	24.062,61	24.062,61	24.062,61	0,00	0,00	6.243,15	
1124 FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FMMA	0,00	72.281,16	68.427,20	0,00	3.853,96	2.096,05	46.655,65	1.100,00	1.100,00	0,00	47.651,70	51.505,66		
1125 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SEMTUR	70.693,48	89.524,14	89.524,14	0,00	70.693,48	0,00	512,61	512,61	512,61	0,00	0,00	70.693,48		
1126 FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS	0,00	600,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1127 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - FMSA	0,00	2.892.997,49	2.892.997,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1128 FUNDO DE MAN. E DESENV. DA EDUCAÇÃO BASICA - FUNDEB	730,42	5.390.521,38	5.390.482,58	769,22	0,00	150.443,37	3.320.000,00	3.320.000,00	3.320.000,00	150.443,37	0,00	0,00		
1131 SECR.MUN.DE PLANE.DESENVOLVIMENTO ECON. IND. COM.TE	83.640,02	80.776,48	57.233,81	0,00	107.182,69	0,00	2.636,53	0,00	0,00	0,00	2.636,53	109.819,22		
1133 FUNDO MUN. DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA -	0,00	15.407,50	15.407,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
1137 SEC. MUNIC. DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA -	0,00	69.044,07	69.044,07	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00		
1138 SEC. MUNIC. DE URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMURB	0,00	1.194.879,58	245.470,14	0,00	949.409,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	949.409,44		
1139 SEC. MUNIC. DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER - SEMJEL	1.885,00	26.840,51	25.264,77	0,00	3.460,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.460,74		
12	PODER LEGISLATIVO	580,62	104.946,76	104.946,75	0,00	580,63	0,00	18.806,90	18.806,90	18.806,90	0,00	0,00	580,63	
1201	CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM - CMS	580,62	104.946,76	104.946,75	0,00	580,63	0,00	18.806,90	18.806,90	18.806,90	0,00	0,00	580,63	
11	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
12	PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)		9.252.791,21	35.815.906,76	33.893.246,96	29.869,78	11.145.581,23	1.194.162,09	14.208.725,30	13.851.973,31	13.617.283,81	250.374,78	1.535.228,80	12.680.810,03	

FONTE: SCPI - Contabilidade [19592], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM - PMS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 1 de 5

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

R\$ 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A DEZ
1- RECEITA DE IMPOSTOS	251.056.985,04	150.753.317,60
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	36.562.852,00	14.549.086,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	5.650.369,00	5.241.099,32
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	171.214.901,04	80.453.246,92
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	37.628.863,00	50.509.885,36
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	282.531.451,50	264.139.892,47
2.1- Cota-Parte FPM	149.196.440,00	135.361.228,94
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea B	137.808.824,00	135.361.228,94
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea D e E	11.387.616,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	102.925.226,50	93.677.039,98
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	3.441.831,00	2.109.388,36
2.4- Cota-Parte ITR	33.793,00	114.616,44
2.5- Cota-Parte IPVA	26.934.161,00	32.877.618,75
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	533.588.436,54	414.893.210,07
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	54.228.767,10	49.955.231,24
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	79.168.342,04	50.895.324,02

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A DEZ
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	504.904.341,00	462.203.358,32
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	202.985.684,00	236.758.453,93
6.1.1- Principal	199.220.001,00	228.823.577,46
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	3.765.683,00	7.934.876,47
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	231.478.428,00	129.958.555,53
6.2.1- Principal	231.478.428,00	129.958.555,53
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	67.327.729,00	81.366.764,64
6.3.1- Principal	67.327.729,00	81.366.764,64
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	3.112.500,00	14.119.584,22
6.4.1- Principal	3.112.500,00	14.119.584,22
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)	144.991.233,90	178.868.346,22



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 2 de 5

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

R\$ 1

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)				VALOR		
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT				122.106.584,60		
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR				122.106.584,60		
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS				0,00		
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)				584.309.942,92		
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	462.491.767,28	441.060.558,11	441.060.558,11	440.975.598,23	0,00	
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	403.688.725,90	389.019.596,56	389.019.596,56	388.934.636,68	0,00	
10.1.1- Educação Infantil	109.396.427,86	105.964.198,72	105.964.198,72	105.879.238,84	0,00	
10.1.2- Ensino Fundamental	286.294.612,04	278.441.945,71	278.441.945,71	278.441.945,71	0,00	
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	6.248.843,00	4.156.123,47	4.156.123,47	4.156.123,47	0,00	
10.1.4- Educação Especial	1.748.843,00	457.328,66	457.328,66	457.328,66	0,00	
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2- OUTRAS DESPESAS	58.803.041,38	52.040.961,55	52.040.961,55	52.040.961,55	0,00	
10.2.1- Educação Infantil	28.599.759,42	26.840.322,58	26.840.322,58	26.840.322,58	0,00	
10.2.2- Ensino Fundamental	30.203.281,96	25.200.638,97	25.200.638,97	25.200.638,97	0,00	
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (sem disponibilidade de caixa) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUP. AO TOTAL DAS RECEITAS RECEB. NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	471.875.691,46	471.875.691,46	471.644.055,47	0,00	0,00	9.672.333,14
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	186.991.309,36	186.991.309,36	186.905.731,48	0,00	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	196.909.589,10	196.909.589,10	196.909.589,10	0,00	0,00	66.951.033,57
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	87.882.059,20	87.882.059,20	87.736.001,09	0,00	0,00	6.515.294,56
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	92.733,80	92.733,80	92.733,80	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	389.019.596,56	389.019.596,56	388.934.636,68	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	47.256.531,43	47.256.531,43	47.110.473,32	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	12.238.013,64	12.238.013,64	12.238.013,64	0,00	0,00	0,00
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO10 (m)		
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	313.658.641,87	389.019.596,56	389.019.596,56	86,82		
16- Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil	40.683.382,32	47.256.531,43	47.256.531,43	58,08		
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesa de Capital	12.205.014,70	12.238.013,64	12.238.013,64	15,04		
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máx. de 10% de Superávit)3	VALOR MÁX. PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCED. AO MÁX. PERMIT.(q)	% NÃO APLICADO (r)	
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	46.220.335,83	0,00	0,00	0,00	0,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 3 de 5

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

R\$ 1

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	Valor de Superávit Permitido no Exercício Anterior (s)	Valor não Aplicado No Exercício Anterior (t)	Valor de Superávit Aplicado até o 1º Quadrimestre (u)	Valor Aplicado Após o 1º Quadrimestre (v)	Valor Total de Sup. Não Aplicado Até o Final do Exercício (w)	Valor aplicado até o 1º Quadrimestre que Integrará o Limite Constitucional (x)
19- Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	86.306.829,15	55.779.060,39	55.630.239,43	47.292.339,14	148.820,96	
20.1- Educação Infantil	4.000.000,00	3.608.906,89	3.608.906,89	3.608.906,89	0,00	
20.2- Ensino Fundamental	13.221.455,43	3.238.895,66	3.238.895,66	3.238.895,66	0,00	
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.5- Administração Geral	51.518.282,04	37.619.395,12	37.470.574,16	29.132.673,87	148.820,96	
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
20.7- Outras	17.567.091,68	11.311.862,72	11.311.862,72	11.311.862,72	0,00	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	598.770.902,43	525.572.752,94	525.423.931,98	516.854.395,70	148.820,96	
21.1- Educação Infantil	166.882.635,99	148.505.117,66	148.505.117,66	148.274.099,67	0,00	
21.1.1- Creche	62.358.015,42	58.082.762,03	58.082.762,03	58.082.762,03	0,00	
21.1.2- Pré-Escola	104.524.620,57	90.422.355,63	90.422.355,63	90.191.337,64	0,00	
21.2- Ensino Fundamental	431.888.266,44	377.067.635,28	376.918.814,32	368.580.296,03	148.820,96	
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL				VALOR		
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)						55.779.060,39
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)						49.955.231,24
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)						0,00
25- VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.1(x)						0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4						0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L						38,80
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 + 25 - 26 - 27)						105.734.252,83



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 4 de 5

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

R\$ 1

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			103.723.302,52	105.734.252,83	25,48
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	8.714.601,38	8.714.562,58	8.714.562,58	38,80	0,00
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	4.080,00	4.080,00	4.080,00	0,00	0,00
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	4.553.785,98	4.553.747,18	4.553.747,18	38,80	0,00
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	4.156.735,40	4.156.735,40	4.156.735,40	0,00	0,00
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			155.607.827,41	169.521.974,26	
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA			28.204.500,00	34.533.915,07	
31.1.1- Salário-Educação			8.573.500,00	6.146.568,57	
31.1.2- PDDE			103.000,00	50.100,00	
31.1.3- PNAE			16.225.000,00	9.882.093,00	
31.1.4- PNATE			3.003.000,00	2.269.696,99	
31.1.5- Outras Transferências do FNDE			300.000,00	16.185.456,51	
31.2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			17.352.000,00	13.573.497,44	
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO			0,00	0,00	
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO			0,00	0,00	
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			110.051.327,41	121.414.561,75	
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	147.826.448,70	89.037.709,19	89.037.709,19	88.795.537,42	0,00
32.1- Educação Infantil	3.500.000,00	2.172.253,85	2.172.253,85	2.172.253,85	0,00
32.2- Ensino Fundamental	72.610.310,66	52.149.818,95	52.149.818,95	52.149.818,95	0,00
32.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- Outras	71.716.138,04	34.715.636,39	34.715.636,39	34.473.464,62	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	696.625.045,13	585.877.327,69	585.728.506,73	577.063.474,79	148.820,96
33.1- Despesas Correntes	540.918.978,33	548.202.363,32	548.053.542,36	539.241.834,31	148.820,96



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 5 de 5

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

R\$ 1

33.1.1- Pessoal Ativo	426.878.925,90	450.087.252,43	449.938.431,47	444.493.367,31	148.820,96
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	24.088.416,23	24.088.416,23	24.088.416,23	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	114.040.052,43	74.026.694,66	74.026.694,66	70.660.050,77	0,00
33.2- Despesas de Capital	143.977.093,74	85.084.043,61	85.084.043,61	85.084.043,61	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	143.977.093,74	85.084.043,61	85.084.043,61	85.084.043,61	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA			FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (aj)	
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			42.476.932,67	2.322.360,98	
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)			462.203.358,32	6.146.568,57	
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)			480.354.538,05	1.281.949,82	
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE			24.325.752,94	7.186.979,73	
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)			-1.670.681,01	-17.737,30	
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)			35.133,59	0,00	
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)			22.619.938,34	7.169.242,43	

1) Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspondem ao disposto na legislação.
2) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
3) 3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: “Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.” utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.”
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
6) As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
7) Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.
8) Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.
9) Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).
10) Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A DEZ (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	32.892.652,29	15.199.047,46	17.693.604,83
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	311.235.150,48	178.069.075,36	133.166.075,12
Investimentos	286.032.448,15	155.686.022,16	130.346.425,99
Inversões Financeiras	656.453,13	38.341,48	618.111,65
Amortização da Dívida	24.546.249,20	22.344.711,72	2.201.537,48
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	311.235.150,48	178.069.075,36	133.166.075,12
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	278.342.498,19<(d - a)>	162.870.027,90<(e - b)>	115.472.470,29<(f - c)>

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: 2022 a 2096

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) RS 1

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA	DESPESA PREVIDENCIÁRIA	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [19592], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM - PMS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: 2022 a 2096

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				RS 1
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00

- Notas:
- 1. Projeção atuarial elaborada em 30/06/2023 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.
 - 2. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PERÍODO: Janeiro a dezembro

RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RS 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	100.000,00	1.051.010,10	-951.010,10
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	616.400,00	-616.400,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	100.000,00	434.610,10	-334.610,10
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO APLICAR	2022 (i)	2023 (j) = (Ib – (II f+ II g))	SALDO ATUAL (k) = (III i + III j)
VALOR (III)	0,00	1.051.010,10	1.051.010,10

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

RS 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS					
						Até o Bimestre (b)		(%) (b/a)x100			
RECEITA DE IMPOSTOS (I)				251.056.985,04	251.056.985,04	150.753.317,60		60,05			
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				36.562.852,00	36.562.852,00	14.549.086,00		39,79			
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI				5.650.369,00	5.650.369,00	5.241.099,32		92,76			
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				171.214.901,04	171.214.901,04	80.453.246,92		46,99			
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF				37.628.863,00	37.628.863,00	50.509.885,36		134,23			
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				271.143.835,50	271.143.835,50	264.139.892,47		97,42			
Cota-Parte FPM				137.808.824,00	137.808.824,00	135.361.228,94		98,22			
Cota-Parte ITR				33.793,00	33.793,00	114.616,44		339,17			
Cota-Parte IPVA				26.934.161,00	26.934.161,00	32.877.618,75		122,07			
Cota-Parte ICMS				102.925.226,50	102.925.226,50	93.677.039,98		91,01			
Cota-Parte IPI-Exportação				3.441.831,00	3.441.831,00	2.109.388,36		61,29			
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				0,00	0,00	0,00		0,00			
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)				522.200.820,54	522.200.820,54	414.893.210,07		79,45			
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
					ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)			8.924.912,54	46.582.389,73	39.266.774,24	84,30	39.266.774,24	84,30	38.211.044,09	82,03	0,00
Despesas Correntes			2.459.505,66	39.983.932,85	38.045.499,62	95,15	38.045.499,62	95,15	37.052.809,63	92,67	0,00
Despesas de Capital			6.465.406,88	6.598.456,88	1.221.274,62	18,51	1.221.274,62	18,51	1.158.234,46	17,55	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)			34.784.028,38	48.246.512,68	32.642.566,74	67,66	32.576.547,28	67,52	31.769.938,46	65,85	66.019,46
Despesas Correntes			31.847.717,74	45.233.577,04	32.081.366,38	70,92	32.035.383,92	70,82	31.341.070,54	69,29	45.982,46
Despesas de Capital			2.936.310,64	3.012.935,64	561.200,36	18,63	541.163,36	17,96	428.867,92	14,23	20.037,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)			775.361,27	775.361,27	673.658,30	86,88	673.658,30	86,88	624.344,86	80,52	0,00
Despesas Correntes			770.108,14	770.108,14	673.658,30	87,48	673.658,30	87,48	624.344,86	81,07	0,00
Despesas de Capital			5.253,13	5.253,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)			1.934.607,54	3.241.243,99	2.463.234,09	76,00	2.463.234,09	76,00	2.420.642,59	74,68	0,00
Despesas Correntes			1.824.291,91	3.101.786,36	2.379.104,09	76,70	2.379.104,09	76,70	2.336.512,59	75,33	0,00
Despesas de Capital			110.315,63	139.457,63	84.130,00	60,33	84.130,00	60,33	84.130,00	60,33	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)			679.754,41	3.777.742,41	3.377.056,13	89,39	3.372.926,13	89,28	3.239.764,51	85,76	4.130,00
Despesas Correntes			674.501,28	3.746.746,28	3.346.060,13	89,31	3.346.060,13	89,31	3.239.764,51	86,47	0,00
Despesas de Capital			5.253,13	30.996,13	30.996,00	100,00	26.866,00	86,68	0,00	0,00	4.130,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)			32.377.145,64	33.121.592,59	23.612.879,78	71,29	23.465.200,83	70,85	22.633.628,88	68,33	147.678,95
Despesas Correntes			32.235.626,89	32.805.660,50	23.441.240,14	71,45	23.303.822,44	71,04	22.546.875,49	68,73	137.417,70
Despesas de Capital			141.518,75	315.932,09	171.639,64	54,33	161.378,39	51,08	86.753,39	27,46	10.261,25
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)			79.475.809,78	135.744.842,67	102.036.169,28	75,17	101.818.340,87	75,01	98.899.363,39	72,86	217.828,41



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

RS 1

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	102.036.169,28	101.818.340,87	98.899.363,39
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	102.036.169,28	101.818.340,87	98.899.363,39
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	62.233.981,51	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	0,00	39.802.187,77	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	24,59		

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no Exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2022 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2019 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

RS 1

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")					0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)					0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)					0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (no Exercício atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	232.792.965,74	232.792.965,74	149.831.611,43	64,36
Proveniente da União	217.336.179,24	217.336.179,24	139.563.392,83	64,22
Proveniente dos Estados	15.456.786,50	15.456.786,50	10.268.218,60	66,43
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	232.792.965,74	232.792.965,74	149.831.611,43	64,36



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	113.931.358,64	125.671.001,61	50.293.004,83	40,02	50.176.099,22	39,93	49.775.752,57	39,61	116.905,61
Despesas Correntes	104.123.410,89	116.720.585,03	50.008.212,01	42,84	49.922.477,38	42,77	49.522.130,73	42,43	85.734,63
Despesas de Capital	9.807.947,75	8.950.416,58	284.792,82	3,18	253.621,84	2,83	253.621,84	2,83	31.170,98
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	95.494.203,41	141.896.205,13	93.404.809,24	65,83	91.907.351,43	64,77	81.003.873,77	57,09	1.497.457,81
Despesas Correntes	87.641.386,53	135.507.619,89	92.669.689,63	68,39	91.828.091,43	67,77	80.924.613,77	59,72	841.598,20
Despesas de Capital	7.852.816,88	6.388.585,24	735.119,61	11,51	79.260,00	1,24	79.260,00	1,24	655.859,61
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	3.368.030,13	6.736.684,56	6.598.049,60	97,94	6.598.049,60	97,94	4.997.862,30	74,19	0,00
Despesas Correntes	3.357.523,88	6.726.178,31	6.598.049,60	98,10	6.598.049,60	98,10	4.997.862,30	74,30	0,00
Despesas de Capital	10.506,25	10.506,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	6.143.922,94	6.432.823,94	799.455,40	12,43	794.396,17	12,35	736.342,45	11,45	5.059,23
Despesas Correntes	6.028.354,19	6.317.255,19	799.455,40	12,66	794.396,17	12,58	736.342,45	11,66	5.059,23
Despesas de Capital	115.568,75	115.568,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	10.929.110,02	12.396.071,82	7.752.704,78	62,54	7.752.704,78	62,54	7.652.376,05	61,73	0,00
Despesas Correntes	10.818.603,77	12.285.565,57	7.752.704,78	63,10	7.752.704,78	63,10	7.652.376,05	62,29	0,00
Despesas de Capital	110.506,25	110.506,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	2.204.831,88	3.146.831,13	1.514.674,21	48,13	1.514.674,21	48,13	1.403.731,30	44,61	0,00
Despesas Correntes	2.054.831,88	2.996.831,13	1.514.674,21	50,54	1.514.674,21	50,54	1.403.731,30	46,84	0,00
Despesas de Capital	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	232.071.457,02	296.279.618,19	160.362.698,06	54,13	158.743.275,41	53,58	145.569.938,44	49,13	1.619.422,65



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	122.856.271,18	172.253.391,34	89.559.779,07	51,99	89.442.873,46	51,93	87.986.796,66	51,08	116.905,61
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	130.278.231,79	190.142.717,81	126.047.375,98	66,29	124.483.898,71	65,47	112.773.812,23	59,31	1.563.477,27
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	4.143.391,40	7.512.045,83	7.271.707,90	96,80	7.271.707,90	96,80	5.622.207,16	74,84	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	8.078.530,48	9.674.067,93	3.262.689,49	33,73	3.257.630,26	33,67	3.156.985,04	32,63	5.059,23
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	11.608.864,43	16.173.814,23	11.129.760,91	68,81	11.125.630,91	68,79	10.892.140,56	67,34	4.130,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	34.581.977,52	36.268.423,72	25.127.553,99	69,28	24.979.875,04	68,87	24.037.360,18	66,28	147.678,95
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	311.547.266,80	432.024.460,86	262.398.867,34	60,74	260.561.616,28	60,31	244.469.301,83	56,59	1.837.251,06

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIB)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 1 de 1

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

RS 1

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFEUADOS EM 2023		SALDO TOTAL (b)
		NO BIMESTRE (d)	JAN A DEZ (c)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [19592], PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM - PMS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 de 2 PERIODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

LRF, Art. 48 – Anexo 14

R\$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial				1.640.507.987,94
Previsão Atualizada				1.640.507.987,94
Receitas Realizadas				1.297.862.822,65
Déficit Orçamentário				0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)				33.616.609,21
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS				Até o Bimestre
DESPESAS				
Dotação Inicial				1.640.507.987,94
Créditos Adicionais				63.150.898,33
Dotação Atualizada				1.703.658.886,27
Despesas Empenhadas				1.245.140.951,77
Despesas Liquidadas				1.242.601.699,60
Despesas Pagas				1.202.015.140,01
Superávit Orçamentário				52.721.870,88
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO				Até o Bimestre
Despesas Empenhadas				1.245.140.951,77
Despesas Liquidadas				1.242.601.699,60
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				1.249.204.121,78
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento				1.236.959.670,24
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal				1.215.502.566,24
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas				0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas				0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas				0,00
Despesas Previdenciárias Pagas				0,00
Resultado Previdenciário				0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas				0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas				0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas				0,00
Despesas Previdenciárias Pagas				0,00
Resultado Previdenciário				0,00
RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha		0,00	55.838.328,12	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha		0,00	14.357.614,52	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 de 2 PERIODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro

LRF, Art. 48 – Anexo 14					RS 1
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		45.068.697,97	29.869,78	33.893.246,96	11.145.581,23
Poder Executivo		44.963.170,59	29.869,78	33.788.300,21	11.145.000,60
Poder Legislativo		105.527,38	0,00	104.946,75	580,63
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		15.402.887,39	250.374,78	13.617.283,81	1.535.228,80
Poder Executivo		15.384.080,49	250.374,78	13.598.476,91	1.535.228,80
Poder Legislativo		18.806,90	0,00	18.806,90	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		60.471.585,36	280.244,56	47.510.530,77	12.680.810,03

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	105.734.252,83	25,00	25,48
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	389.019.596,56	70,00	86,82
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	47.256.531,43	50,00	58,08
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	12.238.013,64	15,00	15,04

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	15.199.047,46	17.693.604,83
Despesa de Capital Líquida	178.069.075,36	133.166.075,12

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	1.051.010,10	-951.010,10
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	102.036.169,28	15,00	24,59

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00





FUNDO DE MAN. E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA -FUNDEB

TV DALIA

30.048.153/0001-70

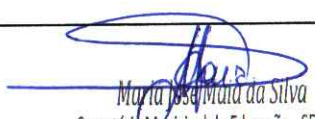
Exercício: 2023

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

DIA 29/09/2023

Page 1

UG	RECURSO	BANCO	CONTA	DET.	F.Idu	F.Gru	F.Cód	V.Gru	V.Cód	DESCRIÇÃO	PLANO TCE	SALDO
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	1	0	2	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	-136.028.095,31
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	2	0	2	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	-409.059,32
28	FUNDEB	C.E.F	035-9	1	0	2	33	250	540	FUNDEB CAIXA	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	-89.355.813,86
28	FUNDEB	C.E.F	035-9	2	0	2	33	250	540	FUNDEB CAIXA	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	94.450.493,81
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	4	0	1	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	32.744.746,35
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	5	0	1	33	250	541	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	18.587.355,54
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	6	0	1	33	250	541	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	16.766.382,48
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	7	0	1	33	250	542	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	44.480.809,21
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	8	0	1	33	250	542	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	9.547.593,25
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	3	0	1	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	47.152.805,84
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	9	0	1	33	250	543	BB - FUNDEB	11111020000 CONTA ÚNICA	8.459.127,78
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	10	0	1	33	250	543	BB - FUNDEB	11111020000 CONTA ÚNICA	3.625.340,47
TOTAL GERAL												50.021.686,24


Maria Jose Maia da Silva
Secretária Municipal de Educação - SEMED
Decreto N.º 005/2021 - GAP/PM
MARIA JOSE MAIA DA SILVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SANTAREM, 29 de SETEMBRO de 2023


ROMILSON LUCIO AZEVEDO MOURA
CONTADOR - CRC: 0039/PA


Maria de Fátima Mendonça de Freitas
NAF/SEMED
Decreto N.º 046/2021 - GAP/PM
MARIA DE FÁTIMA MENDONÇA DE FREITAS
CHEFE DO NAF/SEMED





FUNDO DE MAN. E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA -FUNDEB

TV DALIA

30.048.153/0001-70

Exercício: 2023

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

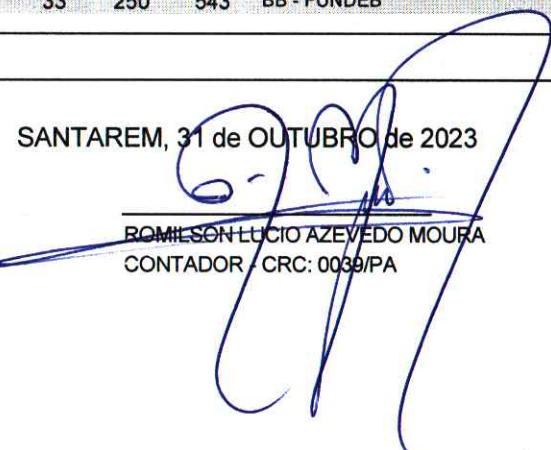
DIA 31/10/2023

Page 1

UG	RECURSO	BANCO	CONTA	DET.	F.Idu	F.Gru	F.Cód	V.Gru	V.Cód	DESCRIÇÃO	PLANO TCE	SALDO
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	1	0	2	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	-144.096.138,91
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	2	0	2	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	-409.059,32
28	FUNDEB	C.E.F	035-9	1	0	2	33	250	540	FUNDEB CAIXA	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	-91.184.739,69
28	FUNDEB	C.E.F	035-9	2	0	2	33	250	540	FUNDEB CAIXA	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	101.134.048,22
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	4	0	1	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	8.718.195,09
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	5	0	1	33	250	541	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	26.492.987,83
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	6	0	1	33	250	541	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	22.427.316,34
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	7	0	1	33	250	542	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	49.784.022,57
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	8	0	1	33	250	542	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	9.547.593,25
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	3	0	1	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	53.022.180,45
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	9	0	1	33	250	543	BB - FUNDEB	11111020000 CONTA ÚNICA	8.933.988,17
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	10	0	1	33	250	543	BB - FUNDEB	11111020000 CONTA ÚNICA	3.828.852,07
TOTAL GERAL												48.199.246,07


Maria Jose Maia da Silva
Secretaria Municipal de Educação - SEMED
Decreto N° 005/2021 - GAP/PMS
MARIA JOSE MAIA DA SILVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SANTAREM, 31 de OUTUBRO de 2023


ROMILSON LUCIO AZEVEDO MOURA
CONTADOR - CRC: 0039/PA


Maria de Fatima Mendonça de Freitas
NAF / SEMED
Decreto n° 046/2021 - GAP/PMS
MARIA DE FATIMA MENDONÇA DE FREITAS
CHEFE DO NAF/SEMED





FUNDO DE MAN. E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA -FUNDEB

TV DALIA

30.048.153/0001-70

Exercício: 2023

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

DIA 30/11/2023

Página 1

UG	RECURSO	BANCO	CONTA	DET.	F.Idu	F.Gru	F.Cód	V.Gru	V.Cód	DESCRIÇÃO	PLANO TCE	SALDO
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	1	0	2	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	-151.933.947,36
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	2	0	2	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	-409.059,32
28	FUNDEB	C.E.F	035-9	1	0	2	33	250	540	FUNDEB CAIXA	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	-91.183.739,69
28	FUNDEB	C.E.F	035-9	2	0	2	33	250	540	FUNDEB CAIXA	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	99.964.040,49
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	4	0	1	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	23.305.173,70
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	5	0	1	33	250	541	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	34.398.620,12
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	6	0	1	33	250	541	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	28.088.250,20
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	7	0	1	33	250	542	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	23.296.103,13
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	8	0	1	33	250	542	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	9.547.593,25
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	3	0	1	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	59.188.434,72
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	9	0	1	33	250	543	BB - FUNDEB	11111020000 CONTA ÚNICA	9.408.848,56
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	10	0	1	33	250	543	BB - FUNDEB	11111020000 CONTA ÚNICA	4.032.363,67
TOTAL GERAL												47.702.681,47

Maria Jose Maia da Silva
Secretaria Municipal de Educação - SEMF
Decreto N.º 005/2021 - C.º 01/2021

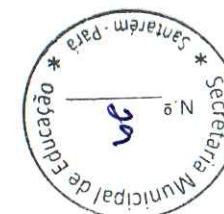
MARIA JOSE MAIA DA SILVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SANTAREM, 30 de NOVEMBRO de 2023

Romelson Lucio Azevedo Moura
ROMELSON LUCIO AZEVEDO MOURA
CONTADOR - CRC 0039/PA

Maria de Fátima Mendonça de Freitas
NAF/SEMED
Decreto N.º 046/2021 - GAP/PMS

MARIA DE FATIMA MENDONÇA DE FREITAS
CHEFE DO NAF/SEMED



Este documento foi gerado pelo usuário 296.***.***-00 em 10/12/2024 17:01:01

Número do documento: 24051011441355100000108038002

<https://pje.tjpa.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24051011441355100000108038002>

Assinado eletronicamente por: ISAAC VASCONCELOS LISBOA FILHO - 10/05/2024 11:44:13

Num. 115222102 - Pág. 3



FUNDO DE MAN. E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA -FUNDEB

TV DALIA

30.048.153/0001-70


Exercício: 2023

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA


DIA 31/12/2023

Página 1

UG	RECURSO	BANCO	CONTA	DET.	F.Idu	F.Gru	F.Cód	V.Gru	V.Cód	DESCRIÇÃO	PLANO TCE	SALDO
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	1	0	2	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	-168.143.266,01
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	2	0	2	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	-409.059,32
28	FUNDEB	C.E.F	035-9	1	0	2	33	250	540	FUNDEB CAIXA	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	-121.804.127,73
28	FUNDEB	C.E.F	035-9	2	0	2	33	250	540	FUNDEB CAIXA	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	121.911.115,96
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	4	0	1	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.166.335,75
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	5	0	1	33	250	541	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	30.428.603,71
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	6	0	1	33	250	541	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	33.749.184,06
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	7	0	1	33	250	542	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	28.599.316,49
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	8	0	1	33	250	542	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	9.547.593,25
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	3	0	1	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	66.212.464,74
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	9	0	1	33	250	543	BB - FUNDEB	11111020000 CONTA ÚNICA	9.883.708,95
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	10	0	1	33	250	543	BB - FUNDEB	11111020000 CONTA ÚNICA	4.235.875,27
TOTAL GERAL												18.377.745,12


Maria Jose Maia da Silva
Secretaria Municipal de Educação - SEMED
Decreto n.º 005/2023 - GAB/PA
MARIA JOSE MAIA DA SILVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SANTAREM, 31 de DEZEMBRO de 2023


ROMILSON LUCIO ZEVEDO MOURA
CONTADOR - CRC/0039/PA


Maria de Fatima Mendonça de Freitas
NAF/SEMED
Decreto n.º 046/2021 - GAB/PA
MARIA DE FATIMA MENDONÇA DE FREITAS
CHEFE DO NAF/SEMED



Este documento foi gerado pelo usuário 296.***.***-00 em 10/12/2024 17:01:01

Número do documento: 24051011441355100000108038002

<https://pje.tjpa.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24051011441355100000108038002>

Assinado eletronicamente por: ISAAC VASCONCELOS LISBOA FILHO - 10/05/2024 11:44:13

Num. 115222102 - Pág. 4



(http://www.bb.com.br)

Transação não cadastrada no GTR (C100-000)

Clique aqui para acessar o demonstrativo da execução financeira

DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DA ARRECADAÇÃO

17/04/2024 SISBB - Sistema de Informações Banco do Brasil 11:50:11

SANTAREM - PA

FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
02.01.2023	ORIGEM ICMS EST	R\$ 13.337,86 C
04.01.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 109.585,33 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 14.097,60 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 918.199,50 C
	TOTAL:	R\$ 1.041.882,43 C
06.01.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 31.508,45 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 18.299,29 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 377.650,47 C
	TOTAL:	R\$ 427.458,21 C
10.01.2023	ORIGEM ITR	R\$ 9.765,62 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 135.714,61 C
	ORIGEM FPE	R\$ 2.260.605,53 C
	ORIGEM FPM	R\$ 1.305.614,77 C
	TOTAL:	R\$ 3.711.700,53 C
18.01.2023	ORIGEM IPVA	R\$ 148.928,28 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 2.884,17 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 7.758.892,75 C
	TOTAL:	R\$ 7.910.705,20 C
20.01.2023	ORIGEM ITR	R\$ 1.085,91 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 67.451,30 C
	ORIGEM FPE	R\$ 876.688,80 C

Digitalizado com CamScanner



	ORIGEM FPM	R\$ 504.074,63 C
	TOTAL:	R\$ 1.449.300,64 C
30.01.2023	ORIGEM ITR	R\$ 1.074,87 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 36.791,78 C
	ORIGEM FPE	R\$ 2.048.595,74 C
	ORIGEM FPM	R\$ 1.197.588,63 C
	TOTAL:	R\$ 3.284.051,02 C
31.01.2023	COMPL VAAF	R\$ 26.728.441,81 C
	COMPL VAAT	R\$ 14.742.660,48 C
	COMPL VAAR	R\$ 421.873,54 C
	TOTAL:	R\$ 41.892.975,83 C
TOTAIS	ORIGEM ITR	R\$ 11.926,40 C
	ORIGEM IPVA	R\$ 290.022,06 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 35.281,06 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 239.957,69 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 9.068.080,58 C
	ORIGEM FPE	R\$ 5.185.890,07 C
	ORIGEM FPM	R\$ 3.007.278,03 C
	COMPL VAAF	R\$ 26.728.441,81 C
	COMPL VAAT	R\$ 14.742.660,48 C
	COMPL VAAR	R\$ 421.873,54 C
	DEBITO FUNDO	R\$ 0,00 D
	CREDITO FUNDO	R\$ 59.731.411,72 C
TOTAL DOS REPASSES NO PERIODO		
	DEBITO BENEF.	R\$ 0,00 D
	CREDITO BENEF.	R\$ 59.731.411,72 C





(http://www.bb.com.br)

Clique aqui para acessar o demonstrativo da execução financeira

DEMONSTRATIVO DE DISTRIBUIÇÃO DA ARRECADAÇÃO

06/03/2024

SISBB - Sistema de Informações Banco do Brasil

SANTAREM - PA

09:54:19

FUNDEB - FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VLRIZ PROF EDUC

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
03.01.2024	ORIGEM IPVA	R\$ 158.273,34 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 47.272,08 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 1.715.785,48 C
	TOTAL:	R\$ 1.921.330,90 C
04.01.2024	ORIGEM ICMS EST	R\$ 26.788,12 C
		R\$ 36.995,27 C
10.01.2024	ORIGEM ITR	R\$ 12.912,27 C
	ORIGEM IPVA	R\$ 28.688,08 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 140.261,90 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 478.946,41 C
	ORIGEM FPE	R\$ 2.639.121,72 C
	ORIGEM FPM	R\$ 1.514.398,24 C
	ORIG LC 198/23	R\$ 7.390,35 C
	TOTAL:	R\$ 4.821.718,97 C
16.01.2024	ORIGEM IPVA	R\$ 2,77 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 19.616,48 C
	TOTAL:	R\$ 19.619,25 C
18.01.2024	ORIGEM IPVA	R\$ 188.695,56 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 3.206,07 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 9.703.079,50 C
	TOTAL:	R\$ 9.894.981,13 C
19.01.2024	ORIGEM ITR	R\$ 1.456,10 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 59.804,10 C



	ORIGEM FPE	R\$ 878.585,09 C
	ORIGEM FPM	R\$ 504.946,12 C
	ORIG LC 198/23	R\$ 2.464,16 C
	TOTAL:	R\$ 1.447.255,57 C
30.01.2024	ORIGEM ITR	R\$ 1.622,41 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 7.804,64 C
	ORIGEM FPE	R\$ 2.484.321,01 C
	ORIGEM FPM	R\$ 1.416.233,90 C
	ORIG LC 198/23	R\$ 6.911,31 C
	TOTAL:	R\$ 3.916.893,27 C
31.01.2024	COMPL VAAF	R\$ 6.902.129,01 C
	COMPL VAAF AJ	R\$ 18.191.869,29 C
	COMPL VAAT	R\$ 21.097.650,90 C
	COMPL VAAR	R\$ 2.204.673,10 C
	TOTAL:	R\$ 48.396.322,30 C
TOTAIS	ORIGEM ITR	R\$ 15.990,78 C
	ORIGEM IPVA	R\$ 375.659,75 C
	ORIGEM ITCMD	R\$ 50.478,15 C
	ORIGEM IPI-EXP	R\$ 207.870,64 C
	ORIGEM ICMS EST	R\$ 11.981.211,26 C
	ORIGEM FPE	R\$ 6.002.027,82 C
	ORIGEM FPM	R\$ 3.435.578,26 C
	COMPL VAAF	R\$ 6.902.129,01 C
	COMPL VAAF AJ	R\$ 18.191.869,29 C
	COMPL VAAT	R\$ 21.097.650,90 C
	COMPL VAAR	R\$ 2.204.673,10 C
	ORIG LC 198/23	R\$ 16.765,82 C
	DEBITO FUNDO	R\$ 0,00 D
	CREDITO FUNDO	R\$ 70.481.904,78 C
	TOTAL DOS REPASSES NO PERIODO	
	DEBITO BENEF.	R\$ 0,00 D
	CREDITO BENEF.	R\$ 70.481.904,78 C





LEI Nº 22.103, DE 08 DE MARÇO DE 2024.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (FUNDEB) NO VALOR DE R\$ 5.403.995,71 (CINCO MILHÕES, QUATROCENTOS E TRÊS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA CINCO REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS), SALDO REMANESCENTE DO EXERCÍCIO 2023, PARCELA DIFERIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santarém faz saber que a Câmara Municipal de Santarém, aprovou e ele faz sancionar a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de **R\$ 5.403.995,71 (CINCO MILHÕES, QUATROCENTOS E TRÊS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA CINCO REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS)**, nos termos do art. 167, incisos I, V, VI e parágrafo 2º da CF/88 e art. 41, inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, que passará a fazer parte do Orçamento Fiscal vigente sob a seguinte classificação:

ÓRGÃO: 11000000 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
UNIDADE: 11280000 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12 365 0006 1018 0000
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO INFANTIL E CRECHE - FUNDEB

ESPECIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR R\$
Obras e Instalações	4.4.90.51.00	1543	700.000,00
TOTAL			700.000,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.365.0006.1016.0000
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL CRECHE

ESPECIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR R\$
Material de Consumo	3.3.90.30.00	1543	300.000,00
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	33 90 39 00	1543	480.000,00
TOTAL			780.000,00

Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://santarem.1doc.com.br/verificacao/45AA-1474-DB21-BC93> e informe o código 45AA-1474-DB21-BC93





FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12 361 0006 2132 0000
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB

ESPECIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR R\$
Equipamentos e Material Permanente	4.4.90.52.00	1543	850.000,00
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00	1543	300.000,00
Material, Bem ou Serviço p/ Distrib. Gratuita	3.3.90.32.00	1543	400.000,00
Serviços de Consultoria	3.3.90.35.00	1542	100.000,00
TOTAL			1.650.000,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.367.0006.2218.0000
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB

ESPECIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR R\$
Material, Bem ou Serviço p/ Distrib. Gratuita	3.3.90.32.00	1543	1.260.000,00
Equipamentos e Material Permanente	4.4.90.52.00	1543	780.000,00
TOTAL			2.040.000,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.365.0006.2225.0000
CAPACITAÇÃO DE PESSOAL DOCENTE DO ENSINO FUNDAMENTAL

ESPECIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR R\$
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00	1543	150.000,00
Material de Consumo	3.3.90.30.00	1543	83.995,71
TOTAL			233.995,71

Art. 2º O Crédito Adicional Especial no artigo anterior, será coberto com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2023, conforme disposto no art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santarém, em 08 de março de 2024.

FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA
Prefeito Municipal de Santarém

Publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.com.br/famep) e página oficial da Prefeitura Municipal de Santarém-PA (www.santarem.pa.gov.br/Portal da Transparência).

Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://santarem.1doc.com.br/verificacao/45AA-1474-DB21-BC93>





LEI Nº 22.105, DE 18 DE MARÇO DE 2024.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (FUNDEB) NO VALOR DE R\$ 12.866.760,97 (DOZE MILHÕES OITOCENTOS E SESSENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E SESSENTA REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS), SALDO REMANESCENTE DO EXERCÍCIO 2023, PARCELA DIFERIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santarém faz saber que a Câmara Municipal de Santarém, aprovou e ele faz sancionar a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 12.866.760,97 (DOZE MILHÕES OITOCENTOS E SESSENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E SESSENTA REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS), nos termos do art. 167, incisos V e VI da CF/88 e art. 41, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64, que passará a fazer parte do Orçamento Fiscal vigente sob a seguinte classificação:

ÓRGÃO: 11000000 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
UNIDADE: 11280000 – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12 365 0006 1017 0000
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO INFANTIL E PRÉ-ESCOLAR – FUNDEB

ESPECIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR R\$
Obras e Instalações	4.4.90.51.00	1540	190.791,45
TOTAL			190.791,45

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0006.1016.0000
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB

ESPECIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR R\$
Obras e Instalações	4.4.90.51.00	1540	240.564,98
TOTAL			240.564,98

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12 365 0006 1018 0000
CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DO ENSINO INFANTIL E CRECHE - FUNDEB

ESPECIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR R\$
Obras e Instalações	4.4.90.51.00	1540	5.668.678,17
		1540	3.163.176,42
		1542	2.243.549,96
TOTAL			11.075.404,54

Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://santarem.1doc.com.br/verificacao/E865-5907-74CC-A056> e informe o código E865-5907-74CC-A056





FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.361.0006.2132.0000
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB

ESPECIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR R\$
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	33 90 39 00	1543	200.000,00
TOTAL			200.000,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.365.0006.2215.0000
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB

ESPECIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	FONTE	VALOR R\$
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	3.3.90.39.00	1543	850.000,00
Material de Consumo	3.3.90.30.00	1543	160.000,00
Material Didático	3.3.90.30.60	1542	150.000,00
TOTAL			1.160.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar no artigo anterior, será coberto com recursos provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2023, conforme disposto no art. 43, §§ 1º, inciso I, e 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santarém, em 18 de março de 2024.

FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA
Prefeito Municipal de Santarém

Publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.com.br/famep) e página oficial da Prefeitura Municipal de Santarém-PA (www.santarem.pa.gov.br/Portal da Transparência).

Assinado por 1 pessoa: FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://santarem.1doc.com.br/verificacao/E865-5907-74CC-A056> e informe o código E865-5907-74CC-A056



PARECER QUADRIMESTRAL Nº2024-0102

INTERESSADO: FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB.

ORDENADORA DE DESPESAS: MARIA JOSÉ MAIA DA SILVA.

CONTADOR: ROMILSON LUCIO AZEVEDO MOURA.

CHEFE DO NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: MARIA DE FÁTIMA MENDONÇA DE FREITAS.

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2023.

1 - INTRODUÇÃO:

Conforme determina a Constituição Federal em seus artigos 70 e 71, inciso IV; a Constituição Estadual em seus artigos 115 e 116, inciso IV; às Leis Municipais: de Controle Interno nº 18.480/2010 e de Estrutura Administrativa nº 21.873/2022. Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará; Lei Complementar nº 109/2016 e Regimento Interno do TCM/PA e seu artigo 282, inciso I, alínea "a" e "b" e inciso IV, alínea "b"; Ato nº 23/2020. Resoluções: Nº 003/2016 (Contratos Temporários); Nº 004/2018 (Prestação de contas eletrônica); Nº 16/2018 (Regulamenta o acesso aos sistemas informatizados de Controle Externo do TCM) e Instruções Normativas: Nº 19/2020 TCM/PA (Remessas de dados mensais); Nº 11/2021 (Transparência); Nº 18/2021 (Fonte de Recursos); 22/2021 (Mural de Licitações); Nº 23/2021 (obrigatoriedades do Plano de Contas - PCASP) e demais legislações pertinentes. Apresenta-se o Relatório de Análise do Controle Interno acerca das contas do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, sob a responsabilidade da senhora Maria José Maia da Silva - Decreto nº 005/2021 - GAP/PMS.

Apresenta-se a Prestação de Contas da Unidade Orçamentária 28-FUNDEB referente à execução do mês de dezembro do exercício de 2023, a documentação física constante dos autos foi protocolada neste Órgão de Controle Interno no dia 12 de janeiro de 2024, às 14h39min, através do memorando 1.217/2024 - SEMED, composta por 22 (vinte e dois) volumes.

2 - COMPOSIÇÃO DOCUMENTAL:

A Prestação de Contas está constituída dos seguintes documentos:

2.1 - 01 (UM) VOLUME CONTENDO:

- Balancete Financeiro;
- Balancete da Receita;
- Balancete da Despesa;
- Listagem resumida de controle extra;
- Demonstrativo da Execução Orçamentária;
- Demonstrativo da Despesa Empenhada, Liquidada e Paga;
- Termo de Verificação de Saldo;
- Consolidação Geral da Despesa;
- Listagem de Empenhos;
- Transferências Efetuadas;
- Empenhos de Anulação;
- Movimento Financeiro Sintético;
- Disponibilidade Financeira;
- Conciliação Bancária e Extratos bancários;

2.2 - 21 (VINTE E UM) VOLUMES CONTENDO:
➤ Documentação Fiscal comprobatória da despesa paga.

3 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA:

3.1 - ORÇAMENTO E ALTERAÇÕES:

A Lei nº 21.869, de 27 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o Orçamento Anual do Município de Santarém para o exercício financeiro de 2023, fixou verbas para Unidade Orçamentária nº 1128 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, na ordem de R\$ 504.904.341,00 (Quinhentos e quatro milhões, novecentos e quatro mil e trezentos e quarenta e um reais) para o orçamento fiscal.

3.2 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Conforme estabelecido nos art. 5º e 6º da Lei Orçamentária Anual, respeitando as prescrições constitucionais, fica o Poder Executivo, autorizado a abrir créditos adicionais e suplementares até 27,5% e proceder à transposição, remanejamento ou transferências de recursos orçamentários de uma categoria de programa para o outro ou ainda de uma Unidade Orçamentária para outra. Dessa forma, as informações disponibilizadas no Relatório de Demonstrativo da Execução Orçamentária demonstram que até 31/12/2023, houve abertura de créditos adicionais no montante de R\$ 155.910.847,66 e anulação de R\$ 141.359.353,70.

3.3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA:

O Balancete Financeiro da Prestação de Contas, que se refere ao mês de dezembro de 2023, conforme determinações estabelecidas no art. 103 da Lei 4.320/1964, demonstra todas as informações pertinentes. Foi utilizado por base de checagem de dados os relatórios: Balancete da despesa, Balancete da receita, Termo de verificação de saldo, Consolidação da despesa paga e Disponibilidade financeira. O Balancete Financeiro encontra-se assinado pelo contador Sr. Romilson Lucio Azevedo Moura - CRC 0039/PA, por Maria José Maia da Silva Secretária Municipal de Educação - SEMED e por Maria de Fátima Mendonça de Freitas Chefe responsável do Núcleo de Administração e Finanças - NAF, conforme resumo abaixo:

Relatório impresso (dados cumulativos)

BALANCETE FINANCEIRO DE DEZEMBRO DE 2023.			
RECEITA		DESPESA	
Receitas Correntes	7.934.876,47	Orçamentária	471.644.055,47
Devedores diversos	1.746.176,65	Extra Orçamentária	237.009.174,64
Consignações	100.659.413,27	Saldo p/ mês seguinte	18.377.745,12
Trans. Financeiras	575.695.539,84		
Saldo Anterior	40.994.969,00		
Total	727.030.975,23	Total	727.030.975,23

3.4 - REPASSE DA PREFEITURA:

Através de relatórios encaminhados a essa Controladoria Interna, constatamos que o total de recursos recebidos pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, transferidos até o mês, foi o montante de R\$ 575.695.539,84.

3.5 - DESPESA:

A despesa empenhada no período foi de R\$ 471.875.691,46, sendo que a despesa realizada no valor de R\$ 471.875.691,46 e deste o pago é R\$ 471.644.055,47. Demonstrado no relatório Balancete das Despesas

supracitado, conforme demonstração abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
Despesa empenhada atual	471.875.691,46
Despesa Liquidada atual	471.875.691,46
Despesa Paga atual	471.644.055,47
Empenho a Pagar	231.635,99

3.6 - DOCUMENTAÇÃO FISCAL:

A documentação fiscal impressa, comprobatória da despesa no mês de dezembro de 2023:

- Nota de empenho, nota de pagamento, nota fiscal, boletim de medição, certidão de regularidade fiscal e trabalhista, autorização de pagamento, transferências bancária e folhas de pagamento.

4 - OUTRAS INFORMAÇÕES:

4.1 - REMUNERAÇÃO DO GESTOR:

A Lei nº 21.458, de 28 de dezembro de 2021, fixou os valores correspondentes aos subsídios dos Secretários Municipais de Santarém, para a Legislatura que se iniciou em 01 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 11.980,00 (Onze mil e novecentos e oitenta reais).

4.2 - PARECER DO CONCELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PROGRAMA CACS/FUNDEB:

O Parecer do Conselho CACS/FUNDEB, assinado pela Presidente/Representante legal senhora Patrícia Freitas do Nascimento, emitido dia 02/01/2024 destaca:

“Após análise dos Balancetes, Pasta de documentações e Demonstrativos Financeiros das seguintes prestações de contas dos Recursos da Educação transferidos pela Prefeitura Municipal de Santarém, referente ao terceiro quadrimestre de 2023, apresentados ao Conselho CACS/FUNDEB pelo NAF - Núcleo Administrativo Financeiro da SEMED tomou-se por decisão emitir o Parecer Conclusivo favorável **regular** referente aos pagamentos que vão de encontro com o percurso da execução”.

5- CONCLUSÃO:

Em análise ao conjunto documental que constitui a Prestação de Contas e parecer emitido pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social, que aprovou a prestação de contas, podemos concluir que esta se encontra em conformidade com as resoluções e Instruções Normativas do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará - TCM/PA.

Santarém-PA, 18 de janeiro de 2024.

Roberta Rebelo Merabet
Controladora Geral do Município
Decreto nº 024/2021 GAP/PMS



PROCESSO: 0808387-11.2024.8.14.0051
Classe: AÇÃO CIVIL PÚBLICA

AUTOR: SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUICOES EDUCACIONAIS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE SANTAREM, pessoa jurídica de direito privado, entidade sindical inscrita no CNPJ sob o nº 23.041.619/0001-40 com sede na Alameda 31, nº 181, bairro do Aeroporto Velho, CEP 68.020-410, Santarém -Pará, neste ato representado por sua representante legal, **CLARICE REBELO SILVA**, titular do CPF 311.140.672-53 e carteira de identidade n. 1845692-SSP/PA

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE SANTARÉM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no 05.182.233/0005-08, com endereço na Av. Dr. Anysio Chaves, nº 853/1-B, Bairro Aeroporto Velho, município de Santarém, Estado do Pará, CEP 68030-290

DESPACHO

- I. Defiro o pedido de justiça gratuita, dada a natureza da ação. Anote-se.
- II. Em atenção ao que dispõe o art. 2º da Lei nº 8.437/92, intime-se o réu para apresentar manifestação, no prazo de 72 (setenta e duas) horas.
- III. Após, conclusos para análise da liminar.
- SERVE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO.

Santarém, datado e assinado digitalmente.

CLAYTONEY PASSOS FERREIRA
Juiz de Direito Titular da Vara de Fazenda Pública e Execução Fiscal da
Comarca Santarém





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

AO JUÍZO DA VARA DE FAZENDA PÚBLICA E EXECUÇÃO FISCAL DE SANTARÉM - PA.

Processo nº 0808387-11.2024.8.14.0051

Classe: AÇÃO CIVIL PÚBLICA

AUTOR: SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUICOES EDUCACIONAIS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE SANTAREM

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE SANTARÉM

O Município de Santarém, já devidamente qualificado nos autos, por sua procuradora que abaixo subscreve, procuração em anexo, vem, respeitosamente, em atenção ao despacho, evento ID nº 115270450, que determina prazo de 72 horas para se manifestar quanto ao pedido de liminar, expor e ao final requerer:

I - DA TEMPESTIVIDADE

A presente manifestação é tempestiva, eis que apresentada dentro do prazo concedido de 72 horas, conforme determinado por Vossa Excelência.

II - DO PEDIDO DE LIMINAR INEXISTENTE

Oportuno esclarecer que, em análise dos pedidos formulados na petição inicial ID 115218471, **não consta** qualquer requerimento de tutela de urgência ou antecipação de tutela, medidas liminares previstas no art. 300 do Código de Processo Civil.

Portanto, **não há pedido de liminar a ser apreciado por Vossa Excelência**, razão pela qual a intimação para manifestação sobre o tema configura certidão de inexato.

III - DO REQUERIMENTO

Diante do exposto, requer:





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

a) A correção do despacho excluindo a determinação de manifestação sobre pedido de liminar, inexistente nos autos.

Termos em que,

Pede deferimento.

Santarém, 17 de maio de 2024.

Michelle Caroline Miléo Gonçalves
Procuradora do Município
OAB/PA nº 12.410





TRASLADO DE PROCURAÇÃO
LIVRO P - 468 // FOLHA 149 - 150

PROCURAÇÃO PÚBLICA, que faz MUNICÍPIO DE
SANTARÉM (PA), na forma abaixo:

SAIBAM quantos este público instrumento de
procuração bastante virem, aos vinte e sete (27) dias de setembro de dois mil e vinte e
três (2023), da Era Cristã, nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, República
Federativa do Brasil, no cartório a meu cargo, na Rua Maestro Wilson Dias da
Fonseca, nº 340, Centro, perante mim, tabelião, compareceu como **OUTORGANTE**,
MUNICÍPIO DE SANTARÉM, entidade jurídica de direito público, com sede nesta
cidade, na Avenida Doutor Anysio Chaves, nº 853, Aeroporto Velho, inscrito no
Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº 05.182.233/0001-76, por
meio do Poder Executivo Municipal, representado pelo Prefeito FRANCISCO NÉLIO
AGUIAR DA SILVA, brasileiro, casado, médico, portador da identidade nº 1395572/3ª
via/PC-PA e CPF nº 282.566.032-91, residente e domiciliado nesta cidade, na Avenida
Rui Barbosa, nº 2280, bairro Aldeia, CEP 68040-030; reconhecida como a própria por
mim, tabelião, mediante os documentos que me foram apresentados, do que dou fé;
Pela OUTORGANTE foi dito que por este público instrumento nomeia e constitui
seus bastantes procuradores, PAULA DANIELLE TEIXEIRA LIMA PIAZZA,
brasileira, casada, portadora da Identidade Profissional nº 15197-b/OAB-PA e do CPF
nº 707.926.822-20, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Xingu, nº 1.266,
bairro Diamantino; **ANDRÉ DANTAS COELHO**, brasileiro, casado, portador da
Identidade Profissional nº 11328/OAB-PA e CPF nº 646.928.332-20, residente e
domiciliado nesta cidade, na Rua Paraná, nº 11, bairro Aeroporto Velho; **ANDRÉ**
FERREIRA PINHO, brasileiro, casado, portador da Identidade Profissional nº
20416/OAB-PA e do CPF nº 928.361.602-25, residente e domiciliado nesta cidade,
Travessa Onze Horas, 373 bairro Jardim Santarém; **CARLOS MAGNO BIA**
SARRAZIN, brasileiro, casado, portador da identidade Profissional nº 23.273 OAB/PA
e do CPF nº 517.895.742-34, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Belém nº
50, bairro Prainha.; **CHRISTIELLE REGINA RODRIGUES GOMES**, brasileira, casada,
portadora da Identidade Profissional nº 14216/OAB-PA e do CPF nº 836.254.292-68,
residente e domiciliada nesta cidade, na Rua São Cristóvão, nº 12, bairro Vigia;
DANIELLA HOLANDA DE AGUIAR CHAAR, brasileira, casada, portadora da
Identidade Profissional nº 14142/OAB-PA e do CPF nº 796.203.702-44, residente e
domiciliada nesta cidade, Rua Antônio Bastos, nº 2482, bairro Caranazal; **DANILO**
MACHADO AGUIAR, brasileiro, casado, portador da Identidade Profissional nº
12627/OAB-PA e do CPF nº 694.774.342-72, residente e domiciliado nesta cidade, na
Rua Inácio Corrêa, nº 46, bairro Centro; **DELZUITA CONCEIÇÃO DE AGUIAR**,
brasileira, divorciada, portadora da Identidade Profissional nº 10240/OAB-PA e do CPF
nº 188.001.302-91, residente e domiciliada nesta cidade, na Travessa Sete de
Setembro, nº 930, bairro Aparecida; **DEYSE CAROLINA FURTADO DOS SANTOS**,
brasileira, solteira, portadora da Identidade Profissional nº 22425/OAB-PA e do CPF nº
991.710.072-53, residente e domiciliada nesta cidade, na Travessa Sorriso de Maria,
nº 822, bairro Aeroporto Velho; **EFRAIM CAPIBERIBE DE QUEIROZ**, brasileiro, viúvo,
portador da Identidade Profissional nº 3164/OAB-PA e do CPF nº 056.140.582-49,
residente e domiciliado nesta cidade, na Avenida São Sebastião, nº 868, apartamento
101, Santa Clara; **ELCY NÚBIA ALVES PEDREIRO**, brasileira, casada, portadora da
Identidade Profissional nº 9963/OAB-PA e do CPF 338.333.462-72, residente e
domiciliada nesta cidade, na Avenida Rosa Passos, nº 1643, Santíssimo; **ESEQUIEL**
AQUINO DE AZEVEDO, brasileiro, casado, portador da identidade Profissional
nº 14587/OAB-PA e CPF nº 339.165.432-53, residente e domiciliado nesta cidade na
Avenida Frei Vicente, nº 32, bairro Aeroporto Velho; **FLÁVIA RAFFAELA PEREIRA**

LEAL, brasileira, casada, portadora da Identidade Profissional nº 24280/OAB-PA e do CPF nº 941.700.532-49, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Castanheira, nº 180-B, bairro Aeroporto Velho; **GEORGE WILSON DA SILVA CALDERARO**, brasileiro, casado, portador da Identidade Profissional nº 15566/OAB-PA e do CPF nº 387.618.582-34, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Cedro, nº 113, bairro Santarenzinho; **GREYCE HELEN LIRA VIDAL**, brasileira, solteira, portadora da Identidade Profissional nº 26183/OAB-PA e do CPF nº 021.060.202-36, residente e domiciliada nesta cidade, na Avenida Violeta, nº 1995, bairro Jardim Santarém; **JOSELMA DE SOUSA MACIEL**, brasileira, casada, portadora da Identidade Profissional nº 8459/OAB-PA e do CPF nº 388.033.052-20, residente e domiciliada nesta cidade, na Avenida Haroldo Veloso, nº 155, bairro Interventoria; **MARIA JOSIANE DE SOUSA MAIA**, brasileira, solteira, portadora da Identidade Profissional nº 11874/OAB-PA e do CPF nº 638.493.802-20, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua João Batista Miléo, nº 33, bairro Urumari; **MICHELLE CAROLINE MILÉO GONÇALVES**, brasileira, solteira, portadora da Identidade Profissional nº 012410/OAB-PA e do CPF nº 681.419.472-49, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Senador Lameira Bitencourt, nº 131, bairro Centro; **MILENA BRAGA SARDINHA LIMA**, brasileira, casada, portadora da Identidade Profissional nº 26483/OAB-PA e do CPF nº 867.850.792-68, residente e domiciliada nesta cidade, na Av. Mendonça Furtado, 1011, bairro Santa Clara; **NATALIA COSTA BEZERRA DOS SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, portadora da identidade Profissional nº 22.760-B/OAB-PA e do CPF nº 530.037.802-04, residente e domiciliada nesta cidade na Travessa Professor José Agostinho, 1016, bairro Santíssimo, **NUBIA TAVARES OLIVEIRA**, brasileira, casada, portadora da identidade Profissional nº 10.423 OAB/PA e CPF nº 496.301.562- 53, residente e domiciliada na Rua Boa Vista, 33. Bairro Aeroporto Velho; **PEDRO JAKSON MARCELO DE JESUS JÚNIOR**, brasileiro, casado, portador da Identidade Profissional nº 10917/OAB-PA e CPF nº 509.011.092-15, residente e domiciliado nesta cidade, na Avenida Castelo Branco, nº 446, bairro Interventoria; **RAFAEL DE SOUSA RÊGO**, brasileiro, casado, portador da Identidade Profissional nº 22818/OAB-PA e do CPF nº 854.949.922-68, residente e domiciliado nesta cidade, na Avenida Mendonça Furtado, nº 2188, bairro Aparecida; **RILVA CIBELE FARIAS LIRA**, brasileira, divorciada, portadora da Identidade Profissional nº 13.814/OAB-PA e CPF nº 680.088.802-87, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Humaitá, 78, bairro Interventoria; **WAGNER MURILO DE CASTRO COLARES**, brasileiro, casado, portador da Identidade Profissional nº 14755/OAB-PA e do CPF nº 723.612.392-72, residente e domiciliado nesta cidade, na Avenida Mendonça Furtado, nº 4.340 (altos), bairro Mapiri; ; **ELIZABETE ALVES UCHÔA**, brasileira, casada, portadora da Identidade Profissional nº 10425/OAB-PA e CPF nº 233.071.102-68, residente e domiciliada nesta cidade, na Avenida Ismael Araújo, nº 188, bairro Santíssimo; **ANDRÉ LUIZ GONÇALVES LISBOA**, brasileiro, casado, portador da Identidade Profissional nº 12217/OAB-PA e do CPF nº 669.359.032-20, residente e domiciliado nesta cidade, na Avenida Borges Leal nº 926, casa B, bairro Prainha e, todos brasileiros, advogados e capazes, **a quem confere poderes para, em conjunto ou separadamente, independente da ordem de nomeação, para o foro em geral, com a cláusula "ad judicium" e mais os expressos no art. 105, do Código de Processo Civil, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para representá-lo perante a Justiça do Trabalho, repartições públicas federais, estaduais e autárquicas, em especial junto ao INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), RECEITA ESTADUAL, RECEITA FEDERAL DO BRASIL, FAZENDA NACIONAL e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF), com o fim de requerer e receber certidões negativas em nome do Mandante. Sendo estes 02 (dois) últimos, na qualidade de servidores atuantes na área trabalhista, ficam, além dos poderes antes mencionados, investidos no de receber citação inicial, EXCLUSIVAMENTE, junto ao Tribunal Regional do**



Trabalho da 8ª Região (TRT 8). Pelo OUTORGANTE ainda me foi dito, que a primeira dos OUTORGADOS, doutora **PAULA DANIELLE TEIXEIRA LIMA PIAZZA**, na qualidade de **PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO**, fica além dos poderes antes mencionados, investida no de receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, e proceder a nomeação e destituição de proposto para atuar junto à Justiça do Trabalho, enfim, praticar, requerer e assinar todos os atos necessários e indispensáveis ao fiel e total desempenho deste mandato, e ainda substabelecer. **REVOGAÇÃO:** Declara, ainda, o Mandante, por seu representante legal, que neste ato revoga, como de fato revogado o tem, o instrumento público de procuração, lavrado nestas notas, às fls. 73/74, do Livro nº P-452, de 19 de janeiro de 2022, prevalecendo a partir desta data apenas o presente instrumento. (LAVRADO SOB MINUTA). **Certifico que:** I- Exigida a apresentação dos documentos pessoais dos outorgados para a lavratura deste ato não foram apresentados, a qualificação destes, especialmente os nomes e números dos documentos foram feitas por declaração pela outorgante, cuja veracidade das informações é de sua responsabilidade, devendo ser exigida pelos órgãos, repartições públicas, privadas e pessoas a quem este instrumento interessar a documentação competente quando for praticado atos previstos neste mandato. II- O tabelião reserva-se o direito de não corrigir erros materiais neste ato advindos por declaração da outorgante. III- Advertida da prescrição do artigo 2º, VII, do Provimento nº 61/2017, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), optou por não informar seu endereço eletrônico e telefone, dos outorgados por desconhecê-los. IV- Os documentos apresentados foram nos originais e/ou em cópias autenticadas, são autênticos e verdadeiros, ficam arquivados por meio digital, permanecem com seus conteúdos inalterados, assim como seu estado civil declarado acima. V- Ficam cientes outorgante e outorgados, estes quando desta conhecimento tiverem, que cessa este mandato pela revogação ou renúncia, morte ou interdição por qualquer uma das partes envolvidas, pela mudança de estado que a inabilite a conferir os poderes ou os mandatários para exercê-los, pelo término do prazo ou pela conclusão do negócio (artigo 682 do Código Civil), exceto quando previsto em lei e/ou estipulado neste instrumento; VI- Em cumprimento ao artigo 23 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), os dados pessoais fornecidos para a lavratura deste ato decorreram de disposição legal, necessárias à prestação do serviço público, inclusive para cumprimento do disposto na Lei nº 7.433/1985, seus regulamentos, legislações correlatas e disposição normativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), portanto, dispensado de prévio consentimento das partes envolvidas no ato. O compartilhamento das informações de dados utilizados poderá ser informado aos sistemas de comunicações obrigatórios em atendimento ao princípio da publicidade de dados que rege os serviços notariais e registrais nos termos do artigo 7º da mesma lei, nesse sentido, poderá ser fornecida certidão a terceiros interessados na forma da legislação pertinente, nenhum dado sensível descrito no artigo 5º, inciso II da citada norma foi capturado para a lavratura do presente ato; VII- O selo de autenticidade do presente instrumento pode ter a sua validade conferida pelo sítio eletrônico: <https://consultas.tjpa.br/consultaprocessual/pages/validadeselo/index.jsp> e/ou no QR Code do selo digital pelo telefone celular; VIII- As exigências legais inerentes à legitimidade do ato foram cumpridas. ASSIM o disse, do que dou fé e me pediu este instrumento, que lhe li e achando conforme, aceita, ratifica e assina. Eu, JOÃO DE

MENDONÇA ALHO, tabelião, no impedimento ocasional do tabelião, recebi as declarações, que a mandei digitar, a subscrevo e assino. (a) JOÃO DE MENDONÇA ALHO. Santarém (PA), 27 de setembro de 2023. (a) FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA,. Trasladata, hoje, pela primeira vez. Eu, ,tabelião, subscrevo e assino em público e raso.

Em testº da verdade.
Santarém (PA), 27 de setembro de 2023.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SELO DIGITAL PROCURAÇÃO PÚBLICA Nº: 151088 - SÉRIE: A -

SELADO EM: 27/09/2023

CÓDIGO DE SEGURANÇA Nº: 88015100000018416383510380

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRC
01	260,30	39,05	6,51

João de Mendonça Alho
Tabelião e Oficial
Cartório do 3.º Ofício
Santarém - Pará

PROCESSO: 0808387-11.2024.8.14.0051

Classe: AÇÃO CIVIL PÚBLICA

AUTOR: SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM, neste ato representado por sua representante legal, CLARICE REBELO SILVA

RÉU: MUNICÍPIO DE SANTARÉM

DESPACHO

1. Cite-se o réu para contestar a ação no prazo legal.

3. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias úteis, apresente manifestação (oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – sendo arguida qualquer das matérias previstas no art. 337 ou alegado fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito do Autor (art. 350), deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III - em sendo formulado reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).

4. Em seguida, intemem-se as partes para que informem, de forma fundamentada e no prazo de 10 (dez) dias, se ainda pretendem produzir provas, especificando-as, ou se pretendem o julgamento antecipado do mérito.

5. Transcorrido o prazo, autos conclusos para saneador ou julgamento.

SERVIRÁ O PRESENTE COMO CARTA PRECATÓRIA / MANDADO / OFÍCIO/CARTA DE CITAÇÃO

Santarém, datado e assinado digitalmente.

CLAYTONEY PASSOS FERREIRA

Juiz de Direito Titular da Vara de Fazenda Pública e Execução Fiscal da

Comarca Santarém







PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

AO JUÍZO DA VARA DE FAZENDA PÚBLICA E EXECUÇÃO FISCAL DE SANTARÉM - PA.

Processo: 0808387-11.2024.8.14.0051

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

REQUERENTE: SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE SANTARÉM

MUNICÍPIO DE SANTARÉM, pessoa jurídica de direito público interno, já devidamente identificado e qualificado na ação em referência, vem à douta presença de Vossa Excelência, por sua procuradora jurídica ao final subscrito, apresentar, tempestivamente, com fulcro nos artigos 335 e ss. do Novo Código de Processo Civil, **CONTESTAÇÃO**, fazendo de acordo com os fundamentos fáticos e jurídicos doravante alinhados:

I – DOS FATOS

Em apertada síntese, a Ação Civil Pública movida pelo Sindicato dos Profissionais das Instituições Educacionais da Rede Pública Municipal de Santarém, tem como pedido cominatório o reconhecimento que o Requerido, no exercício de 2023, não atingiu o índice mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB, com o pagamento da remuneração dos profissionais da rede pública municipal de ensino e ao mesmo tempo reconheça que houve excesso de recursos do FUNDEB, conforme pedidos abaixo mencionados:

a) A total procedência da ação civil pública a fim de que reconheça que o Requerido, no exercício de 2023, não atingiu o índice mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB e complementação da União com o pagamento da remuneração dos profissionais da rede pública municipal de ensino e ao mesmo tempo reconheça que houve excesso de recursos do FUNDEB e determine que seja pago e rateado, na forma de abono, a quantia de R\$ 45.198.576,92 (quarenta e cinco milhões, cento e noventa e oito mil, quinhentos e setenta e seis reais e noventa e dois





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

centavos), para todos os profissionais, respeitando-se, para isso, a peculiaridade remuneratória de cada servidor e servidora;

b) *alternativamente, na hipótese de ser respeitada a anuidade orçamentária e a utilização dos recursos do FUNDEB e da complementação no mesmo exercício que foram creditados, a total procedência da ação civil pública, a fim de que reconheça que o Requerido, no exercício de 2023, não atingiu o índice mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB e complementação da União destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais da rede pública municipal de ensino e ao mesmo tempo reconheça que houve excesso de recursos do FUNDEB e determine que seja pago e rateada, na forma de abono, a quantia de R\$ 41.894.193,18 para todos os profissionais, respeitando-se, para isso, a peculiaridade remuneratória de cada servidor e servidora;*

II - DA ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM

Já de início, analisando o caso, resta evidente que o Sindicato Autor não detém legitimidade ativa, eis que a titularidade dos recursos do FUNDEB, ainda que fruto de repasse em razão de demanda judicial, é dos entes governamentais beneficiários dos repasses, aos quais compete, **ademais, a gestão de tais recursos de acordo com os interesses locais e em conformidade com as disposições legais** (art. 69, § 5º, da Lei 9.394/1996) em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 70 da Lei 9.394/1996).

Note-se que o Fundo é composto por **receitas constitucionais tributárias próprias** dos entes federados (art. 3º da Lei 11.494/2007), complementadas pela contribuição da União (art. 4º da Lei 11.494/2007). **A determinação de destinação vinculada dos recursos não retira a titularidade dessas receitas constitucionais dos entes federados**, tampouco afasta a atividade de gestão pública que os entes governamentais exercem sobre eles.

Com efeito, a Lei 11.494/2007 estabelece que **os recursos que compõem o Fundo devem constar dos orçamentos dos entes federados** (art. 17, §§ 1º e 2º). Estabelece ainda que os recursos dos Fundos “**serão repassados para contas únicas e específicas dos Governos Estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios**, instituídas para esse fim e





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

mantidas na instituição financeira de que trata o art. 16 desta Lei”. Confira-se o que dispõe a citada lei sobre as transferências e a administração das verbas do FUNDEB:

Art. 16. Os recursos dos Fundos serão disponibilizados pelas unidades transferidoras ao Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal, que realizará a distribuição dos valores devidos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Parágrafo único. São unidades transferidoras a União, os Estados e o Distrito Federal em relação às respectivas parcelas do Fundo cuja arrecadação e disponibilização para distribuição sejam de sua responsabilidade.

Art. 17. Os recursos dos Fundos, provenientes da União, dos Estados e do Distrito Federal, serão repassados automaticamente para contas únicas e específicas dos Governos Estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios, vinculadas ao respectivo Fundo, instituídas para esse fim e mantidas na instituição financeira de que trata o art. 16 desta Lei.

§ 1º Os repasses aos Fundos provenientes das participações a que se refere o inciso II do caput do art. 158 e as alíneas a e b do inciso I do caput e inciso II do caput do art. 159 da Constituição Federal, bem como os repasses aos Fundos à conta das compensações financeiras aos Estados, Distrito

Federal e Municípios a que se refere a Lei Complementar n^o 87, de 13 de setembro de 1996, constarão dos orçamentos da União, dos Estados e do Distrito Federal e serão creditados pela União em favor dos Governos Estaduais, do Distrito Federal e dos Municípios nas contas específicas a que se refere este artigo, respeitados os critérios e as finalidades estabelecidas nesta Lei, observados os mesmos prazos, procedimentos e forma de divulgação adotados para o repasse do restante dessas transferências constitucionais em favor desses governos.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

*§ 2º Os repasses aos Fundos provenientes dos impostos previstos nos incisos I, II e III do caput do art. 155 combinados com os incisos III e IV do caput do art. 158 da Constituição Federal **constarão dos orçamentos dos Governos Estaduais e do Distrito Federal** e serão depositados pelo estabelecimento oficial de crédito previsto no art. 4º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, no momento em que a arrecadação estiver sendo realizada nas contas do Fundo abertas na instituição financeira de que trata o caput deste artigo.*

No caso, alega o Sindicato que, por força da nova previsão da Lei 11.494/2017, que previu a subvinculação de tais verbas, gozariam os mesmos de legitimidade para essas demandas. Contudo, é evidente que **as normas que determinam a vinculação da destinação dos recursos do FUNDEB não têm como efeito o afastamento da titularidade dos entes públicos sobre esses recursos. Consequentemente, não possibilitam ao Sindicato pleitear em nome próprio direito alheio sem autorização específica para tanto, nos termos do art. 18 do CPC.**

Sindicatos são associações com finalidade específica: defesa do interesse dos seus associados. Justo por isso é que, além da questão da patente ilegitimidade ativa por **ausência de interesse jurídico próprio** pleiteado na hipótese, é também inviável a via utilizada já que nem a causa de pedir se amolda às hipóteses legais, nem há, no caso, legitimidade *específica* do Sindicato para a propositura desse tipo de demanda.

Explica-se.

O autor aduz que ajuíza a presente ação civil pública com fundamento nos incisos IV, V e VIII, do art. 1º da Lei 7.347/85, que encaixam como hipótese de cabimento da ACP a defesa de interesse difuso ou coletivo, o combate à infração da ordem econômica e a proteção ao patrimônio público e social.

Contudo, na hipótese, resta evidente que não há o intuito de se buscar responsabilizar qualquer agente por qualquer tipo de dano, mas, de forma efetiva, apenas de se **reivindicar pagamento de valores que o sindicato entende devido a seus associados**, o





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

que no máximo poderia beneficiar a educação de forma reflexa. Ocorre que tal tipo de objeto, além de evidenciar o não cabimento da ação civil pública, afasta de forma definitiva a alegada legitimidade ativa, posto que, nos termos do art. 5º, V, *b*, da LACP, a legitimidade da associação depende da presença concomitante dos seguintes requisitos:

Art. 5º - Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).

(...)

V - a associação que, concomitantemente: (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).

a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; (Incluído pela Lei nº 11.448, de 2007).

b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. (Redação dada pela Lei nº 13.004, de 2014)

Assim, seja porque o Sindicato autor não logrou demonstrar nem o cabimento da ACP na hipótese, nem sua legitimidade para a propositura da ação, seja ainda porque, na hipótese, não possui ele legitimidade para reivindicar valores que não lhe são devidos, é de se extinguir o feito desde já por tal fundamento.

Desse modo, tanto com fundamento na Lei 7.347/85, tanto com base nos arts. 17 e 18 do CPC, que garantem legitimidade apenas a quem possua interesse *jurídico próprio*, e não meramente econômico na causa, tem-se que deve ser reconhecida a manifesta ilegitimidade ativa do Sindicato autor, com a extinção do feito sem resolução do mérito.

III – PRELIMINAR - DA INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO. DO INTERESSE DA UNIÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB foi criado pelo art. 60 do ADCT da CF - em substituição ao antigo FUNDEF - e destinação de valores para serem aplicados na área da educação básica.

Compõem os recursos financeiros do fundo verbas públicas federais e estaduais. As verbas federais são aportadas a título de complementação, de acordo com o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 11.494/2007, em que se lê:

***Art. 4º** - A União complementarará os recursos dos Fundos sempre que, no âmbito de cada Estado e no Distrito Federal, o valor médio ponderado por aluno, calculado na forma do Anexo desta Lei, não alcançar o mínimo definido nacionalmente, fixado de forma a que a complementação da União não seja inferior aos valores previstos no inciso VII do caput do art. 60 do ADCT.*

Observe-se também que o art. 30 da Lei Federal nº 11.494/2007 confere diversas atribuições ao MEC no âmbito do FUNDEB:

Art. 30. O Ministério da Educação atuará:

I - no apoio técnico relacionado aos procedimentos e critérios de aplicação dos recursos dos Fundos, junto aos Estados, Distrito Federal e Municípios e às instâncias responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e controle interno e externo;

II - na capacitação dos membros dos conselhos;

III - na divulgação de orientações sobre a operacionalização do Fundo e de dados sobre a previsão, a realização e a utilização dos valores financeiros repassados, por meio de publicação e distribuição de documentos informativos e em meio eletrônico de livre acesso público;

IV - na realização de estudos técnicos com vistas na definição do valor referencial anual por aluno que assegure padrão mínimo de qualidade do ensino;





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

V - no monitoramento da aplicação dos recursos dos Fundos, por meio de sistema de informações orçamentárias e financeiras e de cooperação com os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios e do Distrito Federal;

VI - na realização de avaliações dos resultados da aplicação desta Lei, com vistas na adoção de medidas operacionais e de natureza político- educacional corretivas, devendo a primeira dessas medidas se realizar em até 2 (dois) anos após a implantação do Fundo.

Por seu turno, a Portaria MEC 952, de 08.10.2007 foi expressa em destinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, a gestão administrativa do FUNDEB:

Art. 1º Atribuir ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, a responsabilidade pela gestão das atividades operacionais relacionadas ao FUNDEB, previstas nos incisos I, II, III e V do art. 30 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, serão implementadas de forma compartilhada entre a Secretaria de Educação Básica - SEB e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE.

Ora, neste caso concreto, afigura-se muito mais relevante o interesse federal na causa, uma vez que a parte autora busca perceber indevidamente recursos do fundo, mediante inovação não albergada em lei, o que poderá gerar prejuízos financeiros incalculáveis à União, ente político responsável pela complementação financeira e administração dos recursos do Fundo.

Desse modo, resta evidente o interesse jurídico da União e do FNDE na demanda como causa suficiente para afastar a competência desta Vara da Fazenda Pública Estadual para processar e julgar a causa.

Sabe-se que, por força do art. 109, I, da CF, as causas em que a União ou entidade autárquica forem interessadas atraem a competência da Justiça Federal:





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

Não por outra razão, a jurisprudência do STJ tem reconhecido, em sede de ações penais, a competência da Justiça Federal para processar e julgar as causas cujo objeto diga respeito às verbas públicas oriundas do FUNDEB (antigo FUNDEF), dado o caráter nacional da política de educação, *in verbis*:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. MALVERSAÇÃO NO USO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB. SUPOSTA AUSÊNCIA DE COMPLEMENTAÇÃO DE VERBAS FEDERAIS. IRRELEVÂNCIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. CARÁTER NACIONAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO. 1. O núcleo da controvérsia consiste em saber se para a fixação da competência da Justiça Federal, no caso de malversação de verbas destinadas à educação, é imprescindível a existência de repasse de verbas federais. 2. "Após o julgamento do CC nº 119.305/SP, a Terceira Seção desta Corte, mudando a jurisprudência até então pacificada, passou a entender ser da competência da Justiça Federal a apuração, no âmbito penal, de malversação de verbas públicas oriundas do FUNDEF, independentemente da complementação de verbas federais, diante do caráter nacional da política de educação, o que evidencia o interesse da União na correta aplicação dos recursos." Precedente: CC 123.817/PB, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 19/9/2012. originárias ns. 1.109, 1.206, 1.241 e 1.250, em Sessão Plenária do dia 5/10/2011, reconheceu que a propositura da ação penal - no caso de desvios do FUNDEF - é atribuição do Ministério Público Federal, ainda que não haja repasse de verbas da União. 4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Tribunal Regional Federal da 4a Região, o suscitado.(CC 164.113/PR, Rel.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/05/2019, DJe 17/05/2019)

HABEAS CORPUS. CRIMES DE RESPONSABILIDADE, PECULATO, FALSIDADE IDEOLÓGICA, CORRUPÇÃO PASSIVA, ESTELIONATO E QUADRILHA (ARTIGO 1º, INCISO I, II, V E VIII, DO DECRETO-LEI 201/1967 E ARTIGOS 299, PARÁGRAFO ÚNICO, 312, 317, 171, § 2º, INCISO VI E § 3º, E 288, TODOS DO CÓDIGO PENAL). ALEGADA INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. DESVIO DE VERBAS DO FUNDEB. CARÁTER NACIONAL DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO. IRRELEVÂNCIA DA COMPLEMENTAÇÃO DAS VERBAS DO FUNDO COM RECURSOS DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL CONFIGURADA. 1. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional 53/2006 e regulamentado pela Lei 11.494/2007 e pelo Decreto 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização ao Magistério - FUNDEF, que vigorou de 1998 a 2006. 2. O referido fundo é formado, na quase totalidade, por recursos provenientes de impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo composto, ainda, a título de complementação, por uma parcela de verbas federais, sempre que no âmbito de cada Estado seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. 3. Diante do interesse da União frente à sua missão constitucional na coordenação de ações relativas ao direito fundamental de educação, e principalmente tendo em conta a fiscalização concorrente entre três entes federativos, a 3ª Seção desta Corte Superior de Justiça firmou o entendimento de que compete à Justiça Federal processar e julgar as ações penais envolvendo a malversação de verbas decorrentes do FUNDEF, atual FUNDEB, ainda que não haja a complementação por parte da União. Precedentes. (...) (HC 218.921/PI, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 25/03/2014, DJe 02/04/2014)





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

Assim, requer o Município de Santarém, ora réu, que seja reconhecida por este juízo a sua incompetência absoluta para processar e julgar este feito, encaminhando-se o presente para distribuição a uma das varas federais da subseção judiciária do Estado do Pará.

IV - DO MÉRITO

Com vistas a elucidar os questionamentos constantes na inicial, foi emitida a **NOTA EXPLICATIVA N.º 001/2024/NTC/CG** que fora devidamente encaminhada ao SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM, bem como foi realizada em 13 de março de 2024, na Câmara Municipal de Santarém uma Audiência Pública que contou com a participação de Vereadores, membros do Sindicato e Técnicos da Gestão Municipal, oportunidade em que foram esclarecidos todos os fatos e questionamentos apresentados.

Para maiores dilações, apresentamos o demonstrativo de valores recebidos no exercício de 2023 do FUNDEB, extraído do SISBB – Sistema de Informações do Banco do Brasil, disponível para consulta pública.

REPASSES CONSOLIDADOS				
UF	Município	Ano	Transferência	Valor Creditado
PA	Santarém	2023	FUNDEB - COUN VAAF	127.685.736,02
PA	Santarém	2023	FUNDEB - COUN VAAR	7.195.352,14
PA	Santarém	2023	FUNDEB - COUN VAAT	90.563.816,23
PA	Santarém	2023	FUNDEB – FPE	59.186.049,77
PA	Santarém	2023	FUNDEB – FPM	34.256.269,20
PA	Santarém	2023	FUNDEB – ICMS	124.323.717,45
PA	Santarém	2023	FUNDEB - IPI-EXP	2.808.556,84
PA	Santarém	2023	FUNDEB – IPVA	7.483.140,98
PA	Santarém	2023	FUNDEB – ITCMD	517.739,45
PA	Santarém	2023	FUNDEB – ITR	248.103,77
Total				454.268.481,85

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
02.01.2023	ORIGEM ICMS EST	13.337,86
04.01.2023	ORIGEM IPVA	109.585,33
	ORIGEM ITCMD	14.097,60
	ORIGEM ICMS EST	918.199,50





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

	TOTAL:	1.041.882,43
06.01.2023	ORIGEM IPVA	31.508,45
	ORIGEM ITCMD	18.299,29
	ORIGEM ICMS EST	377.650,47
	TOTAL:	427.458,21
10.01.2023	ORIGEM ITR	9.765,62
	ORIGEM IPI-EXP	135.714,61
	ORIGEM FPE	2.260.605,53
	ORIGEM FPM	1.305.614,77
	TOTAL:	3.711.700,53
18.01.2023	ORIGEM IPVA	148.928,28
	ORIGEM ITCMD	2.884,17
	ORIGEM ICMS EST	7.758.892,75
	TOTAL:	7.910.705,20
20.01.2023	ORIGEM ITR	1.085,91
	ORIGEM IPI-EXP	67.451,30
	ORIGEM FPE	876.688,80
	ORIGEM FPM	504.074,63
	TOTAL:	1.449.300,64
30.01.2023	ORIGEM ITR	1.074,87
	ORIGEM IPI-EXP	36.791,78
	ORIGEM FPE	2.048.595,74
	ORIGEM FPM	1.197.588,63
	TOTAL:	3.284.051,02
31.01.2023	COMPL VAAF	26.728.441,81
	COMPL VAAT	14.742.660,48
	COMPL VAAR	421.873,54
	TOTAL:	41.892.975,83
TOTAIS	ORIGEM ITR	11.926,40
	ORIGEM IPVA	290.022,06
	ORIGEM ITCMD	35.281,06
	ORIGEM IPI-EXP	239.957,69
	ORIGEM ICMS EST	9.068.080,58
	ORIGEM FPE	5.185.890,07
	ORIGEM FPM	3.007.278,03
	COMPL VAAF	26.728.441,81
	COMPL VAAT	14.742.660,48
	COMPL VAAR	421.873,54
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	59.731.411,72





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
02.02.2023	ORIGEM ICMS EST	11.936,00
07.02.2023	ORIGEM IPVA	326.214,06
	ORIGEM ITCMD	9.577,30
	ORIGEM ICMS EST	1.650.267,89
	TOTAL:	1.986.059,25
10.02.2023	ORIGEM ITR	2.689,53
	ORIGEM IPVA	61.359,44
	ORIGEM ITCMD	9.221,42
	ORIGEM IPI-EXP	130.100,21
	ORIGEM ICMS EST	292.490,07
	ORIGEM FPE	5.271.340,73
	ORIGEM FPM	3.063.541,91
	TOTAL:	8.830.743,31
17.02.2023	ORIGEM ITR	1.145,98
	ORIGEM IPI-EXP	23.643,69
	ORIGEM ICMS EST	7.582.792,39
	ORIGEM FPE	507.917,86
	ORIGEM FPM	294.912,78
	TOTAL:	8.410.412,70
28.02.2023	ORIGEM ITR	835,15
	ORIGEM IPI-EXP	17.374,79
	ORIGEM FPE	1.245.290,44
	ORIGEM FPM	731.272,80
	COMPL VAAF	7.547.761,99
	COMPL VAAT	5.224.145,43
	COMPL VAAR	464.060,89
	TOTAL:	15.230.741,49
TOTAIS	ORIGEM ITR	4.670,66
	ORIGEM IPVA	387.573,50
	ORIGEM ITCMD	18.798,72
	ORIGEM IPI-EXP	171.118,69
	ORIGEM ICMS EST	9.537.486,35
	ORIGEM FPE	7.024.549,03
	ORIGEM FPM	4.089.727,49
	COMPL VAAF	7.547.761,99
	COMPL VAAT	5.224.145,43
	COMPL VAAR	464.060,89





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	34.469.892,75

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
06.03.2023	ORIGEM IPVA	366.909,47
	ORIGEM ITCMD	16.473,06
	TOTAL:	383.382,53
09.03.2023	ORIGEM IPVA	84.637,48
	ORIGEM ITCMD	2.640,62
	ORIGEM ICMS EST	415.960,72
	TOTAL:	503.238,82
10.03.2023	ORIGEM ITR	2.129,01
	ORIGEM IPI-EXP	146.742,42
	ORIGEM FPE	2.195.812,56
	ORIGEM FPM	1.282.080,06
	TOTAL:	3.626.764,05
14.03.2023	ORIGEM ICMS EST	14.297,23
20.03.2023	ORIGEM ITR	508,08
	ORIGEM IPI-EXP	29.496,26
	ORIGEM FPE	483.830,75
	ORIGEM FPM	282.617,89
	TOTAL:	796.452,98
21.03.2023	ORIGEM IPVA	297.605,33
	ORIGEM ITCMD	8.639,17
	ORIGEM ICMS EST	7.028.940,70
	TOTAL:	7.335.185,20
30.03.2023	ORIGEM ITR	801,87
	ORIGEM IPI-EXP	35.830,97
	ORIGEM FPE	1.601.732,07
	ORIGEM FPM	936.252,51
	TOTAL:	2.574.617,42
31.03.2023	COMPL VAAF	8.233.922,18
	COMPL VAAT	5.699.067,75
	COMPL VAAR	506.248,25
	TOTAL:	14.439.238,18
TOTAIS	ORIGEM ITR	3.438,96
	ORIGEM IPVA	749.152,28
	ORIGEM ITCMD	27.752,85
	ORIGEM IPI-EXP	212.069,65





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

	ORIGEM ICMS EST	7.459.198,65
	ORIGEM FPE	4.281.375,38
	ORIGEM FPM	2.500.950,46
	COMPL VAAF	8.233.922,18
	COMPL VAAT	5.699.067,75
	COMPL VAAR	506.248,25
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	29.673.176,41

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
05.04.2023	ORIGEM IPVA	397.678,83
	ORIGEM ITCMD	23.242,19
	ORIGEM ICMS EST	1.302.791,08
	TOTAL:	1.723.712,10
10.04.2023	ORIGEM ITR	1.962,80
	ORIGEM IPI-EXP	166.911,41
	ORIGEM FPE	2.368.323,79
	ORIGEM FPM	1.382.883,96
	TOTAL:	3.920.081,96
13.04.2023	ORIGEM ICMS EST	11.147,84
19.04.2023	ORIGEM IPVA	191.599,82
	ORIGEM ITCMD	13.390,81
	ORIGEM ICMS EST	6.063.908,15
	TOTAL:	6.268.898,78
20.04.2023	ORIGEM ITR	521,32
	ORIGEM IPI-EXP	26.312,70
	ORIGEM FPE	607.133,36
	ORIGEM FPM	355.043,07
	TOTAL:	989.010,45
24.04.2023	ORIGEM IPVA	86.474,71
	ORIGEM ICMS EST	1.758.587,37
	TOTAL:	1.845.062,08
28.04.2023	ORIGEM ITR	833,58
	ORIGEM IPI-EXP	32.857,37
	ORIGEM FPE	1.926.610,39
	ORIGEM FPM	1.121.439,82
	COMPL VAAF	8.920.082,36
	COMPL VAAF AJ	7.323.883,20
	COMPL VAAT	6.173.990,06





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

	COMPL VAAT AJ	131.723,78
	COMPL VAAR	548.435,60
	TOTAL:	11.268.642,20
TOTAIS	ORIGEM ITR	3.317,70
	ORIGEM IPVA	675.753,36
	ORIGEM ITCMD	36.633,00
	ORIGEM IPI-EXP	226.081,48
	ORIGEM ICMS EST	9.136.434,44
	ORIGEM FPE	4.902.067,54
	ORIGEM FPM	2.859.366,85
	COMPL VAAF	8.920.082,36
	COMPL VAAF AJ	7.323.883,20
	COMPL VAAT	6.173.990,06
	COMPL VAAR	548.435,60
	COMPL VAAT AJ	131.723,78
	DEBITO FUNDO	7.455.606,98
	CREDITO FUNDO	33.482.162,39

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
04.05.2023	ORIGEM ICMS EST	13.776,99
08.05.2023	ORIGEM IPVA	349.106,33
	ORIGEM ITCMD	21.943,61
	ORIGEM ICMS EST	1.371.222,13
	TOTAL:	1.742.272,07
09.05.2023	ORIGEM IPVA	39.302,27
	ORIGEM ICMS EST	74.610,11
	TOTAL:	113.912,38
10.05.2023	ORIGEM ITR	1.850,60
	ORIGEM IPVA	39.302,27
	ORIGEM ITCMD	6.203,01
	ORIGEM IPI-EXP	139.164,89
	ORIGEM ICMS EST	223.830,32
	ORIGEM FPE	3.197.265,50
	ORIGEM FPM	1.872.131,25
	TOTAL:	5.479.747,84
19.05.2023	ORIGEM ITR	447,70
	ORIGEM IPI-EXP	39.366,27
	ORIGEM FPE	639.401,34
	ORIGEM FPM	369.878,64





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

	TOTAL:	1.049.093,95
22.05.2023	ORIGEM IPVA	274.057,78
	ORIGEM ITCMD	3.307,50
	ORIGEM ICMS EST	7.971.050,38
	TOTAL:	8.248.415,66
30.05.2023	ORIGEM ITR	451,59
	ORIGEM IPI-EXP	24.774,55
	ORIGEM FPE	1.600.207,15
	ORIGEM FPM	936.294,53
	TOTAL:	2.561.727,82
31.05.2023	COMPL VAAF AJ	9.002.988,54
	COMPL VAAT	6.666.907,21
	COMPL VAAR	593.391,54
	TOTAL:	16.263.287,29
TOTAIS	ORIGEM ITR	2.749,89
	ORIGEM IPVA	701.768,65
	ORIGEM ITCMD	31.454,12
	ORIGEM IPI-EXP	203.305,71
	ORIGEM ICMS EST	9.654.489,93
	ORIGEM FPE	5.436.873,99
	ORIGEM FPM	3.178.304,42
	COMPL VAAF AJ	9.002.988,54
	COMPL VAAT	6.666.907,21
	COMPL VAAR	593.391,54
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	35.472.234,00

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
02.06.2023	ORIGEM ICMS EST	20.983,71
06.06.2023	ORIGEM IPVA	414.566,58
	ORIGEM ITCMD	14.411,08
	ORIGEM ICMS EST	1.462.440,89
	TOTAL:	1.891.418,55
09.06.2023	ORIGEM ITR	2.021,94
	ORIGEM IPI-EXP	171.696,44
	ORIGEM FPE	2.232.002,49
	ORIGEM FPM	1.303.192,49
	TOTAL:	3.708.913,36
12.06.2023	ORIGEM IPVA	72.343,14





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

	ORIGEM ITCMD	8.460,30
	ORIGEM ICMS EST	276.714,81
	TOTAL:	357.518,25
20.06.2023	ORIGEM ITR	382,37
	ORIGEM IPI-EXP	43.121,46
	ORIGEM FPE	1.288.544,67
	ORIGEM FPM	752.766,83
	TOTAL:	2.084.815,33
21.06.2023	ORIGEM IPVA	266.361,60
	ORIGEM ITCMD	3.720,75
	ORIGEM ICMS EST	9.281.742,55
	TOTAL:	9.551.824,90
22.06.2023	ORIGEM ICMS EST	55.717,98
30.06.2023	ORIGEM ITR	820,33
	ORIGEM IPI-EXP	38.698,93
	ORIGEM FPE	1.566.488,17
	ORIGEM FPM	911.790,96
	COMPL VAAF	9.622.205,16
	COMPL VAAT	7.141.953,45
	COMPL VAAR	635.673,28
	TOTAL:	19.917.630,28
TOTAIS	ORIGEM ITR	3.224,64
	ORIGEM IPVA	753.271,32
	ORIGEM ITCMD	26.592,13
	ORIGEM IPI-EXP	253.516,83
	ORIGEM ICMS EST	11.097.599,94
	ORIGEM FPE	5.087.035,33
	ORIGEM FPM	2.967.750,28
	COMPL VAAF	9.622.205,16
	COMPL VAAT	7.141.953,45
	COMPL VAAR	635.673,28
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	37.588.822,36

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
06.07.2023	ORIGEM IPVA	415.121,29
	ORIGEM ITCMD	25.910,41
	ORIGEM ICMS EST	1.754.856,38
	TOTAL:	2.195.888,08





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

07.07.2023	ORIGEM ICMS EST	16.250,10
10.07.2023	ORIGEM ITR	2.297,42
	ORIGEM IPI-EXP	164.678,44
	ORIGEM ICMS EST	35.210,22
	ORIGEM FPE	1.627.735,18
	ORIGEM FPM	939.334,47
	TOTAL:	2.769.255,73
11.07.2023	ORIGEM IPVA	87.700,95
	ORIGEM ITCMD	2.810,73
	ORIGEM ICMS EST	328.961,53
	TOTAL:	419.473,21
18.07.2023	ORIGEM IPVA	300.533,83
	ORIGEM ITCMD	8.410,04
	ORIGEM ICMS EST	8.619.462,71
	TOTAL:	8.928.406,58
20.07.2023	ORIGEM ITR	332,91
	ORIGEM IPI-EXP	43.753,44
	ORIGEM FPE	580.384,26
	ORIGEM FPM	333.197,62
	TOTAL:	957.668,23
28.07.2023	ORIGEM ITR	884,81
	ORIGEM IPI-EXP	21.896,41
	ORIGEM FPE	1.585.020,33
	ORIGEM FPM	911.190,20
	TOTAL:	2.518.991,75
31.07.2023	COMPL VAAF	9.622.205,16
	COMPL VAAT	7.141.953,45
	COMPL VAAR	635.673,28
	TOTAL:	17.399.831,89
TOTAIS	ORIGEM ITR	3.515,14
	ORIGEM IPVA	803.356,07
	ORIGEM ITCMD	37.131,18
	ORIGEM IPI-EXP	230.328,29
	ORIGEM ICMS EST	10.754.740,94
	ORIGEM FPE	3.793.139,77
	ORIGEM FPM	2.183.722,29
	COMPL VAAF	9.622.205,16
	COMPL VAAT	7.141.953,45
	COMPL VAAR	635.673,28
	DEBITO FUNDO	0,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

	CREDITO FUNDO	35.205.765,57
--	---------------	---------------

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
02.08.2023	ORIGEM ICMS EST	15.125,35
07.08.2023	ORIGEM IPVA	450.794,47
	ORIGEM ITCMD	154.676,18
	ORIGEM ICMS EST	1.704.493,61
	TOTAL:	2.309.964,26
09.08.2023	ORIGEM IPVA	81.744,21
	ORIGEM ITCMD	6.173,94
	ORIGEM ICMS EST	361.311,11
	TOTAL:	449.229,26
10.08.2023	ORIGEM ITR	1.666,93
	ORIGEM IPI-EXP	148.534,23
	ORIGEM FPE	2.480.766,25
	ORIGEM FPM	1.427.820,08
	TOTAL:	4.058.787,49
18.08.2023	ORIGEM ITR	446,54
	ORIGEM IPI-EXP	35.724,96
	ORIGEM FPE	569.423,78
	ORIGEM FPM	325.165,79
	TOTAL:	930.761,07
22.08.2023	ORIGEM IPVA	324.113,68
	ORIGEM ITCMD	11.309,77
	ORIGEM ICMS EST	8.839.279,65
	TOTAL:	9.174.703,10
30.08.2023	ORIGEM ITR	1.135,44
	ORIGEM IPI-EXP	20.755,84
	ORIGEM FPE	1.305.624,31
	ORIGEM FPM	752.610,57
	TOTAL:	2.080.126,16
31.08.2023	COMPL VAAF	10.240.318,55
	COMPL VAAT	7.600.739,88
	COMPL VAAR	676.507,80
	TOTAL:	18.517.566,23
TOTAIS	ORIGEM ITR	3.248,91
	ORIGEM IPVA	856.652,36
	ORIGEM ITCMD	172.159,89
	ORIGEM IPI-EXP	205.015,03





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

	ORIGEM ICMS EST	10.920.209,72
	ORIGEM FPE	4.355.814,34
	ORIGEM FPM	2.505.596,44
	COMPL VAAF	10.240.318,55
	COMPL VAAT	7.600.739,88
	COMPL VAAR	676.507,80
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	37.536.262,92

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
05.09.2023	ORIGEM ICMS EST	15.310,62
06.09.2023	ORIGEM IPVA	367.908,65
	ORIGEM ITCMD	18.943,64
	ORIGEM ICMS EST	1.351.033,40
	TOTAL:	1.737.885,69
08.09.2023	ORIGEM ITR	3.525,84
	ORIGEM IPI-EXP	171.482,74
	ORIGEM FPE	1.600.426,53
	ORIGEM FPM	919.735,27
	TOTAL:	2.695.170,38
12.09.2023	ORIGEM IPVA	70.045,34
	ORIGEM ITCMD	3.176,59
	ORIGEM ICMS EST	314.347,44
	TOTAL:	387.569,37
19.09.2023	ORIGEM IPVA	222.498,05
	ORIGEM ITCMD	11.006,65
	ORIGEM ICMS EST	9.644.164,33
	TOTAL:	9.877.669,03
20.09.2023	ORIGEM ITR	1.894,10
	ORIGEM IPI-EXP	26.982,77
	ORIGEM FPE	406.940,65
	ORIGEM FPM	235.786,49
	TOTAL:	671.604,01
29.09.2023	ORIGEM ITR	11.410,97
	ORIGEM IPI-EXP	66.918,12
	ORIGEM FPE	1.785.297,17
	ORIGEM FPM	1.020.641,77
	IPI-EXP AJ	2.071,98
	ITR AJUSTE	35,50





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

	IPVA AJUSTE	6.040,07
	ITCMD AJUSTE	420,48
	ICMS AJUSTE	90.805,98
	FPE AJUSTE	47.672,26
	FPM AJUSTE	27.714,15
	COMPL VAAF	11.293.760,42
	COMPL VAAF AJ	83.348,21
	COMPL VAAT	7.576.065,03
	COMPL VAAR	678.371,99
	TOTAL:	22.174.356,84
TOTAIS	ORIGEM ITR	16.830,91
	ORIGEM IPVA	660.452,04
	ORIGEM ITCMD	33.126,88
	ORIGEM IPI-EXP	265.383,63
	ORIGEM ICMS EST	11.324.855,79
	ORIGEM FPE	3.792.664,35
	ORIGEM FPM	2.176.163,53
	IPI-EXP AJ	2.071,98
	ITR AJUSTE	35,50
	IPVA AJUSTE	6.040,07
	ITCMD AJUSTE	420,48
	ICMS AJUSTE	90.805,98
	FPE AJUSTE	47.672,26
	FPM AJUSTE	27.714,15
	COMPL VAAF	11.293.760,42
	COMPL VAAF AJ	83.348,21
	COMPL VAAT	7.576.065,03
	COMPL VAAR	678.371,99
	DEBITO FUNDO	258.108,63
	CREDITO FUNDO	37.817.674,57

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
05.10.2023	ORIGEM IPVA	366.006,71
	ORIGEM ITCMD	19.084,68
	ORIGEM ICMS EST	1.638.648,61
	TOTAL:	2.023.740,00
06.10.2023	ORIGEM ICMS EST	15.174,60
10.10.2023	ORIGEM ITR	143.679,65
	ORIGEM IPVA	60.545,35





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

	ORIGEM ITCMD	1.432,21
	ORIGEM IPI-EXP	171.314,56
	ORIGEM ICMS EST	339.757,20
	ORIGEM FPE	1.790.055,62
	ORIGEM FPM	1.031.644,57
	TOTAL:	3.538.429,16
20.10.2023	ORIGEM ITR	3.840,19
	ORIGEM IPVA	226.027,44
	ORIGEM ITCMD	9.098,18
	ORIGEM IPI-EXP	78.224,61
	ORIGEM ICMS EST	9.255.513,29
	ORIGEM FPE	696.804,80
	ORIGEM FPM	399.564,69
	TOTAL:	10.669.073,20
30.10.2023	ORIGEM ITR	1.991,13
	ORIGEM IPI-EXP	46.929,62
	ORIGEM FPE	1.632.402,18
	ORIGEM FPM	935.256,58
	TOTAL:	2.616.579,51
31.10.2023	COMPL VAAF	11.293.760,42
	COMPL VAAT	7.576.019,09
	COMPL VAAR	678.371,99
	TOTAL:	19.548.151,50
TOTAIS	ORIGEM ITR	149.510,97
	ORIGEM IPVA	652.579,50
	ORIGEM ITCMD	29.615,07
	ORIGEM IPI-EXP	296.468,79
	ORIGEM ICMS EST	11.249.093,70
	ORIGEM FPE	4.119.262,60
	ORIGEM FPM	2.366.465,84
	COMPL VAAF	11.293.760,42
	COMPL VAAT	7.576.019,09
	COMPL VAAR	678.371,99
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	38.411.147,97

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
07.11.2023	ORIGEM IPVA	300.468,78
	ORIGEM ITCMD	20.256,86





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

	ORIGEM ICMS EST	1.381.868,19
	TOTAL:	1.702.593,83
08.11.2023	ORIGEM ICMS EST	14.577,52
10.11.2023	ORIGEM ITR	19.775,05
	ORIGEM IPVA	59.543,27
	ORIGEM ITCMD	27.222,75
	ORIGEM IPI-EXP	143.342,84
	ORIGEM ICMS EST	352.805,87
	ORIGEM FPE	3.193.938,34
	ORIGEM FPM	1.828.997,32
	TOTAL:	5.625.625,44
13.11.2023	ORIGEM ICMS EST	27.427,12
20.11.2023	ORIGEM ITR	4.074,08
	ORIGEM IPI-EXP	50.590,37
	ORIGEM FPE	696.429,78
	ORIGEM FPM	396.768,40
	TOTAL:	1.147.862,63
21.11.2023	ORIGEM IPVA	179.802,78
	ORIGEM ITCMD	22.135,42
	ORIGEM ICMS EST	9.752.963,87
	TOTAL:	9.954.902,07
30.11.2023	ORIGEM ITR	1.373,48
	ORIGEM IPI-EXP	48.985,96
	ORIGEM FPE	1.470.553,23
	ORIGEM FPM	844.639,58
	COMPL VAAF	11.293.760,42
	COMPL VAAT	7.576.019,09
	COMPL VAAR	678.371,99
	TOTAL:	21.913.703,75
TOTAIS	ORIGEM ITR	25.222,61
	ORIGEM IPVA	539.814,83
	ORIGEM ITCMD	69.615,03
	ORIGEM IPI-EXP	242.919,17
	ORIGEM ICMS EST	11.529.642,57
	ORIGEM FPE	5.360.921,35
	ORIGEM FPM	3.070.405,30
	COMPL VAAF	11.293.760,42
	COMPL VAAT	7.576.019,09
	COMPL VAAR	678.371,99
	DEBITO FUNDO	0,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

	CREDITO FUNDO	40.386.692,36
--	---------------	---------------

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
08.12.2023	ORIGEM ITR	15.753,16
	ORIGEM IPI-EXP	140.186,88
	ORIGEM FPE	2.308.378,01
	ORIGEM FPM	1.320.418,02
	TOTAL:	3.784.736,07
11.12.2023	ORIGEM IPVA	293.755,63
	ORIGEM ICMS EST	1.734.864,06
	TOTAL:	2.028.619,69
15.12.2023	ORIGEM ICMS EST	14.258,26
19.12.2023	ORIGEM IPVA	125.029,45
	ORIGEM ICMS EST	9.599.915,36
	TOTAL:	9.724.944,81
20.12.2023	ORIGEM ITR	1.605,36
	ORIGEM IPI-EXP	66.357,38
	ORIGEM FPE	1.579.104,41
	ORIGEM FPM	908.899,84
	COMPL VAAF	11.293.760,42
	TOTAL:	13.849.727,41
22.12.2023	ORIGEM ICMS EST	1.296.896,77
26.12.2023	ORIGEM ICMS EST	36.756,37
28.12.2023	ORIGEM ITR	3.123,96
	ORIGEM IPI-EXP	57.919,60
	ORIGEM FPE	2.006.645,86
	ORIGEM FPM	1.148.934,56
	TOTAL:	3.216.623,98
20.12.2023	COMPL VAAT	7.576.019,09
	COMPL VAAR	678.371,99
	TOTAL:	8.254.391,08
TOTAIS	ORIGEM ITR	20.482,48
	ORIGEM IPVA	418.785,08
	ORIGEM IPI-EXP	264.463,86
	ORIGEM ICMS EST	12.682.690,82
	ORIGEM FPE	5.894.128,28
	ORIGEM FPM	3.378.252,42
	COMPL VAAF	11.293.760,42
	COMPL VAAT	7.576.019,09





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

	COMPL VAAR	678.371,99
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	42.206.954,44

CRÉDITOS	
PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
ORIGEM ITR	248.103,77
ORIGEM IPVA	7.483.140,98
ORIGEM ITCMD	517.739,45
ORIGEM IPI-EXP	2.808.556,84
ORIGEM ICMS EST	124.323.717,45
ORIGEM FPE	59.186.049,77
ORIGEM FPM	34.256.269,20
COMPL VAAF	127.685.736,02
COMPL VAAT	90.563.816,23
COMPL VAAR	7.195.352,14
TOTAL	454.268.481,85
DÉBITOS	
PARCELA	VALOR DEBITADO
COMPL VAAF AJ	7.407.231,41
COMPL VAAT AJ	131.723,78
IPI-EXP AJ	2.071,98
ITR AJUSTE	35,50
IPVA AJUSTE	6.040,07
ITCMD AJUSTE	420,48
ICMS AJUSTE	90.805,98
FPE AJUSTE	47.672,26
FPM AJUSTE	27.714,15
TOTAL	7.713.715,61

Conforme se verifica das informações constantes no demonstrativo acima encartado, os valores efetivamente recebidos no exercício financeiro de 2023, totalizaram o montante de **R\$ 454.268.481,85 (quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, sessenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos)**.

Insta esclarecer que considerando os ajustes quadrimestrais realizados pelo





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

FNDE, no exercício de 2023 foi realizada a devolução de recursos (débito) que somam o montante de **R\$ 7.713.715,61 (Sete milhões, setecentos e treze mil, setecentos e quinze reais e sessenta e um centavos)**.

IV.1 DA ALEGADA DIVERGÊNCIA DE INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO – SIOPE

O SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO – SIOPE é uma ferramenta eletrônica instituída para coleta, processamento, disseminação e acesso público às informações referentes aos orçamentos de educação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sem prejuízo das atribuições próprias dos Poderes Legislativos e dos Tribunais de Contas.

No presente caso, os valores informados foram importados através de arquivos eletrônicos fornecidos pelo Sistema de Gestão de Pessoal, que inseriu arquivos com valores e lotações distorcidos.

Considerando que o fato foi detectado antes do envio do 6º Semestre, a transmissão deste foi abordada a época, para que as retificações necessárias quanto às informações de Remunerações fossem devidamente ajustadas, o que ocorreu.

Todavia, para fins de informação, importa esclarecer que os valores apresentados no SIOPE, nem sempre coincidirão com exatidão, pelas razões a seguir descritas, retiradas do próprio Sistema de geração, de onde se observa a apresentação dos seguintes conceitos:

- a) **SALÁRIO OU VENCIMENTO BÁSICO:** É o componente da remuneração que corresponde ao valor financeiro inerente ao nível, classe e referência em que o servidor se encontra posicionado na escala ou tabela que compõe a estrutura de cargos do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do respectivo Ente Governamental.
- b) **VALOR BRUTO DA REMUNERAÇÃO:** Compreende o total de pagamentos devidos aos profissionais da educação, em decorrência do efetivo exercício





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes, de responsabilidade do empregador.

De modo geral, os itens que compõem a remuneração, incluem:

- salário ou vencimento básico;
- 13 salário, inclusive 13º salário proporcional;
- 1/3 de adicional de férias;
- férias vencidas, proporcionais ou antecipadas;
- gratificações inerentes ao exercício de atividades ou funções, inclusive gratificações ou retribuições pelo exercício de cargos ou funções de direção ou chefia;
- horas extras, aviso prévio, abono;
- salário-família, quando as despesas correspondentes recaírem sobre o empregador;

***As Obrigações patronais NÃO devem ser incluídas na remuneração bruta.**

Conforme inciso I do parágrafo único do art.26 da Lei nº 14.113/2020 (Lei do FUNDEB), REMUNERAÇÃO é: *"o total de pagamentos devidos aos profissionais da educação básica, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes"*.

Nesse sentido, importa salientar que a orientação do FNDE é clara no sentido de que as Obrigações Patronais não compõem as informações salariais informadas no SIOPE, o que representa, em termos percentuais sobre as remunerações tributadas, 22% (20% de INSS Patronal e 2% de GILRAT Estendido) da remuneração.

Os valores consolidados estão inseridos nos demonstrativos internos do SIOPE, que é extraído dos registros contábeis, portanto os valores que compõem o quadro





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

INFORMATIVO, de remuneração, estão importados para os demonstrativos de execução do Orçamento da Educação sem a composição dos devidos encargos sociais.

Em linhas gerais, o relatório geral de remuneração extraído do FNDE <https://www.fnde.gov.br/siope/consultarRemuneracaoMunicipal.do?acao>, ao final do exercício totaliza o valor de R\$ 330.067.377,13 (Trezentos e trinta milhões, sessenta e sete mil, trezentos e setenta e sete reais e treze centavos). Valor este igual aos valores apresentados na tabela **(DESPESAS TOTAIS LIQUIDADAS - FUNDEB - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO)** anteriormente indicada, que corresponde aos valores empenhados e liquidados, relativo às remunerações dos profissionais da educação.

O total das Despesas com Recursos do FUNDEB totalizou no exercício de 2023, conforme demonstrado na Planilha **(DESPESAS TOTAIS LIQUIDADAS – FUNDEB)**, o montante de **R\$ 471.875.691,46 (Quatrocentos e setenta e um milhão, oitocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e noventa e um reais e quarenta e seis centavos)**.

O total das Despesas com Recursos do FUNDEB com Gasto com pessoal totalizou no exercício de 2023 conforme demonstrado na Planilha **(DESPESAS TOTAIS LIQUIDADAS - FUNDEB - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CUSTO PESSOAL)**, o total de **R\$ 389.019.596,56 (Trezentos e oitenta e nove milhões, dezenove mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos)**.

IV.2 - DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DOS RECURSOS

A Unidade Gestora **FUNDEB** do Município de Santarém-PA, possui duas contas bancárias, a partir das quais executas suas operações, a saber: **i)** Conta nº. 49095-4, junto ao Banco do Brasil, que recebe os repasses feitos pelo FNDE; **ii)** Conta nº. 035-9, junto à Caixa Econômica Federal, que se executam pagamentos.

SALDO INICIAL FUNDEB			
BANCO	CONTAS	DATA	VALOR
BRASIL	49095-4	31/12/2022	33.616.609,24
CEF	035-9	31/12/2022	7.378.359,76
TOTAL			40.994.969,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

MOVIMENTO CONTA 035-9		SALDO
CRÉDITO	495.758.766,09	
DÉBITO	495.651.777,86	106.988,23
MOVIMENTO CONTA 49095-4		SALDO
CRÉDITO	497.023.970,48	
DÉBITO	478.753.213,59	18.270.756,89
SALDO FINAL TOTAL 31/12/2023		18.377.745,12

No início do exercício de 2023 o Saldo Inicial composto pelas duas contas totalizou o valor de R\$ 40.994.969,00 (Quarenta milhões, novecentos e noventa e quatro mil, novecentos e sessenta e nove reais), cujos valores estão devidamente compostos nos registros contábeis do município.

MOVIMENTAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA	
SALDO INICIAL	40.994.969,00
(+) RECEITAS	454.268.481,85
(=) TOTAL DE RECURSOS FINANCEIRO	495.263.450,85
(+) DESPESAS PAGAS	471.644.055,47
(+) RESTOS A PAGAR	8.710.482,58
(=) TOTAL DESEMBOLSO FINANCEIRO	480.354.538,05
(+) SALDO REMANESCENTE REPASSES	14.908.912,80
(+) REMANESCENTE DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	3.468.832,32
(=) SALDO FINAL	18.377.745,12

Considerando os valores transitados financeiramente pelas contas correntes do **FUNDEB**, o total de recursos disponíveis observados os saldos iniciais e os valores recebidos dos recursos (**Impostos, VAAF, VAAT e VAAR**), sem considerar os rendimentos de Aplicação Financeira, totalizaram a monta de R\$ 495.263.450,85 (Quatrocentos e noventa e cinco milhões, duzentos e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e cinco centavos).

O valor das Despesas Orçamentárias efetivamente **PAGAS** totalizou o montante de R\$ 471.644.055,47 (Quatrocentos e setenta e um milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos).

Foram pagos de Restos a Pagar o valor de R\$ 8.710.482,58 (Oito milhões, setecentos e dez mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), o que totalizou de desembolso o montante de R\$ 480.354.538,05 (Quatrocentos e oitenta milhões,





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

trezentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e trinta e oito reais e cinco centavos).

Portanto, o saldo remanescente dos recursos do FUNDEB, não utilizado no exercício de 2023 totalizou R\$ 14.908.912,80 (Quatorze milhões, novecentos e oito mil, novecentos e doze reais e oitenta centavos). Deste valor R\$ 7.195.352,14 (Sete milhões, cento e noventa e cinco mil, trezentos e cinquenta e dois reais e quatorze centavos), refere-se aos recursos da Complementação da União VAAR, que não foi aplicado no exercício, no entanto foi aberto créditos adicionais, suplementar e especial, através das Leis Municipais n.º 22.103/2024 e 22.105/2024, que tiveram como origem o saldo financeiro da conta n.º 49095-4.

DEMONSTRATIVO DO SALDO REMANESCENTE FUNDEB	
ORIGEM DOS RECURSOS	VALOR
SALDO REMANESCENTE	14.908.912,80
SALDO - VAAR	7.195.352,14
SALDO - IMPOSTOS - VAAF - VAAT	7.713.560,66
REMANESCENTE AOLICAÇÃO FINANCEIRA	3.468.832,32
SALDO TOTAL	18.377.745,12
SALDO FINAL CONTA 49095-4	18.270.756,89
SALDO FINAL DA CONTA 035-9	106.988,23
SALDO BANCÁRIO TOTAL	18.377.745,12

No que se refere aos Rendimentos de Aplicação Financeira constantes do Anexo 8 do RREO, no valor de R\$ 7.934.876,47 (Sete milhões, novecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos), questionada na exordial, esclarecemos que em decorrência do início do processo de recebimento do Precatório do FUNDEF, as contas de número 67200-5 e 67200-6 foram indevidamente cadastradas no TCM-PA na Unidade Gestora FUNDEF, entretanto na Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei Municipal n.º 21.869/2022), as dotações Orçamentárias foram inseridas na Unidade Gestora SEMED, por causa dessa situação os Rendimentos de Aplicação Financeira dos meses de junho/23 e julho/23, no total de R\$ 2.670.763,57 (Dois milhões, seiscentos e setenta mil, setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e sete centavos).

O valor efetivo dos rendimentos dos recursos do FUNDEB totalizou R\$ 5.264.112,90 (Cinco milhões, duzentos e sessenta mil, cento e doze reais e noventa centavos).





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

RENDIMENTO DE APLICAÇÃO REGISTRADO NO FUNDEB 2023				
MESES	CONTA 035-9 FUNDEB	CONTA 49.095-4 FUNDEB	67200-5 - 67200-6	TOTAL
JANEIRO	58.211,96	335.190,68	0,00	393.402,64
FEVEREIRO	39.288,22	565.649,19	0,00	604.937,41
MARÇO	27.775,72	738.662,22	0,00	766.437,94
ABRIL	17.907,87	526.507,47	0,00	544.415,34
MAIO	22.952,28	423.839,21	0,00	446.791,49
JUNHO	41.465,39	379.043,31	1.660.520,01	2.081.028,71
JULHO	30.840,85	349.726,23	1.010.243,56	1.390.810,64
AGOSTO	29.846,04	373.228,14	0,00	403.074,18
SETEMBRO	19.767,18	329.029,93	0,00	348.797,11
OUTUBRO	130.047,05	210.475,65	0,00	340.522,70
NOVEMBRO	54.588,29	258.430,64	0,00	313.018,93
DEZEMBRO	73.879,50	227.759,88	0,00	301.639,38
TOTAL	546.570,35	4.717.542,55	2.670.763,57	7.934.876,47

RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	RECEITAS REALIZADAS
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	462.203.358,32
FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	236.758.453,93
Principal	228.823.577,46
Rendimentos de Aplicação Financeira	7.934.876,47
FUNDEB - Complementação da União - VAAF	127.685.736,02
Principal	127.685.736,02
FUNDEB - Complementação da União - VAAT	90.563.816,23
Principal	90.563.816,23
FUNDEB - Complementação da União - VAAR	7.195.352,14
Principal	7.195.352,14
RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	178.868.346,22

RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO - AJUSTADO	RECEITAS REALIZADAS
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	459.532.594,75
FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	234.087.690,36
Principal	228.823.577,46
Rendimentos de Aplicação Financeira	5.264.112,90
FUNDEB - Complementação da União - VAAF	127.685.736,02
Principal	127.685.736,02
FUNDEB - Complementação da União - VAAT	90.563.816,23
Principal	90.563.816,23
FUNDEB - Complementação da União - VAAR	7.195.352,14





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

Principal	7.195.352,14
RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	178.868.346,22

Importa destacar, ainda, a alegação de que a Receita Efetiva do FUNDEB importou em R\$ 575.695.539,84 (Quinhentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, quinhentos e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos), o qu não corresponde a realidade.

Este valor corresponde aos repasses financeiros realizados pelo **NTCF – NÚCLEO TÉCNICO DE CONTROLE E FINANÇAS**, que em decorrência do controle único das receitas implementado pela Gestão Descentralizada que o Município pratica.

Há de se esclarecer que em decorrência do fato de, por equívoco, as contas do Precatório do **FUNDEF** terem sido registrada na Unidade Gestora **FUNDEB**, foi registrada um repasse no valor de R\$ 121.414.561,75 (Cento e vinte e um milhões, quatrocentos e quatorze mil, quinhentos e sessenta e um reais e setenta e cinco centavos), que após a correção do cadastro foi transferido para a Unidade Gestora correta o valor de R\$ 124.085.325,32 (Cento e vinte e quatro milhões, oitenta e cinco mil, oitenta e cinco mil, trezentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos), considerando rendimentos da conta.

IV.3 - DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO

Na inicial, o requerente alega a possível existência de um SUPERÁVIT no total de R\$ 122.106.584,60 (Cento e vinte dois milhões, cento e seis mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos), conforme abaixo descrito.

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	122.106.584,60
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	122.106.584,60
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	584.309.942,92
6. TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB	462.203.358,32





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	122.106.584,60
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	584.309.942,92

Ocorre que, na realidade, este valor não existe. Ele foi originário de inconsistência nas parimetrações de Fontes de Recursos no Sistema de Gestão Contábil utilizado a época, que importou valores incorretamente nos saldos iniciais de fontes, senão vejamos:

FONTE DE RECURSO	DISPONIVEL	RESTOS PAGAR	SUFICIÊNCIA
1540	36.549.190,28	4.553.785,98	31.995.404,30
1541	46.252.731,25	5.281,87	46.247.449,38
1542	48.015.184,45	4.151.453,53	43.863.730,92
TOTAL	130.817.105,98	8.710.521,38	122.106.584,60

O valor apresentado como recursos financeiros disponíveis não existia em 31.12.2022, cuja disponibilidade devidamente comprovada pelos registros contábeis e extratos bancários físicos correspondia a R\$ 40.994.969,00 (Quarenta milhões, novecentos e noventa e quatro mil, novecentos e sessenta e nove reais).

Decorrente do fato comprovadamente da existência das inconsistências, necessário se fez a realização de correções na RREO, sem que tal correção afetasse o processo geral dos registros contábeis, na forma do comprovante de envio anexo (**Anexo 12**).

Os ajustes das fontes foram realizados e o resultado passou a ser o abaixo descrito:

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	32.284.447,62
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	24.906.087,86
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	7.378.359,76
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	494.487.805,94
6. TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB	462.203.358,32
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	32.284.447,62
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	494.487.805,94





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

FONTE DE RECURSO	DISPONIVEL	RESTOS PAGAR	SUFIC/INSUFIC
1540	-60.651.306,46	4.553.785,98	-65.205.092,44
1541	46.252.731,25	5.281,87	46.247.449,38
1542	48.015.184,45	4.151.453,53	43.863.730,92
TOTAL	33.616.609,24	8.710.521,38	24.906.087,86
SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS			7.378.359,76
TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT			32.284.447,62
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR			8.710.521,38
TOTAL DO SUPERAVID			40.994.969,00

Podemos então comprovar que o exato SUPERAVID Financeiro dos períodos anteriores, corresponde o saldo inicial bancário já aqui demonstrado.

Os valores demonstram que foi aplicado especificamente nos Gastos com Pessoal com os recursos do FUNDEB, o total de R\$ 389.019.596,56 (Trezentos e oitenta e nove milhões, dezenove mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos), este valor já computa a parcela dos custos referente ao INSS Patronal e o GILRAT Estendido.

TOTAL DAS DESPESAS DE PESSOAL COM RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	389.019.596,56
Educação Infantil	105.964.198,72
Ensino Fundamental	278.441.945,71
Educação de Jovens e Adultos	4.156.123,47
Educação Especial	457.328,66

COMPOSIÇÃO DO CÁLCULO DE APLICAÇÃO	Efetiva
	454.993.680,19
FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	228.823.577,46
FUNDEB - Complementação da União - VAAF	127.685.736,02
FUNDEB - Complementação da União - VAAT	90.563.816,23
Rendimentos de Aplicação Financeira (Ajustada)	7.920.550,48
Índice Aplicado	85,50%
Valor Aplicado	389.019.596,56

Fica claramente demonstrado que o Município aplicou dos Recursos EFETIVAMENTE recebidos (excluído os valores da compensação do VAAR), o percentual de **85,50%** na remuneração do profissional da Educação conforme determina a LEI Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

“Art. 26. Excluídos os recursos de que trata o inciso III do caput do art. 5º desta Lei, proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício”.

“III - complementação-VAAR: 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica, conforme disposto no art. 14 desta Lei”.

IV. 5 - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS COM IMPOSTOS NA EDUCAÇÃO

A regra básica do financiamento da Educação, nos termos do art. 212 do Texto Constitucional, abrange os 12 meses do ano como período de aplicação. E, nem poderia ser diferente, já que o ORÇAMENTO PÚBLICO obedece ao princípio da anualidade.

RECEITA DE RECEITAS PROPRIA - BASE DE APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO	TOTAL
	414.969.595,54
IPTU	8.206.759,59
ISS	77.454.005,06
ITBI	5.241.099,32
IRRF	50.509.693,96
Outros Impostos	712.132,82
Multas e Juros	619.264,13
Cota Parte do FPM	135.361.228,94
Cota Parte do ICMS	93.677.039,98
Cota Parte do IPVA	32.877.618,75
Cota Parte do ITR	114.616,44
Transferências da LC 61/1989	2.109.388,36
Dívida Ativa	6.560.239,83
Outras Receitas Correntes	1.526.508,36
APLICAÇÃO EM MDE S/ A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	105.734.252,83
TOTAL DAS DESP. DE MDE CUSTEADAS COM REC. DE IMPOSTOS	55.779.060,39
DEDUÇÃO DE RECEITAS PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	49.955.231,24
ÍNDICE DE APLICAÇÃO	25,48%
VALOR EXIGIDO	103.742.398,89





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

Considerando a Receita de Imposto própria, o Município teria que aplicar R\$ 103.742.398,89 (Cento e três milhões, setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e oito reais e oitenta e nove centavos), entretanto aplicou o total de R\$ 105.734.252,83 (Cento e cinco milhões, setecentos e trinta e quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos), correspondendo a **25,48%**.

IV.6 - DA INTEGRALIZAÇÃO DOS 15% DOS RECURSOS DO FUNDEB

A Lei Federal nº. 14.113/2020 assim estabelece:

LEI Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020

Art. 16. O Poder Executivo federal publicará, até 31 de dezembro de cada exercício, para vigência no exercício subsequente:

§ 2º A complementação da União observará o cronograma da programação financeira do Tesouro Nacional e contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, 5% (cinco por cento) da complementação anual, a serem realizados até o último dia útil de cada mês, assegurados os repasses de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) até 31 de julho, de 85% (oitenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de cada ano e de 100% (cem por cento) até 31 de janeiro do exercício imediatamente subsequente.

§ 3º O valor da complementação da União, nos termos do art. 5º desta Lei, em função da diferença, a maior ou a menor, entre a receita estimada para o cálculo e a receita realizada do exercício de referência, será ajustado, no primeiro quadrimestre, em parcela única, do exercício imediatamente subsequente e debitada ou creditada à conta específica dos Fundos, conforme o caso

Conforme estabelecido no diploma normativo, no mês de Janeiro/23 o Município recebeu sob forma de integralização referente aos ajustes de 2022, os valores abaixo descritos:

INTEGRALIZAÇÃO 2023				
Complementação	janeiro-23	Integraliz. 15%	Devolução	Liquido
VAAF	6.853.438,00	19.875.003,81	7.323.883,20	12.551.120,61
VAAT	4.749.223,12	9.993.437,36	131.723,78	9.861.713,58
Total	11.602.661,12	29.868.441,17	7.455.606,98	22.412.834,19





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

No mês de Abril/23 foi realizado ajuste pelo FNDE, cuja devolução totalizou em R\$ 7.455.606,98 (Sete milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e seis reais e noventa e oito centavos), remanescendo R\$ 22.412.834,19 (Vinte e dois milhões, quatrocentos e doze mil, oitocentos e trinta e quatro reais e dezenove centavos).

Considerando que o valor foi creditado no exercício financeiro de 2023, esta receita logicamente que foi considerada neste exercício, e foi utilizada para pagamentos principalmente dos profissionais da educação.

No mês de janeiro/24 foi creditado nos termos da legislação os valores abaixo descritos:

INTEGRALIZAÇÃO 2024			
Complementação	janeiro-24	Integralização 15%	Líquido
VAAF	6.902.129,01	18.191.869,29	18.191.869,29
VAAT	5.597.702,98	15.499.947,92	15.499.947,92
VAAR	808.704,58	1.204.673,10	1.204.673,10
Total	13.308.536,57	34.896.490,31	34.896.490,31

O valor referente ao mês de Janeiro/24 das complementações totalizou R\$ 13.308.536,57 (Treze milhões, trezentos e oito mil, quinhentos e trinta e seis centavos). O valor referente aos ajustes da integralização conforme Portaria Ministerial nº. 7/2023, totalizou R\$ 34.896.490,31 (Trinta e quatro milhões, oitocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e noventa reais e trinta e um centavos), incluindo a parcela do VAAR que não se utiliza para pagamento de remuneração com computo no índice de 70%.

O certo é que todos as acusações realizadas pelo requerente não prosperam, tendo encaminhado denúncias e reclamações em todas as esferas, inclusive sendo objeto de denúncia junto ao TCM, que está apurando o caso no processo nº **1.71808.2024.2.0005 / 071001.2023.1.000**, cujos esclarecimentos do município são aqui reproduzidos.

Assim, diante de todo exposto, não há dúvida de que a Municipalidade pautou sua conduta dentro dos estritos limites legais e com rigorosa observância dos preceitos constitucionais pertinentes, procedendo dentro da órbita de sua regular competência e parâmetros





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

de organização interna de seus órgãos afeitos a essa atribuição, inexistindo qualquer razão para a propositura da presente demandada.

V – DOS PEDIDOS

Pelos motivos acima mencionados, para fins do escorreito deslinde da presente ação, requesta o Contestante que Vossa Excelência se digne a:

- a) Reconhecimento da **ilegitimidade ativa *ad causam*** do Sindicato, extinguir o feito sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, VI, do CPC/2015;
- b) Reconhecer a incompetência absoluta para processar e julgar este feito, encaminhando-se o presente para distribuição a uma das varas federais da subseção judiciária do Estado do Pará;
- c) Caso assim não entenda, alternativamente, requer a extinção do presente feito, com a **IMPROCEDÊNCIA** desta ação, nos termos do art. 487, inciso I do Código de Processo Civil, rejeitando o pedido autoral.

Protesta pela produção de novas provas que possam ser essenciais à demonstração da defesa aqui apresentada, tais como prova oral, documental e pericial.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Santarém, 15 de julho de 2024.

Michelle Caroline Miléo Gonçalves
Procuradora do Município
OAB/PA nº 12.410





TRASLADO DE PROCURAÇÃO
LIVRO P - 474 // FOLHA 27 - 28

PROCURAÇÃO PÚBLICA, que faz **MUNICÍPIO DE SANTARÉM (PA)**, na forma abaixo:

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem, aos dez (10) dias de abril de dois mil e vinte e quatro (2024), da Era Cristã, nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no cartório a meu cargo, na Rua Maestro Wilson Dias da Fonseca, nº 340, Centro, perante mim, tabelião, compareceu como **OUTORGANTE, MUNICÍPIO DE SANTARÉM**, entidade jurídica de direito público, com sede nesta cidade, na Avenida Doutor Anysio Chaves, nº 853, Aeroporto Velho, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº 05.182.233/0001-76, por meio do Poder Executivo Municipal, representado pelo Prefeito FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA, brasileiro, casado, médico, portador da identidade nº 1395572/3ª via/PC-PA e CPF nº 282.566.032-91, residente e domiciliado nesta cidade, na Avenida Rui Barbosa, nº 2280, bairro Aldeia, CEP 68040-030; reconhecida como a própria por mim, tabelião e/ou por seu preposto, mediante os documentos que me foram apresentados, do que dou fé. **Pela OUTORGANTE foi dito que por este público instrumento nomeia e constitui seus bastantes procuradores, PAULA DANIELLE TEIXEIRA LIMA PIAZZA**, casada, identidade profissional nº 15.197-B/OAB-PA, CPF nº 707.926.822-20, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Xingú, nº 1266, bairro Diamantino; **ANDRÉ LUIZ GONÇALVES LISBOA**, casado, identidade profissional nº 12.217/OAB-PA, CPF nº 669.359.032-20, residente e domiciliado nesta cidade, na Avenida Borges Leal, nº 926, casa B, bairro Santa Clara; **CHRISTIELLE REGINA RODRIGUES GOMES**, casada, CPF nº 836.254.292-68, identidade profissional nº 14.216/OAB-PA, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua São Cristóvão, nº 12, bairro Vigia; **DANILO MACHADO AGUIAR**, casado, identidade profissional nº 12.627/OAB-PA CPF nº 694.774.342-72, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Inácio Corrêa, nº 46, bairro Centro; **EFRAIM CAPIBERIBE DE QUEIROZ**, viúvo, identidade profissional nº 3164/OAB-PA, CPF nº 056.140.582-49, residente e domiciliado nesta cidade, na Avenida São Sebastião, nº 868, Apartamento 101, bairro Santa Clara; **ELCY NÚBIA ALVES PEDREIRO**, casada, identidade profissional nº 9963/OAB-PA, CPF nº 338.333.462-72, residente e domiciliada nesta cidade, na Travessa Rosa Passos, nº 1643, bairro Santíssimo; **JOSELMA DE SOUSA MACIEL**, casada, identidade profissional nº 8459/OAB-PA, CPF nº 388.033.052-20, residente e domiciliada nesta cidade, na Avenida Haroldo Veloso, nº 155, bairro Interventoria; **MICHELLE CAROLINE MILÉO GONÇALVES**, solteira, identidade profissional nº 12.140/OAB-PA, CPF nº 681.419.472-49, OAB nº 12410/OAB-PA, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Senador Lameira Bittencourt, nº 131, bairro Centro; **NATASHA VALENTE LAZZARETTI**, solteira, identidade profissional nº 14.691-B/OAB-PA CPF nº 767.203.902-44, CNH nº 04878401788 Detran/PA, OAB nº 14.691-B/OAB-PA, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Óbidos, nº 2164, apto.302, bairro Interventoria e **WAGNER MURILO DE CASTRO COLARES**, casado, identidade nº 14.755/OAB-PA, CPF nº 723.612.392-72, residente e domiciliado nesta cidade, na Avenida Mendonça Furtado, nº 4340, bairro Mapiri, todos brasileiros, advogados e capazes; a quem confere poderes para, em conjunto ou separadamente, independente da ordem de nomeação, para o foro em geral, com a cláusula "ad judícia" e mais os expressos no art. 105, do Código de Processo Civil, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para representá-lo perante a Justiça do Trabalho, repartições

públicas federais, estaduais e autárquicas, em especial junto ao INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), RECEITA ESTADUAL, RECEITA FEDERAL DO BRASIL, FAZENDA NACIONAL e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF), com o fim de requerer e receber certidões negativas em nome do Mandante, ficam além dos poderes antes mencionados, investidos no de receber citação inicial, EXCLUSIVAMENTE, junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT 8). Pelo OUTORGANTE ainda me foi dito, que a primeira dos OUTORGADOS, doutora **PAULA DANIELLE TEIXEIRA LIMA PIAZZA**, na qualidade de **PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO**, fica além dos poderes antes mencionados, investida no de receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, e proceder a nomeação e destituição de proposto para atuar junto à Justiça do Trabalho, enfim, praticar, requerer e assinar todos os atos necessários e indispensáveis ao fiel e total desempenho deste mandato, e ainda substabelecer. **REVOGAÇÃO:** Declara, ainda, o Mandante, por seu representante legal, que neste ato revoga, como de fato revogado o tem, o instrumento público de procuração, lavrado nestas notas, às fls. 149/150, do Livro nº P-468, de 27 de setembro de 2023, prevalecendo a partir desta data apenas o presente instrumento. (LAVRADO SOB MINUTA). **Certifico que:** I- Exigida a apresentação dos documentos pessoais dos outorgados para a lavratura deste ato não foram apresentados, a qualificação destes, especialmente os nomes e números dos documentos foram feitas por declaração pela outorgante, cuja veracidade das informações é de sua responsabilidade, devendo ser exigida pelos órgãos, repartições públicas, privadas e pessoas a quem este instrumento interessar a documentação competente quando for praticado atos previstos neste mandato. II- O tabelião reserva-se o direito de não corrigir erros materiais neste ato advindos por declaração da outorgante. III- Advertida da prescrição do artigo 2º, VII, do Provimento nº 61/2017, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), optou por não informar seu endereço eletrônico e telefone, dos outorgados por desconhecê-los. IV- Os documentos apresentados foram nos originais e/ou em cópias autenticadas, são autênticos e verdadeiros, ficam arquivados por meio digital, permanecem com seus conteúdos inalterados, assim como seu estado civil declarado acima. V- Ficam cientes outorgante e outorgados, estes quando desta conhecimento tiverem, que cessa este mandato pela revogação ou renúncia, morte ou interdição por qualquer uma das partes envolvidas, pela mudança de estado que a inabilite a conferir os poderes ou os mandatários para exercê-los, pelo término do prazo ou pela conclusão do negócio (artigo 682 do Código Civil), exceto quando previsto em lei e/ou estipulado neste instrumento; VI- Em cumprimento ao artigo 23 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), os dados pessoais fornecidos para a lavratura deste ato decorreram de disposição legal, necessárias à prestação do serviço público, inclusive para cumprimento do disposto na Lei nº 7.433/1985, seus regulamentos, legislações correlatas e disposição normativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), portanto, dispensado de prévio consentimento das partes envolvidas no ato. O compartilhamento das informações de dados utilizados poderá ser informado aos sistemas de comunicações obrigatórios em atendimento ao princípio da publicidade de dados que rege os serviços notariais e registrais nos termos do artigo 7º da mesma lei, nesse sentido, poderá ser fornecida certidão a terceiros interessados na forma da legislação pertinente, nenhum dado sensível descrito no artigo 5º, inciso II da citada norma foi capturado para a lavratura do presente ato; VII- O selo de autenticidade do presente instrumento pode ter a sua validade conferida pelo sítio eletrônico: <https://consultas.tjpa.br/consultaprocessual/pages/validadeselo/index.jsp> e/ou no QR Code do selo digital pelo telefone celular; VIII- As exigências legais inerentes à legitimidade do ato foram cumpridas. ASSIM o disse, do que dou fé e me pediu este instrumento, que lhe li e achando conforme,



aceita, ratifica e assina. A coleta da assinatura do representante legal do outorgante, prefeito Francisco Nêlio Aguiar da Silva, foi feita em diligência à sede do Poder Executivo Municipal, no Palácio Senador Jarbas Passarinho, no endereço mencionado no início deste instrumento, na Avenida Dr. Anyzio Chaves, nº 853, Aeroporto Velho, pela servidora deste cartório Júlia de Sousa Farias Ribeiro. Eu, SANDRA MARA SOUSA LOPES, escrevente autorizada, no impedimento ocasional do tabelião, recebi as declarações, que a mandei digitar, a subscrevo e assino. (a) SANDRA MARA SOUSA LOPES. Santarém (PA), 10 de abril de 2024. (a) FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA,. Trasladata, hoje, pela primeira vez. Eu, escrevente autorizada, subscrevo e assino em público e liso.

Em test^{da verdade.}
Santarém (PA), 10 de abril de 2024.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SELO DIGITAL PROCURAÇÃO PÚBLICA Nº: 185627 - SÉRIE: A - SELADO EM:
10/04/2024

CÓDIGO DE SEGURANÇA Nº: 72658100000006446383915130

QTD ATO	EMOLUMENTOS	FRJ	FRC	ISSQN
01	260,30	39,05	6,51	10,74

Sandra Mara Sousa Lopes
Escrevente Autorizada
Cartório do 3º Ofício
Santarém - Pará



NOTIFICAÇÃO Nº209/2024/5ªCONTROLADORIA/TCM-PA
PROCESSO Nº 1.071001.2023.2.0035 - e-TCM/PA
071001.2023.1.000 - SPE

O (A) Exmo.(a) Conselheiro(a) Relator(a) DANIEL LAVAREDA, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelos artigos 33 e 64, §2º da Lei Complementar nº 109/2016 (Lei Orgânica do TCM) e pelo artigo 93, inciso VIII do Regimento Interno deste Tribunal (Ato nº 23 atualizado), notifica o(a) Sr.(a) FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA, Prefeito Municipal de Santarém exercício(s) financeiro(s) de 2023, a providenciar em até 10 (dez) dias, contados do recebimento desta, o que segue:

1. A retificação integral das remessas de Prestação de Conta Mensal referente ao Arquivo Contábil de 2023 referente RREO6ºBIM2023, com base no Art. 8º, I e II c/c Art. 16, §2º da Instrução Normativa nº 02/2019 (alterada pela IN nº 19/2020);

ADVERTE-SE, desde já, que a omissão no atendimento das obrigações e prazos dispostos na notificação, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeita o ordenador à multa diária a ser proposta pelo Conselheiro Relator, na forma do art. 74 da Lei Complementar nº 109/2016.

Emissão: 29/04/2024 10:36

Conselheiro(a) Luis Daniel Lavareda Reis Junior
Relator(a)

prazo 09/05/24 ✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.tcm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO RELATOR
LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JÚNIOR DA 5ª CONTROLADORIA
DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO
PARÁ

PROCESSO Nº.071001.2023.1.000

NOTIFICAÇÃO Nº. 206/2024 – 5ª CONTROLADORIA/TCM-PA

FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA, Prefeito Municipal de Santarém, já qualificado nos autos do Processo em epígrafe, em atenção à NOTIFICAÇÃO Nº. 206/2024 – 5ª CONTROLADORIA/TCM-PA, vem respeitosamente perante V. Exa. apresentar

MANIFESTAÇÃO

pelo que faz nos seguintes termos:

1. DA SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de Representação encaminhada pela Delegacia de Polícia Federal em Santarém, por intermédio do Ofício nº. 1406413/2024-DPF/SNM/PA, em referência ao RDF 2024.0028119-DPF/SNM/PA.

Segundo consta da Certidão de Ocorrência Policial nº. 2024.0327.091144.0155.04.0000325, no dia 24/03/2024 compareceu à Delegacia de Polícia Federal em Santarém a comissão “Todos pela Educação STPMS”, formada por: Marcos da Silva Lobato, Gilcileia Branches Lopes, Joelma Serique de Castro, Tania Maria Sousa Santos, Cleise Socorro Pinto Leite e Zenobio Jarlson Melo Serique, os quais informaram alegadas ilegalidades e fraudes na aplicação dos recursos públicos do FUNDEB por parte dos gestores da Administração Pública Municipal.

Em linhas gerais, alegam:

- divergência de informações no SIOPE/FNDE;
- divergência de informações no Portal do TCM/PA;
- superávit do 6º Bimestre/2023 apresentado na RREO superior ao permitido na legislação.

É a síntese dos fatos





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://pe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

2. DO MÉRITO – RAZÕES E FUNDAMENTOS DA MANIFESTAÇÃO

Antes de se adentrar nas razões e fundamentos da presente manifestação necessário se evidencia a tecer alguns esclarecimentos prévios à presente representação.

Em momento anterior à formalização do Registro de Fato RDF 2024.0028119-DPF/SNM/PA, O SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM, por intermédio do Ofício nº. 022/2024, apresentou questionamento à esta Gestão Municipal nos seguintes termos:

- “Recursos do FUNDEB do exercício de 2023 – Do não alcance da proporção não inferior a 70% destinado ao pagamento da remuneração do profissional da educação em efetivo exercício – Folha de pagamento da Secretaria Municipal – SEMED apresentadas no portal da secretaria, SIOPE/FNDE e TCM com valores e quantitativos de servidores destoantes um do outro”.

Com vistas a elucidar o questionamento constante no mencionado Ofício, foi emitida a **NOTA EXPLICATIVA N.º 001/2024/NTC/CG** que fora devidamente encaminhada ao SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM, bem como foi realizada em 13 de março de 2024, na Câmara Municipal de Santarém uma Audiência Pública que contou com a participação de Vereadores, membros do Sindicato e Técnicos da Gestão Municipal, oportunidade em que foram esclarecidos todos os fatos e questionamentos apresentados.

Para maiores dilações, cumpre-nos apresentar o demonstrativo de valores recebidos no exercício de 2023 do FUNDEB, extraído do SISBB – Sistema de Informações do Banco do Brasil, disponível para consulta pública.

REPASSES CONSOLIDADOS				
UF	Município	Ano	Transferência	Valor Creditado
PA	Santarém	2023	FUNDEB - COUN VAAF	127.685.736,02
PA	Santarém	2023	FUNDEB - COUN VAAR	7.195.352,14
PA	Santarém	2023	FUNDEB - COUN VAAT	90.563.816,23
PA	Santarém	2023	FUNDEB – FPE	59.186.049,77
PA	Santarém	2023	FUNDEB – FPM	34.256.269,20
PA	Santarém	2023	FUNDEB – ICMS	124.323.717,45
PA	Santarém	2023	FUNDEB - IPI-EXP	2.808.556,84
PA	Santarém	2023	FUNDEB – IPVA	7.483.140,98





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

PA	Santarém	2023	FUNDEB – ITCMD	517.739,45
PA	Santarém	2023	FUNDEB – ITR	248.103,77
Total				454.268.481,85

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
02.01.2023	ORIGEM ICMS EST	13.337,86
04.01.2023	ORIGEM IPVA	109.585,33
	ORIGEM ITCMD	14.097,60
	ORIGEM ICMS EST	918.199,50
	TOTAL:	1.041.882,43
06.01.2023	ORIGEM IPVA	31.508,45
	ORIGEM ITCMD	18.299,29
	ORIGEM ICMS EST	377.650,47
	TOTAL:	427.458,21
10.01.2023	ORIGEM ITR	9.765,62
	ORIGEM IPI-EXP	135.714,61
	ORIGEM FPE	2.260.605,53
	ORIGEM FPM	1.305.614,77
	TOTAL:	3.711.700,53
18.01.2023	ORIGEM IPVA	148.928,28
	ORIGEM ITCMD	2.884,17
	ORIGEM ICMS EST	7.758.892,75
	TOTAL:	7.910.705,20
20.01.2023	ORIGEM ITR	1.085,91
	ORIGEM IPI-EXP	67.451,30
	ORIGEM FPE	876.688,80
	ORIGEM FPM	504.074,63
	TOTAL:	1.449.300,64
30.01.2023	ORIGEM ITR	1.074,87
	ORIGEM IPI-EXP	36.791,78
	ORIGEM FPE	2.048.595,74
	ORIGEM FPM	1.197.588,63
	TOTAL:	3.284.051,02
31.01.2023	COMPL VAAF	26.728.441,81
	COMPL VAAT	14.742.660,48
	COMPL VAAR	421.873,54
	TOTAL:	41.892.975,83



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

TOTAIS	ORIGEM ITR	11.926,40
	ORIGEM IPVA	290.022,06
	ORIGEM ITCMD	35.281,06
	ORIGEM IPI-EXP	239.957,69
	ORIGEM ICMS EST	9.068.080,58
	ORIGEM FPE	5.185.890,07
	ORIGEM FPM	3.007.278,03
	COMPL VAAF	26.728.441,81
	COMPL VAAT	14.742.660,48
	COMPL VAAR	421.873,54
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	59.731.411,72

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
02.02.2023	ORIGEM ICMS EST	11.936,00
07.02.2023	ORIGEM IPVA	326.214,06
	ORIGEM ITCMD	9.577,30
	ORIGEM ICMS EST	1.650.267,89
	TOTAL:	1.986.059,25
10.02.2023	ORIGEM ITR	2.689,53
	ORIGEM IPVA	61.359,44
	ORIGEM ITCMD	9.221,42
	ORIGEM IPI-EXP	130.100,21
	ORIGEM ICMS EST	292.490,07
	ORIGEM FPE	5.271.340,73
	ORIGEM FPM	3.063.541,91
	TOTAL:	8.830.743,31
17.02.2023	ORIGEM ITR	1.145,98
	ORIGEM IPI-EXP	23.643,69
	ORIGEM ICMS EST	7.582.792,39
	ORIGEM FPE	507.917,86
	ORIGEM FPM	294.912,78
	TOTAL:	8.410.412,70
28.02.2023	ORIGEM ITR	835,15
	ORIGEM IPI-EXP	17.374,79
	ORIGEM FPE	1.245.290,44
	ORIGEM FPM	731.272,80





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://pe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam?Codigo.do.documento:ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c>

	COMPL VAAF	7.547.761,99
	COMPL VAAT	5.224.145,43
	COMPL VAAR	464.060,89
	TOTAL:	15.230.741,49
TOTAIS	ORIGEM ITR	4.670,66
	ORIGEM IPVA	387.573,50
	ORIGEM ITCMD	18.798,72
	ORIGEM IPI-EXP	171.118,69
	ORIGEM ICMS EST	9.537.486,35
	ORIGEM FPE	7.024.549,03
	ORIGEM FPM	4.089.727,49
	COMPL VAAF	7.547.761,99
	COMPL VAAT	5.224.145,43
	COMPL VAAR	464.060,89
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	34.469.892,75

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
06.03.2023	ORIGEM IPVA	366.909,47
	ORIGEM ITCMD	16.473,06
	TOTAL:	383.382,53
09.03.2023	ORIGEM IPVA	84.637,48
	ORIGEM ITCMD	2.640,62
	ORIGEM ICMS EST	415.960,72
	TOTAL:	503.238,82
10.03.2023	ORIGEM ITR	2.129,01
	ORIGEM IPI-EXP	146.742,42
	ORIGEM FPE	2.195.812,56
	ORIGEM FPM	1.282.080,06
	TOTAL:	3.626.764,05
14.03.2023	ORIGEM ICMS EST	14.297,23
20.03.2023	ORIGEM ITR	508,08
	ORIGEM IPI-EXP	29.496,26
	ORIGEM FPE	483.830,75
	ORIGEM FPM	282.617,89
	TOTAL:	796.452,98
21.03.2023	ORIGEM IPVA	297.605,33





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

	ORIGEM ITCMD	8.639,17
	ORIGEM ICMS EST	7.028.940,70
	TOTAL:	7.335.185,20
30.03.2023	ORIGEM ITR	801,87
	ORIGEM IPI-EXP	35.830,97
	ORIGEM FPE	1.601.732,07
	ORIGEM FPM	936.252,51
	TOTAL:	2.574.617,42
31.03.2023	COMPL VAAF	8.233.922,18
	COMPL VAAT	5.699.067,75
	COMPL VAAR	506.248,25
	TOTAL:	14.439.238,18
TOTAIS	ORIGEM ITR	3.438,96
	ORIGEM IPVA	749.152,28
	ORIGEM ITCMD	27.752,85
	ORIGEM IPI-EXP	212.069,65
	ORIGEM ICMS EST	7.459.198,65
	ORIGEM FPE	4.281.375,38
	ORIGEM FPM	2.500.950,46
	COMPL VAAF	8.233.922,18
	COMPL VAAT	5.699.067,75
	COMPL VAAR	506.248,25
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	29.673.176,41

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
05.04.2023	ORIGEM IPVA	397.678,83
	ORIGEM ITCMD	23.242,19
	ORIGEM ICMS EST	1.302.791,08
	TOTAL:	1.723.712,10
10.04.2023	ORIGEM ITR	1.962,80
	ORIGEM IPI-EXP	166.911,41
	ORIGEM FPE	2.368.323,79
	ORIGEM FPM	1.382.883,96
	TOTAL:	3.920.081,96
13.04.2023	ORIGEM ICMS EST	11.147,84
19.04.2023	ORIGEM IPVA	191.599,82





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557ad9ad16c

	ORIGEM ITCMD	13.390,81
	ORIGEM ICMS EST	6.063.908,15
	TOTAL:	6.268.898,78
20.04.2023	ORIGEM ITR	521,32
	ORIGEM IPI-EXP	26.312,70
	ORIGEM FPE	607.133,36
	ORIGEM FPM	355.043,07
	TOTAL:	989.010,45
24.04.2023	ORIGEM IPVA	86.474,71
	ORIGEM ICMS EST	1.758.587,37
	TOTAL:	1.845.062,08
28.04.2023	ORIGEM ITR	833,58
	ORIGEM IPI-EXP	32.857,37
	ORIGEM FPE	1.926.610,39
	ORIGEM FPM	1.121.439,82
	COMPL VAAF	8.920.082,36
	COMPL VAAF AJ	7.323.883,20
	COMPL VAAT	6.173.990,06
	COMPL VAAT AJ	131.723,78
	COMPL VAAR	548.435,60
	TOTAL:	11.268.642,20
TOTAIS	ORIGEM ITR	3.317,70
	ORIGEM IPVA	675.753,36
	ORIGEM ITCMD	36.633,00
	ORIGEM IPI-EXP	226.081,48
	ORIGEM ICMS EST	9.136.434,44
	ORIGEM FPE	4.902.067,54
	ORIGEM FPM	2.859.366,85
	COMPL VAAF	8.920.082,36
	COMPL VAAF AJ	7.323.883,20
	COMPL VAAT	6.173.990,06
	COMPL VAAR	548.435,60
	COMPL VAAT AJ	131.723,78
	DEBITO FUNDO	7.455.606,98
	CREDITO FUNDO	33.482.162,39

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
------	---------	-------------------





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

04.05.2023	ORIGEM ICMS EST	13.776,99
08.05.2023	ORIGEM IPVA	349.106,33
	ORIGEM ITCMD	21.943,61
	ORIGEM ICMS EST	1.371.222,13
	TOTAL:	1.742.272,07
09.05.2023	ORIGEM IPVA	39.302,27
	ORIGEM ICMS EST	74.610,11
	TOTAL:	113.912,38
10.05.2023	ORIGEM ITR	1.850,60
	ORIGEM IPVA	39.302,27
	ORIGEM ITCMD	6.203,01
	ORIGEM IPI-EXP	139.164,89
	ORIGEM ICMS EST	223.830,32
	ORIGEM FPE	3.197.265,50
	ORIGEM FPM	1.872.131,25
	TOTAL:	5.479.747,84
19.05.2023	ORIGEM ITR	447,70
	ORIGEM IPI-EXP	39.366,27
	ORIGEM FPE	639.401,34
	ORIGEM FPM	369.878,64
	TOTAL:	1.049.093,95
22.05.2023	ORIGEM IPVA	274.057,78
	ORIGEM ITCMD	3.307,50
	ORIGEM ICMS EST	7.971.050,38
	TOTAL:	8.248.415,66
30.05.2023	ORIGEM ITR	451,59
	ORIGEM IPI-EXP	24.774,55
	ORIGEM FPE	1.600.207,15
	ORIGEM FPM	936.294,53
	TOTAL:	2.561.727,82
31.05.2023	COMPL VAAF AJ	9.002.988,54
	COMPL VAAT	6.666.907,21
	COMPL VAAR	593.391,54
	TOTAL:	16.263.287,29
TOTAIS	ORIGEM ITR	2.749,89
	ORIGEM IPVA	701.768,65
	ORIGEM ITCMD	31.454,12





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

	ORIGEM IPI-EXP	203.305,71
	ORIGEM ICMS EST	9.654.489,93
	ORIGEM FPE	5.436.873,99
	ORIGEM FPM	3.178.304,42
	COMPL VAAF AJ	9.002.988,54
	COMPL VAAT	6.666.907,21
	COMPL VAAR	593.391,54
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	35.472.234,00

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
02.06.2023	ORIGEM ICMS EST	20.983,71
06.06.2023	ORIGEM IPVA	414.566,58
	ORIGEM ITCMD	14.411,08
	ORIGEM ICMS EST	1.462.440,89
	TOTAL:	1.891.418,55
09.06.2023	ORIGEM ITR	2.021,94
	ORIGEM IPI-EXP	171.696,44
	ORIGEM FPE	2.232.002,49
	ORIGEM FPM	1.303.192,49
	TOTAL:	3.708.913,36
12.06.2023	ORIGEM IPVA	72.343,14
	ORIGEM ITCMD	8.460,30
	ORIGEM ICMS EST	276.714,81
	TOTAL:	357.518,25
20.06.2023	ORIGEM ITR	382,37
	ORIGEM IPI-EXP	43.121,46
	ORIGEM FPE	1.288.544,67
	ORIGEM FPM	752.766,83
	TOTAL:	2.084.815,33
21.06.2023	ORIGEM IPVA	266.361,60
	ORIGEM ITCMD	3.720,75
	ORIGEM ICMS EST	9.281.742,55
	TOTAL:	9.551.824,90
22.06.2023	ORIGEM ICMS EST	55.717,98
30.06.2023	ORIGEM ITR	820,33
	ORIGEM IPI-EXP	38.698,93





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://pe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

	ORIGEM FPE	1.566.488,17
	ORIGEM FPM	911.790,96
	COMPL VAAF	9.622.205,16
	COMPL VAAT	7.141.953,45
	COMPL VAAR	635.673,28
	TOTAL:	19.917.630,28
TOTAIS	ORIGEM ITR	3.224,64
	ORIGEM IPVA	753.271,32
	ORIGEM ITCMD	26.592,13
	ORIGEM IPI-EXP	253.516,83
	ORIGEM ICMS EST	11.097.599,94
	ORIGEM FPE	5.087.035,33
	ORIGEM FPM	2.967.750,28
	COMPL VAAF	9.622.205,16
	COMPL VAAT	7.141.953,45
	COMPL VAAR	635.673,28
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	37.588.822,36

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
06.07.2023	ORIGEM IPVA	415.121,29
	ORIGEM ITCMD	25.910,41
	ORIGEM ICMS EST	1.754.856,38
	TOTAL:	2.195.888,08
07.07.2023	ORIGEM ICMS EST	16.250,10
10.07.2023	ORIGEM ITR	2.297,42
	ORIGEM IPI-EXP	164.678,44
	ORIGEM ICMS EST	35.210,22
	ORIGEM FPE	1.627.735,18
	ORIGEM FPM	939.334,47
	TOTAL:	2.769.255,73
11.07.2023	ORIGEM IPVA	87.700,95
	ORIGEM ITCMD	2.810,73
	ORIGEM ICMS EST	328.961,53
	TOTAL:	419.473,21
18.07.2023	ORIGEM IPVA	300.533,83
	ORIGEM ITCMD	8.410,04





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

	ORIGEM ICMS EST	8.619.462,71
	TOTAL:	8.928.406,58
20.07.2023	ORIGEM ITR	332,91
	ORIGEM IPI-EXP	43.753,44
	ORIGEM FPE	580.384,26
	ORIGEM FPM	333.197,62
	TOTAL:	957.668,23
28.07.2023	ORIGEM ITR	884,81
	ORIGEM IPI-EXP	21.896,41
	ORIGEM FPE	1.585.020,33
	ORIGEM FPM	911.190,20
	TOTAL:	2.518.991,75
31.07.2023	COMPL VAAF	9.622.205,16
	COMPL VAAT	7.141.953,45
	COMPL VAAR	635.673,28
	TOTAL:	17.399.831,89
TOTAIS	ORIGEM ITR	3.515,14
	ORIGEM IPVA	803.356,07
	ORIGEM ITCMD	37.131,18
	ORIGEM IPI-EXP	230.328,29
	ORIGEM ICMS EST	10.754.740,94
	ORIGEM FPE	3.793.139,77
	ORIGEM FPM	2.183.722,29
	COMPL VAAF	9.622.205,16
	COMPL VAAT	7.141.953,45
	COMPL VAAR	635.673,28
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	35.205.765,57

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
02.08.2023	ORIGEM ICMS EST	15.125,35
07.08.2023	ORIGEM IPVA	450.794,47
	ORIGEM ITCMD	154.676,18
	ORIGEM ICMS EST	1.704.493,61
	TOTAL:	2.309.964,26
09.08.2023	ORIGEM IPVA	81.744,21
	ORIGEM ITCMD	6.173,94





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

	ORIGEM ICMS EST	361.311,11
	TOTAL:	449.229,26
10.08.2023	ORIGEM ITR	1.666,93
	ORIGEM IPI-EXP	148.534,23
	ORIGEM FPE	2.480.766,25
	ORIGEM FPM	1.427.820,08
	TOTAL:	4.058.787,49
18.08.2023	ORIGEM ITR	446,54
	ORIGEM IPI-EXP	35.724,96
	ORIGEM FPE	569.423,78
	ORIGEM FPM	325.165,79
	TOTAL:	930.761,07
22.08.2023	ORIGEM IPVA	324.113,68
	ORIGEM ITCMD	11.309,77
	ORIGEM ICMS EST	8.839.279,65
	TOTAL:	9.174.703,10
30.08.2023	ORIGEM ITR	1.135,44
	ORIGEM IPI-EXP	20.755,84
	ORIGEM FPE	1.305.624,31
	ORIGEM FPM	752.610,57
	TOTAL:	2.080.126,16
31.08.2023	COMPL VAAF	10.240.318,55
	COMPL VAAT	7.600.739,88
	COMPL VAAR	676.507,80
	TOTAL:	18.517.566,23
TOTAIS	ORIGEM ITR	3.248,91
	ORIGEM IPVA	856.652,36
	ORIGEM ITCMD	172.159,89
	ORIGEM IPI-EXP	205.015,03
	ORIGEM ICMS EST	10.920.209,72
	ORIGEM FPE	4.355.814,34
	ORIGEM FPM	2.505.596,44
	COMPL VAAF	10.240.318,55
	COMPL VAAT	7.600.739,88
	COMPL VAAR	676.507,80
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	37.536.262,92





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.icm.pa.gov.br/eletronic/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
05.09.2023	ORIGEM ICMS EST	15.310,62
06.09.2023	ORIGEM IPVA	367.908,65
	ORIGEM ITCMD	18.943,64
	ORIGEM ICMS EST	1.351.033,40
	TOTAL:	1.737.885,69
08.09.2023	ORIGEM ITR	3.525,84
	ORIGEM IPI-EXP	171.482,74
	ORIGEM FPE	1.600.426,53
	ORIGEM FPM	919.735,27
	TOTAL:	2.695.170,38
12.09.2023	ORIGEM IPVA	70.045,34
	ORIGEM ITCMD	3.176,59
	ORIGEM ICMS EST	314.347,44
	TOTAL:	387.569,37
19.09.2023	ORIGEM IPVA	222.498,05
	ORIGEM ITCMD	11.006,65
	ORIGEM ICMS EST	9.644.164,33
	TOTAL:	9.877.669,03
20.09.2023	ORIGEM ITR	1.894,10
	ORIGEM IPI-EXP	26.982,77
	ORIGEM FPE	406.940,65
	ORIGEM FPM	235.786,49
	TOTAL:	671.604,01
29.09.2023	ORIGEM ITR	11.410,97
	ORIGEM IPI-EXP	66.918,12
	ORIGEM FPE	1.785.297,17
	ORIGEM FPM	1.020.641,77
	IPI-EXP AJ	2.071,98
	ITR AJUSTE	35,50
	IPVA AJUSTE	6.040,07
	ITCMD AJUSTE	420,48
	ICMS AJUSTE	90.805,98
	FPE AJUSTE	47.672,26
	FPM AJUSTE	27.714,15
	COMPL VAAF	11.293.760,42
	COMPL VAAF AJ	83.348,21





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

	COMPL VAAT	7.576.065,03
	COMPL VAAR	678.371,99
	TOTAL:	22.174.356,84
TOTAIS	ORIGEM ITR	16.830,91
	ORIGEM IPVA	660.452,04
	ORIGEM ITCMD	33.126,88
	ORIGEM IPI-EXP	265.383,63
	ORIGEM ICMS EST	11.324.855,79
	ORIGEM FPE	3.792.664,35
	ORIGEM FPM	2.176.163,53
	IPI-EXP AJ	2.071,98
	ITR AJUSTE	35,50
	IPVA AJUSTE	6.040,07
	ITCMD AJUSTE	420,48
	ICMS AJUSTE	90.805,98
	FPE AJUSTE	47.672,26
	FPM AJUSTE	27.714,15
	COMPL VAAF	11.293.760,42
	COMPL VAAF AJ	83.348,21
	COMPL VAAT	7.576.065,03
	COMPL VAAR	678.371,99
	DEBITO FUNDO	258.108,63
	CREDITO FUNDO	37.817.674,57

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
05.10.2023	ORIGEM IPVA	366.006,71
	ORIGEM ITCMD	19.084,68
	ORIGEM ICMS EST	1.638.648,61
	TOTAL:	2.023.740,00
06.10.2023	ORIGEM ICMS EST	15.174,60
10.10.2023	ORIGEM ITR	143.679,65
	ORIGEM IPVA	60.545,35
	ORIGEM ITCMD	1.432,21
	ORIGEM IPI-EXP	171.314,56
	ORIGEM ICMS EST	339.757,20
	ORIGEM FPE	1.790.055,62
	ORIGEM FPM	1.031.644,57





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://pe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

	TOTAL:	3.538.429,16
20.10.2023	ORIGEM ITR	3.840,19
	ORIGEM IPVA	226.027,44
	ORIGEM ITCMD	9.098,18
	ORIGEM IPI-EXP	78.224,61
	ORIGEM ICMS EST	9.255.513,29
	ORIGEM FPE	696.804,80
	ORIGEM FPM	399.564,69
	TOTAL:	10.669.073,20
30.10.2023	ORIGEM ITR	1.991,13
	ORIGEM IPI-EXP	46.929,62
	ORIGEM FPE	1.632.402,18
	ORIGEM FPM	935.256,58
	TOTAL:	2.616.579,51
31.10.2023	COMPL VAAF	11.293.760,42
	COMPL VAAT	7.576.019,09
	COMPL VAAR	678.371,99
	TOTAL:	19.548.151,50
TOTAIS	ORIGEM ITR	149.510,97
	ORIGEM IPVA	652.579,50
	ORIGEM ITCMD	29.615,07
	ORIGEM IPI-EXP	296.468,79
	ORIGEM ICMS EST	11.249.093,70
	ORIGEM FPE	4.119.262,60
	ORIGEM FPM	2.366.465,84
	COMPL VAAF	11.293.760,42
	COMPL VAAT	7.576.019,09
	COMPL VAAR	678.371,99
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	38.411.147,97

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
07.11.2023	ORIGEM IPVA	300.468,78
	ORIGEM ITCMD	20.256,86
	ORIGEM ICMS EST	1.381.868,19
	TOTAL:	1.702.593,83
08.11.2023	ORIGEM ICMS EST	14.577,52





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

10.11.2023	ORIGEM ITR	19.775,05
	ORIGEM IPVA	59.543,27
	ORIGEM ITCMD	27.222,75
	ORIGEM IPI-EXP	143.342,84
	ORIGEM ICMS EST	352.805,87
	ORIGEM FPE	3.193.938,34
	ORIGEM FPM	1.828.997,32
	TOTAL:	5.625.625,44
13.11.2023	ORIGEM ICMS EST	27.427,12
20.11.2023	ORIGEM ITR	4.074,08
	ORIGEM IPI-EXP	50.590,37
	ORIGEM FPE	696.429,78
	ORIGEM FPM	396.768,40
	TOTAL:	1.147.862,63
21.11.2023	ORIGEM IPVA	179.802,78
	ORIGEM ITCMD	22.135,42
	ORIGEM ICMS EST	9.752.963,87
	TOTAL:	9.954.902,07
30.11.2023	ORIGEM ITR	1.373,48
	ORIGEM IPI-EXP	48.985,96
	ORIGEM FPE	1.470.553,23
	ORIGEM FPM	844.639,58
	COMPL VAAF	11.293.760,42
	COMPL VAAT	7.576.019,09
	COMPL VAAR	678.371,99
	TOTAL:	21.913.703,75
TOTAIS	ORIGEM ITR	25.222,61
	ORIGEM IPVA	539.814,83
	ORIGEM ITCMD	69.615,03
	ORIGEM IPI-EXP	242.919,17
	ORIGEM ICMS EST	11.529.642,57
	ORIGEM FPE	5.360.921,35
	ORIGEM FPM	3.070.405,30
	COMPL VAAF	11.293.760,42
	COMPL VAAT	7.576.019,09
	COMPL VAAR	678.371,99
	DEBITO FUNDO	0,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://pje.tcm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

	CREDITO FUNDO	40.386.692,36
--	---------------	---------------

DATA	PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
08.12.2023	ORIGEM ITR	15.753,16
	ORIGEM IPI-EXP	140.186,88
	ORIGEM FPE	2.308.378,01
	ORIGEM FPM	1.320.418,02
	TOTAL:	3.784.736,07
11.12.2023	ORIGEM IPVA	293.755,63
	ORIGEM ICMS EST	1.734.864,06
	TOTAL:	2.028.619,69
15.12.2023	ORIGEM ICMS EST	14.258,26
19.12.2023	ORIGEM IPVA	125.029,45
	ORIGEM ICMS EST	9.599.915,36
	TOTAL:	9.724.944,81
20.12.2023	ORIGEM ITR	1.605,36
	ORIGEM IPI-EXP	66.357,38
	ORIGEM FPE	1.579.104,41
	ORIGEM FPM	908.899,84
	COMPL VAAF	11.293.760,42
	TOTAL:	13.849.727,41
22.12.2023	ORIGEM ICMS EST	1.296.896,77
26.12.2023	ORIGEM ICMS EST	36.756,37
28.12.2023	ORIGEM ITR	3.123,96
	ORIGEM IPI-EXP	57.919,60
	ORIGEM FPE	2.006.645,86
	ORIGEM FPM	1.148.934,56
	TOTAL:	3.216.623,98
20.12.2023	COMPL VAAT	7.576.019,09
	COMPL VAAR	678.371,99
	TOTAL:	8.254.391,08
TOTAIS	ORIGEM ITR	20.482,48
	ORIGEM IPVA	418.785,08
	ORIGEM IPI-EXP	264.463,86
	ORIGEM ICMS EST	12.682.690,82
	ORIGEM FPE	5.894.128,28
	ORIGEM FPM	3.378.252,42





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

	COMPL VAAF	11.293.760,42
	COMPL VAAT	7.576.019,09
	COMPL VAAR	678.371,99
	DEBITO FUNDO	0,00
	CREDITO FUNDO	42.206.954,44

CRÉDITOS	
PARCELA	VALOR DISTRIBUIDO
ORIGEM ITR	248.103,77
ORIGEM IPVA	7.483.140,98
ORIGEM ITCMD	517.739,45
ORIGEM IPI-EXP	2.808.556,84
ORIGEM ICMS EST	124.323.717,45
ORIGEM FPE	59.186.049,77
ORIGEM FPM	34.256.269,20
COMPL VAAF	127.685.736,02
COMPL VAAT	90.563.816,23
COMPL VAAR	7.195.352,14
TOTAL	454.268.481,85
DÉBITOS	
PARCELA	VALOR DEBITADO
COMPL VAAF AJ	7.407.231,41
COMPL VAAT AJ	131.723,78
IPI-EXP AJ	2.071,98
ITR AJUSTE	35,50
IPVA AJUSTE	6.040,07
ITCMD AJUSTE	420,48
ICMS AJUSTE	90.805,98
FPE AJUSTE	47.672,26
FPM AJUSTE	27.714,15
TOTAL	7.713.715,61

Conforme se verifica das informações constantes do demonstrativo acima encartado e anexos à presente (**Anexo 1**), os valores efetivamente recebidos no exercício financeiro de 2023, totalizaram o montante de **R\$ 454.268.481,85 (quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, sessenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos)**.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://pe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

Insta esclarecer que considerando os ajustes quadrimestrais realizados pelo FNDE, no exercício de 2023 foi realizada a devolução de recursos (débito) que somam o montante de **R\$ 7.713.715,61 (Sete milhões, setecentos e treze mil, setecentos e quinze reais e sessenta e um centavos)**.

Tecidas as presentes considerações iniciais, elucidando-se o montante de recursos recebidos pelo Município de Santarém a título de FUNDEB, cujos valores serão necessários aos esclarecimentos da presente manifestação, passaremos a discorrer sobre os questionamentos apresentados na representação encaminhada.

2.1 DA ALEGADA DIVERGÊNCIA DE INFORMAÇÕES DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO – SIOPE

Como sabemos, o SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO – SIOPE é uma ferramenta eletrônica instituída para coleta, processamento, disseminação e acesso público às informações referentes aos orçamentos de educação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sem prejuízo das atribuições próprias dos Poderes Legislativos e dos Tribunais de Contas.

No presente caso, os valores informados foram importados através de arquivos eletrônicos fornecidos pelo Sistema de Gestão de Pessoal, que inseriu arquivos com valores e lotações distorcidos.

Considerando que o fato foi detectado antes do envio do 6º Semestre, a transmissão deste foi abordada a época, para que as retificações necessárias quanto às informações de Remunerações fossem devidamente ajustadas, o que ocorreu.

Todavia, para fins de informação, importa esclarecer que os valores apresentados no SIOPE, nem sempre coincidirão com exatidão, pelas razões a seguir descritas, retiradas do próprio Sistema de geração, de onde se observa a apresentação dos seguintes conceitos:

- a) **SALÁRIO OU VENCIMENTO BASICO:** É o componente da remuneração que corresponde ao valor financeiro inerente ao nível, classe e referência em que o servidor se encontra posicionado na escala ou tabela que compõe a estrutura de cargos do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do respectivo Ente Governamental.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://pje.tcm.pa.gov.br/ctcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

b) **VALOR BRUTO DA REMUNERAÇÃO:** Compreende o total de pagamentos devidos aos profissionais da educação, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes, de responsabilidade do empregador. De modo geral, os itens que compõem a remuneração, incluem:

- salário ou vencimento básico;
- 13 salário, inclusive 13º salário proporcional;
- 1/3 de adicional de férias;
- férias vencidas, proporcionais ou antecipadas;
- gratificações inerentes ao exercício de atividades ou funções, inclusive gratificações ou retribuições pelo exercício de cargos ou funções de direção ou chefia;
- horas extras, aviso prévio, abono;
- salário-família, quando as despesas correspondentes recaírem sobre o empregador;

***As Obrigações patronais NÃO devem ser incluídas na remuneração bruta.**

Conforme inciso I do parágrafo único do art.26 da Lei nº 14.113/2020 (Lei do FUNDEB), REMUNERAÇÃO é: "o total de pagamentos devidos aos profissionais da educação básica, em decorrência do efetivo exercício em cargo, emprego ou função, integrantes da estrutura, quadro ou tabela de servidores do Estado, Distrito Federal ou Município, conforme o caso, inclusive os encargos sociais incidentes".

Nesse sentido, importa salientar que a orientação do FNDE é clara no sentido de que as Obrigações Patronais não compõem as informações salariais informadas no SIOPE, o que representa, em termos percentuais sobre as remunerações tributadas, 22% (20% de INSS Patronal e 2% de GILRAT Estendido) da remuneração.

Os valores consolidados estão inseridos nos demonstrativos internos do SIOPE, que é extraído dos registros contábeis, portanto os valores que compõem o quadro INFORMATIVO, de remuneração, estão importados para os demonstrativos de execução do Orçamento da Educação sem a composição dos devidos encargos sociais.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: https://spe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam?Codigo do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

A título ilustrativo, colacionamos as seguintes imagens extraídas do SIOPE:

UF: Para Município: Santarém												
Janeiro de 2023												
Remunerações dos Profissionais de Educação												
Matrícula	Local de Exercício	Carga Horária Semanal	Tipo Categoria	Categoria Profissional	Situação Profissional	Segmento Atuação	Salário ou Vencimento Básico (R\$)	Valor Bruto da Remuneração (R\$), exceto as obrigações patronais				
							0,00	Com parcela mínima de 70% do FUNDEB (a)	Com parcela máxima de 30% do FUNDEB (b)	Outras Receitas (c)	Total (a + b + c)	
							0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
							0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

UF: Para Município: Santarém												
Janeiro de 2023												
Remunerações dos Profissionais de Educação												
Nº	CPF	Nome	Matrícula	Local de Exercício	Carga Horária Semanal	Tipo Categoria	Categoria Profissional	Situação Profissional	Segmento Atuação	Salário ou Vencimento Básico (R\$)	Valor Bruto da Remuneração	
		Total Até Mês/Ano Anterior								0,00	Com parcela mínima de 70% do FUNDEB (a)	Com parcela máxima de 30% do FUNDEB (b)
0	Registros	Total Mês/Ano Atual								0,00	0,00	0,00
		Total Até Mês/Ano Atual								0,00	0,00	0,00

Neste contexto, apresentamos a Relação SIOPE 2023 (**Anexo 2**), devidamente atualizada, da servidora TÂNIA MARIA SOUSA SANTOS, extraídas da <https://www.fnde.gov.br/siope/consultarRemuneracaoMunicipal.do?acao>, referente aos meses de fevereiro, julho e setembro, para comparação com a Folha Analítica da Servidora. Nas folhas de pagamento em anexo (**Anexos 3 e 4**) referente aos indicados meses, cujos valores podem ser analisados: Mês de fevereiro/23 página 567, julho/23 página 648 e setembro/23 página 569.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado eletronicamente por: FRANCISCO NELIO AUGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://pje.tpa.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24071519434694600000112712206>

Ano	Mês	Nome	Código do Local de Exercício	Local de Exercício	Carga Horária	Tipo Categoria	Categoria Profissional	Situação Profissional	Salário ou Vencimento Básico (R\$)	Com parcela mínima de 60% do FUNDEB	Com parcela mínima de 40% do FUNDEB (b)	Outras Receitas (c)	Total (a + b + c)
2023	Fevereiro	TANIA MARIA SOUSA SANTOS	15581691	E M DE EDUCACAO INFANTIL E ENS FUNDAMENTAL FREI JUVENAL	25	Profissionais do magistério	Docente habilitado em curso de licenciatura plena	Temporário	1.841,67	2.173,17	0,00	0,00	2.173,17
2023	Julho	TANIA MARIA SOUSA SANTOS	15581691	E M DE EDUCACAO INFANTIL E ENS FUNDAMENTAL FREI JUVENAL	45	Profissionais do magistério	Docente habilitado em curso de licenciatura plena	Temporário	2.607,80	2.607,80	0,00	0,00	2.607,80
2023	Setembro	TANIA MARIA SOUSA SANTOS	15581691	E M DE EDUCACAO INFANTIL E ENS FUNDAMENTAL FREI JUVENAL	45	Profissionais do magistério	Docente habilitado em curso de licenciatura plena	Temporário	2.607,80	2.607,80	0,00	0,00	2.607,80

De igual modo, a servidora mencionada na denúncia, é informada no SIOPE nos meses abaixo demonstrado, e são iguais aos valores constantes nas Folhas de Pagamento. A referida servidora solicitou concessão de licença médica.

Para fins de comparação com a Folha Analítica da Servidora informamos que nas folhas de pagamento (**Anexos 3 e 4**) referente aos indicados meses, cujos valores podem ser analisados: Mês de fevereiro/23 página 687, março/23 página 692, abril/23 página 699, maio/23 página 687, julho/23 página 774, novembro/23 página 703, dezembro/23 página 697 e 13 Salário página 627. No mês de outubro/23 não existe informações da servidora, vez que ela estava aguardando Perícia Médica (**Anexo 5**), conforme Folha de Pagamento mês de outubro/23 página 1182.

Ano	Mês	Nome	Local de Exercício	Salário ou Vencimento Básico (R\$)	Com parcela mínima de 60% do FUNDEB	Com parcela mínima de 40% do FUNDEB (b)	Outras Receitas (c)	Total (a + b + c)
2023	Fevereiro	ADJANETE TELES DOS SANTOS	SEC MUN DE EDUC DE SANTAREM	2.652,00	3.591,42	0,00	0,00	3.591,42
2023	Março	ADJANETE TELES DOS SANTOS	SEC MUN DE EDUC DE SANTAREM	4.309,70	4.309,70	0,00	0,00	4.309,70
2023	Abril	ADJANETE TELES DOS SANTOS	SEC MUN DE EDUC DE SANTAREM	4.309,70	4.309,70	0,00	0,00	4.309,70
2023	Maio	ADJANETE TELES DOS SANTOS	SEC MUN DE EDUC DE SANTAREM	4.309,70	4.309,70	0,00	0,00	4.309,70
2023	Julho	ADJANETE TELES DOS SANTOS	SEC MUN DE EDUC DE SANTAREM	4.309,70	4.309,70	0,00	0,00	4.309,70
2023	Novembro	ADJANETE TELES DOS SANTOS	E M E F FRANCISCO PEREIRA CHAVES	1.660,32	3.591,42	0,00	0,00	3.591,42
2023	Dezembro	ADJANETE TELES DOS SANTOS	E M E F FRANCISCO PEREIRA CHAVES	1.660,32	5.847,74	0,00	0,00	5.847,74





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anyzio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Eletronicamente por MICHELLE CAROLINE MILEO GONCALVES em 15/07/2024 19:43:47
Acesse em: <https://pje.tjpa.jus.br/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24071519434694600000112712206>

DESPESAS TOTAIS LIQUIDADAS - FUNDEB - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO													
NATUREZA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
3.1.90.04.01	2.930.660,36	11.686.524,34	13.098.826,24	13.201.628,99	12.707.760,51	10.121.461,53	10.251.883,58	10.584.987,78	10.690.814,44	10.857.207,10	10.717.746,58	19.899.769,06	136.749.279,51
3.1.90.04.10	123.932,46	1.406.952,61	871.652,77	895.581,16	946.959,23	239.385,94	268.792,84	246.305,59	305.122,93	328.418,95	345.124,47	373.684,56	6.351.911,91
3.1.90.04.13	407,96	4.692,60	12.643,26	7.739,75	245.907,33	2.076.315,93	26.253,29	27.925,20	13.259,21	23.879,60	13.073,25	8.098.759,87	10.550.851,20
3.1.90.04.14	10.075,19	1.779,40	19.959,03	20.211,22	37.880,50	420.848,18	103.019,53	53.933,76	56.999,48	52.730,92	13.757,17	0,00	791.191,38
3.1.90.04.15	0,00	103.292,00	123.565,80	123.256,00	125.226,40	126.061,07	129.474,40	129.309,34	132.075,68	129.946,05	132.739,72	130.904,40	1.385.850,89
3.1.90.04.51	169.715,16	1.145.872,89	1.240.292,85	1.238.038,53	1.165.068,43	498.149,21	555.193,70	516.256,24	660.442,62	494.693,14	649.895,63	673.058,25	9.006.670,61
3.1.90.04.99	0,00	2.604,00	1.149,25	19.023,92	24.761,00	264,00	1.320,00	0,00	0,00	46.215,00	515,67	20.553,00	116.400,89
3.1.90.11.01	11.892.981,72	7.355.959,03	7.378.226,98	7.439.732,94	7.371.509,53	7.774.158,95	7.750.074,05	7.281.627,86	7.443.316,30	7.471.584,00	7.339.516,35	51.751,51	86.550.431,22
3.1.90.11.04	12.528,18	12.260,74	12.307,29	13.503,33	13.568,38	13.762,73	12.952,69	12.115,73	12.561,75	12.108,29	16.380,10	17.074,90	161.124,11
3.1.90.11.13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	632,75	0,00	0,00	0,00	632,75
3.1.90.11.31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.11.33	309.691,30	239.678,34	239.678,34	241.929,06	235.448,63	3.319.778,55	3.258.706,65	3.092.358,87	3.123.243,65	3.138.466,75	3.089.472,03	3.268.371,52	23.556.821,66
3.1.90.11.37	1.699.876,77	1.201.293,12	1.207.654,11	1.215.613,58	1.207.384,61	1.736.657,13	1.729.961,37	1.617.182,88	1.664.300,10	1.671.590,47	1.631.953,99	772,80	16.584.240,91
3.1.90.11.42	8.006,34	4.926,37	6.686,04	17.126,58	37.686,86	4.387.628,67	86.932,57	60.519,95	56.145,21	30.119,64	13.150,53	0,00	4.708.928,76
3.1.90.11.43	1.216,22	1.187,89	1.437,88	0,00	2.852,28	5.708.003,57	6.996,84	5.440,79	11.315,64	10.823,30	0,00	8.713.134,05	14.462.408,46
3.1.90.11.45	0,00	9.503,18	2.636,11	0,00	2.131,38	6.525,83	0,00	0,00	183,57	0,00	0,00	0,00	20.980,07
3.1.90.11.47	284.150,31	58.845,01	70.111,15	47.637,23	157.335,27	2.128,78	17.252,32	931.908,83	588.476,48	618.079,19	888.402,76	124.528,22	3.788.855,55
3.1.90.11.50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.363,94	25.488,22	29.948,38	31.735,26	91.530,80
3.1.90.11.51	40.049,65	1.403.983,08	1.415.647,69	1.418.597,25	1.417.575,94	1.419.688,04	1.420.306,22	1.287.431,70	1.321.253,70	1.344.087,76	1.296.664,84	1.386.428,04	15.171.713,91
3.1.90.11.52	0,00	1.495,08	1.501,31	0,00	841,64	4.628,40	0,00	0,00	7.766,65	0,00	532,93	699,29	17.460,30
3.1.90.11.99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57,86	57,86
TOT S/INSS	17.483.291,62	24.640.849,68	25.703.976,10	25.899.619,54	25.699.897,92	37.855.446,51	25.619.120,05	25.847.304,52	26.092.274,10	26.255.438,38	26.178.874,40	42.791.282,59	330.067.375,41





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anyzio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado
Acesse em: <https://portal.pje.jus.br/consultaDocumento/listView.seam?x=24071519434694600000112712206>

DESPESAS TOTAIS LIQUIDADAS – FUNDEB													
NATUREZA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
3.1.90.04.01	2.930.660,36	11.686.524,34	13.098.826,24	13.201.628,99	12.707.760,51	10.121.461,53	10.251.883,58	10.584.987,78	10.690.814,44	10.857.207,10	10.717.746,58	19.899.769,06	136.749.765,51
3.1.90.04.10	123.932,46	1.406.952,61	871.652,77	895.581,16	946.959,23	239.385,94	268.792,84	246.305,59	305.122,93	328.418,95	345.124,47	373.684,56	6.351.111,51
3.1.90.04.13	407,96	4.692,60	12.643,26	7.739,75	245.907,33	2.076.315,93	26.253,29	27.925,20	13.259,21	23.879,60	13.073,25	8.098.759,87	10.550.857,25
3.1.90.04.14	10.075,19	1.779,40	19.959,03	20.211,22	37.880,50	420.848,18	103.019,53	53.933,76	56.999,48	52.730,92	13.757,17	0,00	791.194,38
3.1.90.04.15	0,00	103.292,00	123.565,80	123.256,00	125.226,40	126.061,07	129.474,40	129.309,34	132.075,68	129.946,05	132.739,72	130.904,40	1.385.860,86
3.1.90.04.51	169.715,16	1.145.872,89	1.240.292,85	1.238.038,53	1.165.068,43	498.149,21	555.193,70	516.256,24	660.442,62	494.693,14	649.895,63	673.058,25	9.006.676,55
3.1.90.04.99	0,00	2.604,00	1.149,25	19.023,92	24.761,00	264,00	1.320,00	0,00	0,00	46.215,00	515,67	20.553,00	116.905,84
3.1.90.11.01	11.892.981,72	7.355.959,03	7.378.226,98	7.439.732,94	7.371.509,53	7.774.158,95	7.750.074,05	7.281.627,86	7.443.316,30	7.471.584,00	7.339.516,35	51.751,51	86.550.399,72
3.1.90.11.04	12.528,18	12.260,74	12.307,29	13.503,33	13.568,38	13.762,73	12.952,69	12.115,73	12.561,75	12.108,29	16.380,10	17.074,90	161.124,11
3.1.90.11.13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	632,75	0,00	0,00	0,00	632,75
3.1.90.11.31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.11.33	309.691,30	239.678,34	239.678,34	241.929,06	235.448,63	3.319.778,55	3.258.706,65	3.092.358,87	3.123.243,65	3.138.466,75	3.089.472,03	3.268.371,52	23.556.236,69
3.1.90.11.37	1.699.876,77	1.201.293,12	1.207.654,11	1.215.613,58	1.207.384,61	1.736.657,13	1.729.961,37	1.617.182,88	1.664.300,10	1.671.590,47	1.631.953,99	772,80	16.584.240,93
3.1.90.11.42	8.006,34	4.926,37	6.686,04	17.126,58	37.686,86	4.387.628,67	86.932,57	60.519,95	56.145,21	30.119,64	13.150,53	0,00	4.708.928,76
3.1.90.11.43	1.216,22	1.187,89	1.437,88	0,00	2.852,28	5.708.003,57	6.996,84	5.440,79	11.315,64	10.823,30	0,00	8.713.134,05	14.462.408,46
3.1.90.11.45	0,00	9.503,18	2.636,11	0,00	2.131,38	6.525,83	0,00	0,00	183,57	0,00	0,00	0,00	20.180,07
3.1.90.11.47	284.150,31	58.845,01	70.111,15	47.637,23	157.335,27	2.128,78	17.252,32	931.908,83	588.476,48	618.079,19	888.402,76	124.528,22	3.788.855,55
3.1.90.11.50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.363,94	25.488,22	29.948,38	31.735,26	91.195,80
3.1.90.11.51	40.049,65	1.403.983,08	1.415.647,69	1.418.597,25	1.417.575,94	1.419.688,04	1.420.306,22	1.287.431,70	1.321.253,70	1.344.087,76	1.296.664,84	1.386.428,04	15.171.743,91
3.1.90.11.52	0,00	1.495,08	1.501,31	0,00	841,64	4.628,40	0,00	0,00	7.766,65	0,00	532,93	699,29	17.465,30
3.1.90.11.99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57,86	57,86
3.1.90.13.02	3.829.682,95	4.772.099,84	5.091.607,61	0,00	10.698.134,51	5.509.237,83	5.528.045,48	4.586.049,33	5.404.219,92	7.262.316,64	5.420.990,40	849.836,64	58.952.211,15
3.3.90.30.01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.333,00	190.641,68	232.386,71	359.740,68	846.102,07
3.3.90.30.04	0,00	0,00	0,00	532.463,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	532.463,40





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anyzio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: MICHELLE CAROLINE MILEO GONCALVES
Acesse em: <https://pje.tjpa.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24071519434694600000112712206>
Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

3.3.90.30.99	0,00	0,00	110.108,63	207.877,93	151.028,18	569.685,27	290.944,76	341.531,74	59.216,60	129.409,40	48.762,00	0,00	1.908.564,51
3.3.90.39.32	0,00	0,00	0,00	1.779.850,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.779.850,32
3.3.90.39.43	0,00	0,00	0,00	394.563,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	394.563,24
3.3.90.39.57	0,00	0,00	0,00	14.039,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.039,52
3.3.90.39.99	2.470,13	240.193,59	260.870,80	15.455,65	376.834,42	438.045,06	473.932,34	398.052,07	408.200,33	537.191,23	580.373,04	35.920,09	3.767.538,75
3.3.90.49.00	66.011,40	190.482,60	192.565,80	192.565,80	178.860,00	178.860,00	191.004,00	189.420,00	191.928,00	191.928,00	191.268,00	193.380,00	2.148.733,60
3.3.90.92.99	5.600,24	335,44	0,00	0,00	0,00	0,00	307,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.243,49
4.4.90.51.91	0,00	0,00	7.002.493,81	16.140.649,95	0,00	0,00	0,00	700.741,47	283.056,24	0,00	0,00	5.347.829,13	29.474.700,60
4.4.90.51.99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.085.738,58	4.689.502,59	8.145.057,32	6.335.049,40	10.669.383,95	33.924.731,84
4.4.90.52.99	0,00	0,00	805.263,00	6.707.553,32	119.333,32	334.070,12	0,00	0,00	86.524,82	6.208,98	0,00	0,00	8.058.531,16
TOTAL	21.387.056,34	29.843.961,15	39.166.885,75	51.884.638,67	37.224.088,35	44.885.344,79	32.103.354,44	36.148.837,71	37.278.255,60	42.718.191,63	38.987.703,95	60.247.373,08	471.875.891,46





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anyzio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado
Acesse em: <https://portal.pje.tjpa.jus.br/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24071519434694600000112712206>

DESPESAS TOTAIS LIQUIDADAS - FUNDEB - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CUSTO PESSOAL													
NATUREZA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
3.1.90.04.01	2.930.660,36	11.686.524,34	13.098.826,24	13.201.628,99	12.707.760,51	10.121.461,53	10.251.883,58	10.584.987,78	10.690.814,44	10.857.207,10	10.717.746,58	19.899.769,06	136.749.765,51
3.1.90.04.10	123.932,46	1.406.952,61	871.652,77	895.581,16	946.959,23	239.385,94	268.792,84	246.305,59	305.122,93	328.418,95	345.124,47	373.684,56	6.351.111,51
3.1.90.04.13	407,96	4.692,60	12.643,26	7.739,75	245.907,33	2.076.315,93	26.253,29	27.925,20	13.259,21	23.879,60	13.073,25	8.098.759,87	10.550.857,25
3.1.90.04.14	10.075,19	1.779,40	19.959,03	20.211,22	37.880,50	420.848,18	103.019,53	53.933,76	56.999,48	52.730,92	13.757,17	0,00	791.194,38
3.1.90.04.15	0,00	103.292,00	123.565,80	123.256,00	125.226,40	126.061,07	129.474,40	129.309,34	132.075,68	129.946,05	132.739,72	130.904,40	1.385.860,86
3.1.90.04.51	169.715,16	1.145.872,89	1.240.292,85	1.238.038,53	1.165.068,43	498.149,21	555.193,70	516.256,24	660.442,62	494.693,14	649.895,63	673.058,25	9.006.676,55
3.1.90.04.99	0,00	2.604,00	1.149,25	19.023,92	24.761,00	264,00	1.320,00	0,00	0,00	46.215,00	515,67	20.553,00	116.905,84
3.1.90.11.01	11.892.981,72	7.355.959,03	7.378.226,98	7.439.732,94	7.371.509,53	7.774.158,95	7.750.074,05	7.281.627,86	7.443.316,30	7.471.584,00	7.339.516,35	51.751,51	86.550.397,22
3.1.90.11.04	12.528,18	12.260,74	12.307,29	13.503,33	13.568,38	13.762,73	12.952,69	12.115,73	12.561,75	12.108,29	16.380,10	17.074,90	161.124,11
3.1.90.11.13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	632,75	0,00	0,00	0,00	632,75
3.1.90.11.31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.11.33	309.691,30	239.678,34	239.678,34	241.929,06	235.448,63	3.319.778,55	3.258.706,65	3.092.358,87	3.123.243,65	3.138.466,75	3.089.472,03	3.268.371,52	23.556.236,69
3.1.90.11.37	1.699.876,77	1.201.293,12	1.207.654,11	1.215.613,58	1.207.384,61	1.736.657,13	1.729.961,37	1.617.182,88	1.664.300,10	1.671.590,47	1.631.953,99	772,80	16.584.240,93
3.1.90.11.42	8.006,34	4.926,37	6.686,04	17.126,58	37.686,86	4.387.628,67	86.932,57	60.519,95	56.145,21	30.119,64	13.150,53	0,00	4.708.928,76
3.1.90.11.43	1.216,22	1.187,89	1.437,88	0,00	2.852,28	5.708.003,57	6.996,84	5.440,79	11.315,64	10.823,30	0,00	8.713.134,05	14.462.408,46
3.1.90.11.45	0,00	9.503,18	2.636,11	0,00	2.131,38	6.525,83	0,00	0,00	183,57	0,00	0,00	0,00	20.180,07
3.1.90.11.47	284.150,31	58.845,01	70.111,15	47.637,23	157.335,27	2.128,78	17.252,32	931.908,83	588.476,48	618.079,19	888.402,76	124.528,22	3.788.855,55
3.1.90.11.50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.363,94	25.488,22	29.948,38	31.735,26	91.195,80
3.1.90.11.51	40.049,65	1.403.983,08	1.415.647,69	1.418.597,25	1.417.575,94	1.419.688,04	1.420.306,22	1.287.431,70	1.321.253,70	1.344.087,76	1.296.664,84	1.386.428,04	15.171.743,91
3.1.90.11.52	0,00	1.495,08	1.501,31	0,00	841,64	4.628,40	0,00	0,00	7.766,65	0,00	532,93	699,29	17.465,30
3.1.90.11.99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57,86	57,86
3.1.90.13.02	3.829.682,95	4.772.099,84	5.091.607,61	0,00	10.698.134,51	5.509.237,83	5.528.045,48	4.586.049,33	5.404.219,92	7.262.316,64	5.420.990,40	849.836,64	58.952.211,15
TOTAL	21.312.974,57	29.412.949,52	30.795.583,71	25.899.619,54	36.398.032,43	43.364.684,34	31.147.165,53	30.433.353,85	31.496.494,02	33.517.755,02	31.599.864,80	43.641.119,23	389.019.596,56





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://pe.icm.pa.gov.br/ctcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

Em linhas gerais, o relatório geral de remuneração extraído do FNDE <https://www.fnde.gov.br/siope/consultarRemuneracaoMunicipal.do?acao>, ao final do exercício totaliza o valor de R\$ 330.067.377,13 (Trezentos e trinta milhões, sessenta e sete mil, trezentos e setenta e sete reais e treze centavos), conforme se verifica no **Anexo 2**. Valor este igual aos valores apresentados na tabela **(DESPESAS TOTAIS LIQUIDADAS - FUNDEB - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO)** anteriormente indicada, que corresponde aos valores empenhados e liquidados, relativo às remunerações dos profissionais da educação.

O total das Despesas com Recursos do FUNDEB totalizou no exercício de 2023, conforme demonstrado na Planilha **(DESPESAS TOTAIS LIQUIDADAS – FUNDEB)**, o montante de **R\$ 471.875.691,46 (Quatrocentos e setenta e um milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e noventa e um reais e quarenta e seis centavos)**.

O total das Despesas com Recursos do FUNDEB com Gasto com pessoal totalizou no exercício de 2023 conforme demonstrado na Planilha **(DESPESAS TOTAIS LIQUIDADAS - FUNDEB - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CUSTO PESSOAL)**, o total de **R\$ 389.019.596,56 (Trezentos e oitenta e nove milhões, dezenove mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos)**.

2.2 DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DOS RECURSOS

A Unidade Gestora **FUNDEB** do Município de Santarém-PA, possui duas contas bancárias, a partir das quais executas suas operações, a saber: **i)** Conta nº. 49095-4, junto ao Banco do Brasil, que recebe os repasses feitos pelo FNDE; **ii)** Conta nº. 035-9, junto à Caixa Econômica Federal, que se executam pagamentos.

SALDO INICIAL FUNDEB			
BANCO	CONTAS	DATA	VALOR
BRASIL	49095-4	31/12/2022	33.616.609,24
CEF	035-9	31/12/2022	7.378.359,76
TOTAL			40.994.969,00
MOVIMENTO CONTA 035-9			SALDO
CRÉDITO		495.758.766,09	
DÉBITO		495.651.777,86	106.988,23
MOVIMENTO CONTA 49095-4			SALDO
CRÉDITO		497.023.970,48	
DÉBITO		478.753.213,59	18.270.756,89





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://pe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

SALDO FINAL TOTAL 31/12/2023	18.377.745,12
------------------------------	---------------

No início do exercício de 2023 o Saldo Inicial composto pelas duas contas totalizou o valor de R\$ 40.994.969,00 (Quarenta milhões, novecentos e noventa e quatro mil, novecentos e sessenta e nove reais) (**Anexos 6 e 7**), cujos valores estão devidamente compostos nos registros contábeis conforme livro razão em anexo (**Anexo 8**).

MOVIMENTAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA	
SALDO INICIAL	40.994.969,00
(+) RECEITAS	454.268.481,85
(=) TOTAL DE RECURSOS FINANCEIRO	495.263.450,85
(+) DESPESAS PAGAS	471.644.055,47
(+) RESTOS A PAGAR	8.710.482,58
(=) TOTAL DESEMBOLSO FINANCEIRO	480.354.538,05
(+) SALDO REMANESCENTE REPASSES	14.908.912,80
(+) REMANESCENTE DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	3.468.832,32
(=) SALDO FINAL	18.377.745,12

Considerando os valores transitados financeiramente pelas contas correntes do **FUNDEB**, o total de recursos disponíveis observados os saldos iniciais e os valores recebidos dos recursos (**Impostos, VAAF, VAAT e VAAR**), sem considerar os rendimentos de Aplicação Financeira, totalizaram a monta de R\$ 495.263.450,85 (Quatrocentos e noventa e cinco milhões, duzentos e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e cinco centavos).

O valor das Despesas Orçamentárias efetivamente **PAGAS** totalizou o montante de R\$ 471.644.055,47 (Quatrocentos e setenta e um milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos).

Foram pagos de Restos a Pagar o valor de R\$ 8.710.482,58 (Oito milhões, setecentos e dez mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), o que totalizou de desembolso o montante de R\$ 480.354.538,05 (Quatrocentos e oitenta milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e trinta e oito reais e cinco centavos).

Assim sendo, o saldo remanescente dos recursos do **FUNDEB**, não utilizado no exercício de 2023 totalizou R\$ 14.908.912,80 (Quatorze milhões, novecentos e oito mil, novecentos e doze reais e oitenta centavos). Deste valor R\$ 7.195.352,14 (Sete milhões, cento e noventa e cinco mil, trezentos e cinquenta e dois reais e quatorze centavos), refere-se aos recursos da Complementação da União **VAAR**, que não foi aplicado no exercício, no entanto foi aberto créditos adicionais, suplementar e especial,





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

através das Leis Municipais n.º 22.103/2024 e 22.105/2024, que tiveram como origem o saldo financeiro da conta n.º 49095-4.

DEMONSTRATIVO DO SALDO REMANESCENTE FUNDEB	
ORIGEM DOS RECURSOS	VALOR
SALDO REMANESCENTE	14.908.912,80
SALDO - VAAR	7.195.352,14
SALDO - IMPOSTOS - VAAF - VAAT	7.713.560,66
REMANESCENTE AOLICAÇÃO FINANCEIRA	3.468.832,32
SALDO TOTAL	18.377.745,12
SALDO FINAL CONTA 49095-4	18.270.756,89
SALDO FINAL DA CONTA 035-9	106.988,23
SALDO BANCÁRIO TOTAL	18.377.745,12

No que se refere aos Rendimentos de Aplicação Financeira constantes do Anexo 8 do RREO, no valor de R\$ 7.934.876,47 (Sete milhões, novecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos), informamos que em decorrência de no início do processo de recebimento do Precatório do FUNDEF, **as conta de número 67200-5 e 67200-6 foram indevidamente cadastradas no TCM-PA na Unidade Gestora FUNDEF**, entretanto na Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei Municipal n.º 21.869/2022), as dotações Orçamentárias foram inseridas na Unidade Gestora SEMED, por causa dessa situação os Rendimentos de Aplicação Financeira dos meses de junho/23e julho/23, no total de R\$ 2.670.763,57 (Dois milhões, seiscentos e setenta mil, setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e sete centavos). O valor efetivo dos rendimentos dos recursos do FUNDEB totalizou R\$ 5.264.112,90 (Cinco milhões, duzentos e sessenta mil, cento e doze reais e noventa centavos).

RENDIMENTO DE APLICAÇÃO REGISTRADO NO FUNDEB 2023				
MESES	CONTA 035-9 FUNDEB	CONTA 49.095-4 FUNDEB	67200-5 - 67200-6	TOTAL
JANEIRO	58.211,96	335.190,68	0,00	393.402,64
FEVEREIRO	39.288,22	565.649,19	0,00	604.937,41
MARÇO	27.775,72	738.662,22	0,00	766.437,94
ABRIL	17.907,87	526.507,47	0,00	544.415,34
MAIO	22.952,28	423.839,21	0,00	446.791,49
JUNHO	41.465,39	379.043,31	1.660.520,01	2.081.028,71
JULHO	30.840,85	349.726,23	1.010.243,56	1.390.810,64
AGOSTO	29.846,04	373.228,14	0,00	403.074,18
SETEMBRO	19.767,18	329.029,93	0,00	348.797,11
OUTUBRO	130.047,05	210.475,65	0,00	340.522,70
NOVEMBRO	54.588,29	258.430,64	0,00	313.018,93
DEZEMBRO	73.879,50	227.759,88	0,00	301.639,38
TOTAL	546.570,35	4.717.542,55	2.670.763,57	7.934.876,47





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	RECEITAS REALIZADAS
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	462.203.358,32
FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	236.758.453,93
Principal	228.823.577,46
Rendimentos de Aplicação Financeira	7.934.876,47
FUNDEB - Complementação da União - VAAF	127.685.736,02
Principal	127.685.736,02
FUNDEB - Complementação da União - VAAT	90.563.816,23
Principal	90.563.816,23
FUNDEB - Complementação da União - VAAR	7.195.352,14
Principal	7.195.352,14
RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	178.868.346,22

RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO - AJUSTADO	RECEITAS REALIZADAS
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	459.532.594,75
FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	234.087.690,36
Principal	228.823.577,46
Rendimentos de Aplicação Financeira	5.264.112,90
FUNDEB - Complementação da União - VAAF	127.685.736,02
Principal	127.685.736,02
FUNDEB - Complementação da União - VAAT	90.563.816,23
Principal	90.563.816,23
FUNDEB - Complementação da União - VAAR	7.195.352,14
Principal	7.195.352,14
RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	178.868.346,22

Importa destacar, ainda, a questão que fora levantada na Audiência Pública referente ao entendimento de que a Receita Efetiva do FUNDEB importou em R\$ 575.695.539,84 (Quinhentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, quinhentos e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Entretanto, este valor corresponde aos repasses financeiros realizados pelo NTCF – NUCLEO TÉCNICO DE CONTROLE E FINANÇAS, que em decorrência do controle único das receitas implementado pela Gestão Descentralizada que o Município pratica.

Há de se esclarecer que em decorrência do fato de, por equívoco, as contas do Precatório do FUNDEF terem sido registrada na Unidade Gestora FUNDEB, foi registrada um repasse no valor de R\$ 121.414.561,75 (Cento e vinte e um milhões,





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.icm.pa.gov.br/elecm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

quatrocentos e quatorze mil, quinhentos e sessenta e um reais e setenta e cinco centavos), que após a correção do cadastro foi transferido para a Unidade Gestora correta o valor de R\$ 124.085.325,32 (Cento e vinte e quatro milhões, oitenta e cinco mil, oitenta e cinco mil, trezentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos), considerando rendimentos da conta.

I. RECEITAS	
1. RECEITAS PATRIMONIAL	7.934.876,47
2. EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.746.176,65
3. CONSIGNAÇÕES	100.652.680,41
4. CREDORES DIVERSOS	6.732,86
5. TRANSFERENCIA - NTCF	575.695.539,84
6. SALDO BANCÁRIO 31.12.2022	40.994.969,00
7. TOTAL	727.030.975,23
II. DESPESAS	
1. ORÇAMENTÁRIAS	471.644.055,47
2. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	
2.1. DEVEDORES DIVERSOS	1.755.424,44
2.2. RESTOS A PAGAR	8.710.482,58
2.3. CONSIGNADOS	102.451.209,44
2.4. CREDORES DIVERSOS	6.732,86
2.5. TRANSFERÊNCIA SEMED	124.085.325,32
3. SALDO BANCÁRIO 31.12.2023	18.377.745,12
4. TOTAL	727.030.975,23

NATUREZA	RECEIRAS	DESPESAS	DIFERENÇA
1. EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	678.101.129,76	237.009.174,64	441.091.955,12
2. DEVEDORES DIVERSOS	1.746.176,65	1.755.424,44	-9.247,79
3. CONSIGNAÇÕES	100.652.680,41	102.451.209,44	-1.798.529,03
4. CREDORES DIVERSOS	6.732,86	6.732,86	0,00
5. TRANSFERENCIA - NTCF	575.695.539,84	124.085.325,32	451.610.214,52
6. RESTOS A PAGAR	0,00	8.710.482,58	-8.710.482,58
TOTAL	678.101.129,76	237.009.174,64	441.091.955,12

COMPOSIÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	
(+) Receita Patrimonial	7.934.876,47
(+) Receitas Extra-Orçamentárias	678.101.129,76
(=) Total das Receitas	686.036.006,23
(+) Saldo Inicial Bancário 01.01.2023	40.994.969,00
(=) Total dos Ingressos	727.030.975,23
(-) Despesas Orçamentárias	471.644.055,47





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

(-) Despesas Extra-Orçamentárias	237.009.174,64
(=) Saldo Bancário 31.12.2023	18.377.745,12

2.3 DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

O Município de Santarém, em conformidade com as normas legais instituídas pela Corte Externa (Resolução nº. 9.065/2008 e Instrução Normativa 02/2019), vem ao longo dos exercícios cumprindo o envio das informações da Folha de Pagamento, via Arquivo Eletrônico, de todas as suas Unidades Gestoras.

Os arquivos são enviados eletronicamente e a publicação é responsabilidade do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA. Esta municipalidade não tem nenhuma ingerência neste aspecto.

Considerando a demanda do SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM, realizamos consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCM/PA, questionando sobre as razões de as informações estejam repetidas em até quatro vezes. (Anexo 9).

Entretanto, realizamos análise dos valores publicados de uma servidora e chegamos à seguinte conclusão:

CPF	NOME	SEXO	CARGO
44234***.***_**	JOELMA SER*****	FEMININO	PROFESSOR(A)-EFETIVO
44234***.***_**	JOELMA SER*****	FEMININO	PROFESSOR(A)-EFETIVO
44234***.***_**	JOELMA SER*****	FEMININO	PROFESSOR(A)-EFETIVO
44234***.***_**	JOELMA SER*****	FEMININO	PROFESSOR(A)-EFETIVO
44234***.***_**	JOELMA SER*****	FEMININO	PROFESSOR(A)-EFETIVO
44234***.***_**	JOELMA SER*****	FEMININO	PROFESSOR(A)-EFETIVO
44234***.***_**	JOELMA SER*****	FEMININO	PROFESSOR(A)-EFETIVO
44234***.***_**	JOELMA SER*****	FEMININO	PROFESSOR(A)-EFETIVO

TIPO DE CARGO	VERBAS	ADMISSÃO	BRUTO	PREV.	IRRF	TOT DES	LIÍQUIDO
EFETIVO CONCURSADO	Salário Dezembro/23	15/01/1998	12.235,74	876,95	4.477,42	5.988,50	6.247,24
EFETIVO CONCURSADO	13 Salário 2023	15/01/1998	12.235,74	876,95	4.477,42	8.009,96	4.225,78
EFETIVO CONCURSADO	13 Salário 2023	15/01/1998	12.235,74	876,95	4.477,42	8.009,96	4.225,78
EFETIVO CONCURSADO	13 Salário 2023	15/01/1998	12.235,74	876,95	4.477,42	8.009,96	4.225,78
EFETIVO CONCURSADO	13 Salário 2023	15/01/1998	12.235,74	876,95	4.477,42	8.009,96	4.225,78
EFETIVO CONCURSADO	Salário Dezembro/23	15/01/1998	12.235,74	876,95	4.477,42	5.988,50	6.247,24





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://pje.tpa.jus.br/pepam/pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam?Codigo.do.documento=b65385e0-21ad-45d9-8072-b7557ad9ad16c>

EFETIVO CONCURSADO	Salário Dezembro/23	15/01/1998	12.235,74	876,95	4.477,42	5.988,50	6.247,24
EFETIVO CONCURSADO	Salário Dezembro/23	15/01/1998	12.235,74	876,95	4.477,42	5.988,50	6.247,24

Folha de Pagamento

Divisão igual a 001128; Nome Divisão igual a FUNDO DESENV MANUT ENSI BASICO - FUNDEB

Data Pagamento: 15/12/2023 -

Unidade: 000050 - PROF FUND. EFETIVO-Z.URBANA

Fechamento 13º Salário

Matricula	Nome do Trabalhador	Local de Trabalho	Cargo	Admisão		
1657-1	*****		0140 - PROFESSOR(A)-EFETIVO			
STM-E.M.HAROLDO VELOSO				15/01/1998		
P 911	13o. SALARIO	12/12 12.235,74	D 922 PREVIDÊNCIA 13º SALARIO - INSS D 923 IRRF - DEC.TERC. D 924 13o. SALÁRIO-ADIANTAMENTO(1a parc)	11.68 876,95 27.50 2.238,71 12/12 4.894,30		
Base FGTS	Valor FGTS	Base Prev.	Base IRRF	Proventos	Descontos	Líquido
0,00	0,00	12.235,74	12.235,74	12.235,74	8.009,96	4.225,78

Folha de Pagamento

Divisão igual a 001128; Nome Divisão igual a FUNDO DESENV MANUT ENSI BASICO - FUNDEB

Data Pagamento: 22/12/2023 -

Folha Mensal

Matricula	Nome do Trabalhador	Local de Trabalho	Cargo	Admissão		
1657-1	*****	EFETIVOSTM-E.M.HAROLDO VELOSO	0140 - PROFESSOR(A)-	15/01/1998		
P 002	HORA-AULA	200.00	7.728,00	D 229 SINDICATO DOS TRAB.PUBLICOS MUN. 1.00 69,55		
P 029	QUINQUENIO	5.00	1.932,00	D 240 SINPROSAN 1.50 115,92		
P 058	HORA ATIVIDADE EFETIVOS	33.33	2.575,74	D 297 CONTRIBUICAO-ICPET 1.00 5,00		
				D 377 SICREDI - CONSIGNACAO 1 2.682,37		
				D 919 PREVIDENCIA - INSS 11.68 876,95		
				D 920 IRRF - SALARIO 27.50 2.238,71		
Base FGTS	Valor FGTS	Base Prev.	Base IRRF	Proventos	Descontos	Liquido
0,00	0,00	12.235,74	12.235,74	12.235,74	5.988,50	6.247,24

Observa-se claramente que excetuando-se a quaduplicidade dos registros efetuado pelo TCM-PA, os valores são exatamente os constantes nas Folhas de Pagamento, portanto não existe a prática de nenhum ato ilícito que venha a prejudicar os servidores da Educação.

Outro fator a se levar em consideração diz respeito aos valores publicados. Eles referem-se única e exclusivamente dos valores remuneratórios e seus descontos, não estão ineridos os valores correspondentes ao INSS Patronal e o GILRAT Estendido.

Outro ponto a ser considerado, o qual tomamos a liberdade de consultar,





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://pe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

diz respeito à mesma situação verificada em outros entes jurisdicionados, como exemplificamos abaixo, a Câmara Municipal de Santarém, referente ao mês de dezembro/23.

CPF	NOME FUNCIONARIO	Sexo	Cargo	Tipo Cargo	Situação	Admissão	Bruto
94343***.***-**	ALEXANDRE *****	MASCULIN O	VEREADOR(A)	TEMPORÁRIO	Inativo	01/01/2021	18.760,40
94343***.***-**	ALEXANDRE *****	MASCULIN O	VEREADOR(A)	ELETIVO VEREADOR	Inativo	01/01/2021	18.760,40
94343***.***-**	ALEXANDRE *****	MASCULIN O	VEREADOR(A)	TEMPORÁRIO	Vereador	01/01/2021	18.760,40
94343***.***-**	ALEXANDRE *****	MASCULIN O	VEREADOR(A)	ELETIVO VEREADOR	Vereador	01/01/2021	13.172,20
94343***.***-**	ALEXANDRE *****	MASCULIN O	VEREADOR(A)	TEMPORÁRIO	Vereador	01/01/2021	13.172,20
94343***.***-**	ALEXANDRE *****	MASCULIN O	VEREADOR(A)	ELETIVO VEREADOR	Vereador	01/01/2021	18.760,40
94343***.***-**	ALEXANDRE *****	MASCULIN O	VEREADOR(A)	TEMPORÁRIO	Inativo	01/01/2021	13.172,20
94343***.***-**	ALEXANDRE *****	MASCULIN O	VEREADOR(A)	ELETIVO VEREADOR	Inativo	01/01/2021	13.172,20
Outros	Previdênci a	IRRF	Total Descontos	Líquido			
4.390,73	876,95	3.928,71	4.805,66	13.954,74			
4.390,73	876,95	3.928,71	4.805,66	13.954,74			
4.390,73	876,95	3.928,71	4.805,66	13.954,74			
13.172,20	876,95	2.391,95	8.058,79	5.113,41			
13.172,20	876,95	2.391,95	8.058,79	5.113,41			
4.390,73	876,95	3.928,71	4.805,66	13.954,74			
13.172,20	876,95	2.391,95	8.058,79	5.113,41			
13.172,20	876,95	2.391,95	8.058,79	5.113,41			

2.4 DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO

O Município de Santarém vem ao longo dos últimos anos, realizando as publicações em consonância com as normas vigentes, na forma da Lei nº. 12.527/2011 e demais normas emitidas por órgãos de controle externo.

Ressaltamos que os valores das remunerações dos servidores públicos municipal publicados é composto pelos valores brutos das remunerações, ou seja, não consideram a exclusão de faltas, salários maternidades, salários família, auxílio transporte, ect., que são valores que possuem processos específicos de registros quando do empenho das despesas. Vejamos o exemplo abaixo:





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://pe.icm.pa.gov.br/ctm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

Divisão igual a 001128; Nome Divisão igual a FUNDO DESENV MANUT ENSI BASICO - FUNDEB

Unidade: 000056 - PROF TEMP-VARZEA									
Data Pagamento: 22/12/2023 - Folha Mensal									
Matricula	Nome do Trabalhador			Local de Trabalho		Cargo		Admissão	
99701-1	*****			VZA - DIVINO ESPIRITO SANTO - AGUA		0049 - PROFESSOR(A)		14/08/2023	
P 002	HORA-AULA			140,00	3.094,00	D 260	FALTAS	1,00	121,70
P 056	AUXILIO TRANSP."LOM"			10,00	132,00	D 919	PREVIDENCIA - INSS	9,34	341,16
P 059	HORA ATIVIDADE TEMPORARIO			18,00	556,92	D 920	IRRF - SALARIO	15,00	126,06
Base FGTS		Valor FGTS		Base Prev.		Base IRRF		Proventos	
0,00		0,00		3.650,92		3.650,92		Descontos	
								588,92	
								Líquido	
								3.194,00	
Dezembro de 2023	99701	*****	***.636.542-**	3.782,92	588,92	3.194,00	VZA - DIVINO ESPIRITO SANTO - AGUA PRETA	PROFESSOR(A)	

O primeiro demonstrativo refere-se a folha de pagamento do servidor, e o segundo foi extraído do Portal da Transparência da competência dezembro/23, que comprova nossa afirmativa acima mencionada.

Os valores publicados não estão compostos com os encargos do INSS Patronal e GILRAT Estendido.

2.5 DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO

A Representação em comento manifesta a possível existência de um SUPERÁVIT no total de R\$ 122.106.584,60 (Cento e vinte dois milhões, cento e seis mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos), conforme abaixo descrito.

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	122.106.584,60
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	122.106.584,60
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	584.309.942,92
6. TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB	462.203.358,32
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	122.106.584,60
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	584.309.942,92

Ocorre que, na realidade, este valor não existe. Ele foi originário de inconsistência nas parimetrações de Fontes de Recursos no Sistema de Gestão Contábil utilizado a época, que importou valores incorretamente nos saldos iniciais de fontes, senão vejamos:

FONTE DE RECURSO	DISPONIVEL	RESTOS PAGAR	SUFICIÊNCIA
1540	36.549.190,28	4.553.785,98	31.995.404,30
1541	46.252.731,25	5.281,87	46.247.449,38





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://pe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

1542	48.015.184,45	4.151.453,53	43.863.730,92
TOTAL	130.817.105,98	8.710.521,38	122.106.584,60

O valor apresentado como recursos financeiros disponíveis não existia em 31.12.2022, cuja disponibilidade devidamente comprovada pelos registros contábeis e extratos bancários físicos correspondia a R\$ 40.994.969,00 (Quarenta milhões, novecentos e noventa e quatro mil, novecentos e sessenta e nove reais).

Decorrente do fato comprovadamente da existência das inconsistências, necessário se fez a realização de correções na RREO, sem que tal correção afetasse o processo geral dos registros contábeis, na forma do comprovante de envio anexo (**Anexo 12**).

Os ajustes das fontes foram realizados e o resultado passou a ser o abaixo descrito:

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	32.284.447,62
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	24.906.087,86
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	7.378.359,76
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	494.487.805,94
6. TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB	462.203.358,32
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	32.284.447,62
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	494.487.805,94

FONTE DE RECURSO	DISPONIVEL	RESTOS PAGAR	SUFIC/INSUFIC
1540	-60.651.306,46	4.553.785,98	-65.205.092,44
1541	46.252.731,25	5.281,87	46.247.449,38
1542	48.015.184,45	4.151.453,53	43.863.730,92
TOTAL	33.616.609,24	8.710.521,38	24.906.087,86
SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS			7.378.359,76
TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT			32.284.447,62
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR			8.710.521,38
TOTAL DO SUPERAVID			40.994.969,00

Podemos então comprovar que o exato SUPERAVID Financeiro dos períodos anteriores, corresponde o saldo inicial bancário já aqui demonstrado.

Os valores demonstram que foi aplicado especificamente nos Gastos com Pessoal com os recursos do FUNDEB, o total de R\$ 389.019.596,56 (Trezentos e oitenta e nove milhões, dezenove mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos), este valor já computa a parcela dos custos referente ao INSS Patronal e o GILRAT Estendido.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

TOTAL DAS DESPESAS DE PESSOAL COM RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	389.019.596,56
Educação Infantil	105.964.198,72
Ensino Fundamental	278.441.945,71
Educação de Jovens e Adultos	4.156.123,47
Educação Especial	457.328,66

COMPOSIÇÃO DO CÁLCULO DE APLICAÇÃO	Efetiva
	454.993.680,19
FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	228.823.577,46
FUNDEB - Complementação da União - VAAF	127.685.736,02
FUNDEB - Complementação da União - VAAT	90.563.816,23
Rendimentos de Aplicação Financeira (Ajustada)	7.920.550,48
Índice Aplicado	85,50%
Valor Aplicado	389.019.596,56

Fica claramente demonstrado que o Município aplicou dos Recursos EFETIVAMENTE recebidos (excluído os valores da compensação do VAAR), o percentual de **85,50%** na remuneração do profissional da Educação conforme determina a LEI Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020.

“Art. 26. Excluídos os recursos de que trata o inciso III do caput do art. 5º desta Lei, proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício”.

“III - complementação-VAAR: 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica, conforme disposto no art. 14 desta Lei”.

2.6 DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS COM IMPOSTOS NA EDUCAÇÃO

A regra básica do financiamento da Educação, nos termos do art. 212 do Texto Constitucional, abrange os 12 meses do ano como período de aplicação. E, nem





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

poderia ser diferente, já que o ORÇAMENTO PÚBLICO obedece ao princípio da anualidade.

RECEITA DE RECEITAS PROPRIA - BASE DE APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO	TOTAL
	414.969.595,54
IPTU	8.206.759,59
ISS	77.454.005,06
ITBI	5.241.099,32
IRRF	50.509.693,96
Outros Impostos	712.132,82
Multas e Juros	619.264,13
Cota Parte do FPM	135.361.228,94
Cota Parte do ICMS	93.677.039,98
Cota Parte do IPVA	32.877.618,75
Cota Parte do ITR	114.616,44
Transferências da LC 61/1989	2.109.388,36
Dívida Ativa	6.560.239,83
Outras Receitas Correntes	1.526.508,36
APLICAÇÃO EM MDE S/ A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	105.734.252,83
TOTAL DAS DESP. DE MDE CUSTEADAS COM REC. DE IMPOSTOS	55.779.060,39
DEDUÇÃO DE RECEITAS PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	49.955.231,24
ÍNDICE DE APLICAÇÃO	25,48%
VALOR EXIGIDO	103.742.398,89

Considerando a Receita de Imposto própria, o Município teria que aplicar R\$ 103.742.398,89 (Cento e três milhões, setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e oito reais e oitenta e nove centavos), entretanto aplicou o total de R\$ 105.734.252,83 (Cento e cinco milhões, setecentos e trinta e quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos), correspondendo a **25,48%**.

2.7 DA INTEGRALIZAÇÃO DOS 15% DOS RECURSOS DO FUNDEB

A Lei Federal nº. 14.113/2020 assim estabelece:

LEI Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020

Art. 16. O Poder Executivo federal publicará, até 31 de dezembro de cada exercício, para vigência no exercício subsequente:

§ 2º A complementação da União observará o cronograma da programação financeira do Tesouro Nacional e contemplará





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://spe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

pagamentos mensais de, no mínimo, 5% (cinco por cento) da complementação anual, a serem realizados até o último dia útil de cada mês, assegurados os repasses de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) até 31 de julho, de 85% (oitenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de cada ano e de 100% (cem por cento) até 31 de janeiro do exercício imediatamente subsequente.

§ 3º O valor da complementação da União, nos termos do art. 5º desta Lei, em função da diferença, a maior ou a menor, entre a receita estimada para o cálculo e a receita realizada do exercício de referência, será ajustado, no primeiro quadrimestre, em parcela única, do exercício imediatamente subsequente e debitada ou creditada à conta específica dos Fundos, conforme o caso

Conforme estabelecido no diploma normativo, no mês de Janeiro/23 o Município recebeu sob forma de integralização referente aos ajustes de 2022, os valores abaixo descritos:

INTEGRALIZAÇÃO 2023				
Complementação	janeiro-23	Integraliz. 15%	Devolução	Líquido
VAAF	6.853.438,00	19.875.003,81	7.323.883,20	12.551.120,61
VAAT	4.749.223,12	9.993.437,36	131.723,78	9.861.713,58
Total	11.602.661,12	29.868.441,17	7.455.606,98	22.412.834,19

No mês de Abril/23 foi realizado ajuste pelo FNDE, cuja devolução totalizou em R\$ 7.455.606,98 (Sete milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e seis reais e noventa e oito centavos), remanescendo R\$ 22.412.834,19 (Vinte e dois milhões, quatrocentos e doze mil, oitocentos e trinta e quatro reais e dezenove centavos).

Considerando que o valor foi creditado no exercício financeiro de 2023, esta receita logicamente que foi considerada neste exercício, e foi utilizada para pagamentos principalmente dos profissionais da educação.

No mês de janeiro/24 foi creditado nos termos da legislação os valores abaixo descritos:

INTEGRALIZAÇÃO 2024			
Complementação	janeiro-24	Integralização 15%	Líquido
VAAF	6.902.129,01	18.191.869,29	18.191.869,29
VAAT	5.597.702,98	15.499.947,92	15.499.947,92
VAAR	808.704,58	1.204.673,10	1.204.673,10





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE DO PREFEITO

Av. Dr. Anysio Chaves, nº. 853 – Jardim Santarém – CEP: 68030-360 – Santarém/Pará
E-mail: gap@santarem.pa.gov.br Fone: (93) 2101-5100



Documento Assinado Digitalmente por: FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA
Acesse em: <https://pe.icm.pa.gov.br/etcm/validaDoc.seam> Código do documento: ba5385e0-21ad-45d9-8072-b7557a9ad16c

Total	13.308.536,57	34.896.490,31	34.896.490,31
-------	---------------	---------------	---------------

O valor referente ao mês de Janeiro/24 das complementações totalizou R\$ 13.308.536,57 (Treze milhões, trezentos e oito mil, quinhentos e trinta e seis centavos). O valor referente aos ajustes da integralização conforme Portaria Ministerial nº. 7/2023, totalizou R\$ 34.896.490,31 (Trinta e quatro milhões, oitocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e noventa reais e trinta e um centavos), incluindo a parcela do VAAR que não se utiliza para pagamento de remuneração com computo no índice de 70%.

3. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto e com base nas informações e dados técnicos acima dispostos, afirmamos que a representação realizada eiva de inconsistências, uma vez que os denunciante s só estão pensando no recebimento de recursos através de concessão de ABONO DO FUNDEB, praticando injustiça com acusações infundadas e inverídica.

Face às razões de fato e de direito que fundamentam a presente manifestação, REQUER-SE o arquivamento do presente procedimento.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Santarém-PA, 26 de abril de 2024.

FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA:28256603291
Assinado de forma digital por FRANCISCO NELIO AGUIAR DA SILVA:28256603291
Dados: 2024.04.26 15:17:11 -03'00'
FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA
Prefeito Municipal de Santarém





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
COMARCA DE SANTARÉM
VARA DE FAZENDA PÚBLICA E EXECUÇÃO FISCAL
UPJ CÍVEL E EMPRESARIAL

END. FÓRUM – Av. Mendonça Furtado, s/n.º; bairro de Fátima; CEP: 68.040 – 050; Santarém – Pará - Fone: (93) 3064-9218

PJE - Proc. 0808387-11.2024.8.14.0051

REQUERENTE: SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUICOES EDUCACIONAIS DA REDE PUBLICA
MUNICIPAL DE SANTAREM
REPRESENTANTE DA PARTE: CLARICE REBELO SILVA

REQUERIDO: MUNICIPIO DE SANTAREM

CERTIDÃO

CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei, **que a CONTESTAÇÃO retro, foi interposto(a) tempestivamente, posto dentro do prazo legal.** O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Santarém/PA, 16 de julho de 2024

CARMEN ELISABETE MEURER

Documento Assinado de forma Digital





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
COMARCA DE SANTARÉM
VARA DE FAZENDA PÚBLICA E EXECUÇÃO FISCAL
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS

END. FÓRUM – Av. Mendonça Furtado, s/n.º; bairro de Fátima; CEP: 68.040 – 050; Santarém – Pará - Fone: (93) 3064-9218

Ação - AÇÃO CIVIL PÚBLICA (65)

PJE - Proc. 0808387-11.2024.8.14.0051

REQUERENTE: SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUICOES EDUCACIONAIS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE SANTAREM
REPRESENTANTE DA PARTE: CLARICE REBELO SILVA

REQUERIDO: MUNICIPIO DE SANTAREM

ATO ORDINATÓRIO

De acordo com o art. 1º, § 2º, VI do Provimento nº06/2009-CJCI

- 1 – Considerando a tempestividade da(s) peça(s) contestatória(s) retro, **INTIME A PARTE AUTORA**, por advogado/defensor, para no prazo legal, se manifestar em réplica(s).
- 2 – Após, se houver pendência de análise de liminar, dê-se o andamento devido.
- 3 - Não havendo pendência de análise de liminar, expeça-se o respectivo ato para provas.

Santarém/PA, 16/07/2024

CARMEN ELISABETE MEURER

Documento Assinado de forma Digital





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA E
EXECUÇÃO FISCAL DA COMARCA DE SANTARÉM, PARÁ.**

Processo nº 0808387-11.2024.8.14.0051

**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA
REDE PUBLICA MUNICIPAL DE SANTAREM – SINPROSAN**, identificado nos autos
do processo em epígrafe, através de seus advogados que subscrevem, vem com o
devido respeito a presença de Vossa Excelência, apresentar **RÉPLICA** a contestação de
ID. 120330779, o que faz por meio do fundamento a seguir articulado:

**1. DA IMPUGNAÇÃO A ALEGADA ILEGITIMIDADE ATIVA – DA LEGITIMIDADE DO
SINDICATO PROPOR AÇÃO CIVIL PÚBLICA – DA EXPRESSA PREVISÃO LEGAL E
DA JURISPRUDÊNCIA DO STF, STJ E TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO PAÍS – DA
REJEIÇÃO DA PRELIMINAR.**

O município Requerido arguiu a preliminar de ilegitimidade ativa porque “a titularidade dos recursos do FUNDEB, ainda que fruto de repasse em razão de demanda judicial, é dos entes governamentais beneficiários dos repasses, aos quais compete, ademais, a gestão de tais recursos de acordo com os interesses locais e em conformidade com as disposições legais.” Diz ainda que o sindicato Requerente alegou a subvinculação dos recursos do FUNDEB que não lhe cabe, já que a titularidade é do ente público. Alega ainda que a invocação dos preceitos da Lei 7.347/1985 não autorizam a legitimidade ativa porque os dispositivos legais dizem respeito a ordem econômica e a proteção ao patrimônio público o social, mas não a reivindicação do pagamento de valores pleiteado pelo Requerente aos seus associados.

Todavia, o Requerente refuta esta preliminar porque ausente de amparo fático e jurídico.





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

A princípio, cumpre destacar que a lei que regulamenta o novo FUNDEB é a Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020, que revogou a partir de 1º de janeiro de 2021 a lei 11.494/2007 salvo o art. 12. Este registro serve para ressaltar o total equívoco do município Requerido que para justificar a suposta ilegitimidade ativa invocou os artigos 3º, 4º, 16 e 17 da Lei 11.494/2007, que foram revogados pela Lei 14.113/2020. Isto demonstra a um só tempo que a referida preliminar partiu e se baseou em preceitos legais que foram revogados a bastante tempo e fica evidenciado a total falta de sintonia com o que prescreve atualmente o regramento sobre o FUNDEB.

Outro fundamento que refuta a citada preliminar diz respeito a atuação do sindicato Requerente ao postular o pagamento do abono das sobras dos recursos do FUNDEB do exercício de 2023. Em nenhuma linha da petição inicial, o Requerente disse que tem pretensão de fazer gestão dos recursos do FUNDEB ou de que tem a titularidade. Porém, na hipótese de o Requerido ter compreendido desta forma, isso não passa de delírio, senão velada má-fé e pura desonestidade intelectual ao fazer a equivocada interpretação, data vênica.

Como ficou claro na petição inicial, o Requerente entende que houve sobras dos recursos do FUNDEB do exercício de 2023 devido ao Requerido não ter alcançado o mínimo de 70% com o pagamento da remuneração de todos os profissionais da educação. Uma vez não alcançado esse percentual, é obrigação do ente municipal pagar as sobras dos recursos do FUNDEB até alcançar o mínimo 70% com a remuneração sob pena de sofrer sanções decorrentes da referida inadimplência.

Sobre o referido percentual mínimo destinado ao pagamento da remuneração condigna ao profissional da educação básica, o inciso X, do art. 212- A, da CF/88, tem a seguinte dicção:

“Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:

(...)

XI - proporção não inferior a 70% (setenta por cento) de cada fundo referido no inciso I do caput deste artigo, excluídos os recursos de que trata a alínea "c" do inciso V do caput deste artigo, será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, observado, em relação aos recursos previstos na alínea "b" do inciso V do **caput** deste artigo, o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) para despesas de capital”

Por sua vez, o art. 26, § 2º, da Lei 14.113/2020, fixa a subvinculação obrigatório dos 70% com a remuneração dos citados profissionais e os meios que podem ser utilizados para atingir o referido percentual, senão vejamos:

“Art. 26. **Excluídos os recursos de que trata o inciso III do caput do art. 5º desta Lei, proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.**

(...)

2º Os recursos oriundos do Fundeb, para atingir o mínimo de 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos destinados ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, poderão ser aplicados para reajuste salarial sob a forma de bonificação, abono, aumento de salário, atualização ou correção salarial.”





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

Como se observa acima, este preceito legal é claro em obrigar, a cada ente federal responsável pela educação fundamental e infantil, a destinação de 70% dos recursos do FUNDEB para pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica. O preceito legal é claro ainda em obrigar os entes da federação, que acaso não alcance o citado índice na remuneração dos profissionais, os recursos do fundo poderão ser aplicados em reajuste salarial sob forma de bonificação, abono, aumento de salário, atualização ou correção salarial.

Nota-se, com isso, que o preceito legal acima obriga os entes da federação responsável com a educação básica em destinar percentual mínimo dos recursos do FUNDEB a remuneração dos profissionais que exercem atividade laborais neste segmento educacional e ao mesmo tempo na hipótese que o percentual não seja atingido, o recurso deve ser usado na remuneração como reajuste salarial, abono, aumento do piso salarial, atualização ou correção salarial caso esteja defasado.

Ressalta-se que subvinculação exposta na exordial deve ser entendida, de acordo com que prevê a Lei 14.113/2020, que o ente municipal é o titular dos recursos do FUNDEB; mas está obrigado em usar 70% com a remuneração dos profissionais da educação. É esse o sentido da referida norma, do qual o Requerente jamais pretendeu ou alegou na exordial ser titular. Pelo contrário. Na qualidade de representa da categoria dos profissionais da educação busca rever a falta do cumprimento de uma obrigação que o Requerido deveria saber que é aplicar o mínimo de 70% com a remuneração do profissional da educação prevista no inciso X, do art. 212- A, da CF/88 e art. 26, § 2º, da Lei 14.113/2020, conforme dito anteriormente.

Sobre a legitimidade ativa dos sindicatos postularem direitos de suas categorias em sede de ação civil pública, o STF tem posição firme e consolidada neste sentido, senão vejamos os julgados abaixo:

**“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS DE DECISÃO
MONOCRÁTICA. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL.**





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

CONSTITUCIONAL. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. SINDICATO. LEGITIMIDADE AMPLA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I - A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que os sindicatos têm legitimidade processual para atuar na defesa de todos e quaisquer direitos subjetivos individuais e coletivos dos integrantes da categoria por ele representada. Essa legitimidade extraordinária é ampla, abrangendo a liquidação e a execução dos créditos reconhecidos aos trabalhadores, independente da comprovação de filiação ao sindicato na fase de conhecimento. Precedentes. II – Agravo regimental a que se nega provimento.” (ARE 751500 ED, Relator (a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 05/08/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-157 DIVULG 14-08-2014 PUBLIC 15-08-2014)

EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Sindicato. Legitimidade. Autorização expressa. Desnecessidade. Precedentes. 1. **A jurisprudência da Corte reconhece aos sindicatos ampla legitimidade para figurar como substitutos processuais nas ações em que atuam na defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais dos trabalhadores integrantes da categoria, sendo certo que, atuando nessa qualidade, não se faz necessária expressa autorização dos substituídos para o ajuizamento de ações em seu benefício.** 2. Agravo regimental não provido. (ARE 734122 AgR, Relator (a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em 21/10/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-225 DIVULG 14-11-2014 PUBLIC 17-11-2014)

O STF, em repercussão geral, tema 823, no leanding Case RE 883642, fixou a seguinte tese: **“os sindicatos possuem ampla legitimidade extraordinária para defender em juízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, inclusive nas liquidações e execuções de sentença, independentemente de autorização dos substituídos.”**





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

Infere-se, com isso, que o STF autorizou os sindicatos a ampla legitimidade. Assim, o Requerente tem legitimidade ativa em postular causa de pedir e pedido relacionado a proteção de direito e interesse da categoria que representa na qualidade de substituto processual independente de autorização, consoante previsto no art. 8º, III da CF/88 e na tese de Repercussão Geral 823 do STF.

Refuta-se ainda alegação da ilegitimidade ativo por suposta invocação do que prevê os incisos IV, V e VII do art. 1º da Lei 7.347/1985. Este fundamento invocado não passa de procrastinação da municipalidade porque criou um fundamento legal que não consta na exordial. Isso porque o único fundamento da legitimidade invocada é o que consta no inciso IV do art. 1º da Lei 7.347/1985 que diz cabe ação civil pública para preservar direito qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

No caso, o Requerente visa a proteção do interesse coletivo afeto aos seus associados e da categoria que engloba todos os profissionais da rede pública municipal de ensino relativo ao cumprimento no exercício de 2023 do percentual mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB destinado ao profissional da rede pública municipal de ensino com rateio dos valores em excesso recebidos pelo Requerido que não foram repassados no devido tempo e modo.

Assim, O Sindicato, ora Requerente, atua como substituto processual de seus associados ativos que é formado por profissionais da rede pública municipal de ensino como os professores, pedagogos, diretores, vice-diretores, coordenadores de UMEI e CIMEI, assim como, o pessoal inativo que exerceram estas profissões na mesma rede pública municipal. Também atua como substituto processual de todos os profissionais que formam o grupo de pessoal de apoio que são os vigias, merendeiras, serviços gerais e secretárias escolares que trabalham na rede pública municipal de ensino

Esta substituição processual se visualiza no estatuto social que versa sobre o assunto, vejamos:





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

ESTATUTO SOCIAL

**CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, OBJETIVOS E SEDE**

Art. 1º - O Sindicato dos Profissionais das Instituições Educacionais da Rede Pública Municipal de Santarém, denominado SINPROSAN, fundado em 11 de agosto de 1989, é uma Entidade de fins não lucrativos, representativa da classe em Santarém, com personalidade jurídica própria, situada na Alameda 31, nº 181, bairro do Aeroporto Velho, cidade de Santarém, Estado do Pará, descomprometida com partidos políticos, credos religiosos e poder público, tendo como objetivos:

- a)** Congregar os profissionais que exercem atividades nas instituições educacionais da Rede Pública Municipal de Santarém, da ativa e aposentados, incentivando o espírito associativo, coordenando, estimulando, defendendo os interesses coletivos e individuais dos associados e da categoria;

A legitimidade processual do Requerente encontra ressonância no que prevê o art. 5º, V, alíneas “a” e “b” da Lei 7.347/1985, que tem a seguinte dicção:

“Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

(...)

V - a associação que, concomitantemente:

a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil;

Senão bastasse, o STJ consolidou o entendimento de que o sindicato tem legitimidade para a propositura da ação civil pública, senão vejamos:

“PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SINDICATO. LEGITIMIDADE. OBJETO QUE EXTRAPOLA OS INTERESSES DA CATEGORIA. ILEGITIMIDADE ATIVA. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS. PLEITO PREJUDICADO. 1. Verifica-se que o STJ reconhece a legitimidade ativa dos sindicatos para proporem Ação Civil Pública em favor dos seus associados ou de parte deles (AgInt no REsp 1.516.809/MG, Relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 31/3/2017; AgInt no REsp 1.596.082/PR, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 13/3/2017; REsp 1.579.536/RS, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 19/12/2016; e AgInt no REsp 1.580.676/MT, Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 31/8/2016). (...)” (STJ - REsp:



**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

1714335 SC 2017/0319561-7, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 24/04/2018, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/08/2018)

PROCESSUAL CIVIL. **AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SINDICATO. DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DE SERVIDORES PÚBLICOS. LEGITIMIDADE ATIVA. ISENÇÃO DE CUSTAS. ART. 18 DA LEI 7.347/85. APLICABILIDADE. 1. A Corte Especial do STJ pacificou-se no sentido de ser "cabível o ajuizamento de ação civil pública em defesa de direitos individuais homogêneos não relacionados a consumidores, devendo ser reconhecida a legitimidade do Sindicato recorrente para propor a presente ação em defesa de interesses individuais homogêneos da categoria que representa. Com o processamento da presente demanda na forma de ação civil pública, plenamente incidente o art. 18 da lei n. 7.347/85, com a isenção de custas"** (REsp 1.322.166/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 23/3/2015). 2. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp: 1579536 RS 2016/0017201-2, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 13/12/2016, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/12/2016)

O Eg. TJPA segue o mesmo entendimento do STJ, senão vejamos:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. **AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Ação CIVIL PÚBLICA. SINDICATO. DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DE SERVIDORES PÚBLICOS. LEGITIMIDADE ATIVA. ISENÇÃO DE CUSTAS. ART. 18 DA LEI 7.347/85. APLICABILIDADE RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (...) 3– A Corte Especial do STJ pacificou-se no sentido de ser "cabível o ajuizamento de ação civil**





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

pública em defesa de direitos individuais homogêneos não relacionados a consumidores, devendo ser reconhecida a legitimidade do Sindicato recorrente para propor a presente ação em defesa de interesses individuais homogêneos da categoria que representa.

Com o processamento da presente demanda na forma de ação civil pública, plenamente incidente o art. 18 da lei n. 7.347/85, com a isenção de custas" (EResp 1.322.166/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 23/3/2015). 4 -Recurso conhecido e provido. Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam, os Excelentíssimos Desembargadores, integrantes da 1ª Turma de Direito Público, à unanimidade, em CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO E DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto da relatora. (TJ-PA - AGRAVO DE INSTRUMENTO: 08008269420218140000 5711148, Relator: EZILDA PASTANA MUTRAN, Data de Julgamento: 12/07/2021, 1ª Turma de Direito Público)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE DEFERIU PARCIALMENTE A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DO SINDICATO PARA PROPOR AÇÃO JUDICIAL, SEM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DOS SUBSTITUÍDOS E SEM JUNTADA DA RELAÇÃO NOMINAL DOS FILIADOS. REJEITADA. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ. MÉRITO. EXISTÊNCIA DE PERIGO DE DANO E VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES. INOCORRÊNCIA DO ESGOTAMENTO DO OBJETO DA AÇÃO, ANTE A POSSIBILIDADE DE REVERSÃO DA MEDIDA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE NA DECISÃO QUE DETERMINOU O REPASSE DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL E A MANUTENÇÃO DOS DESCONTOS PARA CUSTEIO DO PLANO DE SAÚDE DOS SERVIDORES DA SEMOB. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Preliminar de ilegitimidade do Sindicato para propor ação judicial, sem autorização expressa dos substituídos e sem juntada da





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

relação nominal dos filiados. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que as associações de classe e os sindicatos possuem legitimidade ativa ad causam para atuar como substitutos processuais em Ações Coletivas, nas fases de conhecimento, na liquidação e na execução, independentemente de autorização expressa dos substituídos e de juntada da relação nominal dos filiados. Preliminar rejeitada. (...) (TJ-PA - AGRAVO DE INSTRUMENTO: 0001724-53.2015.8.14.0000, Relator: MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA, Data de Julgamento: 09/05/2022, 1ª Turma de Direito Público)

Por sua vez, os Tribunais de Justiça do país também seguem o mesmo entendimento, vejamos:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO E AGRAVO INTERNO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA MOVIDA POR ENTIDADE SINDICAL. DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE ISENÇÃO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. INSURGÊNCIA DO AUTOR. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DA ISENÇÃO. TESE ACOLHIDA. **AÇÃO CIVIL PÚBLICA QUE OBJETIVA A DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DA CATEGORIA. LEGITIMIDADE DO SINDICATO.** APLICAÇÃO DO ART. 18 DA LEI N. 7.347/85. PRECEDENTES. DECISUM REFORMADO. **“O ajuizamento de ação civil pública em defesa de direitos individuais homogêneos não relacionados a consumidores é pertinente, tendo o sindicato legitimidade para propor a referida ação em defesa de interesses individuais homogêneos da categoria que representa.** Em tais casos, uma vez processada a ação civil pública, aplica-se, in totum, o teor do art. 18 da lei n. 7.347/1985”, afastando o adiantamento de quaisquer custas, despesas e a condenação em honorários de advogado, salvo comprovada má-fé.” Precedente: AgRg no REsp 1.423.654/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 18/2/2014.” (STJ - EREsp 1322166. Relator Ministro Mauro Campbell Marques. Corte





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

Especial. Data do julgamento: 04.03.2015) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. (TJ-SC - AI: 50512787720218240000, Relator: Bettina Maria Maresch de Moura, Data de Julgamento: 15/03/2022, Terceira Câmara de Direito Público)

“CÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. **AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEMANDA AJUIZADA POR SINDICATO, VISANDO À REVISÃO** DE BENEFÍCIO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. DECISÃO AGRAVADA QUE INDEFERE PRETENDIDA ISENÇÃO DE CUSTAS. APLICABILIDADE DO ART. 18 DA LEI 7.347/85 A QUALQUER AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ENTENDIMENTO DO STJ FIXADO NOS ERESP 1.322.166/PR. IRRELEVÂNCIA DA NÃO INCIDÊNCIA DO CDC AO CASO. ISENÇÃO DEVIDA. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO. **“É cabível o ajuizamento de ação civil pública em defesa de direitos individuais homogêneos não relacionados a consumidores, devendo ser reconhecida a legitimidade do Sindicato recorrente para propor a presente ação em defesa de interesses individuais homogêneos da categoria que representa.** Com o processamento da presente demanda na forma de ação civil pública, plenamente incidente o art. 18 da lei n. 7.347/85, com a isenção de custas”. (STJ-Corte Especial, EREsp 1322166/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, j. 04/03/2015, DJe 23/03/2015) (TJPR - 6ª C.Cível - 0005477-22.2019.8.16.0000 - Guarapuava - Rel.: Desembargadora Lilian Romero - J. 21.05.2019) (TJ-PR - AI: 00054772220198160000 PR 0005477-22.2019.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargadora Lilian Romero, Data de Julgamento: 21/05/2019, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/05/2019)

“PROCESSUAL CIVIL. **AÇÃO CIVIL PÚBLICA.** PROCESSO. EXTINÇÃO. **ILEGITIMIDADE. SINDICATO. SUBSTITUTO PROCESSUAL.** PERTINÊNCIA TEMÁTICA. ERROR IN PROCEDENDO. SENTENÇA. ANULAÇÃO. I - A teor do disposto do artigo 267 do Código de Processo Civil de 1973, a extinção do processo

11





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

sem a resolução do mérito, com fundamento no inciso VI, condiciona-se à ausência de legitimatio ad causam. II **O Sindicato profissional possui legitimidade para ajuizar Ação Civil Pública na defesa de todos e quaisquer direitos subjetivos individuais e coletivos dos integrantes da categoria por ele representada.** III **Demonstrada a legitimidade do Sindicato para a propositura da demanda, é de se reconhecer o error in procedendo da decisão que extinguiu o feito sem resolução do mérito, razão de sua anulação.** RECURSO PROVIDO. (Classe: Apelação, Número do Processo: 0000220-81.2015.8.05.0155, Relator (a): Heloísa Pinto de Freitas Vieira Graddi, Quarta Câmara Cível, Publicado em: 25/05/2016) (TJ-BA - APL: 00002208120158050155, Relator: Heloísa Pinto de Freitas Vieira Graddi, Quarta Câmara Cível, Data de Publicação: 25/05/2016)

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. **AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SINDICATO. LEGITIMIDADE ATIVA. DEFESA DOS DIREITOS E INTERESSES INDIVIDUAIS E COLETIVOS DE CATEGORIA QUE REPRESENTA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. ISENÇÃO DE CUSTAS. INTELIGÊNCIA DO ART. 18 DA LEI Nº 7.347/85. RECURSO PROVIDO. I - Conforme entendimento pacificado nos tribunais e consoante art. 5º da Lei n.º 7.347/85, c/c art. 8º, III, da CF/88, estão os sindicatos legitimados à propositura de ação civil pública em defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos da categoria que representam. II - Comprovada a legitimidade do sindicato para o ajuizamento da ação e em se confirmando ser esta uma ação civil pública, torna-se defeso, a teor do art. 18 da Lei n.º 7.347/85, exigir-lhe o adiantamento das despesas processuais.**” (TJ-MG - AI: 10210110024713001 Pedro Leopoldo, Relator: Peixoto Henriques, Data de Julgamento: 06/12/2011, Câmaras Cíveis Isoladas / 7ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 20/01/2012)





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

Ficou demonstrado, portanto, que o sindicato-Requerente tem legitimidade ativa para propor ação civil pública baseado no não cumprimento do percentual mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB com a remuneração dos profissionais do grupo do magistério e os profissionais que trabalham no apoio e administrativo das escolas do ensino fundamentais, UMEI e CEMEI da rede pública municipal de ensino. Com isso, fica afastada tal preliminar.

2. DA SUPOSTA INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL – AÇÃO PROPOSTA QUE NÃO VISA CONDENAÇÃO POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – AÇÃO CONTRA ATO ADMINISTRATIVO DE ATRIBUIÇÃO ESPECÍFICA DO ENTE MUNICIPAL.

O município Requerido incidindo no mesmo erro da preliminar da suposta ilegitimidade ativa, invoca os preceitos da Lei 11.404/2007, a fim de justificar a incompetência absoluta da Justiça Estadual para julgar o caso. Sobre o assunto, calha repetir que a lei que regulamenta o novo FUNDEB é a Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020, que revogou a partir de 1º de janeiro de 2021 a lei 11.494/2007 salvo o art. 12. Este repetido equívoco traz à tona que a preliminar de incompetência absoluta também não tem nenhum amparo fático e jurídico, cabendo, com isso, a total rejeição.

Com efeito, a rejeição desta preliminar perpassa, primeiramente, pela relação jurídica que o sindicato Requerente mantém com o Requerido que não tem nenhuma conexão com a União Federal. Mas parece que a municipalidade confundiu de forma proposital. Isso porque não cabe misturar a participação da União na complementação do FUNDEB e a responsabilidade do Requerido em respeitar o mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB com a remuneração dos profissionais da educação.

Assim, a relação jurídica da União com o FUNDEB diz respeito a sua complementação que compõem os fundos; e a outra relação jurídica é saber que o ente municipal está destinando os recursos do FUNDEB com a remuneração dos citados profissionais. Vislumbra-se, com isso, que chamar a União para o processo em apreço





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

não passa de pedido teratológico, já que o objeto desta ação civil pública não tem nenhuma conexão com a complementação dos FUNDEB, mas a destinação mínima de 70% destes fundos para a remuneração. Logo, são relações jurídicas totalmente opostas que refutam a suposta incompetência absoluta.

Ou seja, não cabe confundir a participação da União na complementação do FUNDEB e o direito de os profissionais de educação buscarem através de seu representa legal cobrar o cumprimento do pagamento mínimo do percentual de 70% com a remuneração.

Ora, Excelência, a relação jurídica posta sob o crivo do juízo é a destinação do percentual mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB para a remuneração dos profissionais da educação, não cabendo nenhum debate acerca da complementação por parte da União para com FUNDEB.

Fica evidente com isso, que inexistente relação jurídica e processual passível de intervenção da União, o que torna inviável a aplicação da regra de competência estabelecida no art. 109, I, da Constituição da República:

“Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”

Deste modo, a União e o FNDE não possuem interesse material e processual no objeto desta ação civil pública, que afasta a competência da Justiça Federal em processar e julgar o caso em apreço.

Soma-se a este fundamento, o fato de que os recursos do FUNDEB incorporam ao patrimônio jurídico do município Requerido, daí impossível a inclusão da União e





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

FNDE, a fim de que a competência seja da Justiça Federal. Aliás, a matéria não é nova perante o STJ que já decidiu sobre o assunto, vejamos:

"a verba que a União Federal entrega ao Município, mediante convênio, incorpora-se ao patrimônio municipal. Sendo assim, a competência para processar e julgar ação onde se discute o pagamento de vantagens salariais a professores, ainda que com recursos do FUNDEF, é, pois, da Justiça do Estado." (Nº 33.398 – CE (2001/0147819-0) Rel. Min. Felix Fischer)

Por outro lado, na contestação, o município Requerido colaciona a jurisprudência do STJ que versa sobre a competência da Justiça Federal em matéria relativa à ação penal e de improbidade administrativa envolvendo desvios dos recursos do FUNDEB. Porém, a jurisprudência é inaplicável ao caso em apreço. Obviamente, trata-se de ação civil pública que versa sobre o cumprimento do percentual mínimo de 70% do FUNDEB com a remuneração dos profissionais da educação. Logo, o caso não versa sobre malversação ou desvio de recursos do FUNDEB.

Calha ratificar o que dito na petição inicial, que uma vez que os recursos do FUNDEB foram incorporados ao patrimônio do Requerido e o caso não versa sobre improbidade administrativa ou mesmo ação penal, argumento que se usa por mero arroubo retórico, a competência para processar e julgar o presente caso é da Justiça Estadual, pois, inexistente interesse processual e jurídico dos demais entes da federação, sobretudo, da União, afastando, com isso, qualquer pretensão futura que arguir eventual preliminar de incompetência em razão da matéria.

Portanto, a competência para processar e julgar o caso em apreço é desse juízo.

3. DO MÉRITO.

3.1 DA IMPUGNAÇÃO DA PLANILHA – REPETIÇÃO DOS MESMOS NÚMEROS – DA FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECIFICADA AOS TERMOS DA EXORDIAL.





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

O Requerido insiste em trazer a mesma planilha na contestação com a falsa ideia de que os números sobre os recursos recebidos do FUNDEB estão corretos. Para isso, traz a quantia supostamente recebida de R\$ 454.268.481,85 (quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, sessenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos). Repete alegação de devido ajustes realizados pelo FNDE foi obrigado em devolver a quantia de R\$ 7.713.715,61 (Sete milhões, setecentos e treze mil, setecentos e quinze reais e sessenta e um centavos).

Todavia, o Requerido quedou-se inerte em explicar que no item 8 sobre o mesmo assunto, se observa o valor de **R\$ 462.203.358,32** como efetivamente recebido, senão vejamos:

O município no exercício financeiro de 2023, teve como receita efetiva total no valor de **R\$ 462.203.358,32 (Quatrocentos e sessenta e dois milhões, duzentos e três mil, trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos)**, conforme demonstramos na planilha acima e todos os registros contábeis e financeiro ocorridos e devidamente comprovados com extratos bancários e relatórios enviados aos órgãos de controle externos.

Em simples conta matemática entre os valores que foram recebidos a título dos recursos do FUNDEB do exercício de 2023, conforme consta na nota, tem-se uma diferença de **R\$ 7.934.876,47**.

Indaga-se: por que há diferença de valores recebidos pelo FUNDEB do exercício de 2023 na mesma “nota explicativa”? Qual motivo levou a nota apresentar os valores discrepantes? Foi mero erro na digitação ou vontade deliberada de esconder valores reais recebidos a título de recursos do FUNDEB que levaram a apresentar duas quantias diferentes?

Todas estas indagações não foram respondidas na contestação. A falta de resposta, certamente, está associada a engenharia contábil que o Requerido perpetrou com vista em trazer uma realidade que não condiz com os fatos que foram destacados





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

na exordial. É evidente a manipulação dos números contábeis porque não houve nenhuma impugnação as discrepâncias que o Requerente levou a efeito ao ingressar com a ação.

3.2 DA IMPUGNAÇÃO A ALEGAÇÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NO PORTAL DO SIOPE.

O Requerido para justificar as inúmeras discrepâncias das folhas de pagamento disse que “foi detectado antes do envio do 6º Semestre, a transmissão deste foi abordada a época, para que as retificações necessárias quanto às informações de Remunerações fossem devidamente ajustadas, o que ocorreu”. Tal assertiva demonstra a confissão de que se não fosse o Requerente apontar os inúmeros erros nas folhas de pagamento relacionados a remuneração e outros dados, o Requerido não fazia a correção.

Outra confissão diz respeito a suposta possibilidade de persistir os erros nos dados do SIOPE que assim foi admitido pelo Requerido: “Todavia, para fins de informação, importa esclarecer que os valores apresentados no SIOPE, nem sempre coincidirão com exatidão, pelas razões a seguir descritas, retiradas do próprio Sistema de geração”. Isso demonstra que os dados sobre o recebimento dos recursos do FUNDEB e o pagamento da remuneração dos servidores são passíveis de manipulação dos dados, conforme observado acima.

Ora, trazer conceitos sobre salário ou vencimento, valor bruto da remuneração, descontos com o INSS patronal que integram as despesas que podem ser pagas com os recursos do FUNDEB, não passa de falácia que tem como pano de fundo a total falta de transparência.

Também o Requerido insiste em dizer que as Despesas com Recursos do FUNDEB totalizaram no exercício de 2023, conforme demonstrado na Planilha (DESPESAS TOTAIS LIQUIDADAS – FUNDEB), o montante de R\$ 471.875.691,46 (Quatrocentos e setenta e um milhão, oitocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e





SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

noventa e um reais e quarenta e seis centavos). Insiste ainda afirmar que total das Despesas com Recursos do FUNDEB com Gasto com pessoal totalizou no exercício de 2023 conforme demonstrado na Planilha (DESPESAS TOTAIS LIQUIDADAS - FUNDEB - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CUSTO PESSOAL), o total de R\$ 389.019.596,56 (Trezentos e oitenta e nove milhões, dezenove mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos).

Todavia, o Requerido enviou ao TCM-PA a prestação de contas dos recursos do FUNDEB onde consta o parecer do 3º quadrimestre nº 2024-0102, da Controladoria Geral do Município – CGM, com a afirmação que foram transferidos até o dia 18 de janeiro de 2024 o montante de **R\$ 575.695.539,84**. Segundo a CGM, o parecer foi baseado no Balancete da despesa, Balancete da receita, Termo de verificação de saldo, Consolidação da despesa paga e Disponibilidade financeira assinado pelo contador geral, conforme se observa abaixo:

3.3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA:

O Balancete Financeiro da Prestação de Contas, que se refere ao mês de dezembro de 2023, conforme determinações estabelecidas no art. 103 da Lei 4.320/1964, demonstra todas as informações pertinentes. Foi utilizado por base de checagem de dados os relatórios: Balancete da despesa, Balancete da receita, Termo de verificação de saldo, Consolidação da despesa paga e Disponibilidade financeira. O Balancete Financeiro encontra-se assinado pelo contador Sr. Romilson Lucio Azevedo Moura - CRC 0039/PA, por Maria José Maia da Silva Secretária Municipal de Educação - SEMED e por Maria de Fátima Mendonça de Freitas Chefe responsável do Núcleo de Administração e Finanças - NAF, conforme resumo abaixo:

Relatório impresso (dados cumulativos)			
BALANCETE FINANCEIRO DE DEZEMBRO DE 2023.			
RECEITA		DESPESA	
Receitas Correntes	7.934.876,47	Orçamentária	471.644.055,47
Devedores diversos	1.746.176,65	Extra Orçamentária	237.009.174,64
Consignações	100.659.413,27	Saldo p/ mês seguinte	18.377.745,12
Trans. Financeiras	575.695.539,84		
Saldo Anterior	40.994.969,00		
Total	727.030.975,23	Total	727.030.975,23

3.4 - REPASSE DA PREFEITURA:

Através de relatórios encaminhados a essa Controladoria Interna, constatamos que o total de recursos recebidos pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, transferidos até o mês, foi o montante de R\$ 575.695.539,84.

Observa ainda no parecer da CGM, o indicativo de despesas pagas no importe de **R\$ 471.644.005,47**, vejamos:





SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

3.5 - DESPESA:

A despesa empenhada no período foi de R\$ 471.875.691,46, sendo que a despesa realizada no valor de R\$ 471.875.691,46 e deste o pago é R\$ 471.644.055,47. Demonstrado no relatório Balancete das Despesas

supracitado, conforme demonstração abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
Despesa empenhada atual	471.875.691,46
Despesa Liquidada atual	471.875.691,46
Despesa Paga atual	471.644.055,47
Empenho a Pagar	231.635,99

Do cotejo que se faz entre o parecer da Controladoria Geral do Município -CGM e a “Nota Explicativa”, se percebe informações colidentes relativas ao valor efetivamente recebido e os pagamentos liquidados das despesas com os recursos do FUNDEB do exercício de 2023 por parte dos representantes do Requerido, senão vejamos na tabela abaixo:

Valor recebido do FUNDEB informado no item 3 da “nota Explicativa:.....	R\$ 454.268.481,85
Valor recebido do FUNDEB informado no item 8“nota Explicativa:.....	R\$ 462.203.358,32
Valor recebido do FUNDEB informado no parecer quadrimestral nº 2024-0102, CGM:.....	R\$ 575.695.539,84
Valor das despesas pagas com recursos do FUNDEB informado no parecer quadrimestral nº 2024-0102, CGM:.....	R\$ 471.644,005,47

Com relação ao parecer da controladoria geral do Requerido, insta evidenciar que o contador geral do município afirmou que dos valores recebidos do FUNDEB de R\$ 575.695.539,84 estavam incluídos indevidamente o recebimento da 1ª parcela do precatório do FUNDEF e que o referido parecer seria retificado a fim de expor o valor do precatório. Porém, o Requerido agora traz alegação de que “em decorrência do fato de, por equívoco, as contas do Precatório do FUNDEF terem sido registrada na Unidade Gestora FUNDEB, foi registrada um repasse no valor de R\$ 121.414.561,75 (Cento e





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

vinde e um milhões, quatrocentos e quatorze mil, quinhentos e sessenta e um reais e setenta e cinco centavos), que após a correção do cadastro foi transferido para a Unidade Gestora correta o valor de R\$ 124.085.325,32 (Cento e vinte e quatro milhões, oitenta e cinco mil, oitenta e cinco mil, trezentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos), considerando rendimentos da conta.”

A bem da verdade, o Requerido a cada momento traz uma versão sobre os valores dos recursos do FUNDEB do exercício de 2023. A manifesta conduta demonstra que não tem interesse em adotar a transparência na execução dos referidos recursos.

Por essas razões, o Requerente impugna os valores fictícios apresentados na contestação referentes as despesas totais liquidas com a remuneração dos profissionais, as despesas totais liquidas do FUNDEB e os totais com as remunerações.

3.3 DA IMPUGNAÇÃO ALEGADA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DOS RECURSOS.

O Requerido para justificar a movimentação financeira e contábil dos recursos do FUNDEB menciona a existência de duas contas bancárias com saldo em 31/12/2023 de R\$ 18.377.745,12. Diz ainda que o saldo inicial de 2023 composto pelas duas contas totalizou o valor de R\$ 40.994.969,00 (Quarenta milhões, novecentos e noventa e quatro mil, novecentos e sessenta e nove reais). Disse, por fim, que “os valores transitados financeiramente pelas contas correntes do FUNDEB, o total de recursos disponíveis observados os saldos iniciais e os valores recebidos dos recursos (Impostos, VAAF, VAAT e VAAR), sem considerar os rendimentos de Aplicação Financeira, totalizaram a quantia de R\$ 495.263.450,85 (Quatrocentos e noventa e cinco milhões, duzentos e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e cinco centavos).”.

Desta assertiva é observado que o Requerido traz quantia de R\$ 495.263.450,85 (Quatrocentos e noventa e cinco milhões, duzentos e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e cinco centavos) que não constava na nota explicativa.





SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

Todavia, as informações contábeis e financeiras colidentes sobre os recursos do FUNDEB vem reforçar que o Requerido não cumpriu o percentual mínimo de 70% previsto no inciso X, do art. 212- A, da CF/88 e caput do art. 26 da Lei 14.113/2020 com pagamento da remuneração do profissional da educação da rede municipal de ensino.

A propósito, na nota explicativa, no item 9, traz o demonstrativo de aplicação dos recursos do FUNDEB com pagamento da remuneração dos profissionais, vejamos:

Os valores demonstram que foi aplicado especificamente nos Gastos com Pessoal com os recursos do FUNDEB, o total de R\$ 389.019.596,56 (Trezentos e oitenta e nove milhões, dezenove mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos), este valor já computa a parcela dos custos referente ao INSS Patronal e o GILRAT Estendido.

TOTAL DAS DESPESAS DE PESSOAL COM RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	389.019.596,56
Educação Infantil	105.964.198,72
Ensino Fundamental	278.441.945,71
Educação de Jovens e Adultos	4.156.123,47
Educação Especial	457.328,66

COMPOSIÇÃO DO CÁLCULO DE APLICAÇÃO	Efetiva
FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	454.993.680,19
FUNDEB - Complementação da União - VAAF	228.823.577,46
FUNDEB - Complementação da União - VAAT	127.685.736,02
Rendimentos de Aplicação Financeira (Ajustada)	90.563.816,23
Índice Aplicado	7.920.550,48
Valor Aplicado	85,50%
	389.019.596,56

Fica claramente demonstrado que o Município aplicou dos Recursos EFETIVAMENTE recebidos (excluído os valores da compensação do VAAR), o percentual de **85,50%** na remuneração do profissional da Educação conforme determina a LEI Nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020.

“Art. 26. Excluídos os recursos de que trata o inciso III do caput do art. 5º desta Lei, proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício”.





SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

Observa-se acima que no cálculo apresentado pelo Requerido, houve um suposto pagamento dos profissionais da educação com recursos do FUNDEB no importe de **R\$ 389.019.596,56**, que equivale a 85,50% do valor de R\$ 454.993.680,19 já computado a complementação do VAAF e VAAT e o recolhimento do INSS e do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho – GILRAT.

Todavia, o valor usado na “nota explicativa” como recebido dos recursos do FUNDEB de R\$ **454.993.680,19** conflita com o valor de **R\$ 471.644,005,47** dito na mesma nota relativo as despesas pagas com os recursos do FUNDEB. De igual forma, estes valores conflitam com a quantia de **R\$ 575.695.539,84**, que foi reconhecida pelo CGM em parecer a respeito, conforme exposto em linha pretérita.

Assim, considerando o parecer da CGM, que é detentor de fé pública, pode-se afirmar que o Requerido não atingiu os 70% destinado ao pagamento da remuneração.

Para compreensão do assunto, a seguir, apresenta-se tabela de valores recebidos do FUNDEB, conforme parecer da CGM e os valores que “nota explicativa” traz sobre o pagamento com profissional da educação, vejamos:

Composição do cálculo de aplicação dos recursos o FUNDEB, considerando o valor expresso no parecer da CGM que analisou os documentos contábeis e chegou a seguinte valor:.....	R\$ 575.695.539,84
Aplicando os 70% do §2º do art. 26 da Lei 14.113/2020:	R\$ 402.986.887,88
Valor utilizado pela municipalidade, conforme “nota explicativa:”.....	R\$ 389.019.596,56 (-)
Saldo do FUNDEB:.....	R\$ 13.967.291,32

Nota-se, com isso, que se chegou à quantia de R\$ 13.967,291,32 que representa saldo dos recursos do FUNDEB da conta feita com base nas informações financeiras fornecidas pelo Requerido nos citados documentos. Porém, o Requerido enviou para o






SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40


TCM a informação do saldo financeiro até 31/12/2023 que alcançou a quantia de R\$ 18.377.745,12, consoante se observa abaixo:



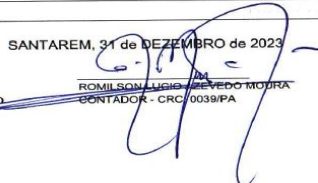
FUNDO DE MAN. E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB
TV DALIA
30.048.153/0001-70
Exercício: 2023
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA
DIA 31/12/2023

Página 1


UG	RECURSO	BANCO	CONTA	DET.	F. ldu	F. Gru	F. Cód	V. Gru	V. Cód	DESCRIÇÃO	PLANO TCE	SALDO
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	1	0	2	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	-168.143,266,01
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	2	0	2	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	-409.059,32
28	FUNDEB	C.E.F	035-9	1	0	2	33	250	540	FUNDEB CAIXA	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	-121.894,127,73
28	FUNDEB	C.E.F	035-9	2	0	2	33	250	540	FUNDEB CAIXA	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	121.911,115,96
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	4	0	1	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.166,335,75
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	5	0	1	33	250	541	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	30.428,603,71
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	6	0	1	33	250	542	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	33.749,194,06
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	7	0	1	33	250	542	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	28.599,316,49
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	8	0	1	33	250	542	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	9.547,593,25
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	3	0	1	33	250	540	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	66.212,464,74
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	9	0	1	33	250	543	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	9.883,708,95
28	FUNDEB	B.B.	49095-4	10	0	1	33	250	543	BB - FUNDEB	11111190000 BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.235,675,27
TOTAL GERAL												18.377.745,12



MARIA JOSE MAIA DA SILVA
Secretaria Municipal de Educação - SEMED



ROMILSON LÚCIO DE AZEVEDO MOURA
CONTADOR - CRC 0038/PA



MARIA DE FÁTIMA MENDONÇA DE FREITAS
CHEFE DO NAF/SEMED

SANTARÉM, 31 de DEZEMBRO de 2023

Esse saldo financeiro dos recursos do FUNDEB foram objeto de projeto de lei por parte do Requerido, através do Prefeito, que solicitou abertura de crédito adicional especial e suplementar junto a Câmara de Vereadores que foram aprovadas, a fim de que fossem usados em obras e serviços da secretaria municipal de educação – SEMED, conforme é admitido na contestação.

Além disso, o Requerido alegou que o valor de R\$ 575.695.539,84 (Quinhentos e setenta e cinco milhões, seiscientos e noventa e cinco mil, quinhentos e trinta e nove reais e oitenta e quatro centavos), corresponde aos repasses financeiros realizados pelo NTCF – NÚCLEO TÉCNICO DE CONTROLE E FINANÇAS, que em decorrência do controle único das receitas implementado pela Gestão Descentralizada que o Município pratica. Esta versão, no entanto, é mais nova que foi criada para justificar a falta de transparência e aplicação correta do FUNDEB com a remuneração dos profissionais da educação.

Portanto, o Requerente impugna o item sobre a movimentação financeira e contábil dos recursos do FUNDEB porque não representam a verdade e por haver reiterada contradição nos números que foram apresentados com a contestação.





SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

3.4 DA IMPUGNAÇÃO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO.

Para justificar que o valor m SUPERAVIT no total de R\$ 122.106.584,60 (Cento e vinte dois milhões, cento e seis mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos) não existe, o Requerido alegou o seguinte:

Ocorre que, na realidade, este valor não existe. Ele foi originário de inconsistência nas parimetrações de Fontes de Recursos no Sistema de Gestão Contábil utilizado a época, que importou valores incorretamente nos saldos iniciais de fontes, senão vejamos:

FONTE DE RECURSO	DISPONIVEL	RESTOS PAGAR	SUFICIÊNCIA
1540	36.549.190,28	4.553.785,98	31.995.404,30
1541	46.252.731,25	5.281,87	46.247.449,38
1542	48.015.184,45	4.151.453,53	43.863.730,92
TOTAL	130.817.105,98	8.710.521,38	122.106.584,60

O valor apresentado como recursos financeiros disponíveis não existia em 31.12.2022, cuja disponibilidade devidamente comprovada pelos registros contábeis e extratos bancários físicos correspondia a R\$ 40.994.969,00 (Quarenta milhões, novecentos e noventa e quatro mil, novecentos e sessenta e nove reais).

Decorrente do fato comprovadamente da existência das inconsistências, necessário se fez a realização de correções na RREO, sem que tal correção afetasse o processo geral dos registros contábeis, na forma do comprovante de envio anexo (Anexo 12).

Os ajustes das fontes foram realizados e o resultado passou a ser o abaixo descrito:

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	32.284.447,62
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	24.906.087,86
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	7.378.359,76
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	494.487.805,94
6. TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB	462.203.358,32
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	32.284.447,62
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	494.487.805,94

Todavia, percebe-se que a cada momento o Requerido muda o enredo de suas versões sobre os recursos do FUNDEB, o que denota falta de credibilidade dos números apresentados, haja vista a evidente manipulação, data vênha.

A propósito, a manipulação dos números é observada na seguinte frase: **“inconsistência nas parimetrações de Fontes de Recursos no Sistema de Gestão Contábil utilizado a época, que importou valores incorretamente nos saldos**





SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

iniciais de fontes”. Inconsistência nas parimetrações pode até parecer uma frase de efeito; mas demonstra que houve manipulação dos números dos recursos do FUNDEB do exercício de 2023.

Também é observado a manipulação no tal do anexo 12 que sequer acompanhou a contestação. Indaga-se: que anexo é esse? Será que a municipalidade ainda está elaborando o referido anexo? Pretende apresentar em que momento?

Ora, Excelência, inadmissível dar credibilidade aos números dos recursos do FUNDEB que foram apesentados com a contestação.

Todavia, no relatório resumido da execução orçamentaria – RREO, que consta no portal da transparência da Prefeitura de Santarém, o Prefeito informa que supostamente executou 85,50% dos recursos do FUNDEB incluído a complementação da União, mas que o superavit corresponde a R\$ 122.106.584,60 e o total recebido dos recursos do FUNDEB é de R\$ 584.309.942,92, senão vejamos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTAREM						
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS						
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
PERÍODO: Janeiro a dezembro 2023/BIMESTRE Novembro - Dezembro						
RREO - Anexo 8 (LDB, Art. 72)						Página 2 de 5
						R\$ 1
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)					VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT						122.106.584,60
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR						122.106.584,60
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS						0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (8 + 8.1)						584.309.942,92
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	462.491.767,28	439.427.629,15	439.427.629,15	439.342.669,27	0,00	
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	403.682.725,90	389.019.596,56	389.019.596,56	388.934.636,68	0,00	
10.1.1- Educação Infantil	109.396.427,86	105.964.198,72	105.964.198,72	105.879.238,84	0,00	
10.1.2- Ensino Fundamental	286.294.612,04	278.441.945,71	278.441.945,71	278.441.945,71	0,00	
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	6.248.843,00	4.156.123,47	4.156.123,47	4.156.123,47	0,00	
10.1.4- Educação Especial	1.748.843,00	457.328,66	457.328,66	457.328,66	0,00	
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2- OUTRAS DESPESAS	58.803.041,38	50.408.032,59	50.408.032,59	50.408.032,59	0,00	
10.2.1- Educação Infantil	28.599.759,42	25.980.189,09	25.980.189,09	25.980.189,09	0,00	
10.2.2- Ensino Fundamental	30.203.281,96	24.427.843,50	24.427.843,50	24.427.843,50	0,00	
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (sem disponibilidade de caixa) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS EMPENHADAS EM VALOR SUP. AO TOTAL DAS RECEITAS RECEB. NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	471.875.691,46	471.875.691,46	471.644.055,47	0,00	0,00	9.672.333,14
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	185.358.380,40	185.358.380,40	185.272.802,52	0,00	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	196.909.589,10	196.909.589,10	196.909.589,10	0,00	0,00	69.223.853,08
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAAT	89.514.988,16	89.514.988,16	89.568.930,05	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	92.733,80	92.733,80	92.733,80	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	389.019.596,56	389.019.596,56	388.934.636,68	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAF APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	48.889.460,39	48.889.460,39	48.743.402,28	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	13.870.942,60	13.870.942,60	13.870.942,60	0,00	0,00	0,00
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal12						
	VALOR EXIGIDO (c)	VALOR APLICADO (f)	VALOR CONSIDERADO APOS DEDUÇÕES (j)	% APLICADO10 (m)		
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	318.505.604,33	389.019.596,56	389.019.596,56	85,39		
16- Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAAT na Educação Infantil	45.281.008,12	48.889.460,39	48.889.460,39	53,98		
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAAT em Despesa de Capital	13.884.572,43	13.870.942,60	13.870.942,60	15,32		
INDICADOR - Art. 25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Mín. de 10% de Superávit)13	VALOR MÁX. PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APOS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCED. AO MÁX. PERMIT. (q)	% NÃO APLICADO (r)	
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	46.220.335,83	0,00	0,00	0,00	0,00	

Ativ
Aces





SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

Assim, apesar de constar no RREO o suposto índice de 85,50% dos recursos do FUNDEB investidos com a remuneração dos profissionais de educação, se percebe o conflito entre o superavit; já que o referido relatório afirma que o superávit foi a quantia de **R\$ 122.106.584,60**; ao passo que nas leis municipais, que abriram os créditos adicionais, se observa um superavit de **R\$ 18.270.756,63**. De igual forma se observa no valor recebido; já que na “nota explicativa” consta o valor de **R\$ 454.993.680,19**; mas no RREO tem-se a quantia de **R\$ 584.309.942,92**.

Ressalta-se ainda, que o Requerido, no mês de abril do corrente ano, enviou o relatório resumido da execução orçamentário – RREO do último bimestre de 2023 ao SIOPE/FNDE, momento que informou a quantia de **R\$ 500.655.805,69** como total dos recursos do FUNDEB disponíveis, senão vejamos:

6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	231.478.428,00	127.685.736,02
6.2.1- Principal	231.478.428,00	127.685.736,02
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	67.327.729,00	90.563.816,23
6.3.1- Principal	67.327.729,00	90.563.816,23
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	3.112.500,00	7.195.352,14
6.4.1- Principal	3.112.500,00	7.195.352,14
6.4.2- Rendimento de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	142.713.710,70	178.868.346,22
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		38.452.447,37
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		41.928.536,78
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		-3.476.089,41
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)		500.655.805,69

Da mesma forma, apesar do RREO SIOPE/FNDE constar que foram utilizados 85,50% dos recursos do FUNDEB investidos com a remuneração dos profissionais de educação, se percebe o conflito entre o superavit; já que o referido relatório afirma que o superávit foi a quantia de **R\$ 41.928.536,78**; ao passo que nas leis municipais, que





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

abriram os créditos adicionais, se observa um superavit de **R\$ 18.270.756,63**. Como dito anteriormente, “nota explicativa” consta o valor de R\$ **454.993.680,19** como sendo valor recebido pelo FUNDEB no exercício de 2023; mas no RREO SIOPEFNDE tem-se a quantia de **R\$ 500.655.805,69**.

Assim sendo, todas as alterações dos valores dos recursos do FUNDEB após o ingresso da exordial demonstram que o Requerido de forma contumaz manipulou os números a fim de trazer uma realidade que está muito longe de representa a verdade. Com isso, o Requerido impugna toda a alegação trazido sobre o RREO.

3.5 DA IMPUGNAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS COM IMPOSTOS NA EDUCAÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO.

O Requerido alega que supostamente aplicou 25,48% dos tributos recebidos na área da educação. O Requerente impugna porque não incluiu como causa de pedir e pedido na petição inicial sobre tal matéria.

O Requerido alegou que integralizo os 15% da complementação da União dos recursos do FUNDEB. O Requerente impugna porque parte deste percentual deve ser destinado ao pagamento da remuneração dos profissionais da educação, que apesar de ter isso alegado a referida destinação, o cálculo apresentado não merece nenhuma credibilidade.

4. DA FALTA DE DOCUMENTO DE COMPROVAÇÃO DO ALEGADO.

O Requerido apresentou com a contestação os seguintes documentos: procuração (ID. 120330784); notificação do TCM (ID.120330785); e manifestação para o TCM (120330787).

Apesar da referida manifestação apresentar planilhas sobre despesas liquidadas, despesas totais liquidadas e despesas totais liquidadas com o pagamento da remuneração dos profissionais da educação, insta ressaltar que não são documentos





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

hábeis que demonstram que houve a destinação do percentual mínimo de 70% para a remuneração dos profissionais de educação.

Certamente, estas planilhas como são elaboradas podem ser objeto de manipulação como é observado no RREO e na informação sobre o parecer da Controladoria Geral do Município.

Em que pese a Fazenda Pública ter as prerrogativas processuais inerentes a sua atuação em juízo, ressalta-se que não consta que está desobrigada de apresentar documento a respeito do que é instada perante qualquer processo judicial. Isso decorre do que prevê a regra da dinâmica do ônus da prova prevista no art. 373 do CPC.

Assim, alegação de que o Requerido alterou o RREO não é verdade, pois não tem documento probante para demonstrar que isso foi concretizado. Isso aqui é um dos exemplos de que as alegações trazidas na contestação carecem de sustentação probante.

5. DOS MOTIVOS QUE ENSEJAM QUE NÃO HOUE O CUMPRIMENTO DO PERCENTUAL MINIMO DE 70% DOS RECURSOS DO FUNDEB COM A REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

Os motivos que ensejam que o Requerido não cumpriu com o percentual mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB com a remuneração dos profissionais de educação são baseadas nas seguintes premissas:

- i) Todos os dados financeiros apresentados nesta ação civil pública foram extraídos dos documentos expedidos pelo Requerido que foram acessados nos portais da transparência e do TCMP-PA;
- ii) Nestes documentos públicos são encontrados dados financeiros conflitantes como, por exemplo, cinco valores que foram recebidos a título dos recursos do FUNDEB pelo Requerido; sendo o primeiro de **R\$ 454.268.481,85** e o segundo **R\$ 462.203.358,32**;





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

ambos noticiados na “nota explicativa”; o terceiro de **R\$ 575.695.539,84**, que foi consignado no parecer da Controladoria Geral do Município – CGM; o quarto de **R\$ 584.309.942,92**, que consta no relatório resumido da execução orçamentaria – RREO de 2023; e o quinto de **R\$ 500.655.805,69** que corresponde ao RREO do SIOPE/FNDE;

iii) Estes dados financeiros conflitantes trazem indícios que os 70% dos recursos do FUNDEB do exercício de 2023, destinados para o pagamento da remuneração dos profissionais da rede pública municipal de ensino não foram cumpridos pelo Requerido;

iv) É inequívoco que houve superávit dos recursos do FUNDEB do exercício de 2023 no valor de **R\$ 18.377.745,12**, que foram desviados pelo Requerido para obras e serviços da área da educação após aprovação pela Câmara Municipal de leis municipais que autorizaram abertura de créditos adicionais;

v) É inequívoco que houve no dia 31/01/2024 a complementação por parte da União do exercício de 2023 dos recursos do FUNDEB que foram integralmente (100%) depositados nas contas correntes do Requerido no valor de **R\$ 46.191.649,20**, já descontado o valor do Valor Aluno Ano Regular – VAAR, que não ingressa na contagem do percentual de 70%;

vi) É inequívoco que houve no dia 31/01/2023 a complementação por parte da União do exercício de 2022 dos recursos do FUNDEB que foram integralmente (100%) depositados nas contas correntes do Requerido no valor de **R\$ 41.471.102,29**, já descontado o valor do Valor Aluno Ano Regular – VAAR, que não ingressa na contagem do percentual de 70%;

vii) Tanto o RREO geral como o RREO do SIOPE-FNDE, ambos expedidos pelo Requerido, assim como, o parecer da Controladoria Geral do Município - CGM nº 2024-0102, não trazem em nenhuma linha ou tabela a inclusão dos recursos do pagamento da 1ª parcela do precatório do FUNDEF da diferença da complementação do período de 1999 a 2006.





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

Portanto, ratifica-se a total procedência da ação civil pública a fim de assegurar que seja respeitado a destinação de 70% dos recursos do FUNDEB para a remuneração dos profissionais da educação.

6. DA IMPUGNAÇÃO DOS DOCUMENTOS JUNTADOS:

O Requerido impugna a notificação do TCM (ID.120330785) e manifestação para o TCM (120330787). A notificação é impugnada porque é um documento expedido pelo TCM que não tem nenhuma conexão com o processo em epígrafe. Impugna-se a manifestação ao TCM porque são os mesmos fundamentos que foram usados na contestação e foram objeto da impugnação nesta réplica.

7. DAS PROVAS QUE PRETENDE PRODUZIR.

Apesar de ser na fase seguinte a indicação das provas que ainda pretende produzir, o Requerente requer o depoimento pessoal do preposto do requerido, produção de prova pericial e oitiva de testemunhas que serão apresentadas independente de intimação, ratificando-se, desde já, as provas documentais que foram apresentadas com a exordial.

8. DO PEDIDO.

Ante o exposto, o Requerente postula o seguinte:

a) O acolhimento da réplica a contestação a fim de que faça parte integrante da petição inicial, ratificando-se, na oportunidade, a total procedência da ação civil pública, consoante os termos propostos na petição inicial;

b) Ainda pretende produzir prova com o depoimento pessoal do Requerido, produção de prova pericial e oitiva de testemunhas, ratificando-se, desde já, as provas documentais que foram apresentadas com a exordial.

Nestes termos,





**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM - SINPROSAN**

“A FORÇA DA CATEGORIA”

FUNDADO EM 11 DE AGOSTO DE 1989 – CNPJ (MF) 23.041.619/0001-40

Pede deferimento,

Santarém, Pará, 20 de agosto de 2024.

ISAAC VASCONCELOS LISBOA FILHO
OAB/PA 11.125

ADRIANA OSÓRIO PIZA
OAB/PA 24.282

AVA BRIGIDA PIZA LISBOA
OAB/PA 32.581





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
COMARCA DE SANTARÉM
VARA DE FAZENDA PÚBLICA E EXECUÇÃO FISCAL
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS

END. FÓRUM – Av. Mendonça Furtado, s/n.º; bairro de Fátima; CEP: 68.040 – 050; Santarém – Pará - Fone: (93) 3064-9218

Ação - AÇÃO CIVIL PÚBLICA (65)

PJE - Proc. 0808387-11.2024.8.14.0051

REQUERENTE: SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUICOES EDUCACIONAIS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE SANTAREM
REPRESENTANTE DA PARTE: CLARICE REBELO SILVA

REQUERIDO: MUNICIPIO DE SANTAREM

ATO ORDINATÓRIO

De acordo com o art. 1º, § 2º, VI do Provimento nº06/2009-CJCI

- 1 – **INTIMEM-SE AS PARTES**, por advogado/defensor, para, **no prazo de 15 dias**, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando-as.
- 2 – Havendo pedido de produção de provas, encaminhem os autos para conclusos para decisão saneadora.
- 3 - Se não houver pedido de produção de provas, certifique-se e, após a verificação da regularidade das custas, encaminhe-se conclusos para julgamento.

Santarém/PA, 21/08/2024

CARMEN ELISABETE MEURER

Documento Assinado de forma Digital





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

AO JUÍZO DA VARA DE FAZENDA PÚBLICA E EXECUÇÃO FISCAL DE SANTARÉM - PA.

PROCESSO: 0807925-54.2024.8.14.0051

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

REQUERENTE: SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE SANTARÉM

O Município de Santarém, já devidamente qualificado nos autos, por sua procuradora que abaixo subscreve, vem, respeitosamente, em atenção ao ato ordinatório, evento ID nº 123677670, vem expor e ao final requerer:

Quanto a produção de provas, diante da complexidade e especificidade técnica que envolve o objeto da presente, pugna a parte ré pela produção de prova testemunhal, para que o setor técnico de contabilidade do município, na pessoa de **ROMILSON LÚCIO AZEVEDO MOURA**, que desde já se compromete em apresentar em juízo, em data oportuna, para que seja ouvido a fim de esclarecer as alegações apontadas na exordial, dessa forma, PUGNA pela produção de prova oral, notadamente pela oitiva de testemunhas, as quais serão arroladas no prazo fixado por este Juízo, nos termos do § 4º, do art. 357, do CPC. Destaca-se ainda, que o depoimento testemunhal é imprescindível para o perfeito lastreamento do feito.

Além disso, pugna pela juntada de decisão proferida pelo pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, publicada em 21 de agosto de 2024, que em análise ao objeto da presente ação, assim se manifestou:

“O Plenário decidiu a Unanimidade, pelo não conhecimento da representação interposta, uma vez não atendidos os requisitos de admissibilidade.

Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, na forma do art. 570 do Regimento Interno deste TCM-PA.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Trav. Dom Amando, nº 1406, bairro Santa Clara – CEP: 68.005-420 – Santarém/Pará E-mail: pgm@santarem.pa.gov.br

Após, archive-se os autos. Voto do Conselheiro Substituto Sérgio Dantas, conforme o inciso IV, “b” do RITCMPA (para efeito do quórum ou para compor pleno). (Acórdão nº 45.428).

Conforme o teor do relatório, a denúncia originária da Polícia Federal, cujo teor revela a indicação de divergências de valores, tal qual as apresentadas na exordial, refuta as alegações contidas na denúncia e expõe **“que inexistente interesse público primário que justifique a processabilidade da presente representação, que não trouxe elementos fáticos e indícios materiais suficientes que justifiquem sua admissibilidade”**.

Assim, em razão da possibilidade do surgimento de novos fatos correlatos ao feito, passíveis de serem provados, em razão da juntada de documentos e da oitiva das testemunhas, requer, desde já, a possibilidade da juntada de novas provas, caso se refiram a novos fatos que por ventura venham a surgir no decorrer da instrumentalização processual, visando assegurar a cognição exauriente e que a verdade real dos fatos não restem prejudicadas. Reafirma a oitiva da testemunha acima apontada.

Termos em que,

Pede deferimento.

Santarém, 23 de setembro de 2024.

Michelle Caroline Miléo Gonçalves
Procuradora do Município
OAB/PA nº12.410





GABINETE CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

Processo nº 1.71808.2024.2.0005 – Representação. Secretaria Municipal de Educação de Santarém, exercício de 2024, de responsabilidade da Sra. Maria José Maia da Silva.

ROCESSO Nº: 1.071808.2024.2.0005 / 071001.2023.1.000
MUNICÍPIO: Santarém
UG: Secretaria Municipal de Educação
REPRESENTADOS: Francisco Nélio Aguiar da Silva
Maria José Maia da Silva
ASSUNTO: Representação
EXERCÍCIO: 2024
REPRESENTANTE: Polícia Federal

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Tratam os autos de **REPRESENTAÇÃO** encaminhada pela **Delegacia de Polícia Federal de Santarém**, em face da Sra. **Maria José Maia da Silva**, Secretária Municipal de Educação de Santarém, e do Sr. **Francisco Nélio Aguiar da Silva**, Prefeito Municipal de **Santarém**, exercício de **2024**, cujo objeto são possíveis ilegalidades e fraudes na aplicação de recursos públicos do FUNDEB.

Segundo alega a peça informativa, há divergência de informações no SIOPE/FNDE, bem como no Portal de Informações do TCM-PA, acerca da remuneração de diversos servidores, além do que haveria superávit no 6º Bimestre/2023 apresentado no RREO superior ao permitido na legislação.

Foram enviadas notificações aos Senhores Francisco Nélio Aguiar da Silva, Prefeito Municipal de Santarém, e a Sra. Maria José Maia da Silva, Secretária Municipal de Educação de Santarém, tendo sido apresentada justificativa prévia (Processo nº 071001.2023.1.000 - SPE).

É o relatório do necessário.

Travessa Magno Araújo, 474, Telégrafo, Belém, PA, CEP: 66.113.55, (91) 3210-7500 – (91) 3210-7500 - www.tcm.pa.gov.br, Belém - Pará



GABINETE CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

Processo nº 1.71808.2024.2.0005 – Representação. Secretaria Municipal de Educação de Santarém, exercício de 2024, de responsabilidade da Sra. Maria José Maia da Silva.

2. DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, cumpre destacar que as notícias de fato encaminhadas já foram objeto de apuração pela 5ª Controladoria nos autos do Processo nº 1.071803.2023.2.0167, razão pela qual se colaciona os apontamentos feitos.

1 - Quanto à divergência de informações no SIOPE/FNDE, bem como no Portal de Informações do TCM-PA, acerca da remuneração de diversos servidores.

No que diz respeito à divergência dos valores contidos no sistema SIOPE/FNDE com os constantes no Portal do TCM-PA, a Controladoria informa que o questionamento apresentado foi objeto de indagação pelo município de Santarém através do Processo nº 1.071001.2024.2.0001 e que, de acordo com Diretoria de Informática do TCM-PA, **houve uma inconsistência nos sistemas de consulta e acesso público de informações deste tribunal**, o que fora resolvido em 27/03/2024, conforme Informação nº 175/2024 da 5ª Controladoria.

2 - Quanto à alegação de superávit de R\$122.106.584,60 (cento e vinte dois milhões cento e seis mil quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos), o que teria ultrapassado o limite de 10% autorizado pela legislação.

O órgão técnico, ao consultar o RREO do 6º bimestre de 2023 (Anexo 8) encaminhado pelo município de Santarém, através de RETIFICADORA, verificou que o superávit foi no valor de R\$32.284.447,62 (trinta e dois milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos), sendo R\$7.378.359,76 (sete milhões, trezentos e setenta e oito mil, trezentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos) de outros exercícios e R\$24.906.087,86 (vinte e quatro milhões, novecentos e seis mil, oitenta e sete reais e oitenta e seis centavos) do exercício imediatamente anterior (2022). Ressalte-se que os documentos e as informações serão auditadas pela Controladoria responsável por ocasião da instrução das contas do exercício de 2023.

Travessa Magno Araújo, 474, Telégrafo, Belém, PA, CEP: 66.113.55, (91) 3210-7500 – (91) 3210-7500 - www.tcm.pa.gov.br, Belém - Pará



GABINETE CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

Processo nº 1.71808.2024.2.0005 – Representação. Secretaria Municipal de Educação de Santarém, exercício de 2024, de responsabilidade da Sra. Maria José Maia da Silva.

3 - Quanto ao atingimento dos 70% dos recursos do FUNDEB.

Em pesquisa realizada no site do FNDE/SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação, em 12/06/2024, verificou-se que o município de Santarém declarou que aplicou o valor de R\$389.019.596,56, na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica, o correspondente a 85,50% dos recursos do FUNDEB. Ressalta-se que o valor coincide com o informado ao TCM no RREO do 6º bimestre de 2023 (RETIFICADO). Consigna-se, ademais, que as informações serão auditadas pela Controladoria responsável por ocasião da instrução das contas do exercício de 2023.

Diante do relatado, observa-se que inexistente interesse público primário que justifique a processabilidade da presente representação, que não trouxe elementos fáticos e indícios materiais suficientes que justifiquem sua admissibilidade.

3. CONCLUSÃO

Ante a fundamentação exposta, decide este Relator pelo **NÃO CONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO** interposta, uma vez não atendidos os requisitos de admissibilidade.

Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, na forma do art. 570 do Regimento Interno deste TCM-PA¹. Após, archive-se os autos.

Belém, 06 de agosto de 2024.

Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior
Relator

¹ Art. 570. Dar-se-á ciência ao denunciante/representante, resguardado o sigilo de identidade, quando aplicável, por intermédio de publicação junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, da decisão monocrática, homologada pelo Plenário, devidamente fundamentada, que determinar liminarmente o arquivamento da denúncia ou representação de qualquer natureza, dado o não atendimento dos requisitos de admissibilidade.



quadrimestres, no valor de **1.000 UPF'S-PA**, com base no artigo 698, inciso IV, alínea "b", do RITCMPA e impropriedades e irregularidades em processos licitatórios e contratos deles decorrentes, no valor de **1.000 UPF'S-PA**, com base no artigo 698, inciso II, alínea "b", do RITCM-PA. Tais multas deverão ser recolhidas em favor do FUMREAP (Lei Estadual nº 7.368/2009), no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado da presente decisão, sob pena de acréscimos de mora, previstos no **art. 303, incisos I a III, do RITCM-PA (Ato nº 18/2017)**, destacadamente: **(I)** multa de mora de 0,10% (dez centésimo por cento) do valor da multa, por dia de atraso, até o limite de 36% (trinta e seis por cento); **(II)** correção monetária do seu valor, calculada, desde a data em que deveria ser pago até o do efetivo pagamento, com base na verificação da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará – UPF – PA e **(III)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, desde a data em que deveria ser pago até o efetivo pagamento; sem prejuízo, ainda, do encaminhamento dos autos à Procuradoria-Geral do Estado do Pará, objetivando o protesto do respectivo título executivo e sua execução, na forma dos **arts. 281 e 303-A, do RITCM-PA (Ato n.º 20/2019)**. Sala das Sessões do Plenário Virtual do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, de 22 a 25 de julho de 2024.

ACÓRDÃO Nº 45.427

Processo nº 1.053441.2022.2.0005

Classe: Denúncia
Município: Oriximiná
Órgão: Fundo Municipal de Educação
Denunciado: Jonaso José dos Passos Dias
Denunciante: Pará Oeste Terraplanagem EIRELI
Exercício: 2022
Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior
EMENTA: DENÚNCIA CONTRA O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ORIXIMINÁ. EXERCÍCIO DE 2022. INEXISTÊNCIA DE PAGAMENTOS PARA O MESMO OBJETO. IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de denúncia interposta pela empresa **Pará Oeste Terraplanagem EIRELI**, em face do **Sr. Jonaso José dos Passos Dias**, ordenador do **Fundo Municipal de Educação de Oriximiná**, exercício de **2022**, visando a apuração de alegada duplicidade de contratação para o mesmo objeto.
Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da Ata da sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator.
DECISÃO: Por unanimidade, **julgar improcedente a denúncia protocolada**, ante a ausência de indícios materiais do alegado.
Encaminhe-se os autos à Secretaria-Geral deste TCM-PA para imediata comunicação e publicação desta decisão, conforme art. 577 do RI/TCM-PA. Após, archive-se os autos, na forma do art. 514 do RI/TCM-PA.
Sessão Plenária do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, realizada em 06 de agosto de 2024.

ACÓRDÃO Nº 45.428

Processo nº 1.071808.2024.2.0005 / 071001.2023.1.000

Classe: Representação
Município: Santarém
Órgão: Secretaria Municipal de Educação
Representados: Francisco Nélio Aguiar da Silva (Prefeito Municipal) e Maria José Maia da Silva
Representante: Polícia Federal
Exercício: 2024
Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior
EMENTA: REPRESENTAÇÃO. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE NOS RECURSOS DO FUNDEB. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS FÁTICOS INDICATIVOS. REQUISITOS REGIMENTAIS NÃO ATENDIDOS. INADMISSIBILIDADE.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de representação interposta pela **Polícia Federal**, em face do **Sr. Francisco Nélio Aguiar da Silva, Prefeito Municipal de Santarém, e a Sra. Maria José Maia da Silva, Secretária Municipal de Educação de Santarém**, exercício de **2024**, cujo objeto são possíveis ilegalidades e fraudes na aplicação de recursos públicos do FUNDEB.
Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da Ata da sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator.
DECISÃO: Por unanimidade, **em inadmitir a representação protocolada**, em razão do não atendimento dos requisitos regimentais.
Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, na forma do art. 570 do Regimento Interno deste TCM-PA. Após, archive-se os autos.
Sessão Plenária do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, realizada em 06 de agosto de 2024.

ACÓRDÃO Nº 45.467

Processo nº 1.036003.2010.2.0009

Procedência: Fundo Municipal de Saúde de Itaituba
Rescindente: Manoel Cordovil Diniz
Advogado: Rafael Pereira Sarmento (OAB/PA nº 26.898)
Contador: Claudine Dilarin da Mota Brito (CRC/PA nº 8223).
Processo Originário: 360032010-00 (RO 201707327-00)
Classe: Pedido de Revisão c/c Efeito Suspensivo
Instrução: 3ª Controladoria
Relatora: Conselheira Mara Lúcia
Exercício: 2010
EMENTA: PEDIDO DE REVISÃO COM EFEITO SUSPENSIVO. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAITUBA. EXERCÍCIO DE 2010. ATENDIMENTO DAS FORMALIDADES LEGAIS. EVIDENCIADOS O “PERICULUM IN MORA” E “FUMUS BONI IURIS”. ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO DE REVISÃO EM SEU EFEITO SUSPENSIVO.
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam do **Pedido de Revisão com efeito suspensivo**, formulado por **Manoel Cordovil Diniz**, ordenador responsável pela prestação de contas do



www.tcm.pa.gov.br



← Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: www.tcm.pa.gov.br/diario-eletronico





RESOLUÇÃO Nº 16.683

Processo nº 1.071001.2023.2.0008

Município: Santarém

Órgão: Prefeitura

Assunto: Consulta

Exercício: 2023

Interessado: Francisco Nélio Aguiar da Silva – Prefeito

Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

EMENTA: CONSULTA. DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO. PREENCHIMENTO PARCIAL DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. ADMISSIBILIDADE DA CONSULTA, CONFORME AUTORIZATIVO DO §3º DO ART. 231 DO RITCM. ALTERAÇÕES ESTABELECIDAS PELA LEI FEDERAL Nº 14.325/2022 E EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 114. PRECATÓRIOS FUNDEF. PAGAMENTO AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INDEPENDENTE DO VÍNCULO (EFETIVOS, TEMPORÁRIOS, COMISSIONADOS). ALCANCE DE ATIVOS, APOSENTADOS, PENSIONISTAS E, AINDA, HERDEIROS VINCULADOS AO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO NO PERÍODO DE ABRANGÊNCIA. COMPROVAÇÃO DO EFETIVO EXERCÍCIO EM OBSERVÂNCIA À LEI FEDERAL Nº 9.424/1996. ART- 47-A DA LEI Nº 14.113/2020. IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DO RATEIO. UTILIZAÇÃO DO VALOR PRINCIPAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO. DESVINCULAÇÃO DOS JUROS DE MORA. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. COMPOSIÇÃO DA RCL. RETENÇÃO DE IRRF. FIXAÇÃO DE REPERCUSSÃO GERAL.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de CONSULTA, formulada em tese e respondida nos termos do disposto no art. 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por unanimidade,

DECISÃO: em aprovar a resposta à CONSULTA, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, com as seguintes conclusões aos itens propostos: 1. Fazem jus ao rateio todos os profissionais do magistério da educação básica, independente da natureza do vínculo funcional mantido para o cargo durante o período em que ocorreram os repasses a menor do Fundef (1997-2006), incluindo-se os que já estejam aposentados e que comprovem o exercício efetivo nas redes públicas de ensino no período descrito, para além dos herdeiros, nos casos de falecimento do beneficiário; 2. Os profissionais do magistério da educação que no período de 1997 à 2006 fossem remunerados com valores do Tesouro Municipal, face o repasse menor do Fundef, fazem jus ao recebimento dos valores referentes aos precatórios; 3. A exclusão dos profissionais do magistério da educação do rateio, face às diferenças na fonte de remuneração estão em desconformidade aos preceitos estabelecidos no caput do art. 47-A da Lei Federal n.º 14.113/2020; 4. A utilização dos recursos oriundos das diferenças apuradas nos repasses da União, vinculados ao extinto Fundef, é exclusiva na área de educação; 5. Deve a administração se valer da legislação vigente à época para definir os critérios e condições em que serão utilizados os valores de precatórios recebidos; 6. Recursos recebidos de valores a menor, oriundos do Fundef,



deve ser utilizada como parâmetro a Lei 9.424/1996, e se tratando de valores referentes ao Fundeb, deve ser observada a Lei nº 11.494/2007; 7. Os valores pagos a título de diferença de transferência do Fundef são computados na Receita Corrente Líquida (RCL) para fins de observação dos limites na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); 8. Em caso de falecimento do beneficiário, o pagamento dos valores aos respectivos herdeiros será realizado mediante apresentação de alvará judicial ou instrumento congênere, por meio do qual se autoriza o pagamento do valor; 9. O lançamento/registro contábil das receitas auferidas a partir da percepção dos valores pagos via precatórios do extinto FUNDEF, observarão às regras prescritas na Instrução Normativa n.º 03/2022/TCMPA (ANEXO I); 10. É impositiva a incidência de Imposto de Renda, observadas as regras fixadas pela União, através da Receita Federal do Brasil; 11. Fixação de repercussão geral, na forma de Prejulgado de Tese, consoante previsão do art. 241, do RITCMPA. Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 05 de outubro de 2023.

Este texto não substitui o publicado no <http://tcm.ioepa.com.br/busca/>, Edição nº **1.580** DOE TCM PA, de **24/10/2023**.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO E
FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SANTARÉM, PARÁ.

Processo nº 0808387-11.2024.8.14.0051

**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA
REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SANTARÉM – SINPROSAN**, identificado nos autos
do processo em epígrafe, através de seus advogados que subscrevem, vem com o
devido respeito a presença de Vossa Excelência, apresentar manifestação sobre a
produção de provas, conforme ato ordinatório que consta no ID. 123677681, o que faz
por meio do fundamento a seguir articulado:

**1. DA ESPECIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO DE PROVA – PROVA PERICIAL E
TESTEMUNHAL – DO DEPOIMENTO PESSOAL E DA RATIFICAÇÃO DA PROVA
DOCUMENTAL.**

Na réplica, o Sindicato-Requerente trouxe o indicativo que pretendia produzir
provas no momento que o juízo determinasse, conforme petição de ID. 123567425. E de
fato, a produção de prova que pretende produzir perpassa, primeiramente, pela
ratificação de todos os documentos que acompanham a exordial que tratam sobre o
descumprimento pelo Requerido da destinação de 70% dos recursos do FUNDEB do
exercício de 2023 para a remuneração dos profissionais da educação, conforme
determina o art. 212-A, XI da CF/88 e art. 26 da Lei 14.113/2020.

Esses documentos foram extraídos dos portais públicos do governo federal
(SIOPE/FNDE), TCM-PA e do portal de transparência do Requerido. Esses documentos
constam nos ID's 115222098, 115222100, 115222102, 115222104, 115222106,
115222108, 115222109 e 115222112. O motivo da produção de prova documental
porque retratam dados e contas públicas que foram apresentados pelo Requerido que
com a evolução do tempo foram alterados ao sabor do vento, o que demonstra a

1

Travessa 15 de Agosto, 399 – Sala - A - Bairro Centro – Santarém-Pará.
Celulares: (093) 99165 2423 – 99125-2423 – 98118-9957
E-mail: santarem.lisboa@gmail.com



manipulação dos números que retratam os recursos recebidos e executados do FUNDEB, exercício de 2023.

O Sindicato-Requerente também especifica, como meio de prova, a perícia que deverá recair sobre os recursos recebidos e executados do FUNDEB, exercício de 2023, sobretudo, a destinação mínima de 70% com o pagamento da remuneração dos profissionais da educação, conforme determina os preceitos constitucionais e infralegais mencionados em linhas pretéritas. Justifica-se a prova pericial do art. 464 e seguintes do CPC porque a matéria envolve contabilidade pública que exige a intervenção de um técnico especialista, haja vista a sua complexidade e a necessidade de incursão detalhada no próprio volume de recursos públicos do FUNDEB que foram usados no exercício de 2023, especialmente, no tocante ao pagamento da remuneração dos profissionais da educação da rede municipal de educação que exige destinação mínima, conforme dito anteriormente.

Anota-se, Excelência, que os fatos relativos ao uso dos recursos do FUNDEB com a remuneração do profissional da educação sofreram algumas alterações desde que o Sindicato-Requerente busca o cumprimento do citado percentual mínimo. O exemplo cabal destas alterações é a própria contestação apresentada que traz uma realidade contábil fictícia. Com isso, é necessário a perícia técnica com vista em obter o percentual exato que foi destinado a remuneração

No que diz respeito a prova testemunhal, o Sindicato- Requerente apresentará os nomes e as respectivas qualificações no momento que o juízo indicar. Justifica-se a testemunha como essencial para o desate da lide, notadamente, a oitiva de pessoas que analisaram os documentos que comprovam que não houve o cumprimento do percentual mínimo de 70% destinado a remuneração do profissional da educação.

Requer-se, por fim, o depoimento pessoal do preposto do Requerido a fim de que exponha a execução dos recursos do FUNDEB do exercício de 2023, conforme prevê o art. 385 do CPC.

2. DO PEDIDO.

2

Travessa 15 de Agosto, 399 – Sala - A - Bairro Centro – Santarém-Pará.
Celulares: (093) 99165 2423 – 99125-2423 – 98118-9957
E-mail: santarem.lisboa@gmail.com



Ante o exposto, o Requerente requer o seguinte:

- a) **O acolhimento da produção da prova pericial e testemunhal**, conforme fundamentação apresentada em linha pretérita e de acordo com os artigos 442 a 463 e 464 a 480 do CPC;
- b) **A ratificação da produção da prova documental** que constam nos ID's 115222098, 115222100, 115222102, 115222104, 115222106, 115222108, 115222109 e 115222112;
- c) **O depoimento pessoal do Requerido através de seu preposto**, conforme prevê o art. 385 do CPC.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Santarém, Pará, 23 de setembro de 2024,

ISAAC VASCONCELOS LISBOA FILHO
OAB/PA 11.125

ADRIANA OSÓRIO PIZA
OAB/PA 24.282

AVA BRÍGIDA PIZA LISBOA
OAB/PA 32.581

3

Travessa 15 de Agosto, 399 – Sala - A - Bairro Centro – Santarém-Pará.
Celulares: (093) 99165 2423 – 99125-2423 – 98118-9957
E-mail: santarem.lisboa@gmail.com